



**A atuação do Analista do Comportamento em Políticas Públicas: ação
intersetorial em âmbito local para aumentar a frequência escolar de
adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família**

Roberta Freitas Lemos

Brasília, Março de 2018



A atuação do Analista do Comportamento em Políticas Públicas: ação intersetorial em âmbito local para aumentar a frequência escolar de adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

Roberta Freitas Lemos

Orientador: Prof. Dr. João Claudio Todorov

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento, do Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Ciências do Comportamento (Área de Concentração: Análise do Comportamento).

Brasília, Março de 2018

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Cláudio Todorov - Presidente

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Jorge Mendes de Oliveira Castro Neto - membro interno

Universidade de Brasília

Profa. Dra. Alessandra Rocha de Albuquerque - membro externo

Universidade Católica de Brasília

Prof. Dr. Márcio Moreira Borges - membro externo

Centro Universitário de Brasília

Prof. Dr. Carlos Renato Xavier Cançado - membro suplente

Universidade de Brasília

Aos adolescentes de famílias em situação de vulnerabilidade, segue meu desejo de que encontrem ambientes mais reforçadores na busca pela efetivação de seus direitos.

Agradecimentos

Ao Professor João Cláudio Todorov, por toda a orientação durante os últimos quatro anos, por ter enxergado e explorado aquilo que mais me mobilizava, pelos inúmeros cafés em sua casa, pelos “nãos” que me faziam desenvolver melhor meus argumentos e por todas as oportunidades que me ofereceu para aprimorar minha formação.

Ao Marco Stampini pelas contribuições realizadas durante a idealização da pesquisa e pela acolhida durante o doutorado sanduíche.

Ao meu pai, José Antônio, e minha mãe, Rita, por todo amor e pelo apoio diário, especialmente nos últimos seis meses.

À Renata, minha irmã, pela colaboração na pesquisa com as empresas e pelos ensinamentos sobre análise de dados.

À Ingrid que há anos compartilha comigo as alegrias e aflições de uma luta incansável pela efetivação de direitos, por me ajudar a garantir as condições necessárias para a realização do doutorado.

À Doutora Alice que foi uma parceria imprescindível na implementação do Projeto, no diálogo com os auditores fiscais e em todas as viagens à São Paulo.

À Erleni que envidou todos os esforços possíveis para a oferta dos cursos de aprendizagem pelo SENAC.

A todas as equipes dos municípios participantes que contribuíram diretamente ou indiretamente para concretizar este trabalho.

Aos meus colegas de curso e de grupo de estudos, Jon, Fabiana, Rodrigo, Adriana, Leandro, Pablo, Izabel, Ítalo, Flora, Tara e Gleiton, pelas trocas durante as reuniões.

Ao Marcelo pela amizade, pelas inúmeras sugestões e por me ajuda a manter o entusiasmo com a proposta.

À Rafaela pela amizade e pelas trocas durante todo o curso.

À Bruna pela amizade e por ter tão prontamente aceitado participar do Projeto PORVIR.

A todos que ajudaram e apoiaram o desenvolvimento dos cursos da Escola PORVIR, Sara, Gustavo, Keyla, Sr. Antonio, Marta e William.

Ao Helder e ao Felipe pela ajuda na construção da imagem do Projeto PORVIR.

À Paula e ao Tiago pelo incentivo e pela ajuda com todo o material de divulgação do Projeto.

Ao Ricardo pelo desenvolvimento do sítio eletrônico.

À Andrea e ao Ralph pela acolhida divertida durante o doutorado sanduíche.

Ao meu chefe, Eduardo, e aos colegas de Assessoria Parlamentar do MDS, Deusa, Keyla e Jales pela parceria e pela compreensão com as demandas da vida acadêmica.

Aos meus chefes, Marcelo e Natascha, e as minhas colegas da Secretaria Executiva do MDS, Kátia, Brenda e Denise por dividirem comigo a luta por um Brasil mais justo e democrático.

Aos meus colegas do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, Kátia, Vanessa, Tiago, Marina e Jaílson, por todo afeto que construímos em tempos tão difíceis.

Ao Flávio e ao Bruno, colegas da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS, pelas ideias e contribuições durante as discussões sobre a proposta.

Aos membros da banca por todas as contribuições.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Ciências do Comportamento da Universidade de Brasília, e aos profissionais do Departamento, pelos aprendizados e pela imensa disponibilidade em ajudar.

Resumo

Este trabalho explora a contribuição da Análise do Comportamento para promover mudanças sociais em larga escala, por meio de um caminho didático. Em primeiro lugar, propõe-se a identificação de questões sociais como os efeitos sociais acumulados da emissão de padrões similares de comportamento por muitos indivíduos. Em segundo lugar, sugere-se o reconhecimento do papel do governo e das políticas públicas como ferramenta. Em terceiro lugar, indica-se a busca de relações condicionais que possam ser implementadas para um grande número de indivíduos para apoiar a resolução das questões sociais levantadas. Como exemplo, é identificada a baixa escolaridade como efeito social acumulado da repetição de padrões comportamentais, especialmente de adolescentes de famílias de baixa renda, com idade para cursar o ensino médio. Depois disso, é investigada a principal estratégia criada pelo governo para combater esse problema, o Programa Bolsa Família. Nesse Programa, jovens de 16 e 17 anos de famílias beneficiárias recebem um benefício se tiverem uma frequência escolar mensal mínima de 75%. Ainda assim, o comportamento de alguns jovens não se mantém. Por fim, é localizada a relação condicional prevista na regulamentação da Aprendizagem Profissional como potencial para aumentar a frequência escolar desses jovens. Para testar essa possibilidade, realizou-se um experimento com dois objetivos principais. O primeiro foi testar os efeitos da construção de um arranjo em âmbito local com o entrelaçamento do comportamento dos atores competentes (VI) para promover oferta e demanda de vagas de aprendizagem profissional (VD's). O segundo foi testar o efeito do estabelecimento da aprendizagem profissional (VI) sobre o comportamento de ir à escola (VD) em jovens de 16 e 17 anos beneficiários do Programa Bolsa Família com baixa frequência escolar. Foi utilizado um delineamento de linha de base múltipla entre contextos, com intervenção em seis municípios em três fases. Os resultados evidenciaram que: a) arranjos intersetoriais aumentaram a oferta e a demanda de vagas por aprendizagem e b) a contratação como aprendiz aumentou a frequência escolar, na maioria dos casos. Não foi possível implementar a aprendizagem em larga escala para o público alvo, mas a pesquisa contribuiu para o desenvolvimento de novas práticas entrelaçadas nos municípios na busca pela efetivação dos direitos dos adolescentes à educação e à profissionalização.

Palavras-chave: prática cultural, macrocontingência, metacontingência, política pública, Bolsa Família.

Abstract

This work explores the contribution of Behavior Analysis in promoting large scale social change. First, we identify social issues, such as the accumulated social effects of similar patterns of behavior by many individuals. Second, we recognize the role of the government in using public policy as a tool to shape social behavior. Third, we investigate conditional relations that can be implemented for many individuals to resolve these social issues. As an example, low levels of schooling is identified as the accumulated social effect of the repetition of behavioral patterns, especially by adolescents from low-income families of the age to attend secondary school. We turn to the main strategy created by the government to combat this problem, the Bolsa Família program. In this program, 16 and 17-year-olds in beneficiary families receive benefits if they have a monthly school attendance of 75% at minimum. In some cases, it seems that there are difficulties in maintaining this behavior. Finally, we hypothesize that the conditional relation established in regulating the Apprenticeship Program may help increase school attendance. To test this hypothesis, we run an experiment with two main objectives. First, we tested the effect of interlocking behavioral contingencies of the competent actors at the local level (IV) in increasing the supply and demand of apprenticeship positions (DV's). Second, we tested the effect of establishing an apprenticeship contract (IV) on the behavior of going to school (DV) in 16 and 17-year-olds beneficiaries of the Bolsa Família Program with low school attendance. A multiple baseline design across settings was carried out with the intervention in six municipalities in three phases. The results show that a) intersectoral arrangements increased the supply and demand of apprenticeship positions, and b) the apprenticeship increased school attendance on average. Although it was not possible to implement the Apprenticeship Program on a large scale for the target population, this research contributes to the development of new interlocked patterns in municipalities that seek to promote adolescents' rights to education and employment.

Keywords: cultural practice, macrocontingency, metacontingency, public policy, Bolsa Família

Lista de figuras

Figura 1. Macrocontingência relacionada a escassez de água e macrocontingência relacionada a abundância de água.	21
Figura 2. Série histórica de indicadores educacionais do ensino médio relacionados aos comportamentos de jovens de acessar, frequentar e concluir a trajetória escolar.	27
Figura 3. Série histórica da taxa de ocupação e da taxa de atendimento escolar de jovens de 15 a 17 anos	32
Figura 4. Macrocontingência relacionada à baixa escolaridade.	35
Figura 5. Ilustração das metacontingências envolvidas na definição dos benefícios elegíveis para cada família.....	50
Figura 6. Metacontingências de suporte com produção encadeada de PA's do PBF.....	52
Figura 7. Evolução do número de famílias beneficiários pelo PBF e o número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil.....	53
Figura 8. Relação condicional estabelecida no PBF para adolescentes de 16 e 17 anos e relação condicional concorrente relacionada a possibilidade de trabalho para adolescentes de 16 e 17 anos.....	66
Figura 9. Relação condicional estabelecida na Lei de Aprendizagem para os aprendizes.	69
Figura 10. Relação condicional estabelecida na Lei de Aprendizagem para as empresas.	70
Figura 11. Evolução dos contratos de aprendizagem no Brasil.	72
Figura 12. Descrição de condição antecedente e comportamento na atuação dos técnicos da Assistência Social.	81
Figura 13. Descrição de condição antecedente e comportamento na atuação do auditor fiscal.	81
Figura 14. Descrição de condição antecedente e comportamento na atuação dos funcionários do SENAC.	82
Figura 15. Metacontingência de suporte para implementação do Projeto PORVIR.	86
Figura 16. Cadeias comportamentais envolvidas na contratação de adolescentes do Projeto PORVIR como aprendizes por empresas.	93
Figura 17. Contingência relacionada à contratação de adolescentes do Projeto PORVIR (Fase 1).....	96

Figura 18. Contingência relacionada à contratação de adolescentes do Projeto PORVIR (Fases 2 e 3).....	124
Figura 19. Sessões realizadas no sítio eletrônico no período de 10/12/2016 a 31/12/2017 nos municípios do estado de São Paulo e proximidades.....	126
Figura 20. Número de sessões no sítio eletrônico em Batatais e em Lins de 10/12/2016 a 31/12/2017.....	127
Figura 21. Número de sessões no sítio eletrônico em Batatais e em Lins de 10/12/2016 a 31/12/2017.....	132
Figura 22. Preenchimento da cota de aprendizagem das empresas participantes antes e depois da intervenção.....	141
Figura 23. Frequência acumulada de visualizações de páginas de busca de candidatos e busca de vagas no sítio eletrônico de 10/12/2016 a 31/12/2017.	143
Figura 24. Frequência escolar dos 13 jovens contratados pelo Projeto Porvir nos municípios da intervenção.....	146
Figura 25. Número de adolescentes que cumpriram a condicionalidade relacionada à educação nos três meses anteriores e posteriores à intervenção.....	150
Figura 26. Percentuais de cumprimento da condicionalidade nos municípios da intervenção durante o ano de 2016 e 2017.....	153

Lista de tabelas

Tabela 1. Relação de benefícios, valor e critérios de concessão do PBF.	49
Tabela 2. Cronograma de implementação em Franca e Atibaia	89
Tabela 3. Resultado do contato com os adolescentes durante a implementação do Projeto PORVIR em Franca e Atibaia.	102
Tabela 4. Resultado do contato com as empresas durante a implementação do Projeto PORVIR em Franca e Atibaia.....	103
Tabela 5. Resultado da segunda fiscalização das empresas em Franca e em Atibaia	104
Tabela 6. Distribuição de aprendizes contratados pelas empresas fiscalizadas nas turmas oferecidas pelo SENAC em Franca e em Atibaia.....	105
Tabela 7. Sistema de pontos do banco de currículos do Projeto PORVIR.....	115
Tabela 8. Cronograma de implementação nos municípios	117
Tabela 9. Informações de acesso ao sítio eletrônico nos municípios de Batatais e de Lins. .	127
Tabela 10. Resultado do contato com os adolescentes durante a implementação do Projeto PORVIR em Batatais e em Lins.	128
Tabela 11. Matrículas, evasão e desempenho nos cursos da Escola PORVIR em Batatais e em Lins.	129
Tabela 12. Resultado do contato com as empresas durante a implementação do Projeto PORVIR em Batatais e em Lins	129
Tabela 13. Distribuição de aprendizes contratados pelas empresas fiscalizadas nas turmas oferecidas pelo SENAC em Batatais e em Lins.	130
Tabela 14. Informações de acesso ao sítio eletrônico nos municípios de Jardinópolis e de Porto Ferreira.....	132
Tabela 15. Resultado do contato com os adolescentes durante a implementação do Projeto PORVIR em Jardinópolis e em Porto Ferreira	133
Tabela 16. Matrículas, evasão e desempenho nos cursos da Escola PORVIR em Jardinópolis e em Porto Ferreira.	133
Tabela 17. Resultado do contato com as empresas durante a implementação do Projeto PORVIR em Jardinópolis e em Porto Ferreira	134

Tabela 18. Distribuição de aprendizes contratados pelas empresas fiscalizadas nas turmas oferecidas pelo SENAC em Jardinópolis e em Porto Ferreira.	135
Tabela 19. Cota de aprendizagem anterior e posterior à implementação do Projeto PORVIR	139
Tabela 20. Demanda de vagas de aprendizagem após a intervenção em cada município.	141
Tabela 21. Análise dos resultados da intervenção pelo método CDC.	154

Sumário

Introdução	15
Identificação de uma questão social: efeitos sociais acumulados e padrões similares de comportamento prejudiciais à sobrevivência das culturas.....	18
<i>Baixa escolaridade: indicadores educacionais de acesso, permanência, regularidade e conclusão e o comportamento de ir à escola</i>	<i>23</i>
Enfrentamento de uma questão social: o papel do Governo e das Políticas Públicas.	36
<i>Tentativa de alteração dos padrões observados: a criação do Programa Bolsa Família. .43</i>	<i>43</i>
A contribuição da Análise do Comportamento no enfrentamento de questões sociais: análise funcional de políticas públicas.....	56
<i>Em busca de relações condicionais complementares: o Programa Aprendizagem</i>	<i>65</i>
Objetivos	74
Delineamento Experimental.....	74
Estudo de viabilidade experimental	80
Estudo piloto	87
Método	87
<i>Participantes</i>	<i>87</i>
<i>Instrumentos</i>	<i>87</i>
<i>Procedimento</i>	<i>88</i>
<i>Coleta de dados.....</i>	<i>97</i>
Fase 1: Franca e Atibaia.....	101
Resultados	101
Discussão	106
Experimento.....	110
Método	110
<i>Participantes</i>	<i>110</i>
<i>Instrumentos.....</i>	<i>110</i>
<i>Procedimento</i>	<i>116</i>
<i>Coleta de dados.....</i>	<i>125</i>
Fase 2: Batatais e Lins	125
Resultados	125

Fase 3: Jardinópolis e Porto Ferreira	131
Resultados	131
Discussão	135
Resultados gerais	139
Discussão geral	157
Notas sobre pesquisa experimental com Políticas Públicas.....	169
Referências.....	172
Apêndice A	188
Apêndice B.....	190
Apêndice C.....	191
Apêndice D	193
Apêndice E.....	195
Apêndice F.....	196
Apêndice G	198
Apêndice H	201
Apêndice I.....	207
Apêndice J.....	208
Apêndice K	209
Apêndice L.....	212
Apêndice M.....	218
Apêndice N	220
Apêndice O	226
Apêndice P	230
Apêndice Q	231
Apêndice R.....	233
Apêndice S	235

O estudo sobre questões sociais é central na Análise do Comportamento. A partir de uma concepção determinista e ambientalista do homem e da sociedade, Skinner apresentou uma proposta científico-tecnológica apta a explicar os fenômenos comportamentais, fazer previsões e propor alternativas. A sociedade era o alvo maior de seu projeto (Andery, 1993).

Ao publicar *Walden II*, uma novela sobre uma comunidade utópica organizada por uma Ciência do Comportamento, Skinner (1948) já revelava sua preocupação com as questões sociais emergentes e sistematizava a sua versão da vida ideal. Foi com o passar do tempo que o autor viu sua obra despertar interesse. Quase trinta anos depois, em 1976, ao reescrever o prefácio de seu livro, concluiu que a maior razão disso ter acontecido era que o mundo começava a enfrentar problemas, como: o esgotamento dos recursos, a poluição ambiental e a superpopulação; e buscava soluções.

Argumentos do autor a favor da utilização de uma Ciência do Comportamento para lidar com as questões sociais foram especialmente apresentados em obras posteriores, como *Ciência e Comportamento Humano* (Skinner, 1953/2003), *Para Além da Liberdade e da Dignidade* (Skinner, 1971), *Sobre o Behaviorismo* (Skinner, 1974/1976), *Reflections on Behaviorism and Society* (Skinner, 1978) e *Upon Further Reflection* (Skinner, 1987). Em 1953/2003, Skinner afirmou que “propor uma mudança em uma prática cultural, fazer a mudança e aceitar o mudado, são partes do nosso objeto de estudo” (p. 464). Ao retratar a confusão existente entre as diferentes práticas e as posições teóricas que elas representam, Skinner advoga pela adoção de um ponto de vista científico, consistente e sem reservas para tratar de qualquer questão humana. Para ele, era comum a utilização de diversas posições teóricas para referir-se a determinado fenômeno. O autor relata que havia certa concordância de que seres humanos eram produto de seu ambiente, mas, para casos

considerados especiais, tendia-se a ponderar a existência de uma determinação interior. Assim, exemplifica: “totalitarismo ou democracia, o Estado ou o indivíduo, sociedade planificada ou *laissez-faire*, o impacto das culturas sobre povos estranhos, determinismo econômico, iniciativa privada, propaganda, educação, guerra ideológica – tudo isso diz respeito à natureza fundamental do comportamento humano” (Skinner, 1953/2003, p. 10).

Por meio de um planejamento cultural, o autor começa a indicar o caminho para a intervenção na sociedade orientado por uma Ciência do Comportamento. O autor sugere que o arranjo eficaz de contingências torna possível gerar e manter comportamento humano (Skinner, 1966). Contingência refere-se às relações condicionais entre eventos ambientais ou entre o comportamento de um organismo e seu ambiente (Todorov, 1991, 2007, 2012). Skinner (1969) assim a define:

Uma formulação adequada da interação entre um organismo e seu ambiente deve sempre especificar três coisas (1) a ocasião em que a resposta ocorre, (2) a própria resposta, e (3) as consequências reforçadoras. As inter-relações entre elas são as contingências de reforço. (p.5).

Suas descrições, normalmente, apresentam-se como regras anunciadas na forma “se, então”. A contingência é o instrumento utilizado na busca de relações funcionais (Todorov, 1991, 2007, 2012).

Defensor de que é possível mudar o comportamento por meio da modificação das condições das quais é função, Skinner (1953/2003) afirma que na medida em que se comprova que um aspecto do ambiente tem efeito reforçador sobre o comportamento, esse último deveria ser tratado como comportamento operante e analisado como tal. Seu argumento geral é que planejar uma cultura é como planejar um experimento (Skinner, 1953/2003, 1971). É nesse contexto que o autor afirma que “uma dada cultura é um experimento de comportamento. É um conjunto particular de condições no qual um grande

número de pessoas se desenvolve e vive” (Skinner, 1953/2003, p. 468). Skinner (1971) afirma que é função do planejador propor a introdução de uma prática cultural por causa do efeito que se quer observar na comunidade. Assim, indica como ponto de partida o reconhecimento do papel das contingências de reforço na definição do que deve ser feito e na proposição de alternativas.

No papel de planejador cultural, pode-se reconhecer a ação dos representantes do Governo, reconhecido por Skinner como uma agência de controle (Skinner, 1953/2003). Uma agência de controle é parte do grupo que exerce controle ético sobre seus membros. É composta por pessoas responsáveis pelo manejo de contingências que regulam as relações entre o que as pessoas fazem e seu ambiente. As pessoas que representam essas agências utilizam-se de procedimentos como reforçamento e punição para exercer controle sobre o comportamento de seus membros. Por meio desses procedimentos, o Governo cumpre um papel especial no arranjo de contingências relacionadas, por exemplo, ao comportamento de acessar serviços e bens públicos, como as praças e os parques, os serviços de saúde, os estabelecimentos educacionais, os equipamentos socioassistenciais ou os postos de atendimento ao trabalhador.

Neste trabalho, pretende-se demonstrar como a Análise do Comportamento pode contribuir para a modificação de uma prática cultural instalada, com o intuito de promover o acesso a serviços sociais governamentais. Na primeira parte, desenha-se o caminho para a identificação de uma questão social, os efeitos sociais acumulados relacionados e os padrões similares de comportamento que geram tais efeitos. Faz-se uma análise mais detalhada da baixa escolaridade, dos indicadores relacionados e dos padrões de comportamento prejudiciais à sobrevivência da cultura que podem ser observados no Brasil. Na segunda parte, descreve-se como o Governo, como agência de controle, tenta solucionar determinada questão social por meio de Políticas Públicas. Com referência a

baixa escolaridade, uma das propostas atualmente em vigor no Brasil é o Programa Bolsa Família, que realiza transferências de renda condicionadas a diferentes comportamentos, entre eles o comportamento de matricular-se e frequentar a escola. Na terceira parte, propõe-se a realização de análises funcionais de cada etapa do ciclo de Políticas Públicas em busca de soluções alternativas que possam ser aplicadas em larga escala. Apresenta-se uma proposta de inserção de relação condicional complementar para aumentar a frequência do comportamento alvo do programa relacionado ao acesso à educação. Em seguida, relata-se a realização de um experimento em seis municípios do estado de São Paulo, no qual a proposta foi implementada e discute-se seus resultados.

Identificação de uma questão social: efeitos sociais acumulados e padrões similares de comportamento prejudiciais à sobrevivência das culturas

Noticiários e jornais nos alertam diariamente sobre questões latentes como desemprego, efeito estufa, pobreza, crise hídrica, analfabetismo, obesidade, entre outros exemplos. Questões sociais como essas são consideradas prejudiciais às sociedades. Para expressar a gravidade dessas questões, as notícias comumente citam números produzidos por sistemas estatísticos, como, por exemplo, o Censo Demográfico ou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ou outros próprios de órgãos responsáveis pela execução de determinada política. Esses números fazem referência a *indicadores sociais*,

uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando

na mesma (Januzzi, 2004, p. 15).

Indicadores ajudam a dimensionar a gravidade das questões sociais (Januzzi, 2017).

Intelectuais das mais diferentes áreas, como Economia, Engenharia, Serviço Social, Geografia, Psicologia Social, entre outros, se dedicam a estudar as questões sociais na tentativa de encontrar soluções para mudar esses cenários. A crise hídrica, por exemplo, é uma questão social expressa pelos baixos níveis de água limpa nos reservatórios, para abastecer a população. Engenheiros químicos podem investigar, por exemplo, os métodos, custos e aplicações da dessalinização de água salgada para maximizar a oferta de água potável (Khawaji, Kutubkanah & Wie, 2008). Economistas podem fazer projeções dos impactos econômicos de propostas de restrições ao uso e elevação dos preços da água (Magalhães, Carvalho, Souza & Domingues, 2016). Geógrafos podem estudar as dimensões territoriais da demanda de recursos hídricos para propor alterações no planejamento ambiental territorial (Brum & Nascimento, 2016).

Analistas do comportamento não fogem à regra. Do ponto de vista da Análise do Comportamento é necessário primeiramente compreender como esse tipo de questão diz respeito ao comportamento humano. Nessa tarefa, os conceitos de macrocomportamento e macrocontingência podem ajudar. Macrocomportamento é "comportamento operante aprendido socialmente observado no repertório de muitos membros de um sistema cultural" (Glenn, et al., 2016, p. 14). Macrocomportamentos podem ser observados nos membros de uma cultura ou uma subcultura, como as corporações, igrejas, famílias e comunidades étnicas.

Macrocontingência é a relação entre comportamento operante e um significativo efeito social acumulado (Glenn, et al., 2016). O comportamento operante a que se refere uma macrocontingência pode ser parte de contingências comportamentais individuais ou de contingências comportamentais entrelaçadas (CCE's). Macrocomportamentos têm um

papel especial nas macrocontingências. Macrocomportamentos geram efeitos sociais acumulados.

Dois pontos importantes devem ser registrados. O primeiro é que os comportamentos são selecionados e mantidos por consequências próprias que não são as mesmas para todos. Um segundo ponto é que o efeito social acumulado não é manipulado independentemente e não seleciona ou mantém um macrocomportamento.

Inicialmente, pode-se dizer que uma questão social retrata os efeitos sociais acumulados da emissão de macrocomportamentos, ou seja, da repetição de um padrão comportamental por muitos indivíduos. No caso da crise hídrica, os baixos níveis de água nos reservatórios são efeitos sociais acumulados do comportamento de muitos indivíduos relacionado ao desperdício de água.

Para fazer uma relação mais direta entre o comportamento e seu efeito, exemplifiquemos: a) escovar os dentes com a torneira aberta gasta 12 litros de água; escovar os dentes com a torneira fechada e enxaguar a boca com um copo de água gasta apenas 0,5 litro, b) tomar banho com o registro meio aberto consome 135 litros de água; tomar banho com o registro fechado ao se ensaboar e com alguns minutos a menos gasta 45 litros, c) lavar a calçada por 15 minutos com a mangueira gasta 279 litros de água; varrer a calçada e tirar a sujeira localizada com um pano úmido praticamente não gasta água.¹ A soma dos efeitos dos comportamentos de muitos indivíduos é exatamente o efeito social acumulado citado anteriormente. Os primeiros comportamentos citados em cada item geram baixos níveis de água nos reservatórios. Os segundos comportamentos citados em cada item geram altos níveis de água nos reservatórios.

Como observado anteriormente, a consequência que controla o uso da água pode

¹ Informações retiradas do site da SABESP: <http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=595> em 12 de novembro de 2017.

ser diferente para cada indivíduo. Pode ser o valor pago no final do mês ou mesmo o comportamento verbal emitido por outra pessoa, por exemplo. Além disso, não é viável manipular de forma independente os níveis de água nos reservatórios. A Figura 1 ilustra as relações entre comportamento e seus efeitos no caso da escassez e da abundância de água.

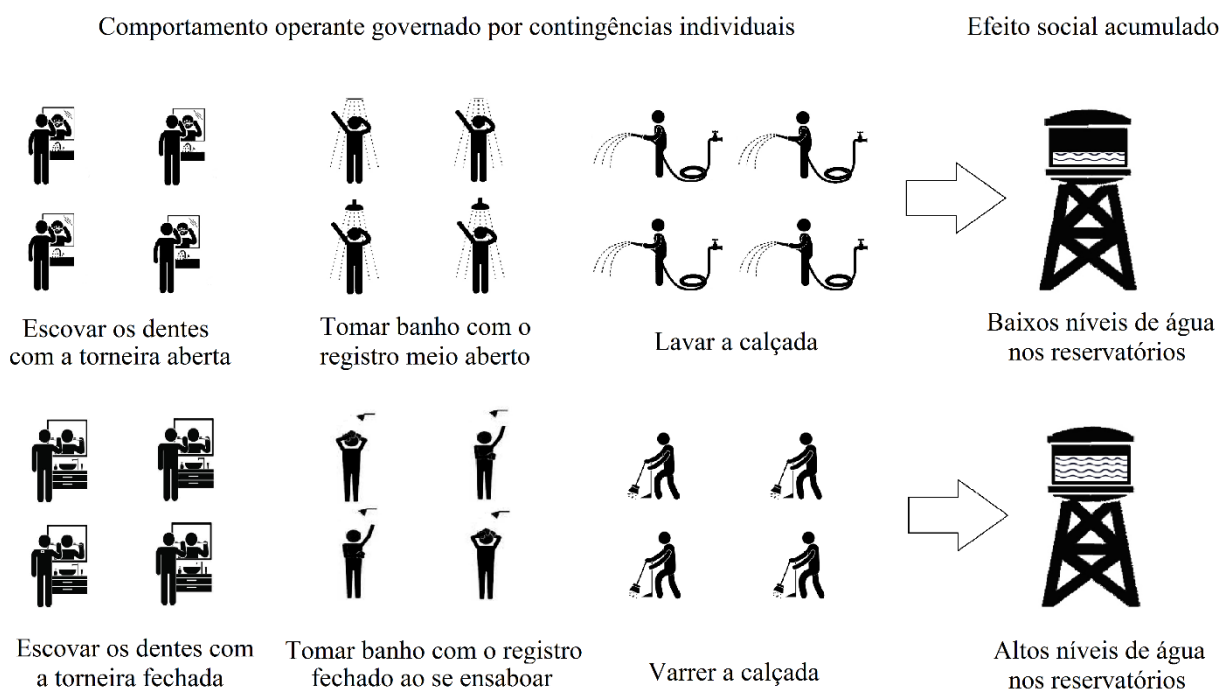


Figura 1. Macrocontingência relacionada a escassez de água e macrocontingência relacionada a abundância de água.

Inicialmente, é possível pensar em dois tipos de padrões de comportamentos dos membros de uma cultura: a) os que geram efeitos sociais acumulados indesejáveis e b) os que geram efeitos sociais acumulados desejáveis. No primeiro caso, é almejada a redução da probabilidade de emissão de tais padrões. Glenn et al., (2016) afirmam que as tentativas de intervenção em larga escala envolvem comumente a manipulação dos custos do comportamento que contribui para o seu efeito. Por exemplo, intervenções possíveis para reduzir a probabilidade do comportamento de fumar são acrescentar impostos sobre o cigarro ou limitar os espaços em que fumar é permitido.

No segundo caso, é de interesse o aumento da probabilidade de emissão de padrões

de comportamento. Skinner (1966) afirma que é possível gerar e manter padrões de comportamento desejados com o arranjo de contingências efetivas. É possível maximizar o efeito de uma consequência por meio: a) do treino discriminativo (Skinner, 1966), como por exemplo, um treino para separação correta do lixo de acordo com as classificações e cores correspondentes em um programa de coleta seletiva nas residências; b) da quebra de longas cadeias comportamentais (Skinner, 1966), como, por exemplo, a utilização de programas de economia de fichas para instalar comportamentos intermediários em cadeias comportamentais relacionadas à prática de atividade física; ou c) do arranjo de consequências intermediárias e suplementares para comportamentos que tenham consequências positivas remotas (Skinner, 1969), como oferecer descontos nas contas de água para quem reduz o consumo médio mensal, por exemplo.

Skinner (1953/2003) propõe ainda o conceito de valor de sobrevivência de uma prática cultural que deve ser levado em conta por um planejador:

assim como as características genéticas que surgem como mutações são selecionadas ou rejeitadas por suas consequências, também as novas formas de comportamento são selecionadas ou rejeitadas pelo reforço. Há ainda uma terceira espécie de seleção que se aplica às práticas culturais. O grupo adota um dado procedimento - um costume, um uso, um instrumento controlador - seja planejadamente ou através de algum evento que, na medida em que se refira ao efeito sobre o grupo, pode ser inteiramente acidental. Como característica do ambiente social essa prática pode afetar o sucesso do grupo na competição com outros grupos ou com o ambiente não-social. As práticas culturais que são vantajosas tenderão a ser características dos grupos que sobrevivem e que, portanto, perpetuam essas práticas. Portanto, pode-se dizer que algumas práticas culturais têm um valor de sobrevivência, enquanto outras são letais no sentido genético (pp.

467-468).

Nossos ancestrais foram selecionados por comportarem-se de maneiras que resultaram na sua sobrevivência. Portanto, para Skinner (1953/2003), o que deve essencialmente sinalizar se uma prática cultural deve ou não ser mantida é o seu valor de sobrevivência para os membros do grupo.

Por fim, ao tentar identificar como o comportamento humano diz respeito a determinada questão social pode-se levantar dados sobre as macrocontingências relacionadas: os efeitos sociais acumulados, os padrões comportamentais similares que geram tais efeitos e as variáveis que controlam a ocorrência do comportamento de muitos indivíduos. Com isso, é possível realizar projeções a longo prazo dos efeitos dos comportamentos emitidos por muitos indivíduos e prever o potencial destrutivo de tais práticas culturais. Posteriormente, é possível sugerir comportamentos concorrentes e procedimentos para instalá-los, assim como projetar os efeitos sociais acumulados da sua emissão em larga escala que poderiam contribuir para a solução da questão social em questão. Com os subsídios fornecidos por uma Ciência do Comportamento, um planejador cultural terá maiores condições de promover o engajamento do grupo em práticas culturais com considerável potencial para aumentar suas chances de sobrevivência, que sejam capazes de competir com práticas prejudiciais para a cultura.

Baixa escolaridade: indicadores educacionais de acesso, permanência, regularidade e conclusão e o comportamento de ir à escola

Uma questão social antiga é a baixa escolaridade da população. A escolaridade pode ser expressa em categorias por quantidade de anos de estudo, como, por exemplo, na divulgação dos Censos de 1991 e de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) ou em categorias divididas por conclusão de etapas educacionais, como na divulgação do Censo de 2010 do IBGE. A comparação entre os dois últimos censos evidencia uma queda de 63,04% para 49,25% da população de 25 anos ou mais sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto². Apesar disso, o indicador ainda revela níveis alarmantes: praticamente metade da população brasileira tem menos de 8 anos de estudos. Indicadores auxiliares nos ajudam a compreender os efeitos sociais acumulados relacionados a baixa escolaridade, como o número de matrículas na educação básica, as taxas de rendimento³ (aprovação,⁴ reprovação⁵ e abandono⁶), as taxas de transição⁷ (promoção,⁸ repetência,⁹ evasão¹⁰ e migração para Educação de Jovens e Adultos - EJA¹¹), taxas de distorção idade-série,¹² entre outros.

Em uma perspectiva histórica, a oferta e o acesso à educação ganharam amplitude, com maior quantidade de anos de formação básica, e abrangência, atingindo maior parte da população, nos sucessivos marcos normativos. Desde a Constituição Política do Império

² No Censo 2010, existe a categoria “sem instrução ou com ensino fundamental incompleto”. No Censo de 2000, essa categoria representa a soma das categorias: “nenhum nível educacional concluído”, “fundamental incompleto - 1ª série a 3ª série” e “fundamental incompleto - 4ª série a 7ª série”. A comparação foi realizada com base nas tabelas disponibilizadas no site do IBGE para o Censo de 2000 (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9771&t=downloads>) e para o Censo de 2010 (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9670&t=downloads>)

³ As medidas agrupadas como taxas de rendimento se referem à situação do aluno ao final de um período letivo declarado no Censo Escolar.

⁴ A taxa de aprovação indica a porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, alcançaram os critérios mínimos para a conclusão satisfatória da etapa de ensino na qual se encontravam.

⁵ A taxa de reprovação indica a porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, não alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da etapa de ensino na qual se encontravam.

⁶ A taxa de abandono indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo Escolar.

⁷ As medidas agrupadas como taxas de transição se referem ao fluxo do aluno entre dois anos consecutivos.

⁸ A taxa de promoção indica a proporção de alunos que em determinado ano estavam matriculados na série k (etapa de ensino seriada do ensino fundamental ou médio) e no ano seguinte se matriculam em série superior a k.

⁹ A taxa de repetência indica a proporção de alunos que em determinado ano estavam matriculados na série k (etapa de ensino seriada do ensino fundamental ou médio) e no ano seguinte se matriculam em série igual ou inferior a k.

¹⁰ A taxa de evasão indica a proporção de alunos que em determinado ano estavam matriculados na série k (etapa de ensino seriada do ensino fundamental ou médio) e no ano seguinte não estavam matriculados.

¹¹ A migração para EJA indica a proporção de alunos que em determinado ano estavam matriculados na série k (etapa de ensino seriada do ensino fundamental ou médio) e no ano seguinte estavam matriculados na EJA.

¹² A distorção idade-série indica a proporção de alunos matriculados em determinado ano que possui dois anos ou mais da idade adequada para aquele ano.

de 1824, já se estabelecia o ensino primário gratuito aos cidadãos. Nos marcos normativos posteriores, a educação foi paulatinamente estabelecida como obrigatória, direito de todos e dever da família, do Estado e da sociedade, para as três etapas da Educação Básica (ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio), inclusive para os que não concluíram na idade própria (ver apêndice A para maiores detalhes sobre a evolução da garantia da Educação Básica nos marcos normativos).

Por meio da Emenda Constitucional nº 59 de 2009, a educação básica tornou-se obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade. Assim, foi nesse ano que o ensino médio, a última etapa da Educação Básica com três anos de duração, tornou-se de fato obrigatório e gratuito por lei. Foi por meio de alterações na legislação, tornando imperativa a oferta e o acesso à educação, que parlamentares pretendiam instalar e manter o comportamento de gestores de estruturar a rede de educação e o comportamento de matricular e frequentar a escola para crianças e adolescentes.

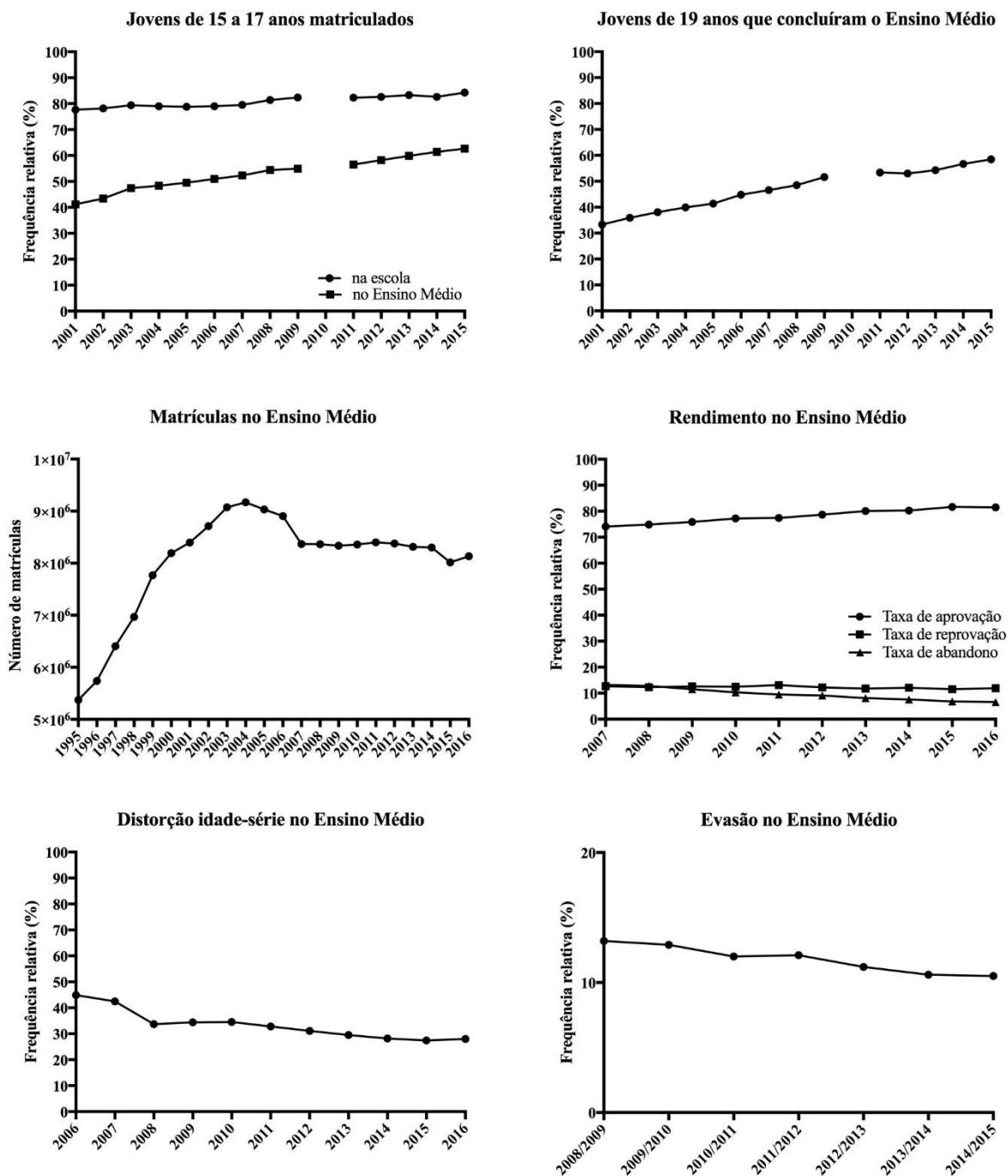
Para garantir o planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento do ensino em todas as suas etapas pelos diferentes níveis federativos, a Emenda Constitucional nº 59 de 2009, alterou a condição de transitoriedade do Plano Nacional de Educação (PNE) previsto nas disposições transitórias da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, para uma obrigatoriedade com status constitucional. Assim, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu artigo 214, que leis de duração plurianual contendo o PNE deveriam ser aprovadas. O último PNE, Lei nº 13.005 de 2014, determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional entre os anos de 2014 e 2024.

No Brasil, um grande gargalo na oferta e no acesso à educação está no ensino médio. Atualmente, essa etapa se apresenta como a mais desafiadora com evidências de que o previsto na legislação ainda não chegou à população (Castro, Torres & França, 2013)

e na qual as maiores taxas de evasão são observadas, especialmente nos últimos anos (Kattan & Székely, 2015; Neri, 2009). Considerando esse cenário, a meta 3 do PNE, direcionada ao ensino médio, previa universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas¹³ no ensino médio para 85%.

Na Figura 2, é possível ter um retrato histórico de alguns indicadores educacionais relevantes para uma compreensão mais aprofundada. Os indicadores escolhidos podem ser divididos em três tipos: a) os que evidenciam o efeito acumulado da emissão do comportamento de interesse pela população de determinada faixa etária (frequência relativa de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola, frequência relativa de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio e frequência relativa de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio), b) os que detalham o efeito acumulado dos comportamentos de quem está na escola independentemente da idade (matrículas no ensino médio, taxa de aprovação, taxa de reprovação e distorção idade-série) e c) os que indicam o efeito acumulado da emissão de outros comportamentos concorrentes ao comportamento de ir à escola (taxa de abandono e evasão).

¹³ Taxa líquida de matrícula ou taxa líquida de escolarização no ensino médio é o indicador que representa a razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista (15 a 17 anos) para estar cursando o ensino médio e a população total na mesma faixa etária.



* Fonte: IBGE/Pnad - Elaboração: Todos pela Educação - Adaptação: autora (quadro 1)

** Fonte: IBGE/Pnad - Elaboração: Todos pela Educação (quadro 2)

*** Fonte: MEC/Inep - Elaboração: autora (quadros 3 a 6)

Figura 2. Série histórica de indicadores educacionais do ensino médio relacionados aos comportamentos de jovens de acessar, frequentar e concluir a trajetória escolar.

De 2001 a 2015, a frequência relativa de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola aumentou de 77,7% para 84,3%. No entanto, ainda há 15,7% de jovens nessa idade sem matrícula na escola. A frequência relativa de jovens de 15 a 17 anos matriculados no

ensino médio cresceu de 41,2% para 62,7%. Isso significa que, embora a universalização da educação esteja progredindo de forma lenta, os jovens matriculados estão cada vez mais em idade adequada à série que deveriam cursar. É preocupante, no entanto, que ainda em 2015, apenas 58,5% dos jovens de 19 anos tenham concluído o ensino médio. Se esses indicadores forem desagregados, fica evidente a predominância histórica e atual de jovens residentes na área rural, pretos e pardos e com menor renda familiar per capita que não têm garantido o seu direito à educação, o que evidencia a desigualdade de oportunidades em relação aos outros grupos.¹⁴

Em relação aos indicadores que detalham o comportamento dos jovens que estão na escola, nota-se um crescente número total de matrículas até 2004, mas uma queda nos anos mais recentes. O número crescente de matrículas até 2004 está relacionado às conquistas do Ensino Fundamental que permitiram com que mais jovens concluíssem essa etapa e pudessem se matricular no ensino médio (Barros & Mendonça, 2008; Kattan & Székely, 2015; Kuenzer, 2010). No entanto, a tendência decrescente nos anos posteriores é associada a uma falta de capacidade do sistema educacional de se adequar ao contexto socioeconômico da população que passou a frequentar o ensino médio (Kattan & Székely, 2015), o que sugere um problema na oferta educacional pelo Governo. Há uma crescente taxa de aprovação e uma queda na distorção idade-série que demonstram que cada vez mais o jovem que está na escola está adequado à série, o que corrobora a evolução da frequência relativa de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio. Em relação aos indicadores que detalham o comportamento dos jovens que não estão na escola e que, portanto, agravam a questão social da baixa escolaridade, é possível verificar uma queda tanto na frequência relativa de jovens que abandonam a escola no meio do ano letivo

¹⁴ Dados disponíveis no site: www.observatoriodopne.org.br. Essa afirmação é corroborada por outros estudos que aprofundam a discussão das relações entre raça (Cireno & Guimarães, 2009), renda e (Craveiros & Ximenes, 2013) e alcance escolar.

quanto na frequência relativa de jovens que evadem na transição de um ano para o outro.

De modo geral, percebe-se que as mudanças têm acontecido na direção do que prevê a legislação, mas de forma bastante lenta, o que mantém um hiato entre o previsto e a realidade. Silva (2015) destaca a expansão conquistada no ensino médio, porém reafirma a enorme distância que ainda há para a universalização. Os resultados da desagregação dos indicadores de matrícula por região, as condições de acesso e permanência e os números persistentes de reprovação e de abandono escolar evidenciam algumas das barreiras que impedem a universalização.

Como foi visto, a maioria dos indicadores descreve os efeitos sociais acumulados de comportamentos relacionados ao acesso, à permanência, à regularidade e à conclusão da trajetória escolar. No entanto, é a ausência desses comportamentos, mais evidenciados pela taxa de abandono e de evasão, que produz o retrato da baixa escolaridade. Ainda assim, pela análise desses indicadores, é possível apenas conhecer a parcela da população que não emite os comportamentos desejados e abandonam a escola no mesmo ano ou evadem no período de transição de um ano escolar para outro. Não é possível afirmar que existe um padrão similar de comportamento dos jovens que produz o efeito social acumulado. Pode-se apenas dizer que há outros comportamentos concorrentes que são mais efetivamente controlados pelas suas consequências do que o comportamento de ir à escola em determinada parcela da população que gera a baixa escolaridade. Para compreender o que gera a questão social, é essencial que o analista do comportamento conheça esses outros comportamentos e as variáveis que os controlam para propor intervenções efetivas que revertam o quadro da baixa escolaridade.

Alguns comportamentos concorrentes emitidos pelos adolescentes que deveriam estar cursando o ensino médio são descritos nas pesquisas que investigam determinantes, motivos ou características associadas ao abandono ou a evasão escolar. Nem todas as

informações levantadas por essas pesquisas descrevem comportamentos concorrentes que os jovens emitem. No entanto, podem dar informações sobre estímulos no ambiente que possam controlá-los. Comumente são pesquisas que entrevistam diretamente o adolescente ou seus familiares para perguntar o motivo do abandono ou da evasão, ou utilizam bases de dados governamentais para demonstrar relações entre diferentes variáveis e o abandono ou a evasão escolar.

Lopes de Leon e Menezes Filho (2002) utilizaram dados em painel da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE para descrever os determinantes da reprovação, do avanço e da evasão escolar após situação de reprovação em séries-diploma¹⁵ no Brasil, no período de 1984 a 1997. A pesquisa foi feita por amostragem nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo com monitoramento do mesmo domicílio por duas vezes em um período de 1 ano e 4 meses. Os resultados da estimativa da probabilidade de evasão condicional à reprovação demonstram que estudantes com mais idade e estudantes que moram sem os pais apresentam maior chance de evadir quando são reprovados. A inserção no mercado de trabalho se mostrou estatisticamente significativa com maior chance de evasão apenas para estudantes reprovados nas séries-diploma do ensino fundamental e não no ensino médio. Ou seja, estudantes reprovados nas séries-diploma do ensino fundamental deixam de ir à escola para trabalhar.

Neri (2009) utilizou o suplemento da PNAD de 2006 para entender as motivações da evasão que foram agrupadas em quatro categorias. No âmbito da demanda de acesso à educação, apontou a falta de interesse (50,5%) e a necessidade de trabalho e renda (35%). No âmbito da oferta de serviços educacionais, apontou a dificuldade de acesso à escola

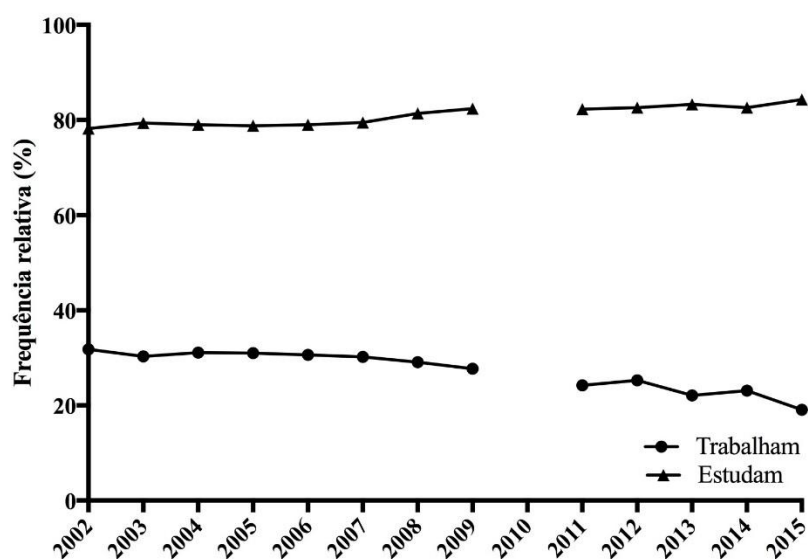
¹⁵ Na época da pesquisa, eram consideradas séries-diploma do Ensino Básico: 4º ano do ensino fundamental, 8º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio.

(12,9%). Motivos variados compõem a parcela final (1,5%). Quando comparou os anos de 2004 e 2006, observou uma redução no percentual de jovens que declararam motivos relacionados a falta de oferta (20,7%) e a falta de interesse (13,7%) e um aumento no percentual de jovens que declararam motivos relacionados à renda (27,2%).

Soares, Fernandes, Nóbrega e Nicollela (2015) verificaram as informações da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) de 2001 a 2008 para os nascidos entre 1987 a 1992 e da Pesquisa sobre Abandono Escolar (PSAE) realizada em 2009 com alunos que deixaram a escola durante os anos de 2006 a 2009, para identificar as características associadas ao abandono do ensino médio por jovens de escolas públicas de Minas Gerais. Os resultados encontrados na PNAD evidenciam que alunos do sexo masculino, alunos maiores de 18 anos, alunos com defasagem, alunos que trabalham e alunos com condições socioeconômicas mais precárias tem maiores riscos de não permanecerem na escola. Os resultados encontrados na PSAE indicam que o sexo masculino, a condição socioeconômica precária, situações de gravidez, a defasagem idade-série e a necessidade de trabalhar para ajudar a família aumentam o risco de abandono. Uma terceira análise focada nas variáveis ligadas ao contexto escolar adiciona a dificuldade geral nas disciplinas como fator de risco.

Por meio dos resultados dos três estudos citados, é possível observar que existem diversas variáveis associadas a situação de abandono ou evasão escolar, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Fica evidente que não é uma estratégia única que deve ser utilizada para prevenir e combater a evasão. Linhas de ação diferentes podem ser planejadas para que adolescentes que ainda estão na escola permaneçam e para que adolescentes que já saíram da escola retornem. Assim, são necessárias tanto estratégias para aumentar os reforçadores da permanência no ambiente escolar quanto para reduzir o custo do comportamento de frequentar a escola.

Em todas as pesquisas, o trabalho foi apontado como variável relevante que influencia o abandono ou a evasão escolar para parte da população. Um ponto importante é entender se são comportamentos concorrentes. Na Figura 3, é possível verificar o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que trabalham e que vão à escola em relação a população total nessa faixa etária em uma perspectiva histórica a partir dos dados das PNAD's.



* Fonte: IBGE/Pnad - Elaboração: autora

Figura 3. Série histórica da taxa de ocupação e da taxa de atendimento escolar de jovens de 15 a 17 anos.

Os dados evidenciam um leve aumento no percentual de adolescentes que vão à escola e uma queda um pouco maior no percentual de jovens que trabalham, no entanto, ainda sem revelar se são comportamentos concorrentes.

Silveira, Campolina & Horn (2013) utilizaram o Censo de 2010 para verificar a frequência escolar e a participação no mercado de trabalho de crianças e adolescentes de 10 a 18 anos. Aos 14 anos, 94% dos adolescentes estavam na escola e 13% estavam ocupados. Aos 17 anos, 73% estavam na escola e 40% estavam ocupados. Os autores concluíram que é na passagem dos 14 e 15 anos para os 17 anos que são encontrados os maiores índices de evasão escolar e de ingresso no mercado de trabalho. No entanto, os

autores também não identificaram se há sobreposição. Ou seja, se os adolescentes que estavam ocupados são aqueles que não estavam na escola, por exemplo.

Uma análise feita pelo IBGE (2016) descreve o percentual de jovens por tipo de atividade nos anos de 2005 e 2015, identificando já as sobreposições. Do total de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, classificam-se os jovens que: não estudam, nem trabalham e nem procuram trabalho (7,6% e 8,0%, respectivamente), não estudam, nem trabalham, mas procuram trabalho (2,1% e 2,0%, respectivamente), só trabalham (8,6% e 5,0%, respectivamente), estudam e trabalham (22,3% e 14,1%, respectivamente) e só estudam (59,3% e 70,9%, respectivamente). Chama atenção a diminuição no percentual de jovens que estudam e trabalham e o aumento no percentual de jovens que só estudam. Apesar da mudança aparentemente positiva entre 2005 e 2015, o comportamento dos jovens pertencentes a pelo menos as quatro primeiras categorias, deveria ser olhado com atenção pelos gestores públicos que podem pensar tanto em ações direcionadas para a prevenção quanto para o combate do abandono e da evasão escolar.

Considerando-se a situação em que os comportamentos são concorrentes, em que o adolescente trabalha e não estuda, é importante entender quais são as variáveis que controlam o comportamento de trabalhar. Neri (2009) desagregou os motivos relacionados a evasão por necessidade de trabalho e renda declarados na PNAD. Os motivos encontrados foram: trabalhar ou procurar trabalho (75,2%), falta de dinheiro para as despesas na escola (8,65%), pais preferiram que trabalhasse (2,74%) e ajudar nos afazeres domésticos (13,4%). Essa desagregação sugere que a maioria dos jovens trabalha ou procura trabalho externo para obter renda. Uma pequena parcela reúne os jovens que deixam de ir à escola para trabalhar em casa. Ainda assim, é possível que essa parcela assuma as tarefas domésticas como cuidar dos irmãos ou limpar a casa, para que os outros membros de sua família possam trabalhar e obter renda.

Em situação de restrição de renda, dinheiro parece ser uma variável ainda mais potente para controlar comportamento. Segundo Neri (2009), a desagregação da categoria “necessidade de trabalho e renda” segundo o nível econômico da família evidencia que a evasão por restrição de renda é 422% maior entre os mais pobres. Assim, pode-se sugerir que aumentam as chances de evasão escolar quando há oportunidade de trabalho e carência para adolescentes.

Considerando que a renda é consequência que potencialmente controla o comportamento, é interessante conhecer a relação entre o comportamento de ir à escola, que é o comportamento desejado, e a renda futura, como consequência remota. Neri (2009) apresenta o que chama de paradoxo da evasão escolar representado por um baixo investimento na educação apesar dos altos prêmios privados esperados. A partir dos dados da PNAD de 2007, demonstrou uma relação diretamente proporcional entre o número de anos de estudo, a renda do trabalho e a chance de ocupação.

Ney, Souza e Ponciano (2010) complementam a análise demonstrando que essa relação se intensifica no ensino médio, tornando crucial o investimento educacional nessa etapa. Ainda, um relatório publicado pela Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2017) indica que no Brasil há uma desvantagem de mais de 30% em termos salariais para trabalhadores que não completaram o ensino médio. Esses dados mostram que os maiores ganhos sobre a renda ocorrem depois de uma longa trajetória escolar. Por fim, apesar das estatísticas indicarem a probabilidade de o trabalho ter consequências de maior magnitude no futuro, caso seja mantido o comportamento de ir à escola, isso não parece controlar efetivamente o comportamento de jovens que evadem para trabalhar.

Por fim, na Figura 4, é possível compreender as relações entre comportamento e seus efeitos na questão social citada. Uma grande parcela de jovens que não vão para a

escola e emitem outros comportamentos concorrentes produzem altas taxas de abandono e evasão escolar.



Figura 4. Macrocontingência relacionada à baixa escolaridade.

Após identificar as macrocontingências relacionadas à baixa escolaridade: os efeitos sociais acumulados, como as taxas de abandono e evasão escolar; conhecer a parcela da população que não emite o comportamento de ir à escola; verificar algumas condições antecedentes, como o contexto socioeconômico das famílias; conferir a falta de reforçadores no ambiente escolar; buscar conhecer outros comportamentos concorrentes e suas variáveis controladoras, como é o caso do comportamento de trabalhar e a renda proveniente dessa atividade, é possível a um Analista do Comportamento dar sugestões de como arranjar contingências potentes em larga escala para fortalecer ou reinstalar o comportamento de ir à escola para ajudar a solucionar a questão social. Como já foi dito, é necessária a implementação de diferentes estratégias a depender de quais são as variáveis que controlam o comportamento dos estudantes. Neste trabalho, o foco é nos estudantes

que apresentam baixa frequência escolar, abandonam ou evadem à escola e para os quais o comportamento de trabalhar é um concorrente ou um potencial concorrente que impede o aumento da frequência escolar ou o retorno à escola. O capítulo a seguir traz um retrato do papel do governo, como agência de controle, para tratar de questões sociais e como, especificamente, o governo brasileiro têm tentado solucionar a baixa escolaridade desses jovens por meio de Políticas Públicas.

Enfrentamento de uma questão social: o papel do Governo e das Políticas Públicas

Indivíduos vivem em grupo. Parte da aquisição do repertório comportamental desses indivíduos depende dos procedimentos do grupo que instalam, fortalecem ou enfraquecem comportamentos. De maneira simplificada, um padrão de repertório surge quando algumas respostas são reforçadas e outras sofrem extinção ou são punidas. Comumente, a aplicação desses procedimentos por membros do grupo de forma isolada revela-se pouco organizada e inconsistente. No entanto, dentro dos diferentes grupos, o comportamento dos indivíduos em alguns campos é controlado por agências específicas, mais bem organizadas, como é o caso da agência governamental (Skinner, 1953/2003).

Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1983), em uma acepção mais ampla, Governo é “o conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade” (p.555). Embora sua origem seja mais antiga, nas sociedades modernas, o Governo está associado a noção de Estado que é uma das formas de organização política assumida pela sociedade. Nessa linha, governantes são o “conjunto de pessoas que governam o Estado” (p.555) e governados são “o grupo de pessoas que estão sujeitas ao poder de Governo na esfera estatal” (p.555).

A origem do poder de governo remonta a evolução da divisão do trabalho, a partir

da qual os conflitos de ideias, valores e opinião entre os cidadãos precisavam ser mantidos em limites administráveis (Rua & Romanini, 2013), sem gerar efeitos desagregadores (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1983). Certamente, os efeitos benéficos da existência da agência de controle para a sobrevivência do grupo contribuíram para a sua seleção e manutenção (Dittrich, Todorov, Martone & Lé-Sénégal-Machado, 2013). Considerando a evolução das formas de organização do Estado acometida pelo princípio da divisão dos poderes, atualmente o Governo coincide com Poder Executivo. Assim, considera-se Governo, os órgãos competentes pela Administração Pública e seus funcionários que decidem e garantem o funcionamento dos serviços públicos.

O poder de controlar o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo depende de um consentimento prévio. Um agente “induz o grupo a atribuir-lhe poder governamental, e uma vez no cargo, deve manter contato com essa fonte” (Skinner, 1953/2003, p. 366). Os membros do governo utilizam diferentes procedimentos para exercer controle sobre o comportamento dos governados. O resultado dessa tentativa no comportamento dos seus governados e o efeito desse comportamento determinará a continuidade ou descontinuidade do controle da agência.

Governantes e governados constituem um sistema social, situação em que há intercâmbio entre dois ou mais indivíduos, cujos comportamentos estão entrelaçados (Skinner, 1953/2003). Governantes decidem sobre um conjunto de práticas que envolvem o comportamento dos membros das agências governamentais e da população em geral, que podem ser descritas na forma de contingências e codificadas na tentativa de garantir maior eficácia no controle do comportamento de quem se pretende controlar. Assim, para compreender o controle exercido por uma agência governamental, é necessário analisar tanto o comportamento dos governantes que decidem quais variáveis ambientais devem

ser manipuladas, dos membros da agência que manipulam as variáveis diretamente, e o efeito geral da manipulação no comportamento dos governados.

Para exercer o controle ético sobre o comportamento dos governados, o governo adota a classificação “legal” e “ilegal” para as formas de comportamento, que se assemelham às definições de “certo” e “errado” (Skinner, 1953/2003). Por exemplo, ocupar a propriedade do outro sem consentimento é forma “ilegal” de comportamento. Comprar a propriedade do outro é a forma “legal” de comportamento.

Com o intuito de coibir a manifestação de formas “ilegais”, o Governo utiliza com predominância a punição (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1983; Rua & Romanini, 2013; Skinner, 1953/2003). As punições podem consistir na remoção de reforçadores positivos, como a privação de liberdade ou o confisco de um bem, ou na apresentação de reforçadores negativos, como a obrigatoriedade de apresentar-se a delegacia. O efeito operante que se pretende com esse procedimento é a diminuição da probabilidade de ocorrência do comportamento (Skinner, 1953/2003).

Governos modernos têm colocado em prática outras formas de controle do comportamento. Por exemplo, é possível aplicar um esquema de reforço diferencial de comportamentos incompatíveis (DRI), que consiste na liberação do reforço após a ocorrência de comportamento que seja topograficamente incompatível com o comportamento inadequado. Reforço positivo na forma de subsídios pode ajudar a instalar comportamentos de plantio de produtos agrícolas desejados e inibir comportamentos de plantio de produtos agrícolas indesejados. Um exemplo seria a oferta de subsídios para o plantio de soja convencional para coibir o plantio de soja transgênica que tem custos reduzidos para os produtores, mas seu consumo é considerado prejudicial para a população.

Todos os procedimentos controladores de uma agência governamental são codificados por meio de leis (Skinner, 1953/2003), aprovadas pelos membros do Poder

Legislativo, ou por normativas infralegais, como decretos e portarias editadas pelo próprio Poder Executivo. Nesse sentido, “leis são escritas para controlar comportamento” (Todorov, 2005, p. 86). Algumas vezes, a lei fortalece práticas de controle já existentes pelo grupo, como por exemplo conceder benefício a pescador artesanal durante o período de defeso da atividade pesqueira para a preservação da espécie. Evitar pescar durante o período de reprodução da espécie já é prática antiga dos pescadores. Outras vezes, o intuito é instalar novas práticas, como a obrigatoriedade de destinar uma porcentagem das vagas de concursos públicos para negros, pardos e pessoas com deficiência. Ou ainda, por meio da lei tenta-se inibir práticas antigas, como aumentar a punição para quem submeter outro a trabalho escravo.

Para Skinner (1953/2003), leis são o "enunciado de uma contingência de reforço mantida por uma agência governamental" (p. 370) que deveriam especificar pelo menos comportamento e consequência. Todorov (2005) complementa ao dizer que leis descrevem o entrelaçamento de contingências de três termos. Algumas leis fazem referência a comportamentos que têm diferentes consequências a depender dos estímulos presentes no ambiente. Por exemplo, cometer um crime sob a influência de multidão em tumulto é circunstância antecedente atenuante da pena.

A implementação de uma única contingência pode envolver o comportamento de muitos agentes. Leis e atos normativos também servem para especificar o comportamento dos agentes que garantem a implementação da contingência especificada. Em alguns casos, uma lei pode especificar uma cadeia comportamental (Todorov, 2005) composta por contingências comportamentais entrelaçadas de membros de diferentes áreas responsáveis pelo conjunto de ações para garantir determinado direitos, por exemplo. Um desses casos é o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que atribui ao Estado, à Família e à

Comunidade o dever de proteger crianças e adolescentes e especifica as ações necessárias a cada um (Todorov, Moreira, Prudêncio e Pereira, 2005).

Diante de uma questão social complexa, na qual múltiplas variáveis influenciam na determinação de padrões similares de comportamento, o governo lança mão de um instrumento chamado Política Pública, também anunciada por meio de leis e outros atos normativos. Uma Política Pública é “um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos, estratégias de atuação e da alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos” (Saravia, 2007, p. 29). Quatro componentes parecem essenciais na caracterização de uma política pública: a) institucional, ou seja, é elaborada por autoridade formal legalmente constituída e competente, b) decisório, isto é, é um conjunto de decisões como resposta a um problema específico, c) comportamental ou que implica em um curso de ação e, d) causal, o que significa ter efeitos no sistema político e social (Saravia, 2007; Villanueva, 2007).

Políticas públicas abrangem uma série de iniciativas governamentais dos mais diferenciados tipos. Com o intuito de facilitar as análises diante de um quadro tão complexo, algumas tipologias foram criadas (Souza, 2010). Entre elas, se destaca a abordagem pioneira de Lowi (1964, 1972) com forte influência no Brasil, que classifica as arenas de debate em torno das Políticas Públicas de acordo com os tipos de coerção e de política. Para isso, o autor considera variáveis como: questão em disputa, relação custo-benefício, dinâmica de decisão e impacto da decisão, entre outros. Em sua proposição, as arenas são divididas em quatro tipos: distributivas, redistributivas, regulatórias e constitucionais.

Arenas distributivas são aquelas que alocam bens e serviços. Seus benefícios e expectativas são concentrados em uma área ou um grupo e seus custos são dispersos. Há

baixo grau de conflito que gira em torno da extensão dos benefícios, todos ganham com sua implementação e seus impactos são individualizados e imediatos (Lowi, 1964, 1972). São exemplos, a educação e a saúde.

Arenas redistributivas são caracterizadas por transferir bens de um grupo para outro grupo diretamente. Seus benefícios, expectativas e custos são concentrados em classes ou categorias sociais. Há altíssimo grau de conflito em torno dos bens e de sua escassez, um grupo ganha e outro grupo perde com sua implementação e seus impactos são coletivos e imediatos (Lowi, 1964, 1972). A reforma agrária é um exemplo.

Arenas regulatórias anunciam imperativos e proibições para os indivíduos e para as organizações e estabelecem sanções. Seus benefícios e expectativas são dispersos e seus custos são concentrados em determinados grupos. Têm alto grau de conflito porque há ganhadores e perdedores, mas com possibilidade de negociações, há competição e barganha e seus impactos são grupais e de longo prazo (Lowi, 1964, 1972). São exemplos, as leis ambientais e as leis trabalhistas.

Arenas constitutivas estabelecem as condições sob as quais serão negociadas as decisões das outras políticas. Seus benefícios, expectativas e custos são difusos, há baixo grau de conflito, há competição e barganha e seus impactos são difusos e de longo prazo (Lowi, 1972). Regimentos legislativos que regulamentam a tomada de decisão parlamentar são exemplos.

Outra tipologia mais comum à linguagem cotidiana é a que divide as Políticas Públicas de acordo com as suas características setoriais. Rua e Romanini (2013) citam quatro tipos: Políticas Sociais, Políticas Econômicas, Políticas de Infraestrutura e Políticas de Estado. Políticas Sociais se destinam a prover os direitos sociais como educação e saúde. Políticas Econômicas fazem a gestão da economia interna e promovem a inserção na economia externa como a política monetária, fiscal e de comércio exterior. Políticas de

Infraestrutura asseguram as condições de implementação das políticas sociais e econômicas como as políticas de transporte e de energia. Políticas de Estado garantem o exercício da cidadania, a ordem interna, a defesa externa e a soberania nacional, como as políticas de direitos humanos e de segurança pública.

Sem o intuito de esgotar as tipologias propostas, as classificações citadas nos ajudam a compreender algumas das variáveis que influenciam a formulação e a implementação das diferentes políticas. O resultado é um conjunto articulado de diretrizes discutidas entre Estado e a sociedade civil, composta de programas e projetos voltados para a intervenção na realidade social e efetivação dos direitos conquistados (Rua & Romanini, 2013). Toda política pública compõe um conjunto maior de políticas governamentais. Cada uma tem sua parcela de contribuição para o bem-estar coletivo (Saravia, 2007) e para a resolução de determinada questão social.

O Plano Brasil sem Miséria, lançado pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 7492 de 2011, ilustra como diferentes políticas de diversos tipos podem compor um conjunto amplo para combater uma questão social complexa, como a situação de extrema pobreza em que viviam milhares de famílias. Para operar o plano, foram criadas três instâncias de gestão, compostas por representantes de diferentes ministérios. O plano foi constituído por três eixos: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. Cada um desses eixos reúne programas característicos de diferentes políticas para atuar de forma focalizada (MDS, 2014).

No eixo garantia de renda, a busca ativa para incluir famílias no Cadastro Único e o Programa Bolsa Família eram as principais estratégias. O eixo acesso a Serviços Públicos contou com a ampliação dos serviços em áreas prioritárias, como o Programa Saúde da Família, o Programa Brasil Sorridente, o Programa Brasil Alfabetizado, o Minha Casa, Minha Vida e a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS),

Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Unidades Básicas de Atendimento, entre outros. A inclusão produtiva dividia-se em urbana e rural. A primeira, voltada para geração de ocupação e de renda na cidade, incluiu ações de qualificação por meio do Pronatec-BSM, intermediação de mão-de-obra, economia popular e solidária e formalização de pequenos negócios com apoio do Programa de Assistência técnica e gerencial do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e acesso a microcrédito produtivo orientado dos bancos públicos federais no Programa Crescer. A segunda, voltada para o aumento da produção no campo, incluiu acesso à água e à energia elétrica por meio dos programas Água e Luz para Todos e conservação de ativos ambientais (Bolsa Verde); assistência técnica e extensão rural (ATER), fomento e oferta de insumos, por meio dos programas de apoio à produção; ampliação da comercialização de produtos com suporte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e compras institucionais; e melhora de condições de trabalho para assalariados rurais com alcance do Programa Nacional de Documentação do Trabalhador Rural (PNDTR; MDS, 2014).

Tentativa de alteração dos padrões observados: a criação do Programa Bolsa Família

Embora as agências de controle tenham tentado impor a obrigatoriedade do comportamento de ir à escola por meio da legislação, os indicadores sociais evidenciam que a contingência não prevalece com uma parte da população. A desagregação desses indicadores permitiu observar que a ausência desse tipo de comportamento tem maior incidência na população de baixa renda quando se atinge o ensino médio.

Em 2003, o Governo Federal reconheceu que ainda havia um amplo conjunto de desafios relacionados a sobrevivência das famílias em situação de pobreza. Nessas

famílias, era alta a prevalência da baixa escolaridade, do alto risco de doenças causadas por hábitos não saudáveis e de trabalho infantil. Diante disso, percebeu-se a necessidade de enfrentá-los de forma integrada¹⁶ (Campello, 2013).

Como agência de controle capaz de manipular um conjunto particular de variáveis comuns a certos grupos de pessoas, o Governo Federal criou um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar uma estratégia em larga escala que pudesse trazer alívio imediato à situação de pobreza das famílias e induzir o acesso de seus membros às redes públicas de educação, saúde e assistência social (Campello, 2013). Em primeiro lugar, o Governo Federal verificou os comportamentos dos membros das famílias que resultavam nesses efeitos sociais acumulados (baixa escolaridade, risco de doenças e trabalho infantil) e que deveriam ser alterados para solucionar os problemas. Para imprimir uma mudança nas práticas sociais, tornou condicional a relação entre os comportamentos dos membros das famílias e o recebimento de benefícios e promoveu o programa em larga escala.

Vale lembrar que diferentes iniciativas já tinham sido realizadas pelo Governo Federal que utilizavam a transferência de renda como principal estratégia para erradicar a pobreza (Santana, 2007; Kerstenetzky, 2009). Em alguns programas, a transferência de renda tratava de garantir um piso mínimo para que a família tivesse seus direitos garantidos, como é o caso do Cartão Alimentação ou do Auxílio Gás. Em outros, a transferência de renda era condicionada ao comportamento de algum membro da família, como o Bolsa Escola, que exigia frequência escolar de crianças de 6 a 15 anos, e o Bolsa

¹⁶ Alguns estudos sugerem a baixa escolaridade como fator associado a comportamentos de risco para a saúde, como baixo acesso ao pré-natal por gestantes (ver Fonseca et al, 2014; Miranda et al., 2010; Ribeiro, et al., 2009), a exposição a agrotóxicos por trabalhadores rurais (ver Oliveira-Silva et al., 2001; Soares, Freitas & Coutinho, 2005) ou a escassez de renda (ver Ney, Souza & Ponciano, 2010; Craveiro e Ximenes, 2013), por exemplo.

Alimentação, que exigia a participação em ações básicas de saúde de gestantes e nutrizes e seus filhos (Santana, 2007) ¹⁷.

Santana (2007) faz uma releitura do alcance dos programas anteriores e detecta uma assistência fragmentada, com diferenças na distribuição de benefícios, que mantinha desigualdades regionais. O grupo de trabalho que criou o Programa Bolsa Família (PBF) propôs a consolidação, ampliação, redefinição e unificação desses programas para estabelecer um novo marco nas políticas sociais. Era necessário incorporar os avanços, mas com maior economia nos custos operacionais, otimização de mecanismos de gestão com participação da população e melhoria no acompanhamento dos compromissos estabelecidos pelas famílias.

O PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades focalizado em famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil, estabelecido pela Lei 10.836 de 2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209 de 2004¹⁸. O Programa possui três eixos: a transferência de renda, as condicionalidades e as ações complementares. As características do programa dividem os estudiosos quanto ao tipo de política de que se trata. Certamente, é política de acesso à direitos sociais. No entanto, há aqueles que entendem que é política distributiva que aloca recursos em serviços e beneficia a todos (Nascimento & Campos, 2012; Novaes, 2010) e os que entendem que é política redistributiva por tratar de redistribuição de renda focalizada nos mais pobres (Kerstenetzky, 2009).

¹⁷ Estudiosos assumem diferentes posições acerca da exigência de uma contrapartida das famílias para a transferência de renda. Os principais argumentos são desenvolvidos em torno da ideia de que os princípios de cidadania ficam ameaçados em famílias que já se encontram em situação bastante vulnerável. Os principais argumentos favoráveis são desenvolvidos em torno da ideia de que as exigências minimizam as chances de experiências que podem ser prejudiciais para o desenvolvimento das famílias e de que a demanda para cumprir as contrapartidas pode pressionar o poder público a ofertar serviços para atender à população (Monnerat, Senna, Schottz, Magalhães & Burlandy, 2007).

¹⁸ Oficialmente, o programa foi lançado pela primeira vez pela Medida Provisória 132 de 2003, posteriormente convertida na Lei 10.836 de 2004.

O desenho do PBF pode ser analisado à luz dos conceitos de contingência e metacontingência. Metacontingência é a “relação contingente entre contingências comportamentais entrelaçadas (CCE’s) recorrentes e seu produto agregado (PA) e eventos ou condições ambientais selecionadoras” (Glenn, et al., 2016, p. 6). Assim, a metacontingência é uma relação entre dois termos: CCE’s mensuradas por seus PA’s e consequências contingentes. De forma análoga ao operante, CCE’s e seus PA’s são um todo indissociável. CCE’s podem variar se variarem os comportamentos dos participantes, se os participantes forem substituídos ou se a organização das contingências for alterada, por exemplo, sem que o PA mude.

O comportamento alvo dos membros das famílias é definido a partir da composição de cada uma, considerando-se os comportamentos relacionados ao acesso à saúde, à educação e à assistência social que devem ser emitidos por cada faixa etária ou condição, no caso de mulheres grávidas. Os comportamentos que devem ser emitidos pelos membros das famílias para habilitá-la ao recebimento do benefício são chamados de condicionalidades. A expressão é definida pelo Decreto nº 7.332 de 2010:

Art. 1º Os arts. 2º, 11, 12, 17, 27, 28 e 29 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.27. As condicionalidades representam as contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias para a manutenção dos benefícios e se destinam a:

I - estimular as famílias beneficiárias a exercer seu direito de acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social, promovendo a melhoria das condições de vida da população; e

II - identificar as vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos a que têm direito, por meio do monitoramento de seu cumprimento.

Parágrafo único. Caberá às diversas esferas de governo garantir o acesso pleno aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, por meio da oferta desses serviços, de forma a viabilizar o cumprimento das contrapartidas por parte das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Por um lado, os membros das famílias devem comportar-se para receber o benefício. Por outro, o poder público é responsabilizado pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 10.836 de 2004, com o artigo 28 do Decreto nº 5.209 de 2004, e o artigo 2º da Portaria GM/MDS nº 251 de 2012 são condicionalidades:

I. Na área de educação:

- a) para as crianças ou adolescentes de 6 (seis) a 15 (quinze) anos de idade, a matrícula e a frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal; e
- b) para os adolescentes de 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos de idade, a matrícula e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal;

II. Na área de saúde:

- a) para as gestantes e nutrizes, no que couber, o comparecimento às consultas de pré-natal e a participação nas atividades educativas sobre aleitamento materno e cuidados gerais com a alimentação e saúde da criança; e
- b) para as crianças menores de 7 (sete) anos, o cumprimento do calendário de vacinação e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil;

III. Na área de assistência social:

- a) para as crianças e adolescentes de até 15 (quinze) anos, em risco ou retiradas do trabalho infantil, a frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) da carga

horária relativa aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Para alterar o comportamento dos membros das famílias, a intervenção consiste no estabelecimento de uma relação de contingência, ou seja, de dependência entre eventos, entre uma classe de contingências comportamentais entrelaçadas dos membros da família e o seu PA e a liberação de uma consequência cultural. A relação condicional está estabelecida pelo artigo 3º da Lei nº 10.836 de 2004:

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do caput do art. 2º desta Lei considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, em conformidade com o previsto no inciso VI do caput do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.¹⁹

Vários tipos de benefícios compõem a parcela que é recebida a depender da renda mensal per capita da família e da sua composição: benefício básico, benefícios variáveis e benefício para a superação da extrema pobreza, quando for o caso (Lei nº 10.836 de 2004). A Tabela 1 resume os benefícios estabelecidos pelo PBF e os critérios gerais para recebimento.

¹⁹ Referência à frequência escolar de adolescentes de 16 e 17 anos incluída pela Lei nº 11.692 de 2008.

Tabela 1. Relação de benefícios, valor e critérios de concessão do PBF.

Benefícios	Valor	Critério
Básico	R\$ 85,00	Concedido às famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita menor ou igual a R\$ 85,00)
Variável (crianças de 0 a 15 anos)	R\$ 39,00	Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade
Variável à Gestante (BVG)	R\$ 39,00	Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição; Pagamento de nove parcelas consecutivas
Variável à Nutriz (BVN)	R\$ 39,00	Concedido às famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição Pagamento de seis parcelas consecutivas
Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ)	R\$ 46,00	Concedido às famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos
Para Superação da Extrema Pobreza	Valor calculado para cada família	Concedido às famílias com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 85,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa

*Fonte: Decreto nº8.794 de 2016

A elegibilidade de uma família aos benefícios variáveis depende da sua composição. Os benefícios variáveis são aqueles condicionados a emissão de determinado comportamento. As famílias podem receber até cinco benefícios dos tipos Variável, Variável à Gestante e Variável à Nutriz e até dois benefícios do tipo Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ). Idealmente, espera-se que comportamento alvo entre em contato com as consequências no ambiente e possa ser mantido pelos seus reforçadores naturais.

A concessão do benefício ou a transferência de renda é a consequência cultural condicionada à formação do PA. Um PA é estabelecido para cada família a partir das condicionalidades que devem ser cumpridas pelos seus membros. A somatória dos efeitos de contingências individuais caracteriza o PA. Entrelaçamentos diversos, não especificados pelas regras do programa, surgem na convivência dos membros da família. Se um dos membros não emitir o comportamento a ele designado, o PA é descaracterizado e a transferência do benefício não ocorre. Importa observar que no caso da condicionalidade para adolescentes de 16 e 17 anos, a ida a escola e o benefício

correspondente é contingência individual. Ou seja, seu descumprimento não tem impacto sobre o restante do valor do benefício recebido pela família, no entanto, seu cumprimento tem como consequência o valor do benefício variável agregado ao valor recebido pela família. A Figura 5 ilustra dois exemplos das relações citadas.

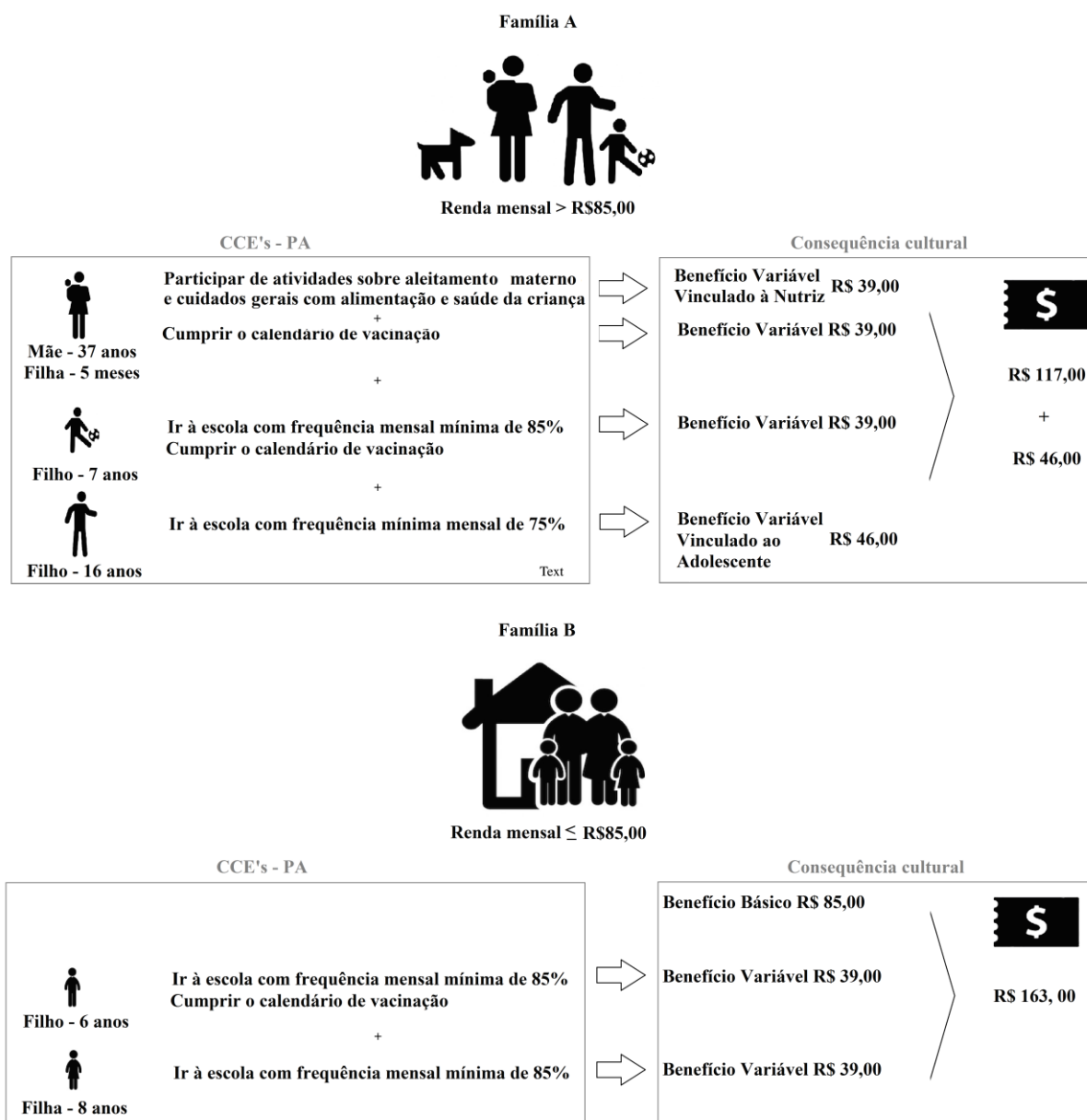


Figura 5. Ilustração das metacontingências envolvidas na definição dos benefícios elegíveis para cada família.

Em regra, depois de averiguada a composição da família e estabelecidos os benefícios para os quais a família é elegível, o Governo Federal passa a incluí-la nas folhas de pagamento todo mês. O descumprimento de uma condicionalidade é uma situação que

retira a família da folha de pagamento e leva à descontinuidade temporária ou permanente da transferência de renda direta à família. A consequência é aplicada em intensidade crescente a cada descumprimento.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) faz referência a “efeitos gradativos”. Os efeitos são aplicados dessa forma quando o tempo decorrido entre um efeito de descumprimento e o seguinte for menor ou igual a seis meses. Quando o tempo decorrido for superior a esse prazo, os registros anteriores são desconsiderados. A graduação é caracterizada da seguinte forma (Portaria GM/MDS nº 251 de 2012):

- 1) advertência envolve a notificação sobre o descumprimento da condicionalidade, mas não há efeito no benefício;
- 2) bloqueio estabelece um atraso de 30 dias no recebimento do benefício que só poderá ser sacado junto com a parcela do mês seguinte;
- 3) suspensão elimina a possibilidade de sacar o benefício por 60 dias. Passados os dois meses, a família volta a recebê-lo; e,
- 4) cancelamento significa a retirada da possibilidade de recebimento do benefício. A família é desligada do programa.

As atribuições dos diferentes entes federados e as normas para o cumprimento das condicionalidades estão dispostas em normativas (Lei nº 10.836 de 2004; Decreto nº 5.209 de 2004). Metacontingências de suporte são necessárias para garantir a articulação das ações intersetoriais previstas para o bom funcionamento do programa. Andery, Micheletto e Sérgio (2005) definem contingências de suporte como aquelas que operam para um indivíduo, um grupo ou uma agência de controle, as quais fornecem apoio para manter um determinado entrelaçamento das contingências. Em certos casos, tratam-se de metacontingências necessárias, que envolvem o comportamento de diferentes atores, para se produzir um determinado entrelaçamento de contingências e um produto agregado

principal de interesse. Esse tipo de metacontingência é comumente encontrado nos textos normativos, como apresentam Cabral e Todorov (2015) na análise do processo legislativo da Lei sobre a remição da pena pelo estudo e Carvalho e Todorov (2016) na análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

No caso do Programa Bolsa Família, essas metacontingências são indispensáveis para implementar relação condicional prevista. Um complexo aparato governamental que conta com a emissão encadeada de PA's por membros de diferentes órgãos e entes federados foi articulado, para alcançar o efeito desejado no comportamento das famílias. Cada PA produz o estímulo discriminativo (Sd) para a emissão do próximo PA. Além disso, cada PA emitido é reforçador condicionado para a emissão do PA anterior. Essa estrutura revela uma cadeia de produtos agregados primário, secundário, terciário e assim por diante, como denominam Carvalho e Todorov (2016). A Figura 6 resume as metacontingências de suporte necessárias para garantir a implementação das relações condicionais relacionadas à educação.

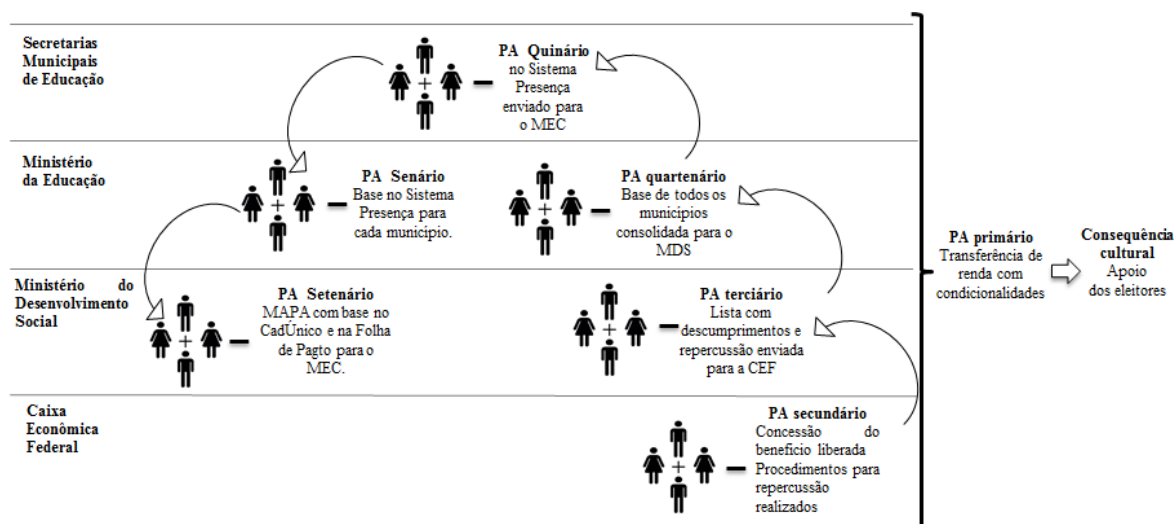
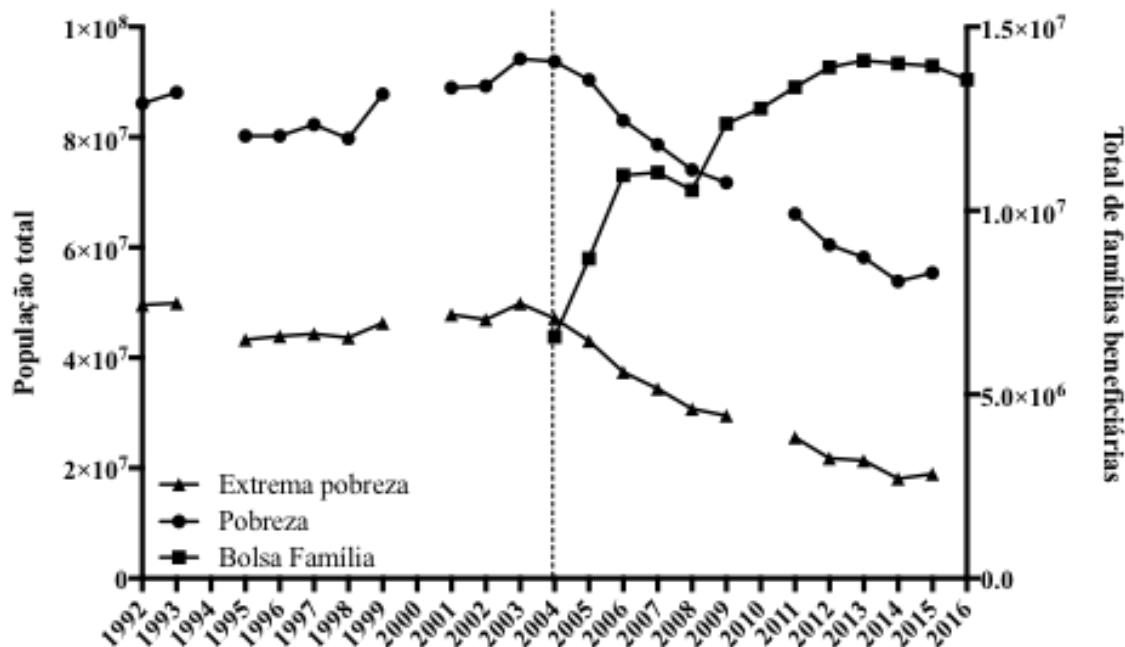


Figura 6. Metacontingências de suporte com produção encadeada de PA's do PBF.

Um estudo realizado por Neri, Vaz e Souza (2013) estima que a extrema pobreza seria 36% maior do que a observada com o PBF em 2012, caso o programa não tivesse

vido implementado. A figura abaixo retrata a queda constante no número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil a partir da implementação do PBF, em 2004, em contraste com o crescente número de famílias beneficiárias.



* Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: autora (pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza)

* Fonte: MDS/SAGI – Elaboração: autora (famílias beneficiárias do PBF)

Figura 7. Evolução do número de famílias beneficiárias pelo PBF e o número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil.

Atualmente, o PBF beneficia 13.562.216 famílias. Em outubro de 2017, o valor médio dos benefícios repassados para as famílias foi de R\$179,37. Um público de 12.516.062 de 6 a 15 anos e um público de 2.719.873 de 16 e 17 anos tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades relacionadas à educação.²⁰

Desde o início do Programa, o MDS encomendou duas rodadas de avaliação do PBF. A primeira avaliação foi executada pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Fundep/Cedeplar/UFMG) que entrevistou 15.426 domicílios. Em cada

²⁰ Informações retiradas do Relatório de Informações Sociais Bolsa Família e Cadastro Único, em 13 de novembro de 2017. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#> Visão Geral Brasil

domicílio foi aplicado um questionário com diferentes dimensões, inclusive com perguntas relacionadas ao acesso à educação dos residentes (MDS, 2007). A segunda avaliação foi executada pelo *International Food Policy Research Institute* e o Datamétrica que conseguiu aplicar o questionário em 74% dos domicílios (11.433) entrevistados na primeira rodada (MDS, 2012). Os resultados evidenciam que a proporção de crianças de 8 a 14 anos frequentando a escola manteve-se próxima de 95% nas duas pesquisas realizadas. Uma análise dos resultados de 2009, período posterior a implementação do BVJ em 2008, evidencia que a proporção de jovens de 15 a 17 anos frequentando a escola é maior em famílias beneficiárias do que em famílias não beneficiárias.

Outras investigações têm sido realizadas para averiguar o impacto das condicionalidades de educação no comportamento dos beneficiários. Um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP; 2011), com as PNAD's de 1999 a 2007, mostrou que os maiores impactos das condicionalidades são na frequência escolar de crianças mais novas. No mesmo sentido, Agatte e Antunes (2014) utilizaram dados do Sistema de Condicionalidades do PBF de 2013 e verificaram que 95,9% do público da educação cumpriu a condicionalidade naquele ano. No entanto, quando examinaram as faixas etárias separadas, de 6 a 15 e 16 e 17 anos, observaram um menor índice de cumprimento entre os últimos.

Outros estudos buscam compreender a influência das condicionalidades no percurso escolar de crianças e adolescentes beneficiários. Para isso, analisam dados referentes a outros indicadores escolares como reprovação, abandono, distorção idade-série com comparações entre beneficiários e não beneficiários de famílias do perfil do Cadastro Único ou do Censo, por exemplo. De modo geral, os resultados revelam que o PBF contribui para o ajuste do fluxo escolar dos beneficiários, revertendo ou diminuindo o quadro de desvantagem inicial em relação aos não beneficiários (Cireno, Silva &

Proença, 2013; Craveiro & Ximenes, 2013; Gonçalves, Menicucci & Amaral, 2017; Oliveira e Soares, 2013).

Outra possibilidade é a verificação dos efeitos do PBF sobre a frequência escolar e sobre a inserção no mundo do trabalho. Silveira, Campolina & Horn (2013) examinaram o quanto o PBF afetou a alocação do tempo entre escola e trabalho em crianças e adolescentes. As estimativas realizadas para jovens de 15 a 17 anos, demonstram que os beneficiários do Bolsa Família apresentam mais chances de se manter na escola que os não beneficiários quando ingressam no mercado de trabalho. De um modo geral, os autores concluem que o PBF ajuda a impedir que o trabalho tome o tempo da escola e que aumentam as chances da combinação entre estudo e trabalho pelos beneficiários. Apesar da afirmação retratar a maioria dos casos, o estudo considera que há certa quantidade de jovens de famílias beneficiárias do PBF que “não estudam, mas trabalham” e os que “não estudam e não trabalham”. Considerando essas duas categorias, respectivamente, o estudo apontou um total de 6,8 % e 8,6% de homens que vivem em zona urbana, 8,3% e 7,5% de homens que vivem em zona rural, 3,7% e 9,3% de mulheres que vivem em zona urbana e 4,0% e 10,1% de mulheres que vivem em zona rural que deixam de ir à escola tendo ingressado ou não no mercado de trabalho. É importante ressaltar que os resultados apontam a frequência escolar apurada pelo Censo, ou seja, se o jovem vai ou não à escola, e não o cumprimento da condicionalidade com critério de percentual mínimo de frequência mensal como exigido pelo PBF. Assim, é possível que adolescentes que estejam em descumprimento da condicionalidade por baixa frequência, estejam na categoria “estudam” da pesquisa.

Em suma, foi por meio do estabelecimento de relações condicionais que o Governo Federal pretendeu instalar e manter o comportamento de matricular e ir à escola de crianças e adolescentes. Os resultados dos estudos que verificam o impacto das condicionalidades

evidenciam que seus efeitos sobre o comportamento alvo do programa e sobre outros comportamentos são positivos e tendem a reverter ou diminuir uma desvantagem histórica de famílias de baixa renda no acesso à educação. No entanto, há ainda uma parcela da população especialmente de 16 e 17 anos na qual a contingência não é efetiva. Isso significa que outros investimentos dos gestores públicos no arranjo de novas contingências são necessários para atingir a universalização da educação para o público beneficiário. No próximo capítulo, são exploradas possibilidades de contribuição da análise do comportamento considerando as diferentes fases do ciclo de políticas públicas. Por fim, com base em princípios comportamentais, construiu-se uma possibilidade de intervenção direcionada ao aumento da frequência escolar de adolescentes de 16 e 17 anos de famílias beneficiárias do PBF.

A contribuição da Análise do Comportamento no enfrentamento de questões sociais: análise funcional de políticas públicas

Em 1988, foi publicado um relatório de uma força tarefa sobre Políticas Públicas encomendado pela *Association for Behavior Analysis*. A força tarefa foi criada para examinar como Analistas do Comportamento podiam ser cientistas-cidadãos mais funcionais nas arenas de Políticas Públicas, que representam os espaços de debates e tomadas de decisão. Os autores apontaram três maneiras gerais de contribuição do Analista do Comportamento: realização de análises conceituais, desenvolvimento de pesquisas e comunicação junto a organizações de *advocacy*. Em especial, em relação ao segundo ponto levantado, os autores sugerem que uma maior contribuição da Análise do Comportamento ocorreria com a criação de contextos de interação entre Analistas do Comportamento, que conhecem os princípios básicos do comportamento e suas aplicações possíveis, e aqueles

preocupados com Políticas Públicas, que conhecem como funcionam as diferentes políticas e os espaços possíveis de incidência no Poder Executivo e no Poder Legislativo (Fawcett et al, 1988).

Desde sua origem, pesquisadores que estudam políticas públicas têm considerado o processo como uma sequência de estágios que ocorrem de forma cíclica. O modo convencional para descrever a cronologia do processo considera quatro fases: a) definição de agenda, b) formulação e tomada de decisão, c) implementação e d) avaliação. Diferentes versões destacam outras fases, como, por exemplo, a separação da elaboração e da formulação ou da implementação e da execução, com a justificativa de que são campos diferentes de negociação (Saravia, 2007). No entanto, pelo menos essas quatro parecem ser consenso entre os estudiosos (Jann & Wegrich, 2007; Rua & Romanini, 2013; Saravia, 2007). O ciclo de políticas públicas tem permitido a sistematização e a comparação de diferentes debates, a partir das relações estabelecidas para tomadas de decisão em cada fase. As críticas a esse ciclo baseiam-se em observações empíricas de que para garantir a melhor oferta de serviços públicos, as políticas públicas são elaboradas, implementadas e avaliadas em inúmeras idas e vindas e não em uma trajetória sequencial e estanque (Jann & Wegrich, 2007).

Embora o ciclo de políticas públicas seja uma concepção abstrata do processo político (Saravia, 2007), funciona como recurso de análise (Rua & Romanini, 2013), pode ajudar a identificar oportunidades de envolvimento de Analistas do Comportamento (Fawcett, et al, 1988) e a organizar e sistematizar o potencial de contribuição da pesquisa em Análise do Comportamento. Diversas pesquisas sobre Políticas Públicas têm sido realizadas por Analistas do Comportamento. A realização de análises funcionais do comportamento dos cidadãos para conhecer as variáveis das quais é função pode oferecer aos gestores subsídios para a tomada de decisão sobre como enfrentar determinada questão

social e na condução de políticas públicas. A seguir, serão descritas as principais características das etapas que compõem o ciclo de políticas públicas e apresentadas sugestões e exemplos de como a Análise do Comportamento pode contribuir.

A definição de agenda é o momento de reconhecimento dos problemas e seleção da questão a ser enfrentada. Inúmeras questões sociais, frutos de práticas prejudiciais, podem ser observadas nas diferentes culturas. Em um primeiro momento, faz-se um levantamento das práticas que se referem a problemas públicos e necessitam de intervenção estatal para serem modificadas. Em um segundo momento, é preciso selecionar a questão que constará na agenda governamental. A composição dessa agenda e a lista de prioridades envolvem diferentes avaliações realizadas pelo governo: possibilidades econômicas de enfrentar o problema, mobilização da sociedade em torno do tema, governabilidade da agência governamental para realizar intervenções, entre outros (Jann & Wegrich, 2007; Subirats, 2007; Rua & Romanini, 2013).

A pesquisa em Análise do Comportamento pode, por exemplo, levantar dados e informações a fim de identificar as macrocontingências relacionadas ao problema em questão: os comportamentos individuais, os comportamentos entrelaçados e seus produtos, suas consequências mantenedoras e seu efeito social acumulado. Dessa forma, é possível realizar projeções dos efeitos dos comportamentos que configuram os problemas e prever o potencial destrutivo de tais práticas culturais. Em posse de tais subsídios, é possível abrir um diálogo com o Poder Executivo, para demonstrar a necessidade do direcionamento das ações para determinado foco ou região, ou com o Poder Legislativo, para estimular a proposições de Comissões Parlamentares de Inquérito ou audiências públicas que estimulem o debate entre os parlamentares.

Um exemplo de pesquisa que contribuiu para lançar foco em questões que precisam estar na agenda governamental é a de Ueda, Porto e Vasconcelos (2014). Os autores

investigaram o efeito da publicidade de alimentos sobre as escolhas alimentares de crianças. Para isso, expuseram crianças a vídeos com três tipos de conteúdo: neutros (VN), publicidade de alimentos saudáveis (VS), publicidades de alimentos não saudáveis (VNS). Em seguida, a criança escolhia figuras de alimentos para as suas refeições. Vinte e quatro crianças divididas em dois grupos foram submetidas a diferentes ordens de exposição aos vídeos: VN VS VS VNS VNS ou VN VNS VNS VS VS. Os resultados evidenciaram que a escolha das crianças foi alterada a depender dos vídeos a que eram expostos, variando em até 13% na escolha de alimentos saudáveis ou não saudáveis após a exposição aos vídeos com os conteúdos correspondentes. A pesquisa sugere que a publicidade de alimentos tem efeito sobre a escolha alimentar de crianças. Considerando a importância da alimentação para uma vida saudável e para a prevenção de inúmeras doenças, pode-se sugerir que a regulamentação da publicidade de alimentos para crianças e adolescentes é um problema público que requer ação governamental.

Depois de determinado problema constar na agenda pública, inicia-se o debate de como enfrentá-lo. A formulação da política pública envolve a definição de objetivos, do marco jurídico, administrativo e financeiro da política. A literatura na área revela que muitos estudos tentam introduzir técnicas e ferramentas que possibilitem uma tomada de decisão por parte dos gestores (Saasa, 2007). Abordagens econômicas e sociais preparam previsões das consequências de se adotar uma ou outra alternativa. É uma fase em que o conhecimento técnico subsidia a atividade política dos diferentes atores que interagem para defender as propostas que lhes parecem mais favoráveis para solucionar o problema. A elaboração de diferentes alternativas de ação estabelece a ocasião de uma tomada de decisão sobre qual caminho será utilizado para enfrentar o problema (Jann & Wegrich, 2007; Rua & Romanini, 2013).

Posteriormente, procede-se a codificação dos procedimentos que devem caracterizar a execução da política pública (Meehan, 2007). As leis aprovadas pelo Poder Legislativo e/ou as normativas infralegais, como decretos, portarias, instruções normativas, publicadas pelo Poder Executivo orientam os órgãos competentes a promoverem a Política Pública.

A pesquisa em Análise do Comportamento pode, por exemplo, ajudar a identificar quais práticas devem ser estabelecidas, baseada nos dados existentes, na observação ou mesmo em sugestões teóricas (Mattaini, 1996). Isso pode ser feito por meio de análises de cada uma das alternativas propostas e das previsões das mudanças no comportamento das pessoas, ou por meio da proposição de novas alternativas com diferentes contingências para gerar o efeito desejado no comportamento. Mattaini chama atenção para uma das maiores questões relacionadas ao estabelecimento de novas práticas culturais: como manter a mudança desejada? Para isso, é preciso atentar para o planejamento de contingências que possam ser mantidas em seu ambiente natural. Assim, a Análise do Comportamento pode contribuir no planejamento de redes autossustentáveis de contingências comportamentais entrelaçadas. Além disso, depois de definida a alternativa a ser implementada, a Análise do Comportamento pode ajudar na descrição do procedimento governamental que será codificado na forma da lei ou de normativas infralegais, de forma que especifique com objetividade os três termos das contingências a serem implementadas, quando for o caso.

Um exemplo de pesquisa que pode subsidiar a formulação de políticas públicas é a de Kurtz e Lind (2013). Os autores fazem uma revisão de pesquisas sobre as abordagens comportamentais que se demonstraram efetivas ao tratamento de pessoas com dificuldade de aprendizagem e com deficiência intelectual. As abordagens citadas consideram a presença de déficits de habilidades, desafios na educação especial, problemas relacionados

à saúde e o risco de desenvolvimento de condições clínicas como distúrbios do sono e problemas psiquiátricos. Por meio dos resultados é possível aos gestores avaliarem os custos e benefícios das diferentes estratégias que podem ser implementadas para melhorar a saúde e qualidade de vida dessa parcela da população.

A implementação se configura no conjunto de ações realizadas por indivíduos, grupos ou organizações, de natureza pública ou privada, direcionadas para o alcance de objetivos estabelecidos anteriormente. Significa, propriamente, um esforço para que a política seja colocada em prática pelos órgãos responsáveis. É uma fase crítica, uma vez que uma decisão anterior não garante que a operacionalização seguirá suas diretrizes e objetivos. Uma implementação adequada inclui alguns elementos fundamentais como definições do arranjo institucional para a execução e alocação dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos (Jann & Wegrich, 2007; Rua & Romanini, 2013).

A pesquisa em Análise do Comportamento pode ser feita para conduzir o teste preliminar da intervenção proposta em uma escala pequena e reversível com a possibilidade de investigar com o método do “sistema-único”, como nomeia Mattaini (1996) em analogia ao sujeito único, com possibilidades de delineamento de linha de base múltipla, mudança de critério e delineamento AB com replicações, por exemplo. A Análise do Comportamento pode, ainda, garantir um acompanhamento sistemático de supervisão e execução das atividades realizadas pelos operadores da política, ou seja, avaliar paulatinamente o efeito da manipulação das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes para fornecer informações que conduzam a eventuais correções. É bastante relevante nesse momento, a escolha da melhor medida da variável dependente, a fim de garantir a fidedignidade na observação do fenômeno.

Um exemplo de pesquisa realizada na área da implementação de políticas públicas é a de Stokes e Fawcett (1977). Os autores analisaram um programa municipal de descarte

de resíduos. Nesse caso específico, a implementação de um estudo inicial foi demandada pelo prefeito da cidade e possibilitou um delineamento de linha de base múltipla com intervenção em diferentes momentos em duas áreas da cidade. A intervenção consistiu em: a) instruções sobre como realizar o descarte, b) coleta contingente ao empacotamento de forma correta e c) informações sobre as razões da não coleta do descarte empacotado inadequadamente. As violações às regras de descarte foram categorizadas em seis tipos e monitoradas pelos coletores. As variáveis dependentes foram o número de violações encontradas e o percentual de residentes que violavam as regras diariamente. A intervenção resultou na queda dos totais observados nas duas áreas da cidade. O número de violações diárias foi de 59,4 e 79,9 em média em cada uma das áreas na linha de base e de 9,7 e 23,3 após a intervenção, respectivamente. O percentual de residentes que violavam as regras foi de 39,9% e 45,4% em cada uma das áreas na linha de base para 12,5% e 22,6% após a intervenção, respectivamente. O estudo em caráter inicial foi determinante na alteração da política de gestão de resíduos do município.

Uma segunda pesquisa na área da implementação é a de Seekins et al (1988). Os autores observaram o efeito da implementação da legislação que obriga o transporte de crianças com equipamentos de segurança em carros. Durante um período de quatro anos, pesquisadores registraram a utilização dos equipamentos de segurança em crianças transportadas em carros em cinco estados norte-americanos. As ocorrências foram registradas uma vez por mês no início e posteriormente a cada três meses, em duas comunidades em cada estado. Em razão dos diferentes momentos de implementação da legislação, foi possível a construção de uma linha de base múltipla entre estados. Em quatro dos cinco estados ocorreu aumento do percentual médio do comportamento de transportar crianças com equipamentos de segurança após a implementação da lei. Esse

tipo de estudo ajuda a avaliar a efetividade das contingências em vigor impostas por meio de leis.

Foi visto que uma política pública deve, supostamente, contribuir para a solução de um problema ou, ao menos, reduzi-lo. A etapa de avaliação constitui-se na mensuração e análise posterior, dos efeitos produzidos, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas. Embora os estudos avaliativos façam parte de todo o ciclo de políticas públicas, nesta fase o foco é nos resultados e no impacto da intervenção (Januzzi, 2011). Avaliações podem levar ao término de uma política pública por diferentes motivos: resolução do problema, ineficácia de seus programas ou normativas ou a perda da importância do problema, por exemplo (Jann & Wegrich, 2007; Rua & Romanini, 2013).

A pesquisa em Análise do Comportamento pode demonstrar *a posteriori* as relações causais entre o comportamento do público alvo e o ambiente utilizando, por exemplo, dados secundários que são produzidos por agências oficiais. Dessa forma, é possível analisar a eficácia dos programas e normativas introduzidas na tentativa de alterar práticas culturais.

Um exemplo de pesquisa de avaliação é a de Lé-Sénéchal-Machado e Todorov (2008) que reconstituíram os processos comportamentais que envolveram o estabelecimento de um novo padrão de comportamento dos motoristas brasilienses diante de uma faixa de pedestre. O alto número de acidentes envolvendo pedestres nas vias de Brasília chamava atenção. Para efetivar a mudança no comportamento dos motoristas, uma campanha local foi realizada, envolvendo importantes agências sociais, cujos representantes reuniam-se no Fórum Permanente pela Paz no Trânsito, organizado pela Universidade de Brasília (UnB). O trabalho descreveu as ações dessas agências que promoveram uma intervenção em larga escala, que resultou na nova prática cultural do

respeito à faixa de pedestre. Por meio da análise de documentos e da realização de entrevistas buscou-se reconstruir a história dessa campanha, para identificar, analisar e interpretar as contingências comportamentais entrelaçadas responsáveis por tal intervenção. Os dados governamentais evidenciaram posterior queda nos índices de acidentes com pedestres.

Um segundo exemplo é a de Holtyn, Jarvis e Silverman (2017). Os autores analisaram sete programas norte-americanos de transferência de renda para famílias de baixa renda, contingentes a determinados comportamentos dos beneficiários adultos, com diferentes estratégias de implementação. Os quatro primeiros tinham o intuito de instalar o comportamento de trabalhar em beneficiários adultos e os últimos três programas tinham o objetivo de promover o comportamento de matricular, frequentar com regularidade e ter performance mínima em estabelecimentos educacionais. De modo geral, os programas tiveram um pequeno ou nenhum efeito sobre os comportamentos de interesse. Assim, sugeriram alguns aspectos que podem ter limitado a eficácia de tais programas: o pagamento era realizado muito tempo depois da emissão do comportamento, o pagamento não era realizado de forma frequente e regular, o comportamento estabelecido tinha um alto custo para ser emitido, o valor do pagamento não era suficiente para instalar e manter o comportamento, os pré-requisitos necessários dos participantes para emitir os comportamentos não foram checados pelos programas e nem sempre era descrito ao participante qual era o comportamento necessário para receber o pagamento. Esse tipo de pesquisa de avaliação pode subsidiar os gestores na formulação de novas estratégias ou reformulação dos programas implementados para garantir maior efetividade das contingências implementadas.

Fica evidente que, independentemente do momento ou fase em que se encontra determinada Política Pública, a pesquisa em Análise do Comportamento pode investigar e

ressaltar dimensões funcionais das intervenções governamentais direcionadas ao comportamento dos membros de uma sociedade. Subsidiar a intervenção do governo no comportamento humano aproxima os analistas do comportamento da aplicação direta da concepção skinneriana de homem e de mundo em larga escala e contribui no estabelecimento da relação do comportamento com o ambiente como referência fundamental das políticas públicas.

Em busca de relações condicionais complementares: o Programa Aprendizagem

Como foi visto, apesar das contingências estabelecidas durante a formulação do PBF, verifica-se durante a sua implementação que as maiores taxas relativas de descumprimento das condicionalidades encontram-se entre os adolescentes de 16 e 17 anos que recebem o BVJ. Nessa idade, há maiores taxas de abandono e evasão escolar. Um dos motivos pode ser o fato do jovem trocar os estudos pela inserção no mercado de trabalho, tanto formal como informal. Apesar dessa situação não prevalecer para a maioria dos jovens beneficiários, ela ocorre com parte deles.

Nessa situação observam-se duas relações condicionais simultâneas (Skinner, 1950; Todorov, 1991, 2012), nas quais dois comportamentos diferentes estão associados a duas contingências independentes que vigoram ao mesmo tempo. A presença de duas alternativas simultâneas, como esquematizado na Figura 8, cria a ocasião para a emissão de um comportamento de escolha do adolescente.

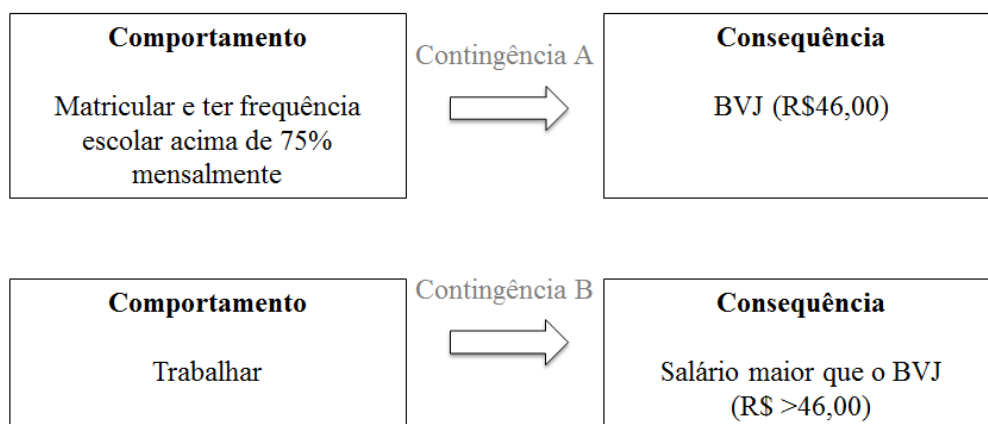


Figura 8. Relação condicional estabelecida no PBF para adolescentes de 16 e 17 anos e relação condicional concorrente relacionada a possibilidade de trabalho para adolescentes de 16 e 17 anos.

Assim, na hipótese de o adolescente deixar de ir à escola para trabalhar, podemos assumir que há um esquema concorrente (CONC) em vigor, no qual a contingência A opera para uma resposta e a contingência B opera para outra resposta (Catania, 1999). Nesse caso, as consequências disponíveis na contingência B parecem controlar mais efetivamente o comportamento dos adolescentes. Ao comparar as duas contingências, é possível que o maior controle exercido pela contingência B seja explicado em termos da magnitude da consequência financeira. Atualmente, o BVJ equivale a 46 reais mensais. É possível que os adolescentes recebam um valor maior pelo trabalho.

Diante dos dados apresentados e com o intuito de explorar a possibilidade de implementação de novos arranjos de contingências que aumentem a frequência do comportamento de ir à escola, é relevante investigar como é regulamentada a inserção no mercado de trabalho para jovens. O direito à profissionalização e a proteção no trabalho está previsto no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA; 1990) e detalhado em capítulo específico. Em seu artigo 67, o ECA traz um rol de possibilidades para classificar o adolescente em situação de trabalho: empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental.

Dessa lista, interessa especialmente o ingresso no mercado de trabalho por meio da aprendizagem. A aprendizagem tem como objetivo promover formação técnico-profissional para jovens e auxiliá-los na transição da escola para o trabalho de modo a aumentarem suas chances de conquistar um emprego no início de suas carreiras (MTE, 2009).

Para essa modalidade, o ECA (1990) estabelece:

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

A Lei da Aprendizagem, Lei 10.097 de 2000, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT; 1943) e o Decreto 5.598 de 2005, que regulamenta a contratação de aprendizes, são as principais normativas que regulamentam a aprendizagem. A Lei da Aprendizagem define que:

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu

desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.²¹

§ 1o A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

§ 2o Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

(...)

De acordo com a legislação, o aprendiz é o jovem que estuda, trabalha e recebe formação na profissão em que está se capacitando. Dessa maneira, na oferta de vagas para aprendizes em empresas reside uma possibilidade de evitar a concorrência entre os dois comportamentos. Para estar em condição de aprendiz, o adolescente deve estar matriculado e frequentar a escola²². Para aprendizes que ainda estão cursando o ensino médio, que é o caso dos adolescentes de 16 e 17 anos beneficiários do Programa Bolsa Família, a jornada de trabalho não deve ser superior a 6 horas diárias. Nessa situação, se exercer a aprendizagem em empresa e frequentar a instituição de ensino técnico profissional conveniada com a empresa onde trabalha, recebe um salário-mínimo hora e todos os direitos trabalhistas e previdenciários. Atualmente, o salário-mínimo hora equivale a R\$ 4,34, estabelecido por meio do Decreto nº 9.255 de 2017, que aprovou o salário mínimo de R\$ 954,00 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

²¹ Inicialmente a aprendizagem foi estabelecida para adolescentes de 14 a 18 anos, no entanto em 2005 a lei 11.180 de 2005 alterou a idade para 14 a 24.

²² Embora as normativas que regulamentam a aprendizagem não mencionem a frequência escolar, o legislador já definiu a frequência mínima de 75% mensais para todo o Ensino Básico, no artigo 24 VI, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394 de 1996).

Assim, trata-se de um esquema conjuntivo (CONJUNC), no qual a liberação do reforçador depende da emissão de ambos comportamentos exigidos na contingência (Catania, 1999), como especificado na figura abaixo.

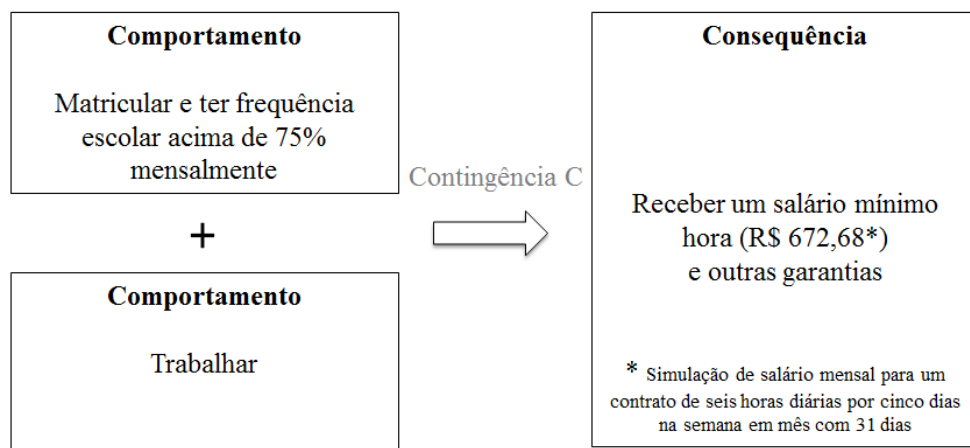


Figura 9. Relação condicional estabelecida na Lei de Aprendizagem para os aprendizes.

A Lei da Aprendizagem (2000) e o Decreto 5.598 (2005) estabelecem que a oferta de vagas para aprendizes é uma obrigação para empresas em número equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. A não contratação de aprendizes implica penalidades aplicadas pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho (MTE)²³. A aplicação de multa está prevista para os infratores no artigo 434 da CLT (1943) que estabelece o valor de um salário mínimo regional por aprendiz não contratado. A contingência prevista para a empresa pode ser verificada na figura abaixo.

²³ O procedimento de fiscalização é regulamentado pela Instrução Normativa da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT n.º 97 de 2012.

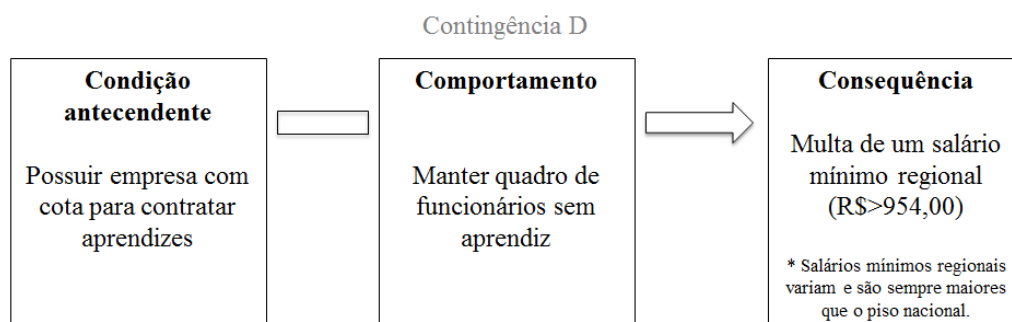


Figura 10. Relação condicional estabelecida na Lei de Aprendizagem para as empresas.

Para ofertar uma vaga de aprendizagem, a empresa deve consultar o Sistema S (Serviços Nacionais de Aprendizagem) em busca de cursos para seus aprendizes, como disposto nos artigos 429 e 430 da CLT (1943). O Sistema S é o conjunto de nove instituições de intervenção de interesse de categorias profissionais ou econômicas previstas no artigo 149 da Constituição Federal (1988). São consideradas entidades qualificadas para oferecerem formação técnico-profissional: a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC; c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e, e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP (Decreto 5.598 de 2005). Considerando o setor de referência, SENAI e SENAC são os serviços que abrangem um maior número de estabelecimentos.

O SENAI²⁴ comumente oferece vagas de aprendizagem em cursos de aprendizagem industrial por meio de editais que preveem um processo seletivo, com requisito mínimo de conclusão do ensino fundamental. Ao passarem no processo seletivo, os adolescentes iniciam o curso sem a garantia de contratação. Indústrias que precisam cumprir a cota de aprendiz podem contratar os jovens que estão matriculados no curso de aprendizagem.²⁵

²⁴ Criado pelo Decreto-Lei n° 4.048 de 1942.

²⁵ Informações retiradas do site oficial do SENAI – SP: <http://www.sp.senai.br/institucional/35/0/processo-seletivo> em 15 de dezembro de 2017.

O SENAC²⁶ oferece vagas a partir da demanda das empresas que fazem seus próprios processos seletivos. Os jovens selecionados pelas empresas que não completaram o ensino médio devem estar cursando o ensino regular. O jovem inicia o curso de aprendizagem e o trabalho na empresa ao mesmo tempo.²⁷

Na impossibilidade de oferta de vagas pelo Sistema S, a empresa pode contratar jovens que estejam cursando o ensino técnico ou estabelecer convênio com as escolas técnicas ou com entidades sem fins lucrativos que desenvolvam programas de aprendizagem (Lei da Aprendizagem, 2000). Essas últimas entidades precisam estar relacionadas no Cadastro Nacional da Aprendizagem²⁸. O Ministério do Trabalho (MTE) publicou a Portaria GM/MTE nº 615 de 2007, que fixa normas para avaliação da competência dessas entidades.

Desde a implementação da Lei, a evolução dos contratos de aprendizagem se apresenta em curva ascendente. A Figura 11 demonstra o número de contratações por faixa etária entre os anos de 2002 e 2015. Mesmo considerando a ampliação mais recente da faixa etária permitida para contratação de aprendiz com a inclusão dos jovens de 18 a 24 anos, é possível verificar que há preferência dos estabelecimentos na contratação do jovem de 15 a 17 anos.

²⁶ Criado pelo Decreto-Lei nº 8.621 de 1946.

²⁷ Informações retiradas do site oficial do SENAC – SP: <http://www.ms.senac.br/aprendizagem/> em 15 de dezembro de 2017.

²⁸ O Cadastro Nacional da Aprendizagem pode ser consultado no endereço: <http://www.juventudeweb.mte.gov.br/indexPesquisaAprendizagemInternet.asp?TPConsulta=2>

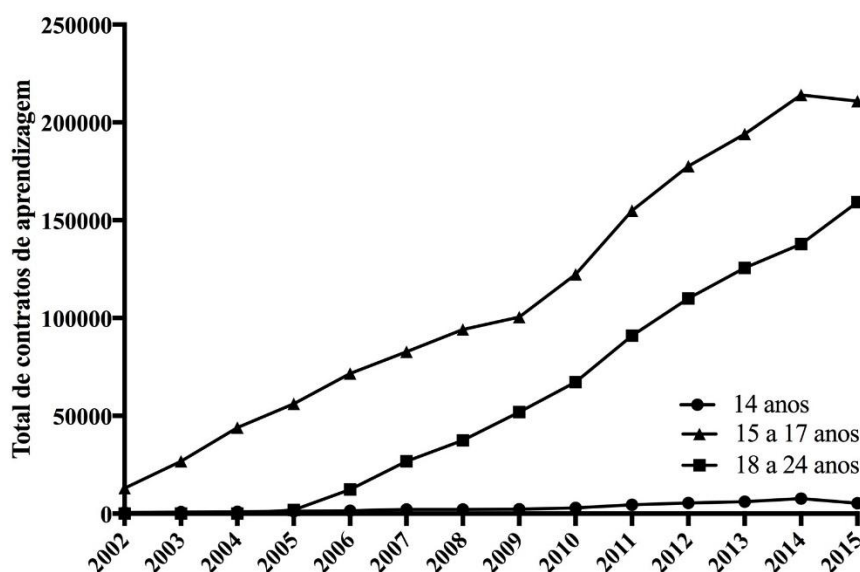


Figura 11. Evolução dos contratos de aprendizagem no Brasil.

Um estudo do IPEA (2016) comparou jovens de 17 ou 18 anos que ingressaram no seu primeiro emprego entre 2001 e 2003 via contrato de aprendizagem com outros que ingressaram com diferentes contratos por prazo determinado. Os jovens foram acompanhados por cinco anos, o que permitiu uma avaliação no curto prazo (entre dois e três anos após o programa) e no médio prazo (entre quatro e cinco anos após o programa). Os impactos do programa foram estimados em relação a variáveis como empregabilidade, salários, rotatividade e experiência. Os autores concluíram que o ingresso no mercado de trabalho como aprendiz aumenta as chances de conseguir um emprego formal por prazo indeterminado tanto no curto quanto no médio prazo, diminui a chance de rotatividade e aumenta a chance de receber maiores salários (embora o salário inicial seja menor). Por outro lado, diminui as chances de acumular experiência geral ou específica no mercado de trabalho, em razão da ocupação do tempo com outros tipos de cursos a curto prazo.

Diante das informações levantadas, a aprendizagem se revela potencial para aumentar a frequência escolar de adolescentes beneficiários do Bolsa Família²⁹, uma vez

²⁹ Embora o aprendiz a ser contratado seja de livre escolha da empresa, há duas iniciativas recentes em âmbito federal, concomitantes a realização deste projeto, que tentam focalizar o programa em jovens em situação de vulnerabilidade. A primeira delas é a divulgação de uma parceria MDS e do MTE com o objetivo de promover acesso de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade à aprendizagem profissional

que a introdução de um esquema conjuntivo pode competir com o esquema concorrente em vigor por oferecer maior magnitude de reforço. Se a hipótese estiver correta, um adolescente que deixa de ir à escola para trabalhar ou para procurar trabalho, se contratado como aprendiz, voltará à escola e receberá tanto o salário referente à aprendizagem quanto o valor referente ao BVJ, se estiver bloqueado ou suspenso. O experimento a seguir pretendeu testar a possibilidade de ofertar vagas de aprendizagem para jovens em descumprimento do BVJ e verificar seus efeitos na frequência escolar.

atendidos pela Assistência Social (Brasil, 2015). A segunda é a publicação do Decreto nº 8.740 de 2016 que estabelece a prioridade de contratação de jovens em situação ou risco social por estabelecimentos cujas peculiaridades da atividade ou dos locais de trabalho constituam embaraço à realização das aulas práticas que poderão ser ministradas exclusivamente nas entidades qualificadas para oferecer formação técnico profissional. Não foi possível obter qualquer informação sobre a implementação dessas duas iniciativas.

Objetivos

- 1) Testar o efeito do entrelaçamento de contingências comportamentais de atores locais (variável independente) sobre a oferta de vagas de aprendizagem por empresas no município (variável dependente) e sobre a demanda de vagas de aprendizagem por jovens contemplados com o Benefício Variável Jovem do Programa Bolsa Família em descumprimento da condicionalidade (variável dependente).
- 2) Testar o efeito do entrelaçamento de contingências comportamentais de atores locais (variável independente) sobre o preenchimento de vagas de aprendizagem por jovens contemplados com o Benefício Variável Jovem do Programa Bolsa Família em descumprimento da condicionalidade (variável dependente).
- 3) Verificar o efeito do estabelecimento de contrato de aprendizagem (variável independente) sobre o comportamento de ir à escola (variável dependente) em jovens contemplados com o Benefício Variável Jovem do Programa Bolsa Família em descumprimento da condicionalidade.
- 4) Verificar o efeito da descrição em larga escala da relação condicional prevista na aprendizagem (variável independente) sobre o comportamento de ir à escola (variável dependente) em jovens contemplados com o Benefício Variável Jovem do Programa Bolsa Família em descumprimento da condicionalidade.

Delineamento Experimental

Após o estabelecimento dos objetivos, foi necessário planejar como a pesquisa seria realizada. De acordo com Johnston e Pennypacker (2008), esta é uma fase em que se desenham a condição controle e a condição experimental, diferenciadas pela ausência e

pela presença da variável independente, respectivamente. É a existência dessas duas condições básicas que permite com que o pesquisador faça comparações entre elas e conclua se as mudanças nas medidas da variável dependente decorrem da manipulação da variável independente.

Na avaliação de programas sociais, alguns modelos são mais comuns no delineamento das condições controle e experimental. Rossi e Freeman (1989) descrevem os delineamentos entre-sujeitos (ou entre-grupos) e os delineamentos intrassujeitos (ou de sujeito único)³⁰. Os primeiros têm como característica principal a comparação da variável de interesse entre um grupo que recebeu a intervenção e um grupo controle que não recebeu a intervenção. Estes delineamentos só são possíveis quando há cobertura parcial da intervenção implementada, ou seja, quando nem toda a população recebe a intervenção. O segundo grupo engloba as estratégias em que os participantes são seus próprios controles. Nesse sentido, as mensurações da variável de interesse são realizadas repetidamente antes, na condição controle, e depois da intervenção, na condição experimental. Esse tipo de delineamento é especialmente indicado quando há cobertura total da população alvo da intervenção. Além disso, são os tipos preferidos por Analistas do Comportamento, uma vez que o comportamento é uma variável individual (não se admite a existência de comportamento de grupo).

O estudo controlado randomizado, característico dos delineamentos entre-grupos, é largamente utilizado na produção de conhecimento em pesquisas que abrangem um grande número de pessoas (Hawkins, Sanson-Fisher, Shakeshaft, D'Este & Green, 2007) e subsidiam decisões governamentais (Kabish, Ruckes, Seibert-Grafe & Blettner, 2011). Nesses estudos, os participantes dos grupos tratamento e controle são alocados usando

³⁰ A autora se refere aos delineamentos como comparativos e de grupos unitários, respectivamente. Os termos entre-grupos e intra-grupos foram utilizados pela pesquisadora por serem mais conhecidos na área e tratam dos mesmos grandes grupos de delineamentos.

técnicas de aleatorização e suas características são distribuídas de forma semelhante entre os grupos. Essa técnica elimina um possível viés de seleção e permite que os grupos que receberão a intervenção e os grupos controle sejam comparados entre si.

Biglan, Ary e Wagenaar (2000) apontam quatro desvantagens dos estudos controlados randomizados em intervenções com um grande número de pessoas em comunidades. A primeira desvantagem são os altos custos da aplicação da intervenção em várias comunidades, uma vez que esse tipo de estudo deve ter uma amostra grande o suficiente para que os resultados tenham validade estatística. Segundo os autores, isso faz com que se reduza o número de estudos realizados. Embora os autores não invalidem seus resultados, consideram necessário que outras estratégias menos custosas sejam consideradas.

A segunda desvantagem é que esse tipo de estudo não apoia o desenvolvimento de princípios gerais sobre variáveis que influenciam a incidência e a prevalência do comportamento em comunidades. Para o desenvolvimento de intervenções eficazes, é necessário compreender como as práticas em uma comunidade são influenciadas pelas variáveis ambientais, como surgem e como se mantêm. Um estudo controlado randomizado é útil para testar os princípios, mas não para encontrá-los.

Uma terceira desvantagem refere-se à desconsideração das relações que podem ser únicas em uma comunidade. Uma intervenção pode ter um grande efeito em uma comunidade, mas não em outra. Ao assumir que a relação que se estuda pode ser generalizada para outras comunidades, pouco se conhece sobre os fatores que afetam uma comunidade ou uma parcela delas.

Uma quarta desvantagem é que não há como prevenir a difusão da intervenção nas comunidades do grupo intervenção para as comunidades do grupo controle. É possível que algumas estratégias, instrumentos e procedimentos sejam conhecidos e utilizados pelas

comunidades do último grupo. Se isso acontecer, as conclusões da pesquisa podem ser afetadas.

Hawkins, et al. (2007) acrescentam ainda uma quinta desvantagem: a adequação ética desse tipo de estudo. Como já foi dito, esses estudos determinam um grupo controle que não receberá a intervenção. Uma questão bastante polêmica, especialmente na área de saúde, é que indivíduos doentes que poderiam se beneficiar de um tratamento efetivo não são beneficiados em razão dos objetivos de uma pesquisa.

Como alternativa ao estudo controlado randomizado, Biglan, et al. (2000) e Hawkins, et al. (2007) propõem o delineamento de linha de base múltipla, parte do grupo dos delineamentos de sujeito único, na construção de conhecimento sobre os efeitos de intervenções em comunidades. Um delineamento de linha de base múltipla, envolve a introdução de uma intervenção a linhas de base diferentes em momentos distintos. Em uma de suas variações, a linha de base múltipla prevê a sua aplicação entre indivíduos. O delineamento é implementado da seguinte maneira: a) uma mesma variável dependente é monitorada em diferentes indivíduos e quando as medidas atingem estabilidade, manipula-se a variável independente para um dos indivíduos, b) depois de atingida a estabilidade da variável dependente para o primeiro indivíduo e, caso tenha sido mantida a estabilidade para os outros indivíduos na linha de base, manipula-se a variável independente para um segundo indivíduo, c) o procedimento é repetido para os outros indivíduos da pesquisa. Medidas repetidas são realizadas nas condições controle e intervenção. Os efeitos da intervenção são apurados examinando-se a frequência do comportamento antes e após a intervenção. Se a frequência do comportamento muda apenas quando a variável independente é implementada, pode-se concluir com mais certeza que há um efeito gerado pela intervenção e afasta-se a possibilidade de que outras variáveis tenham controlado o comportamento (Kazdin, 1982).

Uma aplicação da linha de base múltipla entre comunidades, por sua vez, prevê a consideração da variável dependente de forma agregada após mensuração do comportamento de seus membros (Biglan, et al., 2000). Por exemplo, considerando-se uma intervenção com donos de lojas que vendem cigarros direcionada para a redução da venda para crianças e adolescentes, a proporção de lojas que realizam as vendas ilegalmente pode ser uma variável dependente. Um segundo exemplo poderia considerar o efeito da implementação de uma campanha para evitar o desperdício nos níveis de água dos reservatórios da comunidade. Uma possível variável dependente, nesse caso, é o percentual de casas que baixaram seu nível médio de consumo.

Para fazer um contraponto com as desvantagens da utilização de estudos controlados randomizados, Biglan, et al. (2000) fazem algumas considerações sobre a aplicação da linha de base múltipla entre comunidades. Primeiramente, os custos são bastante reduzidos quando comparados aos estudos controlados randomizados. A realização de medidas repetidas em uma mesma comunidade implica em um menor investimento do que a realização de medidas em diferentes comunidades, por exemplo. Em segundo lugar, a análise das relações entre as variáveis ambientais e o comportamento dos membros da comunidade antes e depois da intervenção permite um melhor conhecimento das variáveis que influenciam o surgimento e a manutenção dos comportamentos dos membros das comunidades. Em terceiro lugar, esse tipo de delineamento permite que cada comunidade seja analisada como um experimento por si só. Por fim, os autores afirmam que o fato de outras comunidades implementarem a prática não constitui ameaça a validade interna do experimento no mesmo grau que nos estudos controlados randomizados, uma vez que podem ser analisadas como replicações.

Em relação às questões éticas levantadas por Hawkins, et al. (2007), a linha de base múltipla se apresenta como uma vantagem inclusive em relação a outros tipos de

delineamentos de sujeito-único nos quais há previsão de retirada da intervenção. Nesse tipo de delineamento, uma intervenção implementada não é necessariamente suspensa depois de um período. Isso significa que a comunidade continua ininterruptamente se beneficiando de seus efeitos.

Para esta pesquisa, considerou-se adequada a utilização de uma linha de base múltipla entre municípios por alguns motivos:

- 1) Não seria possível alocar adolescentes de um mesmo município em um grupo controle. Isso significaria evitar que os adolescentes desse grupo buscassem oportunidades de ingresso no mercado de trabalho.
- 2) Não seria possível suspender a intervenção. Na prática, isso significaria propor a demissão do aprendiz contratado. Além disso, não era desejável em hipótese alguma que um adolescente que tivesse voltado para a escola, deixasse novamente de frequentá-la.
- 3) Era desejável conhecer e aprofundar as possibilidades de entrelaçamentos entre os atores e com os membros da comunidade para conhecer as variáveis que influenciam a baixa frequência escolar e subsidiar eventuais alternativas para sua alteração.
- 4) O investimento de recursos financeiros seria mais baixo, uma vez que não exigia a aplicação em muitas comunidades.
- 5) O investimento de tempo seria mais distribuído, uma vez que não era necessário coordenar a intervenção em muitas comunidades ao mesmo tempo.

Estudo de viabilidade experimental

A introdução das variáveis independentes acima descritas estava inserida num contexto amplo de execução de Políticas Públicas operacionalizadas por diferentes atores e, nesse sentido, não dependia apenas da pesquisadora. Assim, foi necessário fazer um estudo da viabilidade da proposta junto aos atores competentes. O cerne da ideia foi a oferta prioritária de vagas de aprendizagem para adolescentes contemplados com o BVJ que estavam com dificuldades para frequentar a escola, ou seja, em situação de descumprimento da condicionalidade (frequência mensal menor do que 75%), por meio de uma ação complementar ao Programa Bolsa Família em âmbito local, posteriormente chamada de Projeto PORVIR. É importante observar que embora a legislação faça referência aos jovens de 16 e 17 anos contemplados com o BVJ, o jovem que completa 18 anos recebe o benefício até dezembro do mesmo ano (MDS, 2015). Assim, na intervenção, foram considerados todos os jovens entre 16 e 18 anos que recebiam o BVJ e estavam em descumprimento. Para preparar a intervenção foram necessários os seguintes passos:

1) Verificação dos registros administrativos

A primeira questão importante foi encontrar municípios que tinham altas taxas de acompanhamento das condicionalidades relacionadas à educação do PBF, uma vez que a frequência escolar era a principal variável dependente da pesquisa. Para isso, utilizou-se a Matriz de Informações Sociais³¹, ferramenta *online* disponibilizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social, por meio da qual é possível verificar o número de adolescentes beneficiários e o número de adolescentes efetivamente acompanhados nos municípios.

³¹ A Matriz de Informações Sociais pode ser encontrada no endereço: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php

A primeira busca incluiu os municípios do entorno do Distrito Federal, onde se situa a Universidade de Brasília. De modo geral, verificou-se que os municípios tinham taxas de acompanhamento de cerca de 60% ou 70%, ou seja, os órgãos municipais responsáveis pela Educação não registravam a frequência escolar de uma grande parcela dos adolescentes beneficiários do PBF. Como alternativa, optou-se por realizar a pesquisa no Estado de São Paulo que continha maior variedade de municípios com altas taxas de acompanhamento e com o qual a pesquisadora tinha maior familiaridade.

2) Mapeamento dos atores competentes

O segundo passo foi mapear os órgãos e atores competentes nos municípios por implementar as relações condicionais previstas em lei, para oferta de aprendizagem por empresas e pelo acompanhamento dos adolescentes de famílias beneficiárias do PBF em situação de descumprimento da condicionalidade. Inicialmente, foram identificados três atores principais que tinham as atribuições necessárias para conduzir as ações, conforme regulamentado em normativas específicas:

a. Técnicos da Assistência Social

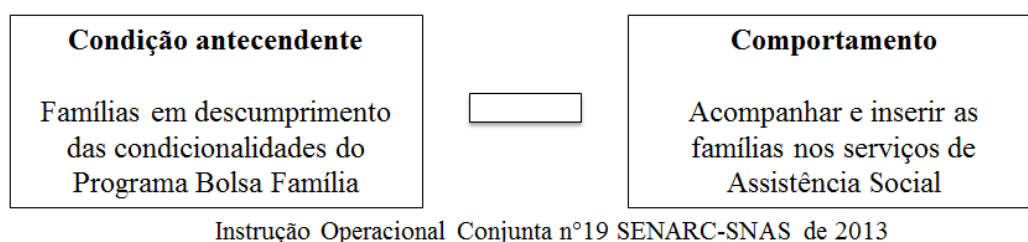


Figura 12. Descrição de condição antecedente e comportamento na atuação dos técnicos da Assistência Social.

b. Auditores Fiscais

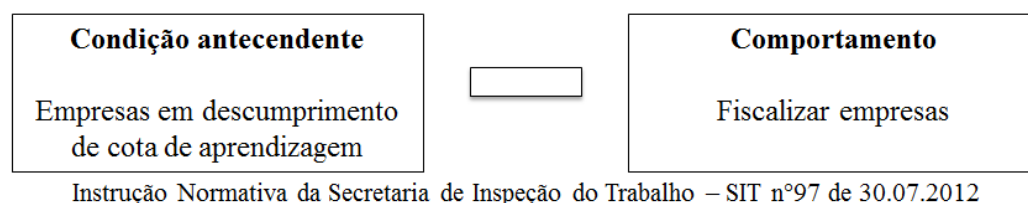
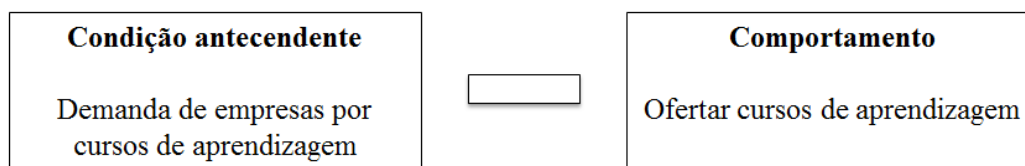


Figura 13. Descrição de condição antecedente e comportamento na atuação do auditor fiscal.

c. Funcionários do SENAC



Decreto-Lei nº 8.621 de 1946 e Decreto nº5.598 de 2005

Figura 14. Descrição de condição antecedente e comportamento na atuação dos funcionários do SENAC.

Embora a atuação pretendida fosse em âmbito municipal, verificaram-se instâncias estaduais com algum nível de coordenação sobre as ações municipais, que deveriam ser envolvidas diretamente no projeto: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado de São Paulo (SRTE-SP) e SENAC São Paulo.

3) Apresentação da proposta e pactuação de procedimento geral

Duas reuniões foram feitas com a SRTE-SP/Auditoria Fiscal/Projeto Aprendizagem e com a Gerência de Desenvolvimento do SENAC São Paulo para apresentação da proposta e construção de um procedimento geral (24/05/2016 e 10/03/2017). O procedimento geral foi dividido em: definição do cronograma, seleção dos municípios da intervenção e pactuação de implementação da intervenção.

a. Definição do cronograma

Foi proposta a implementação do Projeto PORVIR em seis municípios em três fases, sempre antes do início do semestre letivo, durante 18 meses: Fase 1 - julho/2016, Fase 2 - janeiro/2017 e Fase 3 - julho de 2017. A apresentação de uma proposta com um baixo número de municípios implementada em fases contribuiu para a aceitação dos atores estaduais que coordenariam e dariam suporte à ação dos atores municipais, uma vez que demandaria um baixo investimento de tempo e de recurso.

b. Seleção dos municípios da intervenção

Os municípios foram selecionados a cada fase, a partir de três critérios:

i. Taxa mínima de 90% de acompanhamento da condicionalidade “matricular e ter frequência escolar mensal mínima de 75% de adolescentes entre 16 e 17 anos” realizada pela Secretaria de Educação do município nos quatro meses disponíveis anteriores à realização da reunião com o município, com linha de base estável verificada por inspeção visual de dados dispostos graficamente.

ii. Taxa média máxima de 75% de cumprimento da condicionalidade “matricular e ter frequência escolar mensal mínima de 75% de adolescentes entre 16 e 17 anos”, nos quatro meses disponíveis anteriores à realização da reunião com o município, com linha de base estável verificada por inspeção visual de dados dispostos graficamente.

iii. Disponibilidade dos atores municipais em executar a proposta que envolveu ação intersetorial.

Para avaliar os critérios i e ii, foi construída uma lista dos municípios que atendiam os percentuais mínimos nos meses anteriores utilizando-se dados consolidados dos municípios paulistas cedidos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania provenientes do Sistema de Condicionalidades³². Foram coletadas as seguintes variáveis municipais: a) total de beneficiários do BVJ, b) total de beneficiários do BVJ acompanhados pela educação, e c) total de beneficiários do BVJ com frequência abaixo da exigida. Os percentuais foram calculados a partir das variáveis coletadas. Depois de selecionados os municípios possíveis com base nos percentuais, foram construídas as linhas de base para inspeção visual.

Para avaliar o critério iii, a lista foi apresentada para a SRTE-SP/Auditoria Fiscal/Projeto Aprendizagem e para a Gerência de Desenvolvimento do SENAC São Paulo

³² Os mesmos dados estão disponíveis com intervalos bimestrais na Matriz de Informações Sociais, disponibilizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social, no endereço: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php

para uma primeira análise das possibilidades de implementação do projeto pelos auditores fiscais das gerências regionais e dos funcionários do SENAC regional.

Depois de realizada a conversa prévia com os atores locais da Auditoria Fiscal e do SENAC, a pesquisadora fazia contato por telefone e por e-mail com a Secretária de Assistência Social ou órgão responsável pela Política de Assistência Social no município para explicar a proposta e agendar reunião para apresentação detalhada. Participaram das reuniões: a pesquisadora, a coordenadora do projeto Aprendizagem da Auditoria Fiscal da SRTE-SP, auditor fiscal, quando possível, a (o) responsável local pela oferta dos cursos de aprendizagem do SENAC, quando possível, e representante (s) da Secretaria de Assistência Social ou equivalente. A reunião iniciava-se com a apresentação da proposta e, em seguida, os potenciais participantes manifestavam-se quanto às possibilidades de participarem do projeto.

No momento da reunião, eram atualizados os dados dos critérios i e ii, uma vez que as reuniões aconteciam em meses diferentes da primeira abordagem por telefone e e-mail. O apêndice B demonstra a adequação aos critérios i e ii dos municípios escolhidos: Franca, Atibaia, Batatais, Lins, Jardinópolis e Porto Ferreira. Apenas após a reunião de apresentação do Projeto com todos os atores locais e da sua manifestação de disponibilidade, considerava-se que o critério 3 estava atendido.

c. Pactuação de implementação da intervenção

Para padronizar as ações, foi construído um termo de pactuação (apêndice C), no qual estavam descritos: os objetivos, o diagnóstico geral da situação dos jovens de 16 e 17 anos beneficiários do Programa Bolsa Família, a proposta de intervenção e as competências e procedimentos específicos de cada ator na operacionalização do projeto.

As atribuições estabelecidas no âmbito do projeto contemplavam o que já era regulamentado para cada um, conforme demonstrado nas Figuras 12, 13 e 14. No entanto,

a proposta era que em vez de atuarem de forma individual, trabalhassem de forma articulada em torno de um objetivo comum.

Assim, para realizar o projeto, os técnicos da Assistência Social deveriam identificar os adolescentes beneficiários do BVJ em descumprimento da condicionalidade, oferecer a possibilidade de aderirem ao Projeto PORVIR, promover atividade com o tema “aprendizagem e ingresso no mundo do trabalho”, e preparar banco de currículos. Essa ação gerava uma lista de adolescentes que queriam ser contratados.

Os auditores fiscais deveriam emitir simultaneamente notificações de fiscalização para empresas que estavam em descumprimento das cotas de aprendizagem, convocar para evento coletivo de explicação da ação, no qual o Projeto PORVIR era apresentado e dar prosseguimento a ação fiscal. Essa ação gerava uma lista de empresas que queriam contratar. Como a contratação do aprendiz pela empresa é um ato discricionário, tentava-se facilitar a realização de seu processo seletivo com a oferta de um banco de currículos durante o evento e no contato posterior com os atores.

Os funcionários do SENAC recebiam a demanda das empresas por vagas nos cursos de aprendizagem. Com um maior número de empresas demandantes, o SENAC organizava a oferta de cursos de aprendizagem para os adolescentes contratados, compatíveis com a atividade a ser desempenhada nas empresas³³.

Com o resultado do entrelaçamento das contingências comportamentais de cada ator, pretendia-se que as vagas de aprendizagem geradas pela articulação do Projeto PORVIR fossem preenchidas pelos adolescentes beneficiários do BVJ em descumprimento da condicionalidade. Nesse sentido, configurou-se uma metacontingência

33 O SENAC SP oferece os seguintes títulos de Aprendizagem Profissional Comercial: Serviços Administrativos, Serviços Administrativos em Instituições de Saúde, Serviços Comerciais, Serviços de Finanças, Serviços de Lanchonete, Serviços de Supermercados, Serviços de Vendas, Serviços Hoteleiros, Serviços de Asseio e Conservação e Serviços de Atendimento em Postos de Combustíveis. É possível encontrar mais informações no site institucional: <http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a21669.htm&testeira=1409>

de suporte, como definem Andery, Micheletto e Sérgio (2005), na qual as contingências comportamentais dos parceiros foram entrelaçadas para produzir um PA principal ou primário. Como demonstrado na figura a seguir, para que esse PA fosse alcançado, era necessária a produção de outros PA's, a partir do entrelaçamento das contingências comportamentais dos atores de cada órgão, nomeados de PA secundário e PA's terciários, como indicam Carvalho e Todorov (2016).

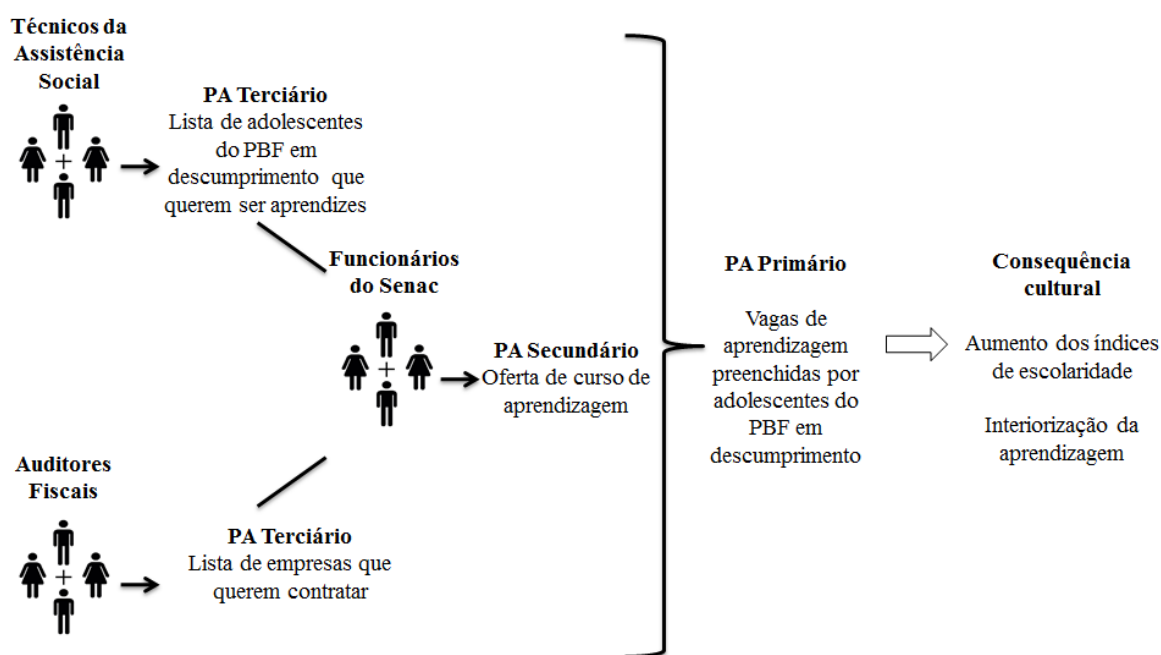


Figura 15. Metacontingência de suporte para implementação do Projeto PORVIR.

Durante a busca por municípios para implementação do Projeto, foram realizadas reuniões em outros três municípios: São Sebastião (01/12/2016), Serra Negra (08/02/2017) e Santo Antônio de Posse (08/02/2016 e 03/05/2017). Diferentes motivos impediram a continuação das tratativas em cada um dos municípios. Em São Sebastião, a implementação no início do ano não foi considerada adequada pela gestão municipal, em razão da proximidade com o carnaval, época em que há muitas oportunidades de trabalho informal para os adolescentes com grande expectativa de renda. Em Serra Negra, a gestão da Assistência Social não deu continuidade nas comunicações com o Projeto. Em Santo Antônio de Posse, a gestão municipal fez a busca dos adolescentes, mas teve grande

dificuldade em garantir a matrícula escolar daqueles que se encontravam fora da escola e preferiu esperar a possibilidade de realizar o Projeto na fase seguinte. Após a troca da gestão municipal, o número de jovens em cumprimento da condicionalidade aumentou em São Sebastião, o que fez com o que o município não mais se enquadrasse no critério 2. Por sua vez, em Santo Antônio de Posse foi observada grande queda no percentual de acompanhamento dos adolescentes, o que fez com que o município não mais se enquadrasse no critério 1 de seleção. A seguir será relatado um estudo piloto realizado nos dois primeiros municípios e um experimento conduzido em quatro outros municípios.

O Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília aprovou a pesquisa por meio do parecer consubstanciado número 2.233.847.

Estudo piloto

Método

Participantes

Participaram da pesquisa os adolescentes de famílias beneficiárias do PBF em situação de descumprimento da condicionalidade relacionada ao BVJ e as empresas do ramo de comércio de bens, serviços e turismo de Franca e Atibaia (Fase 1).

Instrumentos

1) Utilização com os adolescentes

a. Modelo simples de currículo

Foi disponibilizado um modelo simples de currículo com os seguintes campos:

Nome, Data de Nascimento, Endereço, Formação Acadêmica, Experiência, Interesses.

2) Utilização com as empresas

- a. Apresentação para empresas em formato *powerpoint* (apêndice D)

Material para guiar a apresentação do Projeto PORVIR em evento com as empresas.

- b. Folder com duas dobras (apêndice D)

Material para ser entregue em evento com as empresas com breve descrição do Projeto PORVIR e os contatos dos atores municipais.

- c. Imagem para e-mail lembrete (apêndice D)

Imagem com breve descrição do Projeto PORVIR para empresas.

Procedimento

Duas operações principais foram realizadas: a) a coordenação temporal de contingências comportamentais individuais e/ou entrelaçadas dos atores de cada instituição, uma ação intrasetorial que previa a realização das atividades de competência de cada um dos atores em um mesmo momento, e b) o entrelaçamento de contingências comportamentais individuais e/ou entrelaçadas entre os atores de cada instituição, uma ação intersetorial que previa a realização de atividades com subsídios produzidos pelos outros atores.

Coordenação temporal de contingências comportamentais individuais e/ou entrelaçadas dos atores de cada instituição e produção agregada terciária e secundária

A primeira tarefa foi garantir que os diferentes atores executassem aquilo que era de sua competência no mesmo intervalo de tempo. Assim, os produtos agregados do entrelaçamento dos membros de cada instituição seriam produzidos num mesmo momento, isto é, a lista de empresas que precisavam contratar, a lista de adolescentes candidatos e a

oferta de curso de aprendizagem. A implementação do Projeto assumiu um formato particular a depender das disponibilidades apresentadas. Cada um dos atores se propôs a adequar o planejamento de suas atividades e sua rotina considerando as ações previstas. Por esse motivo, o cronograma do projeto sofreu variações entre os municípios, ainda que mantidas as características principais, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2. Cronograma de implementação em Franca e Atibaia

Fase	Município	Contato com os atores		Contato com os adolescentes		Contato com as empresas		Prazo para contratação e oferta de curso	Dias entre reunião e primeira contratação	Dias entre notificação e contratação
		E-mail Telefone	Reunião	Adesão	Curso	Notificação	Evento			
1	Franca	7/6/16	14/7/16	Individual e em grupo	Parceria até 30/09/16	30/8/16	1/9/16	15/10/16	93	46
							10/4/17			10/5/17
	Atibaia	15/6/16	15/7/16	Individual e em grupo	Parceria em 05/10/16	15/9/16	7/10/16	27/10/16	104	42
			21/8/17				30/1/17			22/2/17

O contato da pesquisadora com os atores e algumas características particulares da atuação de cada ator em cada uns dos municípios estão descritas a seguir:

1) Franca

a. Contato com os atores nos municípios

O primeiro contato com a Auditoria Fiscal - Gerência de Franca, a Secretaria de Ação Social e o SENAC Franca foi feito em reuniões presenciais descentralizadas. Apesar de já existir no município um Fórum Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil naquela época, que reunia diferentes atores, não havia uma atuação voltada para a promoção da aprendizagem profissional para adolescentes em situação de vulnerabilidade.

b. Contato com os adolescentes

A gestão do PBF fez o levantamento dos adolescentes que se encontravam em descumprimento nos meses de junho e julho junto às escolas. A busca dos adolescentes foi feita pelos cinco CRAS municipais de forma descentralizada em cada mês. Cada equipe técnica entrou em contato com as famílias, por meio de telefonemas, visitas e cartas, e agendou encontros descentralizados para explicar o Projeto PORVIR. Para os adolescentes

que aderiram ao projeto, foi oferecida a possibilidade de realizar um curso em parceria com o Time do Emprego no Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT). O Time do Emprego é um programa do Governo do Estado de São Paulo, de orientação profissional e reorientação de carreira, que auxilia a inserção ou o retorno ao mercado de trabalho³⁴. O programa possui um curso básico de 12 encontros para turmas de 20 a 30 participantes que foi adaptado para o contexto da aprendizagem profissional. Ao final, os adolescentes confeccionaram seus currículos.

c. Contato com as empresas

A auditoria fiscal emitiu as notificações para as empresas inicialmente com o prazo de um mês para comprovação da contratação de sua cota de aprendizes. Posteriormente, ofereceu um prazo extra de 15 dias para aquelas que contratassem jovens do Projeto PORVIR. No ano seguinte, foi realizada nova ação fiscal para contratação de aprendizes, no entanto, a maioria das empresas fiscalizadas era do ramo industrial e realizou contratação pelo SENAI, que não acolhia os jovens do Projeto em razão da estrutura do seu processo seletivo, como anteriormente citado.

d. Prazo para contratação e oferta de curso de aprendizagem

O SENAC tem unidade própria no município de Franca e organizou a oferta de curso em data compatível com o prazo estabelecido pelos auditores fiscais. O Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) representava uma alternativa às empresas para atender a demanda da aprendizagem, uma vez que tinha cursos validados no Cadastro Nacional da Aprendizagem. Os registros fotográficos dos momentos centrais do Projeto PORVIR em Franca encontram-se no apêndice E.

2) Atibaia

³⁴ Mais informações sobre o Time do Emprego estão disponíveis no endereço: <http://www.timedoemprego.sp.gov.br/>

a. Contato com os atores nos municípios

O primeiro contato com a Auditoria Fiscal - Gerência de Jundiaí, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e o SENAC Jundiaí foi feito em reuniões presenciais descentralizadas. Algumas ações já tinham sido realizadas entre o SENAC e a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, no entanto, a parceria com a Auditoria Fiscal era inédita.

b. Contato com os adolescentes

A gestão do PBF fez o levantamento dos adolescentes que se encontravam em descumprimento nos meses de junho, julho e agosto junto às escolas. A busca dos adolescentes foi feita pelos quatro CRAS municipais de forma descentralizada em cada mês. Cada equipe técnica entrou em contato com as famílias, por meio de telefonemas e visitas, e os convidaram para um encontro geral, no qual puderam conhecer o programa Aprendizagem do SENAC, aderir ao Projeto PORVIR e confeccionar seus currículos.

c. Contato com as empresas

A auditoria fiscal emitiu as notificações para as empresas com o prazo de 42 dias para comprovação da contratação de sua cota de aprendizes. No ano seguinte, foi realizada nova ação fiscal para algumas empresas que não tinham contratado no prazo. Depois da segunda ação fiscal, o SENAC ofereceu um curso de formação de tutores para que as empresas fiscalizadas pudessem organizar a aprendizagem de maneira adequada.

d. Prazo para contratação e oferta de curso de aprendizagem

O SENAC não tem unidade própria no município de Atibaia, no entanto o SENAC Jundiaí já realizava cursos de aprendizagem no PAT do município. Assim, organizou a oferta de curso em data compatível com o prazo estabelecido pelos auditores fiscais. Uma nova turma foi aberta para atender a demanda gerada pela segunda ação fiscal. A Casa do Pequeno Trabalhador (CAPETA), a Rede de Assistência Socioeducacional Cristã (RASC)

e o CIEE representavam alternativas às empresas para atender a demanda da aprendizagem, uma vez que tinham cursos validados no Cadastro Nacional da Aprendizagem. Os registros fotográficos dos momentos centrais do Projeto PORVIR em Atibaia estão no apêndice E.

A história prévia de entrelaçamentos, as redes de apoio diferenciadas compostas por outros atores e as possibilidades específicas de cada município fizeram com que cada intervenção assumisse um caráter particular, no entanto, é importante ressaltar que características essenciais para a implementação do projeto foram mantidas em ambas:

- a. o ineditismo da intervenção articulada dos atores das três instituições para promover vagas de aprendizagem para adolescentes em situação de vulnerabilidade, mais especificamente em situação de descumprimento da condicionalidade relacionada ao PBF;
- b. a descrição da relação condicional prevista na aprendizagem para os adolescentes independentemente do formato do encontro (individual ou em grupo);
- c. a aplicação da relação condicional prevista na aprendizagem para as empresas, por meio de ação fiscal;
- d. a garantia da possibilidade de as empresas poderem cumprir a lei, por meio da oferta de cursos pelo SENAC ou de convênios com entidades com cursos validados no Cadastro Nacional de Aprendizagem.

Entrelaçamento de contingências comportamentais individuais e/ou entrelaçadas entre os atores de cada instituição e produção agregada primária

A coordenação temporal do comportamento dos atores de cada instituição resultava na oferta e na demanda de vagas e na possibilidade de oferta de curso, no entanto não garantia o preenchimento das vagas pelos adolescentes do Projeto PORVIR. Era necessário

promover o “encontro” entre os responsáveis pela seleção nas empresas e os candidatos. Como dito anteriormente, a contratação do aprendiz pela empresa é um ato discricionário. A empresa pode abrir um processo seletivo amplo e divulgar no município ou receber a indicação de um candidato por algum funcionário ou por qualquer outro conhecido, por exemplo. Nesse sentido, era preciso arranjar contingências que aumentassem a probabilidade de contratação dos adolescentes do Projeto PORVIR pelas empresas que precisavam preencher sua cota de aprendizes.

Para isso, os adolescentes precisavam: aderir ao Projeto, participar de oficinas de formação e confeccionar currículos e participar dos processos seletivos. As empresas, por sua vez, precisavam: solicitar/acesar o banco de currículos dos adolescentes, convidá-los para os processos seletivos e escolher adolescentes do Projeto para serem aprendizes. Tratava-se da instalação de cadeias comportamentais. Nesse caso, dois ou mais elos ou componentes operam de forma sucessiva. Cada componente é sinalizado por um estímulo diferente que é, ao mesmo tempo, reforçador condicionado para o comportamento que o produziu e condição antecedente para o comportamento seguinte (Tomanari, 2000), como esquematizado na figura abaixo:

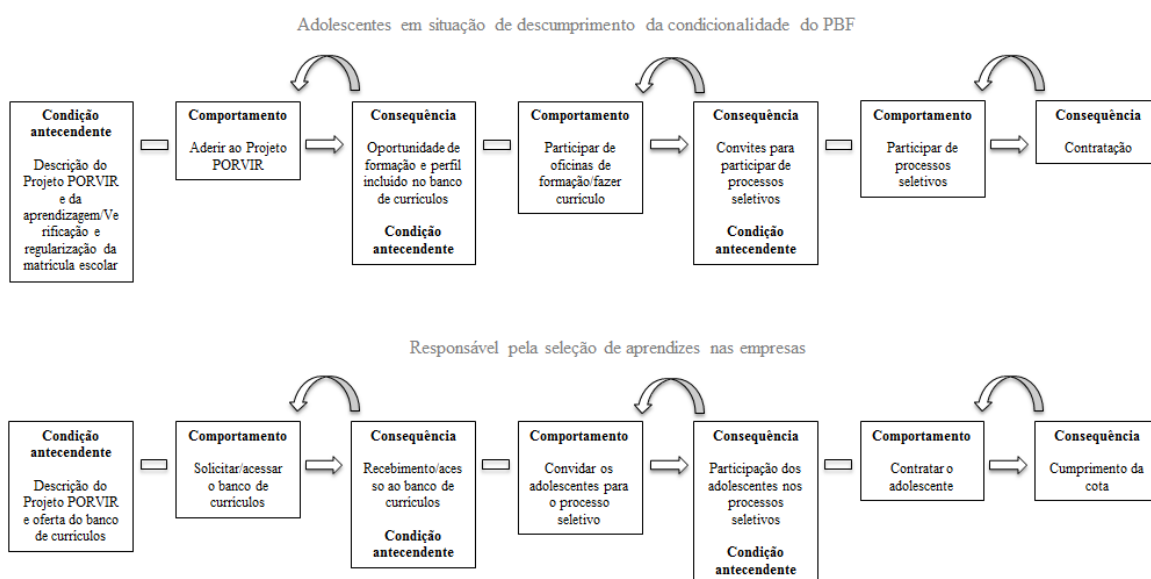


Figura 16. Cadeias comportamentais envolvidas na contratação de adolescentes do Projeto PORVIR como aprendizes por empresas.

Além das competências previstas em normativas (acompanhar os adolescentes, fiscalizar as empresas e ofertar cursos de aprendizagem), os atores das instituições precisavam emitir comportamentos que assumiriam a função dos eventos ambientais para instalar as cadeias comportamentais previstas para os adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade e para os responsáveis pela seleção de aprendizes nas empresas. Nessa tarefa, as ações previstas para os diferentes atores contaram com o apoio dos outros atores para realizar as ações na Fase 1. Segue a descrição de como os atores manipulavam antecedentes e consequentes para instalar as cadeias comportamentais:

1) Adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade

a. Descrição do Projeto PORVIR e da aprendizagem, verificação e regularização da situação escolar

O primeiro contato com os adolescentes era exclusivo das equipes de Assistência Social que foram orientadas a explicarem a relação condicional prevista na aprendizagem e dizerem que estavam organizando um banco de currículos para algumas empresas que iriam contratar aprendizes. Se o adolescente demonstrasse interesse em participar, verificava-se e regularizava-se a situação da matrícula escolar junto à Secretaria de Educação, quando necessário. Depois disso era feita a adesão do adolescente ao Projeto PORVIR.

b. Oportunidade de formação e perfil incluído no banco de currículos

As atividades de formação eram feitas em parceria entre pelo menos as equipes de Assistência Social e o SENAC. A Assistência Social foi instruída a organizar, individualmente ou em parceria, algumas atividades com conteúdos relacionados a aprendizagem e ao ingresso no mundo do trabalho para aqueles adolescentes que aderiram ao Projeto. O SENAC deveria participar da formação para explicar os detalhes da

aprendizagem. Durante as atividades, eram confeccionados os currículos dos adolescentes candidatos e adicionados ao banco.

c. Convites para participar de processos seletivos

As empresas podiam fazer diretamente o contato com os jovens do Projeto. No entanto, as equipes de Assistência Social foram orientadas a entrar em contato com os adolescentes quando solicitadas pelas empresas que queriam convidá-los para os processos seletivos. O objetivo era tentar garantir ao máximo a participação dos adolescentes e evitar a desistência da convocação de um adolescente por uma empresa após uma tentativa de contato fracassada.

d. Contratação

A consequência do elo final da cadeia comportamental prevista para os adolescentes só podia ser emitida pelas próprias empresas que precisavam contratar. Assim, o comportamento no elo final da cadeia comportamental das empresas se configurava na consequência final apresentada na cadeia comportamental dos adolescentes. O SENAC estava disponível para receber a empresa e o adolescente com os documentos que precisavam ser apresentados para efetivar a contratação, que incluía a comprovação de matrícula escolar do adolescente.

2) Responsável pela seleção de aprendizes nas empresas

a. Descrição do Projeto PORVIR e oferta do banco de currículos

Quatro formas de comunicação sobre o projeto foram planejadas: uma comunicação oral em evento convocado pela auditoria fiscal, a entrega de um folder explicativo, o envio de um e-mail lembrete coletivo e a divulgação pela mídia local. As comunicações descreviam a seguinte contingência relacionada a contratação de adolescentes do Projeto PORVIR:

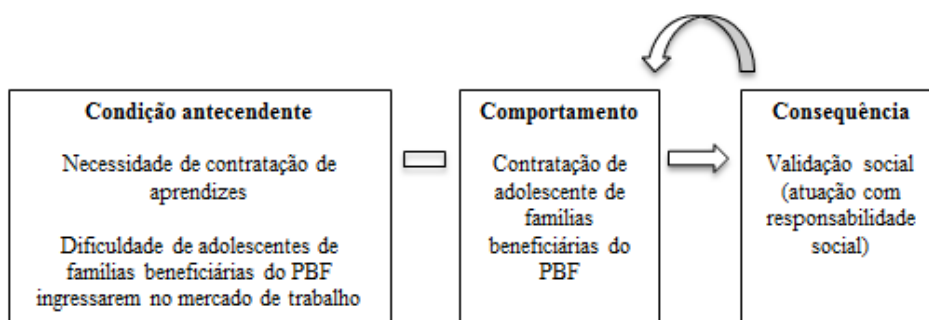


Figura 17. Contingência relacionada à contratação de adolescentes do Projeto PORVIR (Fase 1)

Em especial, era ressaltado como as empresas podiam transformar o que era uma obrigação em responsabilidade social. Além disso, eram especificadas vantagens diretas, indiretas, imediatas e atrasadas para empresas, adolescentes, família e comunidade na contratação de beneficiários do PBF. Depois, descrevia-se o fluxo para acesso aos currículos dos candidatos que tinham passado por formação inicial e estavam prontos para serem contratados. Por fim, a mídia local cobriu o evento e publicou reportagens e notícias (apêndice F). Além dos momentos planejados, todos os atores foram orientados a ressaltar a existência do Projeto quando alguma empresa entrava em contato.

b. Recebimento do banco de currículos

As equipes da Assistência Social e o SENAC enviavam o banco de currículos dos candidatos por e-mail para as empresas que solicitavam.

c. Participação dos adolescentes nos processos seletivos

As equipes da Assistência Social foram orientadas a apoiar, na medida do possível, o processo seletivo das empresas, por meio do contato com os jovens selecionados para comparecerem nos horários agendados, como já citado, e o arranjo de espaços para dinâmicas e entrevistas. O objetivo era garantir que as empresas tivessem um número de candidatos que considerasse adequado para realizar seu processo seletivo e contratar, com predominância de candidatos do Projeto PORVIR.

d. Cumprimento da cota

O SENAC estava disponível para acolher a demanda das empresas que queriam contratar aprendizes e a Auditoria Fiscal aguardava a apresentação dos documentos. As empresas que contratavam aprendizes evitavam receber as multas previstas na lei e cumpriam com a legislação. Além disso, foi adicionada a validação social dos atores municipais como consequência para a contratação de jovens do Projeto PORVIR.

Coleta de dados

A coleta de dados da pesquisa foi realizada em dois níveis. Em um primeiro nível, era preciso acompanhar a implementação do Projeto, ou seja, verificar se o procedimento criado era possível ser realizado e se era eficiente na instalação das cadeias comportamentais. A coleta de dados nesse nível foi realizada durante e após o término da intervenção em cada município. Em um segundo nível, era preciso avaliar o Projeto, ou seja, verificar os resultados do procedimento criado nas variáveis dependentes dispostas nos objetivos. A coleta de dados nesse nível foi realizada logo após o término da intervenção em cada município e ao final de todo o projeto.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados estão detalhados:

- 1) Implementação do Projeto
 - a. Contato com adolescentes. Planilha com dados sobre o contato com os adolescentes que continha informações gerais, como os nomes dos adolescentes em descumprimento nos últimos dois meses no município, Número de Identificação Social (NIS) do adolescente atribuído pelo Cadastro Único, nome do responsável familiar, NIS do responsável familiar, e informações da intervenção, como os adolescentes que não foram contatados, os adolescentes que participaram da mobilização/formação, os adolescentes que não quiseram ou não puderam participar do Projeto PORVIR após convite, adolescentes que

quiseram participar do Projeto PORVIR, os adolescentes que tinham seus currículos no banco e os adolescentes que foram contratados. As informações foram fornecidas pelas Secretarias de Assistência Social ou equivalente de cada município.

b. Contato com empresas

i. Planilha com dados consolidados do contato com as empresas que continha o número de empresas notificadas, a cota prevista pelas empresas, o número de empresas que compareceram ao evento, o número de empresas que contrataram adolescentes, o número de empresas que contrataram a cota parcialmente, o número de empresas que não contrataram e o número de empresas que estavam isentas ou já cumpriam a cota no momento da fiscalização. As informações foram fornecidas pela SRTE-SP/Auditoria Fiscal/Projeto Aprendizagem.

ii. Número de empresas que solicitaram o banco de currículos. As informações foram fornecidas pelas Secretarias de Assistência Social ou equivalente de cada município.

c. Oferta de cursos de aprendizagem. Planilha com dados dos cursos de aprendizagem ofertados pelo SENAC com os nomes das empresas e dos adolescentes contratados. As informações foram fornecidas pelo SENAC regional responsável por cada município.

2) Avaliação do Projeto

a. Oferta de vagas de aprendizagem no município. Tabela com o número de vagas em potencial e preenchidas antes da implementação do Projeto e o número de vagas em potencial e preenchidas após a implementação do Projeto em cada

município. As informações foram fornecidas pela SRTE-SP/Auditoria Fiscal/Projeto Aprendizagem.

- b. Demanda de vagas de aprendizagem por adolescentes contemplados com o BVJ do PBF nos municípios da intervenção. Cálculo feito a partir das informações finais de jovens interessados no Projeto após a sua implementação nos municípios. Informação fornecida pelas Equipes de Assistência Social.
- c. Preenchimento de vagas de aprendizagem por jovens do Projeto PORVIR. Atualização feita ao final do Projeto PORVIR com os adolescentes participantes.
- d. Frequência escolar dos jovens contemplados com BVJ do PBF nos municípios da intervenção.
 - i. Planilha com dados identificados por NIS que continha a situação dos benefícios e a frequência escolar das crianças e jovens de famílias beneficiárias do PBF, em 2016 e 2017, nos municípios da intervenção. As informações foram fornecidas pelo Departamento de Condicionalidades do Programa Bolsa Família da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social. O procedimento utilizado para solicitação dos dados foi análogo ao estabelecido na Portaria GM/MDS nº 10 de 2012, para disponibilização e utilização de informações contidas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instituído pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.
 - ii. Como medida complementar, foi solicitado o Registro do Aluno (RA) que é o número de identificação do aluno no Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Com as informações de data

de nascimento e RA, pode-se acessar o Boletim Escolar *online* do estudante³⁵, por meio do qual é possível verificar a frequência escolar e as notas escolares dos alunos pertencentes ao ensino médio. As informações foram fornecidas pelo SENAC.

³⁵ O Boletim Escolar está disponível no endereço: <http://www.educacao.sp.gov.br/boletim-escolar>

Os resultados e a discussão relatados a seguir fazem referência a implementação do Projeto. Como dito, foi necessário avaliar se o procedimento criado era eficiente em introduzir as variáveis independentes. Isso significava avaliar se os entrelaçamentos propostos eram realmente possíveis e foram devidamente realizados. A existência de um estudo piloto e um experimento com procedimento ajustado não impede que os efeitos das variáveis independentes nas variáveis dependentes nas três fases da intervenção sejam comparados, o que será feito em seção única, posteriormente.

Fase 1: Franca e Atibaia

Resultados

Analisar a implementação do Projeto PORVIR envolve verificar como foram realizados os procedimentos que competiam a cada um dos atores na instalação das cadeias comportamentais previstas para os responsáveis pela seleção de aprendizes nas empresas e para os adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade do PBF. Para isso, é necessário descrever os dados relacionados ao contato com os adolescentes, ao contato com as empresas e à oferta dos cursos de aprendizagem. Os dados serão descritos por meio de estatística descritiva em termos de frequências absolutas e relativas.

Os dados da Tabela 3, abaixo, evidenciam o número de adolescentes que tinham o perfil do projeto, que emitiram os comportamentos relacionados à adesão, à participação em oficinas e confecção de currículo e que foram contratados. A participação dos jovens nos processos seletivos das empresas não foi monitorada. Monitorar esta variável envolvia solicitar informações a cada empresa solicitante do banco de currículos. Não se considerou adequado solicitar estas informações sem previamente comunicar a empresa que isso seria

feito. No entanto, supôs-se que a comunicação prévia poderia diminuir o número de empresas solicitantes do banco de currículos.

Tabela 3. Resultado do contato com os adolescentes durante a implementação do Projeto PORVIR em Franca e Atibaia.

Município	Identificação		Adesão		Participação em oficinas e confecção de currículo		Contratação
	Adolescentes com perfil	Adolescentes que não foram contatados	Adolescentes que não quiseram/puderam participar	Adolescentes que quiseram participar	Adolescentes que participaram de formação presencial	Adolescentes que apresentaram currículo	Adolescentes que foram contratados como aprendizes
Franca	141	33 (23.4%)	75 (53.2%)	33 (23.4%)	21 (63.6%)	22 (66.7%)	3 (13.6%)
Atibaia	219			23 (10.5%)	23 (100%)	23 (100%)	2 (8.7%)
Total	360	33	75	56	44	45	5

Os dados de Franca evidenciam que 23,4% dos adolescentes não foram contatados pelas equipes da Assistência Social. Esse grupo inclui os casos em que os adolescentes não foram encontrados nem por meio de contato telefônico, nem por meio de visitas domiciliares. Esses adolescentes não tiveram a oportunidade de aderir ao Projeto.

Os dados indicam ainda que 53,2% dos adolescentes não quiseram ou não puderam participar do Projeto. No caso dos adolescentes que não quiseram, a Assistência Social relata que, mesmo depois de apresentado o projeto com a possibilidade de contratação, os adolescentes não demonstraram interesse em retornar à escola. Nos casos dos adolescentes que não puderam participar, foi relatado que apesar da demonstração de interesse, os adolescentes evidenciaram alguma incompatibilidade em retornar à escola, como gravidez, cuidados com filhos pequenos ou algum tipo de trabalho no horário das aulas. Por fim, 23,4% dos adolescentes identificados com perfil quiseram aderir ao Projeto, no entanto, apenas 63,6% dos adolescentes que se mostraram interessados confeccionaram seus currículos nas atividades propostas para incluir no banco do Projeto, dos quais 13,6% foram contratados.

Em Atibaia, a equipe promoveu uma ampla divulgação do Projeto entre os adolescentes atendidos pela Assistência Social. Os dados dos adolescentes que não foram

contatados e dos adolescentes que não quiseram ou não puderam participar não foram registrados pela equipe. Cerca de 60 adolescentes compareceram na formação prevista e 127 currículos foram confeccionados durante todo o período.

Apesar disso, posteriormente foram identificados apenas 23 currículos de adolescentes com o perfil adequado para o projeto, o que representava 10,5% do total de currículos confeccionados. Os outros adolescentes que aderiram e confeccionaram currículos, ou eram de famílias beneficiárias do PBF e não estavam em descumprimento da condicionalidade, ou recebiam outros benefícios, ou eram atendidos por outros serviços da Assistência Social. Da mesma maneira, apesar de cinco adolescentes terem sido contratados em Atibaia, apenas dois deles fazia parte do grupo de adolescentes com perfil para o Projeto, outros dois adolescentes eram de famílias beneficiárias, mas não estavam em descumprimento da condicionalidade relacionada ao BVJ, e outro jovem já tinha 23 anos e não era de família beneficiária do PBF.

A Tabela 4, abaixo, indica o número de empresas que emitiram comportamentos relacionados ao comparecimento ao evento, à solicitação do banco de currículos e a contratação de aprendizes.

Tabela 4. Resultado do contato com as empresas durante a implementação do Projeto PORVIR em Franca e Atibaia.

Município	Notificação		Adesão		Contratação				
	Empresas notificadas	Empresas que foram ao evento	Empresas que solicitaram o banco de currículos	Empresas que contrataram a cota	Empresas que contrataram mais do que a cota	Empresas que contrataram parte da cota	Empresas que não contrataram	Empresas isentas ou que já cumpriam a cota	Empresas que contrataram jovens do Projeto PORVIR
Franca	83	70(84.3%)	7 (10%)	11 (13.3%)	6 (7.2%)		65 (78.3%)	1(1.2%)	3
Atibaia	127	92(72.4%)	11 (12%)	39(30.7%)	1 (0.8%)	1 (0.8%)	54 (42.5%)	33(26.0%)	1
Total	210	162	18	50	7	1	119	34	4

Tanto em Franca quanto em Atibaia, um alto número de empresas compareceu no evento convocado pela auditoria fiscal (84,3% e 72,4%, respectivamente). Muitas empresas alegaram desconhecimento da legislação que as obriga a contratar aprendizes.

Após serem apresentadas à proposta do Projeto PORVIR, poucas empresas solicitaram o banco de currículos (10% e 12%, respectivamente).

Em relação ao resultado da fiscalização, é expressivo o número de empresas que não contratou sua cota de aprendizes e ficou sujeita à multa. Essa situação se aplica tanto às empresas que não contrataram (78.3% das empresas notificadas em Franca e 42,5% das empresas notificadas em Atibaia), quanto às empresas que não contrataram a cota completa de aprendizes (uma empresa em Atibaia). Em alguns casos, as empresas comprovaram já contratar a cota de aprendizes por meio de entidades formadoras, que podem registrar o aprendiz, ou terem um número menor de funcionários no momento da fiscalização e não terem cota para cumprir, ou se enquadrarem nos casos previstos de dispensa de contratação, como é o caso de microempresas e empresas de pequeno porte.

Alguns meses após conclusão da ação fiscal, algumas empresas que não haviam contratado sua cota de aprendizes foram novamente fiscalizadas. Os dados estão descritos na tabela abaixo.

Tabela 5. Resultado da segunda fiscalização das empresas em Franca e em Atibaia.

Município	Notificação		Adesão		Contratação		
	Empresas notificadas	Empresas que solicitaram o banco de currículos	Empresas que contrataram a cota	Empresas que contrataram mais do que a cota	Empresas que contrataram parte da cota	Empresas que não contrataram	Empresas que contrataram jovens do Projeto PORVIR
Franca	41	1	8 (19.5%)	19 (46.3%)	5 (12.2%)	9 (22%)	
Atibaia	13	4	8 (61.5%)	2 (15.4%)		3 (23.1%)	1
Total	54	5	16	21	5	12	1

Em Franca, a segunda fiscalização ocorreu cerca de oito meses após a primeira. Apenas uma empresa solicitou o banco de currículos, mas após realizar o processo seletivo e selecionar adolescentes do Projeto, desistiu de contratar aprendizes. Em Atibaia, a segunda fiscalização ocorreu cerca de quatro meses após a primeira. Ao final, uma empresa contratou um aprendiz do Projeto PORVIR. Em relação aos resultados gerais da segunda fiscalização, é relevante ressaltar a sua maior eficácia em relação à primeira e o alto número

de empresas que contratou um número de aprendizes além da cota, especialmente em Franca.

A Tabela 6, abaixo, evidencia a distribuição dos aprendizes que foram contratados por empresas após fiscalização que realizam curso de aprendizagem no SENAC. Não foi possível ter acesso aos detalhes dos aprendizes contratados que realizam cursos em outras entidades formadoras.

Tabela 6. Distribuição de aprendizes contratados pelas empresas fiscalizadas nas turmas oferecidas pelo SENAC em Franca e em Atibaia.

Município	Título	Cursos no SENAC				Aprendizes
		Turmas	Início	Fim	Horário	
Franca	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercado	1	3/10/16	3/3/18	Terças e quintas 13h-17h	28
	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos	1	3/10/16	3/3/18	Terças e quintas 13h-17h	
	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos	1	17/11/16	17/4/18	Terças e quintas 8h-12h	
	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos	1	17/11/16	17/4/18	Terças e quintas 8h-12h	
	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Vendas	1	17/11/16	17/4/18	Terças e quintas 8h-12h	
Atibaia	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercado	1	20/10/16	20/3/18	Terças e quintas 13h30-17h30	5
	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos					
	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Lanchonete	1	22/2/17	22/7/18	Quartas e sextas 8h-12h	
	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos					
Total						58

A partir da demanda apresentada pelas empresas, o SENAC organizou a oferta de cursos. Parte dessa demanda surgiu após fiscalização e a outra parte foi apresentada pelas empresas que já contratavam aprendizes pelo SENAC e precisavam renovar seus quadros, mas não estavam sob fiscalização. Dessa maneira, nem todas as vagas preenchidas nos cursos eram de aprendizes contratados pelas empresas notificadas no âmbito do Projeto. Após a implementação, verificou-se que 28 vagas dos cursos em Franca e 30 vagas dos

cursos em Atibaia foram ocupadas por aprendizes contratados pelas empresas fiscalizadas. Os adolescentes foram distribuídos em cursos com quatro títulos diferentes (Serviços Administrativos, Serviços de Supermercado, Serviços de Vendas e Serviços de Lanchonete). Isso significou que as empresas puderam escolher entre essa variedade de títulos, aquele que melhor se enquadrava aos serviços prestados e no setor em que o contratado exerceria a aprendizagem. Dos adolescentes candidatos do Projeto PORVIR, todos fazem curso no SENAC, com exceção de uma adolescente de Franca que foi contratada em convênio com uma entidade formadora.

Discussão

Os resultados encontrados na Fase 1 do Projeto sugerem uma baixa eficiência do procedimento experimental. Foram identificados problemas tanto no contato com os adolescentes quanto no contato com as empresas que resultaram em uma baixa adesão ao projeto e uma baixa quantidade de adolescentes contratados. A ausência da emissão dos comportamentos previstos nos elos iniciais das cadeias comportamentais limitava a participação dos adolescentes em processos seletivos e a sua contratação pelas empresas, que eram os comportamentos nos elos finais das respectivas cadeias.

Após a primeira leitura dos dados, foi realizada uma rodada de avaliação do Projeto PORVIR com os atores de cada município para apresentação de pontos que deveriam ser melhorados, a partir não só dos números levantados, mas do contato direto com o público alvo. Seguem os principais pontos levantados:

- 1) Em relação aos adolescentes
 - a. O convite para participação de adolescentes que já frequentavam a escola ou que já tinham terminado o ensino médio e, portanto, não tinham o perfil para

participar do Projeto, pode ter feito com que o currículo dos adolescentes com menos experiência ou formação tivessem menor visibilidade para as empresas.

- b. A adesão do adolescente em um primeiro momento, seguida da sua desistência no decorrer das atividades propostas podia estar relacionada a escassez de informações completas sobre as relações condicionais envolvidas na participação no projeto e no estabelecimento do contrato de aprendizagem.
- c. O baixo desempenho dos adolescentes nos processos seletivos pode ter sido resultado da constatação de um baixo repertório acadêmico dos adolescentes que realizavam testes como parte do processo seletivo, como apontado por algumas empresas.

2) Em relação às empresas

- a. A baixa procura do banco de currículos pode ter sido resultado da forma como o Projeto PORVIR foi apresentado com ênfase na obrigação das empresas e de maneira impessoal, apenas em um evento e por um e-mail coletivo.
- b. A rejeição pela contratação de adolescentes do PBF foi manifestada por algumas empresas no próprio evento e em contatos posteriores. Alguns responsáveis por empresas declararam que os adolescentes deviam ser “preguiçosos”, que poderiam “apresentar problemas no convívio com outros funcionários”, ou que “não poderiam ser contratados para atuarem no setor financeiro da empresa”, por exemplo. A ênfase nessa característica durante a apresentação do Projeto pode ter contribuído para a rejeição.
- c. A demora para acessar o banco de currículos pode ter causado a desistência de algumas empresas em convidarem os adolescentes do Projeto PORVIR para os processos seletivos. Um período de um ou dois dias, até que seja possível o envio do banco de currículos pela pessoa responsável, pode parecer razoável,

considerando que as equipes têm diferentes tarefas e nem sempre estavam imediatamente disponíveis para as ações do Projeto. No entanto, esse tempo pode ter sido significativo para as empresas que estavam sob ação fiscal e tinham prazo para organizar um processo seletivo e cumprir a legislação, como relatado por algumas delas.

- d. As informações resumidas e simplificadas no currículo dos adolescentes podem ter contribuído para a rejeição das empresas aos perfis. Muitos currículos tinham apenas informações de contato e algumas empresas se queixaram da pouca experiência dos adolescentes.
- e. A baixa contratação de aprendizes pode ter relação com as consequências financeiras para a empresa que descumpra a lei. Pagar uma multa quando fiscalizada, se a ação fiscal não é frequente, pode ser menos custoso para a empresa do que pagar um salário mensal de um aprendiz. O fato de um alto percentual de empresas ter contratado após a segunda fiscalização, sugere exatamente que punições mais frequentes podem levar mais empresas a cumprirem a lei.

Alguns aspectos da intervenção que poderiam ser alterados não estavam ao alcance do Projeto. Não seria possível promover alterações nos critérios de seleção das empresas ou no repertório acadêmico dos adolescentes. Ou ainda, alterar os preconceitos relacionados a famílias em situação de vulnerabilidade ou beneficiárias do PBF ou a magnitude da consequência aversiva prevista para a não contratação da cota de aprendizes. No entanto, alguns ajustes eram possíveis para tentar promover uma maior adesão tanto de adolescentes quanto de empresas.

Especialmente em relação às empresas, a quem cabia a contratação dos aprendizes, entendeu-se necessário compreender melhor que variáveis influenciavam a reação à

proposta do Projeto. Para isso, decidiu-se conduzir uma pesquisa por e-mail (apêndice G) com empresas do estado de São Paulo. A pesquisa pretendeu apenas coletar informações para ajudar na tomada de decisão acerca da abordagem ao projeto. Nesse sentido, procurou-se conhecer que tipo de comunicação e de conteúdo poderiam influenciar a empresa a buscar mais informação sobre o Projeto PORVIR. Os resultados da pesquisa sugeriram que a comunicação personalizada e a ênfase nas consequências positivas imediatas da contratação de aprendizes poderiam aumentar as chances de uma boa receptividade ao Projeto.

Após conferir e explorar os resultados da implementação da Fase 1 do Projeto PORVIR, algumas diretrizes passaram a compor a nova estratégia e guiaram os ajustes realizados no procedimento experimental:

1) Para os adolescentes:

- a. Atuação exclusiva e focalizada em adolescentes em descumprimento da condicionalidade relacionada ao BVJ.
- b. Comunicação padronizada e completa sobre a aprendizagem e sobre o Projeto para os adolescentes.
- c. Oferta de preparação mínima sobre como funcionam os processos seletivos e como identificar pontos para melhorar o desempenho.

2) Para as empresas:

- a. Comunicação personalizada com descrição das consequências positivas imediatas da contratação de aprendizes.
- b. Disponibilização imediata do banco de currículos com descrição mais detalhada do perfil dos adolescentes e com parâmetros de comparação.

- c. Ênfase nas habilidades e no interesse do grupo de adolescentes que faziam parte do grupo de currículos e não no PBF.

A partir dessas diretrizes, foram propostas alterações nos instrumentos e procedimentos para sanar os problemas levantados. O pouco conhecimento de algumas variáveis relevantes afetou diretamente a implementação do Projeto. Os problemas surgiram apenas quando o experimento já havia começado, o que levou a caracterização da Fase 1 como um estudo piloto, como define Sidman (1976). No entanto, tentou-se usar o estudo piloto de forma vantajosa para um melhor planejamento do experimento e aprimoramento da técnica experimental introduzida nas Fases 2 e 3, relatadas a seguir.

Experimento

Método

Participantes

Participaram da pesquisa os adolescentes de famílias beneficiárias do PBF em situação de descumprimento da condicionalidade relacionada ao BVJ e as empresas do ramo de comércio de bens, serviços e turismo de Batatais e Lins (Fase 2) e de Jardinópolis e Porto Ferreira (Fase 3).

Instrumentos

- 1) Apresentação geral do Projeto
 - a. Sítio eletrônico - www.projetoporvir.com.br (principais conteúdos e modelos encontram-se no apêndice H)

Plataforma *online* de divulgação do projeto para o público comum com páginas que continham informações gerais, lista de municípios parceiros e informações sobre o projeto

em cada município, lista de empresas parceiras, lista de aprendizes candidatos e contratados sem identificação, informações sobre a origem do projeto, reportagens e notícias veiculadas na mídia, legislação relacionada à aprendizagem, dicas de capacitação e um canal de comunicação direto com a pesquisadora com telefone e e-mail.

b. Página de *facebook*

A página de *facebook* do Projeto foi criada especialmente com o intuito de anunciar os eventos que seriam realizados e compartilhar as notícias de lançamento do Projeto nos municípios.

c. *Briefing* para a imprensa (apêndice I)

Resumo do projeto com as principais características: identificação, sítio eletrônico, objetivo, estratégia, vantagens para o aprendiz, para a empresa, para a família, para a comunidade e os parceiros.

2) Utilização com os adolescentes

a. Apresentação para adolescentes em formato *powerpoint* (apêndice J)

Material para guiar a apresentação do Projeto PORVIR para adolescentes.

b. Sítio eletrônico (www.projetoporvir.com.br) - área do aprendiz (principais funcionalidades e modelos encontram-se no apêndice K)

Área privada para os candidatos na plataforma *online* do projeto que continha a possibilidade de construir um perfil, confeccionar um currículo e uma carta de apresentação, buscar vagas de aprendizagem, inscrever-se em processos seletivos, realizar cursos *online* na Escola PORVIR, conhecer cursos de outras plataformas gratuitas e enviar depoimentos. Para construir um perfil, o usuário concordava com os termos de uso do sítio eletrônico (apêndice L), que fazia parte da política de privacidade. A idade mínima para criação de perfil era de 16 anos. Foi realizada uma consulta jurídica para garantir adequação à legislação que regulamenta a exposição de imagens e informações dos

adolescentes. Com o intuito de preservar a identidade do jovem para o público geral, o sítio eletrônico mostrava apenas informações mínimas para o público em geral (foto, iniciais, município e uma frase pessoal) que o próprio adolescente inseria acompanhado de um técnico. Informações completas só eram fornecidas para empresas cadastradas no sítio eletrônico que estavam sob ação fiscal.

- i. Escola PORVIR (principais conteúdos e modelos encontram-se no apêndice M)

Ferramenta *e-learning* de preparação de jovens candidatos para participarem de processos seletivos para vagas de aprendizes. Quatro cursos foram desenvolvidos com conteúdos relacionados a processos seletivos, aprendizagem, língua portuguesa e redes sociais (apêndice N). De modo geral, os cursos foram planejados considerando-se uma possível aplicação dos princípios característicos do Sistema Personalizado de Ensino aplicado ao Ensino à Distância, como apontado por Todorov, Moreira e Martone (2009), com algumas adaptações.

O treinamento tinha as seguintes características principais:

- i. Organização do conteúdo. Divisão em pequenas unidades e tópicos, objetivos finais previamente descritos ao participante, avaliações variadas e constantes a cada unidade, realização de testes para avaliar o conhecimento inicial (pré-testes) e o conhecimento após a exposição aos conteúdos (pós-testes), compostos pelas mesmas questões que apareciam em ordem aleatória, com possibilidade de refazer o pós-teste quantas vezes o participante quisesse. Alguns testes envolviam perguntas abertas e tinham o intuito de ajudar o participante a descrever características e situações, como aqueles que abordavam como se comportar em uma entrevista. Outros testes envolviam perguntas fechadas de múltipla escolha ou de

preenchimento de espaços em branco e tinham respostas certas e erradas, como aqueles que abrangiam conteúdos de conhecimentos gerais. Nesses casos, não era exigido 100% do domínio do conteúdo para avançar no curso, uma vez que o principal objetivo era expor os candidatos às contingências presentes nas várias fases dos processos seletivos para que eles pudessem conhecer todo o processo e identificar pontos a melhorar. Apesar disso, o candidato que não tinha 100% de acerto era incentivado a repetir o teste com mensagens diferenciadas a depender do percentual de acerto (0 a 50%, 50 a 80%, 80% a 99% e 100%).

- ii. Estratégia de aprendizagem. O material, composto por textos, figuras e vídeos ficava disponível para acesso quando o participante quisesse. A modelação foi recurso predominantemente utilizado nos vídeos.
- iii. Ritmo de aprendizagem. O ritmo era individualizado, no entanto o tempo para completar cada tópico foi controlado. Não era possível avançar para o tópico seguinte sem permanecer na página por um tempo mínimo. Um cronômetro regressivo foi adicionado ao final da página com tempo inicial variado, a depender das atividades previstas no tópico. O botão que permitia ir para o próximo tópico só era ativado quando o cronômetro atingisse o zero.
- iv. Tutor. Utilização dos recursos disponíveis na ferramenta *e-learning* para fazer o papel de um tutor. Não havia nenhum *feedback* nos pré-testes, no entanto os pós-testes tinham correção imediata com sinalização da resposta correta. O participante também podia entrar em contato direto com a pesquisadora, por meio do canal “fale conosco” no sítio eletrônico, sempre que quisesse.

Ao final do curso, o participante recebia um certificado que ficava disponível para impressão, um selo e uma pontuação. A realização do curso era inserida automaticamente no currículo do candidato. O selo e a pontuação eram adicionados imediatamente no seu perfil.

- c. Manual para cadastramento de currículos de candidatos no sítio eletrônico (apêndice O)

Material informativo para os técnicos da Assistência Social com o passo a passo para o cadastramento de um candidato no banco de currículos no sítio eletrônico.

3) Utilização com as empresas

- a. Apresentação para empresas em formato *powerpoint* (apêndice P)

Material para guiar a apresentação do Projeto PORVIR em evento com as empresas.

- b. Sítio eletrônico - www.projetoporvir.com.br - área da empresa (principais conteúdos e modelos encontram-se no apêndice Q)

Área privada para as empresas na plataforma *online* do projeto que continha a possibilidade de construir um perfil, postar e gerenciar vagas, buscar currículos, salvar currículos prediletos e enviar depoimentos. Para construir um perfil, o usuário concordava com os termos de uso do sítio eletrônico (apêndice L), que fazia parte da política de privacidade.









- i. Banco de currículos

Os currículos dos candidatos eram posicionados em um *ranking* por um sistema de pontos e selos que possibilitava a comparação entre eles. Aqueles com maior pontuação apareciam no topo da lista, logo abaixo era possível ver os selos do candidato. A página continha um aviso geral para os visitantes sobre como o *ranking* era organizado: “AVISO! A pontuação e os selos abaixo do perfil resumido de cada candidato são conquistados

quando o candidato presta informações mais detalhadas em seu perfil e realiza cursos na Escola PORVIR. Aproveite essas dicas para ajudar na sua seleção!”

Para ganhar pontos e selos, os candidatos deveriam emitir comportamentos de interação com o Projeto, mais especificamente o preenchimento completo do seu perfil, do seu currículo e a realização de cursos na Escola PORVIR. O sistema de pontos e selos que estruturava o banco de currículos está disposto na tabela abaixo.

Tabela 7. Sistema de pontos do banco de currículos do Projeto PORVIR.

	Comportamento	Pontuação	Selo
Perfil e currículo	Preencher o nome	1,5	
	Inserir imagem de perfil	1	
	Inserir imagem de capa	0,5	
	Inserir frase no perfil	1,5	
	Inserir e-mail	0,5	
	Inserir formação acadêmica	1,5	
	Inserir habilidades	1	
	Inserir currículo anexo	1	
	Escrever carta de apresentação	0,5	
	Assinalar cursos específicos	1	
Escola PORVIR	Finalizar uma avaliação de qualquer curso	5	Primeira Aprovação 
	Visitar o site 15 vezes	15	Sempre Aqui 
	Acertar todas as questões de uma avaliação	40	Sabe Tudo 
	Completar o curso "Seja um aprendiz e conquiste o mercado de trabalho: parte I"	75	Primeiro Curso 
	Completar o curso "Seja um aprendiz e conquiste o mercado de trabalho: parte II"	100	Segundo Curso 
	Completar o curso "Redes Sociais e Aprendizagem"	50	Conectado 
	Completar o curso "Um papo sobre Português"	70	Português 
	Finalizar as etapas anteriores com exceção dos cursos de Português e Redes Sociais	300	Cinco Estrelas 

Adicionalmente, as empresas podiam filtrar os currículos por município, idade (16, 17 ou 18 anos) e cursos realizados (informática, auxiliar administrativo e introdução ao mundo do trabalho).

c. Cartão de visita com código de ativação individual (apêndice P)

Material para ser entregue em evento com empresas que continha os contatos da pesquisadora, o sítio eletrônico e um código de ativação individual para criação de perfil de empresa na plataforma *online*.

d. Imagem para *e-mail* lembrete (apêndice P)

Imagem com breve descrição do Projeto PORVIR para empresas.

Procedimento

As características gerais da intervenção foram as mesmas do Estudo Piloto. No entanto, existiram algumas variações em cada uma das operações, apresentadas a seguir.

Coordenação temporal de contingências comportamentais individuais e/ou entrelaçadas dos atores de cada instituição e produção agregada terciária e secundária

Assim como no Estudo Piloto, a implementação do Projeto assumiu um formato particular a depender das disponibilidades apresentadas pelos atores nos municípios. O cronograma do projeto sofreu variações entre um município e outro, ainda que mantidas as características principais, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 8. Cronograma de implementação nos municípios

Fase	Município	Contato com os atores		Contato com os adolescentes		Contato com as empresas		Prazo para contratação e oferta de curso	Dias entre reunião e primeira contratação	Dias entre notificação e contratação
		E-mail Telefone	Reunião	Adesão	Curso	Notificação	Evento			
2	Batatais	18/1/17	9/2/17	Individual e em grupo	Parceria até 28/4/17	20/4/17	4/5/17	19/9/17	222	152
	Lins	17/1/17	5/5/17	Individual e em grupo	Próprio até 3/5/17	11/5/17	9/6/17	7/7/17	63	57
3	Jardinópolis	06/6/17	21/7/17 21/8/17	Individual e em grupo	Próprio em 8/9/17	24/8/17	28/8/17	03/10/17	74	40
	Porto Ferreira	06/6/17	21/7/17 21/8/17	Individual	Não realizou	25/8/17	29/8/17	17/10/17	88	53

Seguem as particularidades da implementação em cada uns dos municípios:

1) Batatais

a. Contato com os atores nos municípios

O primeiro contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social foi feito em reunião presencial e com o SENAC Ribeirão Preto foi feito em reunião virtual. A SRTE-SP/Auditoria Fiscal/Projeto Aprendizagem fez contato com a Auditoria Fiscal - Gerência de Ribeirão Preto e coordenou a ação diretamente.

b. Contato com os adolescentes

A gestão do PBF fez o levantamento dos adolescentes que se encontravam em descumprimento nos meses de novembro, fevereiro e março junto às escolas em cada mês. A busca dos adolescentes foi feita pelos três CRAS municipais de forma descentralizada. Cada equipe técnica entrou em contato com as famílias por meio de cartas, telefonemas e visitas. Para os adolescentes que aderiram ao projeto, foi oferecida a possibilidade de realizar um curso em parceria com CIEE e com o Time do Emprego. O curso foi preparado especialmente para a turma de adolescentes do Projeto PORVIR e foi realizado em quatro encontros.

c. Contato com as empresas

A auditoria fiscal emitiu as notificações para as empresas inicialmente com o prazo de um mês para comprovação da contratação. Posteriormente, esse prazo foi aumentado em decorrência da impossibilidade imediata de oferta de curso pelo SENAC. Durante o intervalo, o SENAC ofereceu um curso de formação de tutores para que as empresas fiscalizadas pudessem organizar a aprendizagem de maneira adequada.

d. Prazo para contratação e oferta de curso de aprendizagem

O SENAC não tem unidade própria em Batatais e nunca havia ofertado um curso de aprendizagem no município. Assim, era necessário providenciar um espaço onde o curso pudesse ser desenvolvido e que fosse adequado aos padrões exigidos pelo SENAC para oferta de curso em espaço externo. Após quatro meses de procura e negociações, foi encontrada a sede do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza que cumpria com as exigências documentais e tinha disponibilidade para oferecer uma sala em horário adequado. Isso atrasou significativamente o cronograma previsto para implementação do Projeto. O Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) representava uma alternativa às empresas para atender a demanda da aprendizagem, uma vez que tinha cursos validados no Cadastro Nacional da Aprendizagem. Os registros fotográficos dos momentos centrais do Projeto PORVIR em Batatais estão no apêndice R.

2) Lins

a. Contato com os atores no município

O primeiro contato com a Secretaria de Assistência Social e com o SENAC Bauru foi feito em reuniões virtuais descentralizadas. A SRTE-SP/Auditoria Fiscal/Projeto Aprendizagem fez contato com a Auditoria Fiscal - Gerência de Bauru e coordenou a ação diretamente. Um segundo contato foi feito com todos de forma presencial.

b. Contato com os adolescentes

A gestão do PBF fez o levantamento dos adolescentes que se encontravam em descumprimento nos meses de novembro, fevereiro e março junto às escolas em cada mês. A busca dos adolescentes foi feita pelos dois CRAS municipais de forma descentralizada. Cada equipe técnica entrou em contato com as famílias por meio de visitas. Para os adolescentes que aderiram ao projeto, foram oferecidas duas oficinas sobre aprendizagem, ingresso no mundo do trabalho e confecção de currículos em parceria com o Time do Emprego.

c. Contato com as empresas

Em um primeiro momento, a auditoria fiscal emitiu notificações para as empresas comparecerem ao evento agendado. No entanto, em razão de uma greve dos correios, as notificações não chegaram nas empresas antes da data prevista. O evento teve que ser reagendado e novas notificações foram emitidas. Na segunda oportunidade, a auditoria fiscal emitiu as notificações para as empresas inicialmente com o prazo de um mês para comprovação da contratação. Posteriormente, esse prazo foi alterado em decorrência da impossibilidade de oferta de curso pelo SENAC. Durante o intervalo, o SENAC ofereceu um curso de formação de tutores para que as empresas fiscalizadas pudessem organizar a aprendizagem de maneira adequada.

d. Prazo para contratação e oferta de curso de aprendizagem

O SENAC não tem unidade própria em Lins e nunca havia ofertado um curso de aprendizagem no município. Assim, era necessário providenciar um espaço onde o curso pudesse ser desenvolvido e que fosse adequado aos padrões exigidos pelo SENAC para oferta de curso em espaço externo. A dificuldade em encontrar um espaço antes do prazo estabelecido pela fiscalização, impossibilitou que o SENAC ofertasse o curso em um primeiro momento. As empresas que apresentaram demandas para o SENAC, procuraram outras entidades e estabeleceram convênio para contratar aprendizes. Depois de

providenciado o espaço adequado no Sindicato do Comércio Varejista de Lins, já não havia demanda suficiente para formar turma, o que fez com que o SENAC cancelasse a oferta do curso novamente. O Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade (CEMIC), o Centro de Formação do Mirim de Lins (CFOM) e o CIEE representaram alternativas às empresas para atender a demanda da aprendizagem, uma vez que tinham cursos validados no Cadastro Nacional da Aprendizagem. Os registros fotográficos dos momentos centrais do Projeto PORVIR em Lins estão no apêndice R.

3) Jardinópolis

a. Contato com os atores

O primeiro contato com a Secretaria de Assistência Social e com o SENAC Ribeirão Preto foi feito em reuniões presenciais descentralizadas. A SRTE-SP/Auditoria Fiscal/Projeto Aprendizagem fez contato com a Auditoria Fiscal - Gerência de Ribeirão Preto e coordenou a ação diretamente. Tanto o SENAC quanto a auditoria fiscal já haviam participado da implementação do Projeto PORVIR no município de Batatais. Uma segunda visita foi realizada a pedido da equipe da Assistência Social para fornecer instruções mais detalhadas sobre o projeto.

b. Contato com os adolescentes

A gestão do PBF fez o levantamento dos adolescentes que se encontravam em descumprimento nos meses de maio e junho junto às escolas. A cada mês, a equipe técnica do CRAS entrou em contato com as famílias, por meio de telefonemas e visitas, e convidou os adolescentes para duas oficinas sobre aprendizagem, ingresso no mundo do trabalho e de confecção de currículos organizadas pela própria equipe técnica.

c. Contato com as empresas

As empresas foram convidadas para participar do evento pela SRTE-SP/Auditoria Fiscal/Projeto Aprendizagem com solicitação de apresentação de documentos.

Posteriormente, a auditoria fiscal emitiu as notificações para as empresas com o prazo de 25 dias para comprovação da contratação da cota de aprendiz.

d. Prazo para contratação e oferta de curso de aprendizagem

O SENAC não tem unidade própria em Jardinópolis, mas em razão da proximidade com o município de Ribeirão Preto e das dificuldades encontradas anteriormente com a disponibilização de espaço externo, entendeu-se conveniente realizar os cursos na sede do SENAC em Ribeirão Preto. O SENAC já estava com três cursos agendados para o mês seguinte e remanejou algumas vagas para as empresas de Jardinópolis que estavam sob ação fiscal. Não havia no município nenhuma outra entidade com curso validado no Cadastro Nacional da Aprendizagem com a qual as empresas poderiam estabelecer convênios. Os registros fotográficos dos momentos centrais do Projeto PORVIR em Jardinópolis estão no apêndice R.

4) Porto Ferreira

a. Contato com os atores

O primeiro contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social e com o SENAC ocorreu em uma única reunião presencial. A SRTE-SP/Auditoria Fiscal/Projeto Aprendizagem fez contato com a Auditoria Fiscal - Gerência de São Carlos e coordenou a ação diretamente. Algumas ações já tinham sido realizadas entre o SENAC e Auditoria Fiscal, no entanto, a parceria com a Assistência Social era inédita. Durante os dias seguintes, a Secretaria Municipal de Assistência Social teve dúvidas sobre a possibilidade de implementar o projeto e solicitou nova reunião para obter instruções mais detalhadas, na qual se resolveu seguir adiante.

b. Contato com os adolescentes

A gestão do PBF fez o levantamento dos adolescentes que se encontravam em descumprimento nos meses de maio e junho junto às escolas. A cada mês, a equipe técnica

do CRAS entrou em contato com as famílias, por meio de telefonemas e visitas. Em um primeiro momento, era explicado para o adolescente o que era a aprendizagem em termos gerais e oferecida a possibilidade de aderir ao projeto. Para os adolescentes que aderissem, solicitava-se o comparecimento ao CRAS para confecção do currículo. Nenhuma atividade foi realizada em grupo.

c. Contato com as empresas

A auditoria fiscal emitiu as notificações para as empresas inicialmente com o prazo de 25 dias para comprovação da contratação. Posteriormente, o prazo foi alargado a pedido das empresas.

d. Prazo para contratação e oferta de curso de aprendizagem

O SENAC não tem unidade própria no município de Porto Ferreira, no entanto o SENAC São Carlos já realizava cursos de aprendizagem em local cedido pela Prefeitura. Assim, organizou a oferta de curso em data acordada com os auditores fiscais. Não havia no município nenhuma outra entidade com curso validado no Cadastro Nacional da Aprendizagem com a qual as empresas poderiam estabelecer convênios. Os registros fotográficos dos momentos centrais do Projeto PORVIR em Porto Ferreira estão no apêndice R.

Apesar das diferenças, as mesmas características essenciais necessárias para a implementação do Projeto em todos os municípios foram mantidas como no Estudo Piloto.

Entrelaçamento de contingências comportamentais individuais e/ou entrelaçadas entre os atores de cada instituição e produção agregada primária

As mesmas cadeias comportamentais foram referência no Estudo Piloto e no Experimento. No entanto, em razão das alterações realizadas, a manipulação dos eventos

ambientais foi adaptada para tentar garantir maior efetividade na instalação das cadeias comportamentais. As variações estão apresentadas a seguir:

- 1) Adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade
 - a. Descrição do Projeto PORVIR e da aprendizagem, verificação e regularização da situação escolar

Foi utilizado o mesmo procedimento da Fase 1, no entanto, os técnicos da Assistência Social contavam com um material informativo que descrevia a relação condicional prevista na aprendizagem, propunha a adesão ao projeto descrevendo os comportamentos esperados, como elaborar currículo, realizar os cursos da Escola PORVIR e participar dos processos seletivos.

- b. Oportunidade de formação e perfil incluído no banco de currículos.

Além do mesmo procedimento utilizado na Fase 1, a Assistência Social foi orientada a providenciar uma sala de informática para garantir que todos os adolescentes pudessem realizar os cursos da Escola PORVIR.

- c. Convites para participar de processos seletivos

Foi utilizado o mesmo procedimento da Fase 1.

- 2) Responsável pela seleção de aprendizes nas empresas

- a. Descrição do Projeto PORVIR e oferta do banco de currículos

Quatro formas de comunicação sobre o projeto foram planejadas: uma comunicação oral em evento convocado pela auditoria fiscal, a entrega de um cartão de visita da pesquisadora com código de ativação para a criação de um perfil no sítio eletrônico, o envio de um e-mail lembrete personalizado e a divulgação pela mídia local. As comunicações descreviam a seguinte contingência relacionada a contratação de adolescentes do Projeto PORVIR:

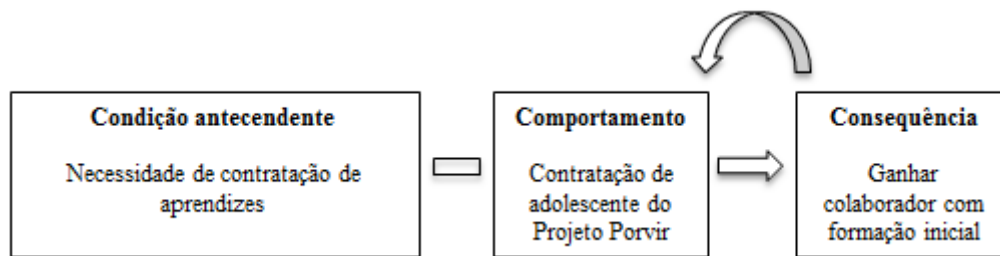


Figura 18. Contingência relacionada à contratação de adolescentes do Projeto PORVIR (Fases 2 e 3).

Em especial, era ressaltada como a contratação de adolescentes do Projeto PORVIR gerava economia no processo seletivo realizado pelas empresas, uma vez que o projeto já dispunha de um banco de currículos de adolescentes com formação inicial e interessados na aprendizagem. Depois, descrevia-se o fluxo para acesso aos currículos dos candidatos que tinham passado por formação inicial e estavam prontos para serem contratados. Por fim, a mídia local cobriu o evento e publicou reportagens e notícias (apêndice S).

b. Acesso ao banco de currículos

Os representantes de empresas que compareciam ao evento convocado pela Auditoria Fiscal, recebiam um cartão de visita com os contatos da pesquisadora e um código de ativação individualizado para criar um perfil no sítio eletrônico. Desse modo, não era necessário solicitar o currículo dos jovens e aguardar o envio por um representante da Assistência Social. O banco de currículos estava disponível no momento em que o responsável fazia o cadastro.

c. Participação dos adolescentes nos processos seletivos

Foi utilizado o mesmo procedimento da Fase 1.

d. Cumprimento da cota

Foi utilizado o mesmo procedimento da Fase 1, no entanto, eram ressaltadas as consequências positivas imediatas para a empresa na contratação de jovens do Projeto PORVIR.

Coleta de dados

De modo geral, a coleta de dados da pesquisa foi realizada como no Estudo Piloto. No entanto, no que diz respeito à implementação do Projeto, uma modificação e dois acréscimos foram realizados:

1. Dados referentes ao número de empresas que acessaram o banco de currículos foram coletados por meio do próprio sítio eletrônico e não mais com as Secretarias de Assistência Social.
2. Dados de acesso geral ao sítio eletrônico foram coletados por meio do *google analytics*.
3. Dados referentes à participação dos candidatos nos cursos da Escola PORVIR foram coletados por meio do próprio sítio eletrônico.

Fase 2: Batatais e Lins

Resultados

Com a implementação de um sítio eletrônico do Projeto PORVIR, foi possível acompanhar a procura por informações sobre o Projeto nos municípios das fases seguintes. No período de 10/12/2016 a 31/12/2017, foram realizadas 2.248 sessões no sítio eletrônico em 140 municípios de 22 estados brasileiros. No estado de São Paulo, foram feitas 1.569 sessões em 82 municípios. Uma sessão refere-se ao comportamento de acessar o sítio eletrônico e navegar por suas páginas. Uma sessão é encerrada quando o sítio eletrônico é fechado no navegador. A figura abaixo evidencia a distribuição das sessões realizadas no estado de São Paulo com maior incidência nos municípios em que o projeto foi implementado além da capital.

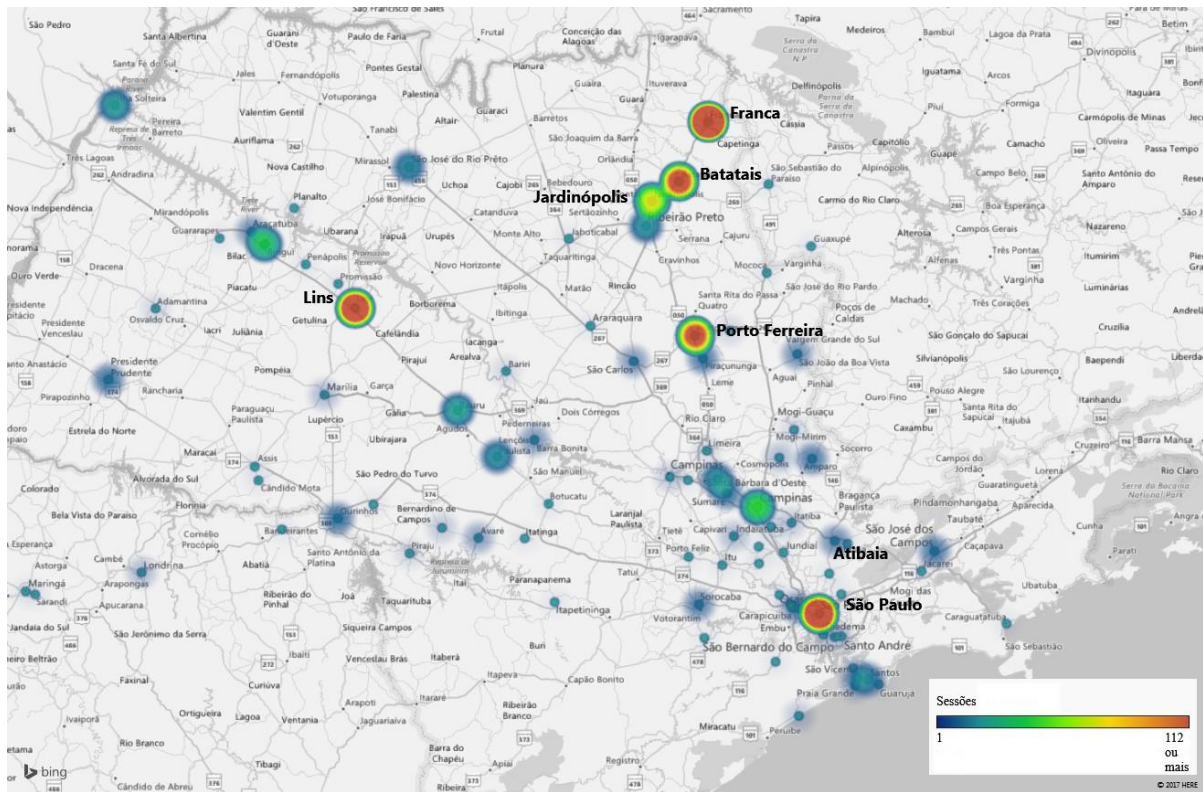


Figura 19. Sessões realizadas no sítio eletrônico no período de 10/12/2016 a 31/12/2017 nos municípios do estado de São Paulo e proximidades.

Os dados apurados representam o total de acesso de dispositivos situados nos municípios. Sabe-se que muitas empresas têm suas sedes e seus setores de recursos humanos em municípios diferentes da intervenção. Assim, não é possível conhecer com precisão o total de acessos diretamente relacionados a intervenção em cada um dos municípios, mas é possível conhecer os dados de acesso na localidade. A Figura 20 evidencia a frequência acumulada de sessões no sítio eletrônico em Batatais e em Lins.

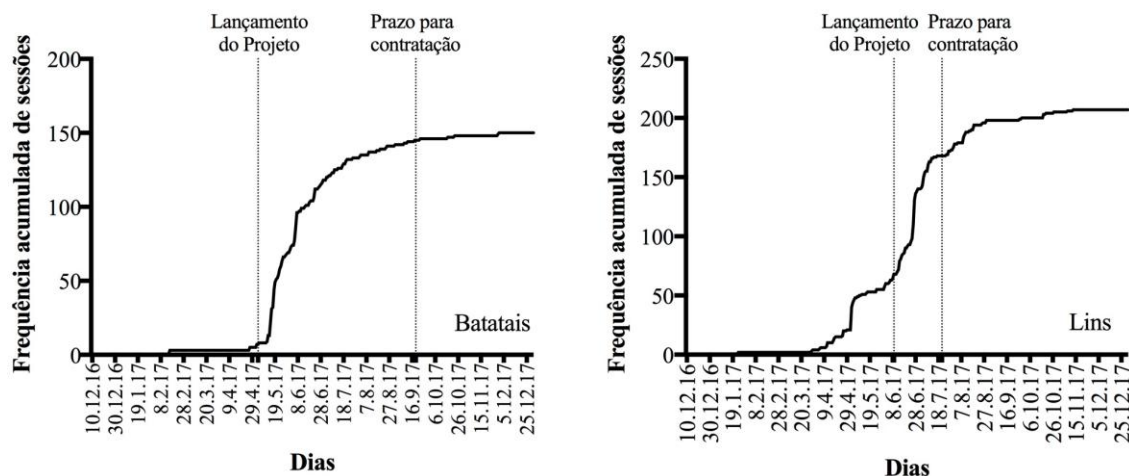


Figura 20. Número de sessões no sítio eletrônico em Batatais e em Lins de 10/12/2016 a 31/12/2017.

É possível observar acesso ao sítio eletrônico desde os primeiros contatos com o município, a partir do qual as equipes de Assistência Social começaram a buscar os adolescentes que tinham perfil, inserir seus currículos e sugerir a realização dos cursos da Escola PORVIR. O número de sessões no sítio eletrônico se intensificou no período entre o evento realizado nos municípios com divulgação pela mídia e o prazo para comprovação da contratação estabelecido pela auditoria fiscal. Em Lins, é possível verificar um crescente número de sessões no sítio eletrônico antes da data marcada para o primeiro evento que não ocorreu e logo depois uma baixa atividade até a data marcada para o evento que ocorreu pouco mais de um mês a frente. A tabela abaixo detalha as informações de acesso.

Tabela 9. Informações de acesso ao sítio eletrônico nos municípios de Batatais e de Lins.

Município	Sessões	Novos usuários	Páginas/sessão	Duração média da sessão
Batatais	150	36	9.16	13:34
Lins	207	79	8.73	13:21
Total	357	105		

Tanto em Batatais quanto em Lins, é possível perceber que os usuários acessavam o sítio eletrônico mais de uma vez, navegando por diferentes páginas, com tempo de acesso médio de pouco mais de 13 minutos.

A análise que segue é similar a realizada na implementação da Fase 1, na qual buscou-se identificar o resultado da instalação das cadeias comportamentais previstas para os responsáveis pela seleção nas empresas e para os adolescentes em situação de descumprimento da condicionalidade do PBF. A tabela abaixo detalha o resultado do contato com os adolescentes.

Tabela 10. Resultado do contato com os adolescentes durante a implementação do Projeto PORVIR em Batatais e em Lins.

Município	Identificação		Adesão		Participação em oficinas e confecção de currículo			Contratação
	Adolescentes com perfil	Adolescentes que não foram contatados	Adolescentes que não quiseram/puderam participar	Adolescentes que quiseram participar	Adolescentes que participaram de formação presencial	Adolescentes que fizeram curso na Escola PORVIR	Adolescentes que apresentaram currículo	Adolescentes que foram contratados como aprendizes
Batatais	83	47 (56.6%)	17 (20.5%)	19 (22.9%)	9 (47.4%)	11 (57.9%)	19 (100%)	3 (15.8%)
Lins	82	15 (18.3%)	45 (54.9%)	22 (26.8%)	22 (100%)	11 (50%)	22 (100%)	1 (4.5%)
Total	165	62	62	41	31	22	41	4

Em Batatais, chama atenção o número de adolescentes que não foram encontrados pela Assistência Social apesar das equipes terem enviado cartas, feito contatos telefônicos e visitas domiciliares. O alto percentual pode ter diferentes motivos, desde erros no endereço cadastrado, até ausência do adolescente no momento da visita. Dos que foram encontrados, cerca de metade não quis ou não pode participar. Alguns dos que não quiseram participar, embora tenham sinalizado o interesse no trabalho, não se interessaram em voltar para a escola. Aqueles que se interessaram pelo Projeto, mas não puderam participar, apresentaram motivos relacionados a falta de vaga na escola, mas também motivos que tornam incompatíveis a frequência à escola, como o cuidado integral com os filhos, por falta de vaga em creche, ou o trabalho informal no mesmo horário. Em Lins, por outro lado, é expressivo o número de adolescentes que não quis participar do Projeto tendo como principal motivo a rejeição à proposta de retornar à escola.

Tanto em Batatais quanto em Lins, os adolescentes que se comprometeram e quiseram aderir ao projeto, realizaram atividades presenciais e/ou virtuais e

confeccionaram seus currículos. Na tabela abaixo, é possível verificar dados detalhados do envolvimento dos adolescentes nos cursos da Escola PORVIR.

Tabela 11. Matrículas, evasão e desempenho nos cursos da Escola PORVIR em Batatais e em Lins.

Municípios	Matrículas em cursos	Realização dos cursos		Desempenho em pós-testes comparado com desempenho em pré-testes			
		Cursos finalizados	Taxa de evasão	Total	Melhor	Igual	Pior
Batatais	17	7	59%	26	16	7	3
Lins	17	6	65%	22	15	4	3
Total	34	13		48	31	11	6

Nos dois municípios, os 11 adolescentes que realizaram cursos na Escola Porvir se matricularam em um total de 17 cursos. Pouco mais da metade dos adolescentes começaram os cursos, mas não terminaram, o que resultou em uma taxa de evasão de 59% em Batatais e 65% em Lins. Embora o desempenho nos testes não fosse o objetivo principal, foi possível verificar que em sua maioria, os adolescentes ficaram sob controle do conteúdo ministrado e conseguiram ter desempenho melhor nos pós-testes do que nos pré-testes. O pós-teste considerado foi o último realizado pelo adolescente, caso tenha realizado mais de uma vez. Em Batatais, três adolescentes foram contratadas e em Lins um adolescente foi contratado. Uma outra adolescente chegou a ser contratada em Batatais, no entanto, pediu demissão no primeiro dia de curso, em razão da distância entre trabalho e escola. Todos esses adolescentes realizaram cursos da Escola Porvir.

A tabela a seguir detalha o resultado do contato com as empresas.

Tabela 12. Resultado do contato com as empresas durante a implementação do Projeto PORVIR em Batatais e em Lins.

Município	Notificação		Adesão			Contratação				
	Empresas notificadas	Empresas que foram ao evento	Empresas que solicitaram o banco de currículos	Empresas que postaram vagas no site	Empresas que contrataram a cota	Empresas que contrataram mais do que a cota	Empresas que contrataram parte da cota	Empresas que não contrataram	Empresas isentas ou que já cumpriam a cota	Empresas que contrataram jovens do Projeto PORVIR
Batatais	46	33(71.7%)	20(60.6%)	4 (20%)	28 (60.9%)		3 (6.5%)	9 (19.6%)	6(13%)	3(10.7%)
Lins	65	45(69.2%)	9 (20%)	4 (44%)	31 (47.7%)	1 (1.5%)		22 (33.8%)	11(16.9%)	1 (7.1%)
Total	111	78	29	8	59	1	3	31	17	4

Assim como na fase anterior, um alto número de empresas compareceu ao evento (71,7% em Batatais e 69,2% em Lins), o que consolidou a estratégia como geradora de oportunidade para entrar em contato com os responsáveis pelas seleções. Novamente, muitas empresas alegaram desconhecimento da legislação. Por meio do sítio eletrônico, verificou-se que um número maior de empresas acessou o banco de currículos em relação ao total de empresas fiscalizadas nos municípios quando comparadas às empresas fiscalizadas na Fase 1, especialmente em Batatais. Além disso, quatro empresas em cada município postaram vagas para inscrição dos candidatos do Projeto PORVIR. Em relação ao resultado da fiscalização, embora ainda haja um percentual considerável de empresas que não contratou aprendizes (19,6% em Batatais e 33,8% em Lins), é possível observar um percentual menor de descumprimento da lei do que na Fase 1. Os adolescentes contratados em Batatais estavam em 1º, 4º e 5º lugar no *ranking*. O adolescente que estava em 2º lugar foi o desistente já mencionado. Em Lins, o adolescente em 1º lugar no *ranking* foi contratado.

A tabela abaixo detalha o curso oferecido em Batatais pelo SENAC. Como já previamente descrito, o município encontrou muita dificuldade em encontrar local para realização do curso, o que resultou em um atraso de pouco mais de três meses da data prevista. As três adolescentes contratadas do Projeto PORVIR realizam curso no SENAC.

Tabela 13. Distribuição de aprendizes contratados pelas empresas fiscalizadas nas turmas oferecidas pelo SENAC em Batatais e em Lins.

Município	Cursos no SENAC					
	Título	Turmas	Início	Fim	Horário	Aprendizes
Batatais	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos	1	19/9/17	19/2/19	Terças e quintas 13h30-17h30	25
Lins	Não realizado					
Total						25

Em Lins, fomos surpreendidos com a presença de outras entidades formadoras no evento que informalmente ofereceram seus serviços para as empresas que lá estavam. A

decisão de não convidar nenhuma entidade formadora para os eventos foi tomada em razão da prioridade de oferta de cursos pelo Sistema S, disposta no artigo 430 da Lei da Aprendizagem (2000). Embora o SENAC não tivesse história anterior de oferta de curso de aprendizagem no município, estava disposto a implantar desde que com um quórum mínimo de 20 aprendizes. Ainda que a contratação por entidades não represente vantagem financeira para as empresas, já que normalmente cobram taxas administrativas, ela pode ter representado a opção mais segura, uma vez que os cursos já estavam instalados no município, ou a opção de melhor custo-benefício, já que normalmente as aulas do curso de aprendizagem das entidades formadoras são realizadas uma vez por semana, e não duas como no caso do curso oferecido pelo SENAC, o que significa um dia a mais por semana que o aprendiz vai para a empresa.

Essa situação pode ter influenciado o baixo número de empresas que acessaram o banco de currículos, uma vez que algumas vezes as entidades formadoras já possuem um grupo de candidatos. O único aprendiz contratado no município foi por meio de convênio com entidade formadora.

Fase 3: Jardinópolis e Porto Ferreira

Resultados

Em relação ao acesso ao sítio eletrônico, a figura abaixo evidencia a frequência acumulada de sessões em Jardinópolis e em Porto Ferreira.

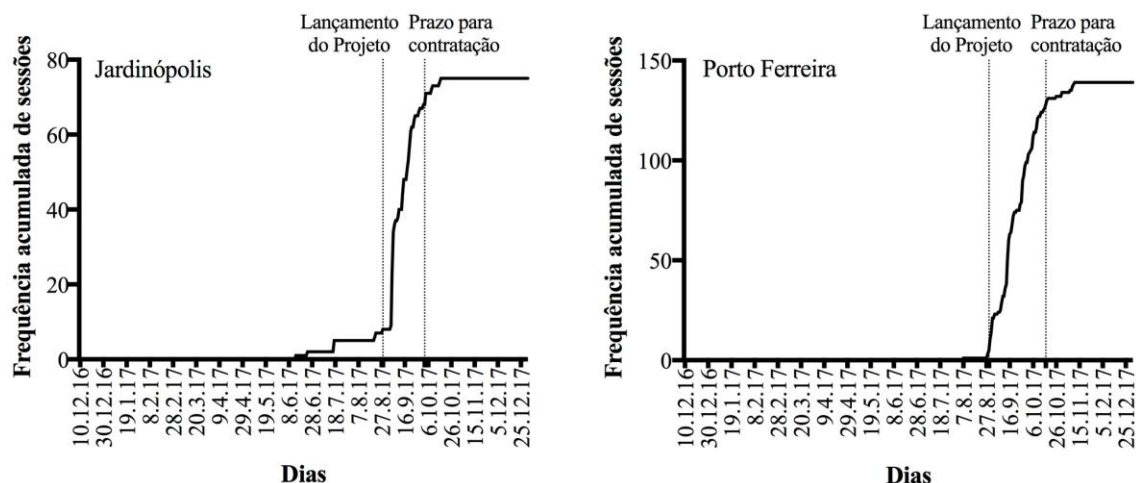


Figura 21. Número de sessões no sítio eletrônico em Batatais e em Lins de 10/12/2016 a 31/12/2017.

Assim como na fase anterior, é possível verificar acesso ao sítio eletrônico desde os primeiros contatos com o município. Do mesmo modo, a atividade se intensifica entre a data de realização do evento com divulgação pela mídia e os prazos para contratação. A tabela a seguir detalha as informações de acesso.

Tabela 14. Informações de acesso ao sítio eletrônico nos municípios de Jardinópolis e de Porto Ferreira.

Município	Sessões	Novos usuários	Páginas/sessão	Duração média da sessão
Jardinópolis	75	51	8.16	9:07
Porto Ferreira	139	58	8.5	11:58
Total	214	109		

De maneira similar à Fase 2, é possível observar que os usuários acessavam o sítio eletrônico mais de uma vez, navegando por diferentes páginas e com tempo de acesso médio maior do que 9 minutos em Jardinópolis e perto de 12 minutos em Porto Ferreira. A tabela abaixo demonstra o resultado do contato com os adolescentes na Fase 3.

Tabela 15. Resultado do contato com os adolescentes durante a implementação do Projeto PORVIR em Jardinópolis e em Porto Ferreira

Município	Identificação		Adesão		Participação em oficinas e confecção de currículo			Contratação
	Adolescentes com perfil	Adolescentes que não foram contatados	Adolescentes que não quiseram/ puderam participar	Adolescentes que quiseram participar	Adolescentes que participaram de formação presencial	Adolescentes que fizeram curso na Escola PORVIR	Adolescentes que apresentaram currículo	Adolescentes que foram contratados como aprendizes
Jardinópolis	52	12 (23.1%)	35 (67.3%)	5 (9.6%)	5 (100%)	3 (60%)	5 (100%)	3 (42.9%)
Porto Ferreira	37	12 (35.3%)	18 (52.9%)	7 (20.6%)		5 (71.4%)	7 (100%)	1 (14.3%)
Total	89	24	53	12	5	8	12	4

Em Jardinópolis, um alto percentual de adolescentes não pode ou não quis participar do Projeto. Entre as principais razões para não aderirem, estavam a rejeição ao retorno à escola e outro tipo de trabalho. Outros adolescentes que quiseram aderir, mas já tinham 18 anos, estavam sem matrícula e aguardavam vaga na escola e, portanto, não poderiam ser contratados.

Em Porto Ferreira, os mesmos motivos foram apresentados pelos adolescentes que não quiseram participar. Em relação aos adolescentes que manifestaram interesse, mas não puderam participar, dois motivos predominaram, por um lado a falta de vagas no curso supletivo do município, por outro lado a frequência em escola de tempo integral.

Nos dois municípios, os adolescentes que aderiram ao projeto confeccionaram seus currículos. Na tabela abaixo, é possível verificar a participação dos adolescentes nos cursos da Escola PORVIR.

Tabela 16. Matrículas, evasão e desempenho nos cursos da Escola PORVIR em Jardinópolis e Porto Ferreira.

Municípios	Matrículas em cursos	Realização dos cursos		Desempenho em pós-testes comparado com desempenho em pré-testes			
		Cursos finalizados	Taxa de evasão	Total	Melhor	Igual	Pior
Jardinópolis	4	0	100%	1	1	0	0
Porto Ferreira	13	8	38%	18	10	5	3
Total	17	8		19	11	5	3

Em Jardinópolis, os três adolescentes que começaram os cursos, não finalizaram todo o programa. No entanto, foram esses três adolescentes que foram contratados pelas empresas. Em Porto Ferreira, cinco dos sete adolescentes realizaram um total de 13 matrículas em cursos da Escola PORVIR. A adolescente contratada foi a que completou os quatro cursos.

Na tabela abaixo, é possível observar o resultado do contato com as empresas.

Tabela 17. Resultado do contato com as empresas durante a implementação do Projeto PORVIR em Jardinópolis e em Porto Ferreira.

Município	Notificação		Adesão			Contratação				
	Empresas notificadas	Empresas que foram ao evento	Empresas que solicitaram o banco de currículos	Empresas que postaram vagas no site	Empresas que contrataram a cota	Empresas que contrataram mais do que a cota	Empresas que contrataram parte da cota	Empresas que não contrataram	Empresas isentas ou que já cumpriam a cota	Empresas que contrataram jovens do Projeto PORVIR
Jardinópolis	19	14(73.7%)	7 (50%)	1 (14%)	16 (84.2%)			1 (5.3%)	2(10.5%)	3 (23.1%)
Porto Ferreira	47	40(85.1%)	13(32.5%)	1 (8%)	16 (34%)		3 (6.4%)	18 (38.3%)	13 (27.7%)	1(4.3%)
Total	66	54	20	2	32		3	19	15	4

Novamente, um alto percentual de empresas compareceu ao evento e muitas alegaram desconhecimento da legislação. Como aconteceu em Batatais, um percentual maior de empresas que compareceu ao evento, acessou o banco de currículos nesta fase. Uma empresa em cada município postou vaga diretamente no sítio eletrônico para inscrição dos candidatos do Projeto PORVIR.

Em relação à contratação, a frequência relativa de empresas que contratou foi maior em Jardinópolis que tinha a possibilidade de inserir os adolescentes em cursos com títulos diferentes já programados pelo SENAC de Ribeirão Preto. Em Porto Ferreira, pode-se observar um número relativamente baixo de empresas que contrataram o equivalente a sua cota de aprendizes. No entanto, 16 empresas que tinham a intenção de contratar solicitaram alargamento de prazo para a auditoria fiscal para aguardar a possibilidade de matrícula no curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos, previsto pelo

SENAC para o início de 2018. Tanto em Jardinópolis quanto em Porto Ferreira, os adolescentes contratados foram os que estavam no topo do *ranking* em seus municípios.

A tabela abaixo evidencia a distribuição dos aprendizes que foram contratados por empresas após fiscalização que realizam cursos no SENAC.

Tabela 18. Distribuição de aprendizes contratados pelas empresas fiscalizadas nas turmas oferecidas pelo SENAC em Jardinópolis e em Porto Ferreira.

Município	Cursos no SENAC					
	Título	Turmas	Início	Fim	Horário	Aprendizes
Jardinópolis	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos	1	18/9/17	18/2/19	Segundas e quartas 8h-12h	21
	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos	1	2/10/17	1/3/19	Segundas e quartas 13h30-17h30	
	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercados	1	3/10/17	2/3/19	Segundas e terças 8h-12h	
	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Vendas					
Porto Ferreira	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercado	1	17/10/17	17/3/19	Terças e quintas 13h30-17h30	20
	Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Vendas					
Total						41

Um total de 21 aprendizes de Jardinópolis passaram a compor as turmas realizadas na sede em Ribeirão Preto. Em Porto Ferreira, a oferta da turma ocorreu no próprio município com 20 candidatos contratados pelas empresas fiscalizadas. Todos os adolescentes contratados nos dois municípios realizam os cursos no SENAC.

Discussão

De modo geral, os resultados encontrados nas Fases 2 e 3 do Projeto sugerem uma melhora na implementação, em relação à Fase 1, no que diz respeito aos comportamentos dos elos iniciais das cadeias comportamentais de adolescentes candidatos e responsáveis por empresas. De modo geral, aumentou-se o percentual de adolescentes que aderiram ao Projeto, participaram de oficinas de formação e confeccionaram seus currículos e

aumentou-se o percentual de empresas que acessaram o banco de currículos e convidaram adolescentes para o seu processo seletivo. Segue a avaliação dos pontos ajustados:

- 1) Em relação aos adolescentes
 - a. A focalização controlada do público com perfil para participar do Projeto e a disponibilidade de instrumentos com informações completas que podiam ser usados para descrever as regras de participação no Projeto fizeram com que as equipes de Assistência Social atuassem de forma exclusiva, o que pode ter influenciado na maior frequência relativa de adolescentes que quiseram aderir, participaram das atividades de formação e confeccionaram seus currículos. De maneira oposta ao que aconteceu em Atibaia, o esforço foi investir nos adolescentes que tinham o perfil para que tivessem maior visibilidade para as empresas.
 - b. A contratação dos adolescentes não dependia somente do seu desempenho, mas era influenciada por diferentes variáveis das quais não era possível ter controle, como os critérios de seleção de cada empresa ou a qualidade de seus concorrentes. No entanto, a realização de cursos da Escola PORVIR, ainda que parcialmente, pode ter contribuído para o desempenho dos adolescentes nos processos seletivos, uma vez que todos os contratados realizaram cursos.
- 2) Em relação às empresas
 - a. O ajuste na abordagem do Projeto às empresas de forma personalizada, com ênfase na economia dos processos seletivos e nas vantagens de contratar um aprendiz com formação inicial, pode ter contribuído para o aumento relativo de contratações, para o acesso ao banco de currículos e para a postagem de vagas no sítio eletrônico com possibilidade de inscrição direta dos adolescentes do Projeto.

- b. A possibilidade de acesso direto ao banco de currículos pode ter influenciado não só o número de empresas que acessaram, mas o número de empresas que chamaram os adolescentes para processos seletivos com maior frequência, como relatado pelas equipes de Assistência Social. Não tivemos notícias de empresas que tiveram dificuldades em acessar o banco de currículos no sítio eletrônico.
 - c. A estrutura de um sistema com informações de perfil, currículo e realização de cursos da Escola PORVIR pode ter ajudado a fornecer um parâmetro de comparação para as empresas que precisavam escolher alguns candidatos para participarem de processos seletivos.
- 3) Em relação aos adolescentes e às empresas
- a. A implementação de um sítio eletrônico com novas possibilidades de coleta de dados contribuiu para uma melhor compreensão de como ferramentas virtuais podem ser utilizadas para aumentar a oferta e a demanda por vagas de aprendizagem. Por meio dessas ferramentas, foi possível promover o encontro entre adolescentes que querem ser contratados e responsáveis por empresas que precisam contratar, promover capacitação para jovens que tem pouco acesso a oportunidades de curso, oferecer orientações gerais e modelos para empresas que desconhecem a legislação.

Apesar da avaliação positiva dos ajustes promovidos na maior adesão de adolescentes e empresas ao Projeto, outros problemas surgiram nas Fases 2 e 3. No entanto, novamente não estavam ao alcance do Projeto:

- 1) A impossibilidade de adesão ao Projeto por falta de vagas nas escolas pode ter limitado o aumento do número de adolescentes participantes nos municípios.

Em algumas situações a educação relatou não possuir estrutura para realizar as novas matrículas.

- 2) A incerteza em relação à oferta de curso pelo SENAC, que dependia diretamente da demanda coletiva das empresas, pode ter afastado as empresas que viam a opção de realizar convênios com entidades formadoras como mais seguras, como aconteceu em Lins. Apesar disso, não era possível para o SENAC se comprometer com a realização de um curso de aprendizagem mesmo com uma baixa demanda em um município, uma vez que isso implicava em investimentos financeiros e de pessoal de uma unidade.

Apesar do aumento do percentual de responsáveis por empresas que emitiram os comportamentos previstos nos elos iniciais da cadeia comportamental, poucos emitiram o comportamento do elo final da cadeia comportamental. Em termos absolutos, não houve diferença entre o número de contratações realizadas por empresas, após a alteração do método. As limitações da proposta para contratação de adolescentes do Projeto serão discutidas em seção posterior.

Resultados gerais

Os resultados e a discussão a seguir fazem referência a avaliação do Projeto, ou seja, aos efeitos da introdução das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes nos quatro objetivos estabelecidos. O primeiro objetivo pretendia testar o efeito do entrelaçamento de contingências comportamentais de atores locais sobre a oferta e sobre a demanda de vagas de aprendizagem. Assim, o objetivo referia-se ao efeito em duas variáveis dependentes.

Em relação à oferta de vagas de aprendizagem, a Tabela 19 evidencia a somatória das cotas de aprendizes das empresas que participaram da intervenção em cada município. É importante lembrar que a cota mínima é calculada com o percentual de 5% sobre o quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional. No entanto, a legislação prevê a possibilidade de contratação de aprendizes até o percentual de 15% sobre o quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional, pela Lei da Aprendizagem e pelo Decreto 5.598 de 2005.

Tabela 19. Cota de aprendizagem anterior e posterior à implementação do Projeto PORVIR

Município	Antes do Projeto PORVIR			Depois do Projeto PORVIR			
	Cota mínima total	Cota mínima preenchida	Contratação além da cota mínima	Cota mínima potencial	Cota mínima preenchida	Cota não preenchida	Contratação além da cota mínima
Franca	283	54 (19,1%)		229	96 (41,9%)	133	61
Atibaia	199	43 (21,6%)		156	88 (56,4%)	68	3
Batatais	76	4 (5,3%)		72	57 (79,2%)	15	
Lins	141	60 (42,6%)		81	49 (60,4%)	32	1
Jardinópolis	53	0		53	40 (75,5%)	13	
Porto Ferreira	95	20 (21,1%)	2	75	27 (36%)	48	
Total	847	181 (21,4%)	2	666	357 (53,6%)	309	65

A primeira avaliação proposta refere-se à comparação da estratégia implementada pelo Projeto PORVIR em comparação com a estratégia utilizada em período anterior em relação à cota disponível. Após a promulgação da Lei da Aprendizagem, as empresas passaram a ser obrigadas a contratar sua cota de aprendizes. Como já dito, a auditoria fiscal

é o órgão responsável por fiscalizar o cumprimento da lei. Antes da implementação do Projeto PORVIR, não há notícia do entrelaçamento entre atores para promover aprendizagem nos municípios em período anterior. Sabe-se, entretanto, que haviam iniciativas isoladas de fiscalização.

Os dados demonstram que antes da implementação do Projeto em cada município, o preenchimento da cota mínima de aprendizagem das empresas fiscalizadas variava entre nenhum aprendiz contratado, como é o caso de Jardinópolis, a 42,6% de aprendizes contratados, como é o caso de Lins, com uma média de 21,4% da cota mínima total. A estratégia utilizada no Projeto PORVIR resultou em um preenchimento da cota potencial, ou seja, a cota não preenchida das empresas no momento da intervenção, de 53,6%. Adicionalmente, chama atenção o fato de empresas terem contratado uma cota maior do que o mínimo imposto pela legislação após a intervenção. Foram ofertadas um total de 422 vagas de aprendizagem distribuídas da seguinte forma: 157 em Franca, 91 em Atibaia, 57 em Batatais, 50 em Lins, 40 em Jardinópolis e 27 em Porto Ferreira.

A segunda avaliação proposta se refere ao retrato final da oferta de vagas de aprendizagem em relação a cota total das empresas em cada município. A figura abaixo evidencia o preenchimento da cota em cada município em relação a cota total. Considerando todos os municípios da intervenção, um total de 71,2% da cota de aprendizagem das empresas fiscalizadas encontra-se atualmente preenchida, considerando-se que 21,4% já estava preenchida antes da intervenção e 42,1% foi preenchida após a intervenção. Com exceção das empresas de Lins que já estavam com mais de 40% da sua cota preenchida, as empresas de todos os outros municípios consideravelmente aumentaram o seu percentual de contratações.

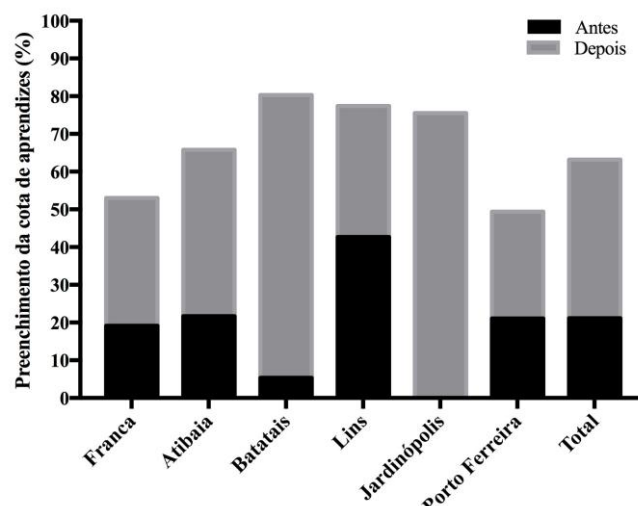


Figura 22. Preenchimento da cota de aprendizagem das empresas participantes antes e depois da intervenção.

Em relação à segunda variável dependente especificada no primeiro objetivo, a demanda por vagas de aprendizagem, parte dos dados foram relatados em seção anterior quando foi descrito o número de jovens participantes do Projeto nos municípios. No entanto, durante a intervenção, recebemos a demanda por participação de adolescentes que não tinham o perfil do Projeto, sem promover nenhuma ação direta. A tabela abaixo evidencia a demanda por vagas de aprendizagem apurada em cada município.

Tabela 20. Demanda de vagas de aprendizagem após a intervenção em cada município.

Município	Demanda por aprendizagem	
	Interna	Externa
Franca	22	
Atibaia	23	105
Batatais	26	25
Lins	22	23
Jardinópolis	9	32
Porto Ferreira	12	10
Outros		3
Total	118	198

A demanda interna ao Projeto é a somatória dos adolescentes que efetivamente participaram com aqueles que declararam interesse, mas tinham alguma incompatibilidade para participar, como falta de vaga na escola, escola em tempo integral, cuidado com os

filhos ou outra atividade. A demanda externa ao Projeto refere-se à demanda relatada por Atibaia e aos pedidos de participação por meio do canal “como participar” no sítio eletrônico, no caso dos municípios das Fases 2 e 3. Adolescentes de três municípios que não receberam a intervenção também solicitaram participação no sítio eletrônico.

Em todos os municípios, as equipes de Assistência Social relataram dificuldade de focalização da ação em razão dos inúmeros pedidos de participação de adolescentes, mesmo sem intervenção direta com adolescentes que não tinham o perfil do Projeto. No entanto, esses pedidos não foram contabilizados pelas equipes. Em relação a essa demanda, o acordo com as equipes foi que atuariam de forma focalizada na primeira intervenção, e, caso quisessem dar continuidade à implementação da iniciativa, acolheriam os outros casos posteriormente. Uma resposta padrão era enviada para aqueles que entravam em contato por meio do sítio eletrônico. Em suma, afirmava que aquela se tratava de uma turma piloto e que seria realizada uma chamada para novos participantes, caso o município prosseguisse com o projeto.

Como medidas auxiliares do comportamento de candidatos, responsáveis por empresas e público geral, os tipos de conteúdo acessados no sítio eletrônico foram apurados por meio do *Google Analytics*. A figura abaixo indica a frequência acumulada de visualizações das páginas relacionadas à busca de candidatos e à busca de vagas no sítio eletrônico.

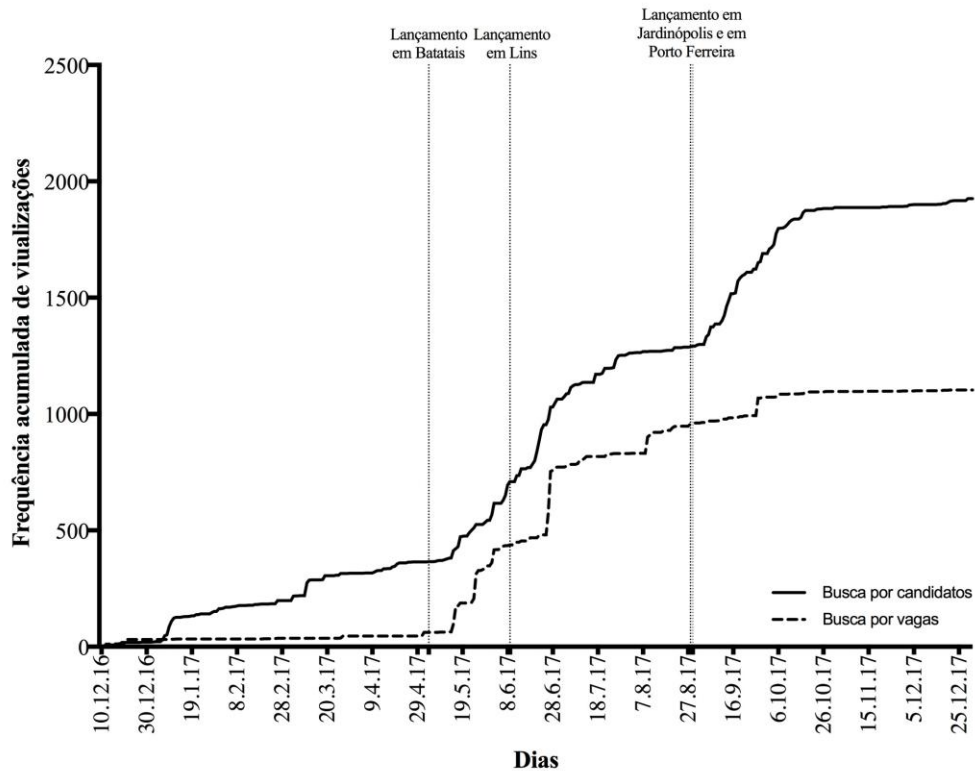


Figura 23. Frequência acumulada de visualizações de páginas de busca de candidatos e busca de vagas no site eletrônico de 10/12/2016 a 31/12/2017.

É possível observar um aumento da frequência de visitas às páginas relacionadas à busca por candidatos que se inicia alguns dias após o lançamento do Projeto nos municípios das Fases 2 e 3 e depois de algum tempo diminui. Em relação às páginas relacionadas à busca de vagas, a frequência de visitas também aumenta pouco tempo após o lançamento do Projeto nos municípios da Fase 2, nos quais um maior número de empresas postou vagas no site. Não é possível verificar a mesma tendência para os municípios da Fase 3, o que pode ser decorrente do baixo número de participantes no município e do baixo número de vagas postadas. Vale lembrar que a postagem de vagas era um recurso adicional para as empresas que podiam apenas acessar o banco de currículos. Os dados apresentados sugerem que o site eletrônico pode ser um canal de encontro entre os responsáveis por empresas que precisam contratar e os adolescentes que querem ser contratados.

O segundo objetivo era testar o efeito do entrelaçamento de contingências comportamentais de atores locais sobre o preenchimento de vagas de aprendizagem por jovens contemplados com o BVJ do PBF em descumprimento da condicionalidade. Como já demonstrado, 13 (13,27%) jovens que aderiram ao Projeto foram contratados. Sabe-se que pelo menos outros 6 jovens preencheram outros tipos de vagas após o contato com o Projeto, tanto por meio de contratos permanentes como por meio de contratos temporários, em lojas de departamento, lanchonetes e supermercado. É importante considerar que algumas empresas tinham suas atividades enquadradas na hipótese do artigo 11 do Decreto 5.598 de 2005, que regulamenta a contratação de aprendizes quando as atividades práticas da aprendizagem possuam características de insalubridade ou periculosidade. Nesses casos, as empresas só podiam contratar jovens com mais de 18 anos, o que limitava o universo de adolescentes com perfil no banco de currículos. Um exemplo são os Postos de Gasolina.

O terceiro objetivo era verificar o efeito do estabelecimento de contrato de aprendizagem sobre o comportamento de ir à escola em jovens contemplados com o Benefício Variável Jovem do Programa Bolsa Família em descumprimento da condicionalidade. Na Figura 24, é possível observar a frequência escolar dos 13 jovens contratados nos seis municípios. A ordem dos jovens está disposta a partir do mês do início da intervenção com cada um, determinada pelo descumprimento da condicionalidade no mês imediatamente anterior. A fim de preservar a identidade dos jovens, todos receberam uma letra referente a inicial do município da intervenção e um número para identificação.

As faixas cinzas indicam o valor de frequência escolar necessário para cumprimento da condicionalidade relacionada à educação para cada adolescente em cada mês. Embora os adolescentes selecionados para o Projeto recebessem o BVJ no momento do convite para participar, alguns recebiam o BFA nos meses anteriores e, por isso, a

frequência mínima para cumprimento da condicionalidade podia ser diferente durante o período da linha de base, até que ele completasse 16 anos. Assim, as diferentes espessuras das faixas cinzas significam diferentes condicionalidades determinadas pela idade que o adolescente tinha naquele mês.

Para construir a figura, foram utilizados primariamente os dados do SICON. No SICON, a frequência escolar registrada entre o limite mínimo para cumprimento da condicionalidade (85% pra BFA e 75% para BVJ) e o limite máximo possível de frequência escolar (100%) indica automaticamente uma frequência de 99%. Por esse motivo, todos os valores de frequência escolar acima do mínimo para o cumprimento da condicionalidade estão indicados na figura como 99%. Isso significa que o adolescente cumpriu a condicionalidade naquele mês, mas não é possível saber exatamente com qual frequência. Quando não havia acompanhamento do cumprimento da condicionalidade de determinado adolescente no SICON, o registro da frequência foi deixado em branco. Para dois participantes em situação diferenciada, a coleta da frequência foi realizada em outra fonte, como o Boletim Escolar, disponível *online*, ou a própria escola.

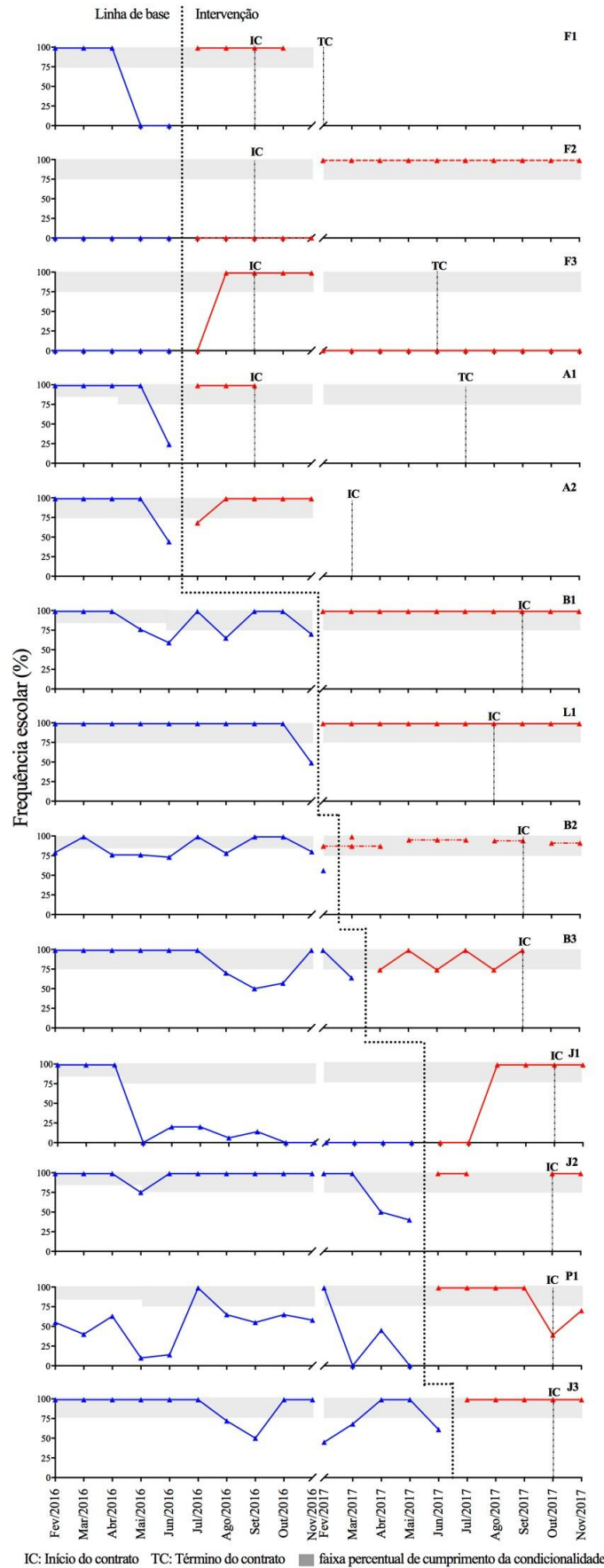


Figura 24. Frequência escolar dos 13 jovens contratados pelo Projeto Porvir nos municípios da intervenção.

Algumas particularidades dos casos merecem destaque:

- 1) As participantes F2 e J1 não estavam matriculados na escola no momento da abordagem da Assistência Social e tiveram que aguardar vaga na rede de ensino, portanto, estavam impossibilitadas de cumprirem a condicionalidade até que o semestre seguinte começasse.
- 2) As participantes F1 e A2 terminaram o ensino médio no final de 2016 e, por esse motivo, não havia condicionalidade a ser cumprida em 2017. Embora não exista registro da frequência escolar de F1, foi informada a finalização dos estudos.
- 3) A participante F2 matriculou-se em EJA semipresencial. Essa modalidade de ensino não exige frequência escolar diária do estudante. Por este motivo, não é possível para a instituição de ensino responder se os estudantes atingiram ou não a frequência escolar mínima exigida pelo PBF. O registro no SICON deve ser feito com 0% de frequência escolar, mas com o motivo de baixa frequência “EJA Semipresencial”. Para fins desta pesquisa, foi contabilizada frequência 99% uma vez que a instituição de ensino confirmou a realização das atividades previstas.
- 4) A família da participante B2 teve o benefício cancelado por falta de atualização cadastral e, por isso, não há mais registro de frequência escolar no SICON. Os dados inseridos na figura provêm do Boletim Escolar e apontam uma frequência de 87% no primeiro bimestre, 95% no segundo bimestre, 94% no terceiro bimestre e 91% no quarto bimestre escolar do ano de 2017.
- 5) Os participantes F1, F3 e A1 foram desligados do programa aprendizagem, por diferentes motivos. F1 solicitou o desligamento por motivo de mudança de cidade. F3 foi desligado por não frequentar a escola. A1 pediu demissão por não se interessar pelo programa.

Dos 13 adolescentes contratados no âmbito do Projeto, é possível observar que oito (F1, A1, B1, L1, B2, J2, P1, J3) aumentaram a sua frequência escolar imediatamente após a adesão ao Projeto PORVIR voltando a cumprir a condicionalidade. Outros dois jovens (A2 e B3) aumentaram a frequência escolar no mês seguinte, mas só voltaram a cumprir a condicionalidade um mês depois. O jovem F3 aumentou sua frequência e cumpriu a condicionalidade apenas no segundo mês após a intervenção. Os técnicos das equipes de Assistência Social eram orientados a descrever a seguinte regra para o adolescente: “se você frequentar a escola, você pode ser contratado como aprendiz”. Nesse sentido, é possível que a contingência anunciada, ainda que com consequência incerta, tenha controlado o comportamento de ir à escola dos adolescentes de famílias beneficiárias do PBF contemplados com o BVJ. Outros dois contratados, F2 e J1, tiveram que esperar a possibilidade de matrícula para poderem frequentar a escola e cumprir a condicionalidade, como descrito anteriormente.

Dos nove adolescentes dos quais há informação de frequência escolar após a implementação da contingência prevista na aprendizagem (F1, F3, B1, L1, B2, J1, J2, P1, J3), sete mantiveram a frequência escolar nos níveis mínimos exigidos pela condicionalidade após a contratação. Vale ressaltar que o participante B2 teve o benefício cancelado, mas manteve sua frequência acima do nível mínimo. O participante F2 não cursava o Ensino Fundamental em modalidade presencial e não podia ter aferida a sua frequência escolar embora tenha realizado as atividades previstas pela instituição de ensino. O participante F3 evadiu da escola cinco meses após a contratação. O participante P1 teve baixa frequência no mês de contratação, mas sua frequência voltou a aumentar no mês seguinte. Importa observar que a contratação dos adolescentes na última fase do Projeto aconteceu apenas em outubro, e não foi possível obter mais observações da frequência escolar.

O quarto objetivo era verificar o efeito da descrição da relação condicional prevista na aprendizagem sobre o comportamento de ir à escola em jovens contemplados com o Benefício Variável Jovem do Programa Bolsa Família em descumprimento da condicionalidade. Como já foi exposto, o Projeto PORVIR conquistou um baixo número de contratações e não foi possível implementar a relação condicional prevista na aprendizagem em larga escala. No entanto, a regra prevista na aprendizagem foi descrita para os adolescentes dos municípios que se envolveram nas atividades e participaram de processos seletivos das empresas.

A análise a seguir pretende verificar o possível efeito da adesão ao Projeto PORVIR no cumprimento da condicionalidade relacionada à educação pelos adolescentes. Para isso, foi considerado o cumprimento da condicionalidade nos três meses anteriores ao contato da Assistência Social e nos três meses posteriores a adesão ao Projeto. O período de três meses foi escolhido para análise tendo como referência o tempo médio em que durou a preparação dos adolescentes nos municípios até que fossem realizados o maior número de processos seletivos.

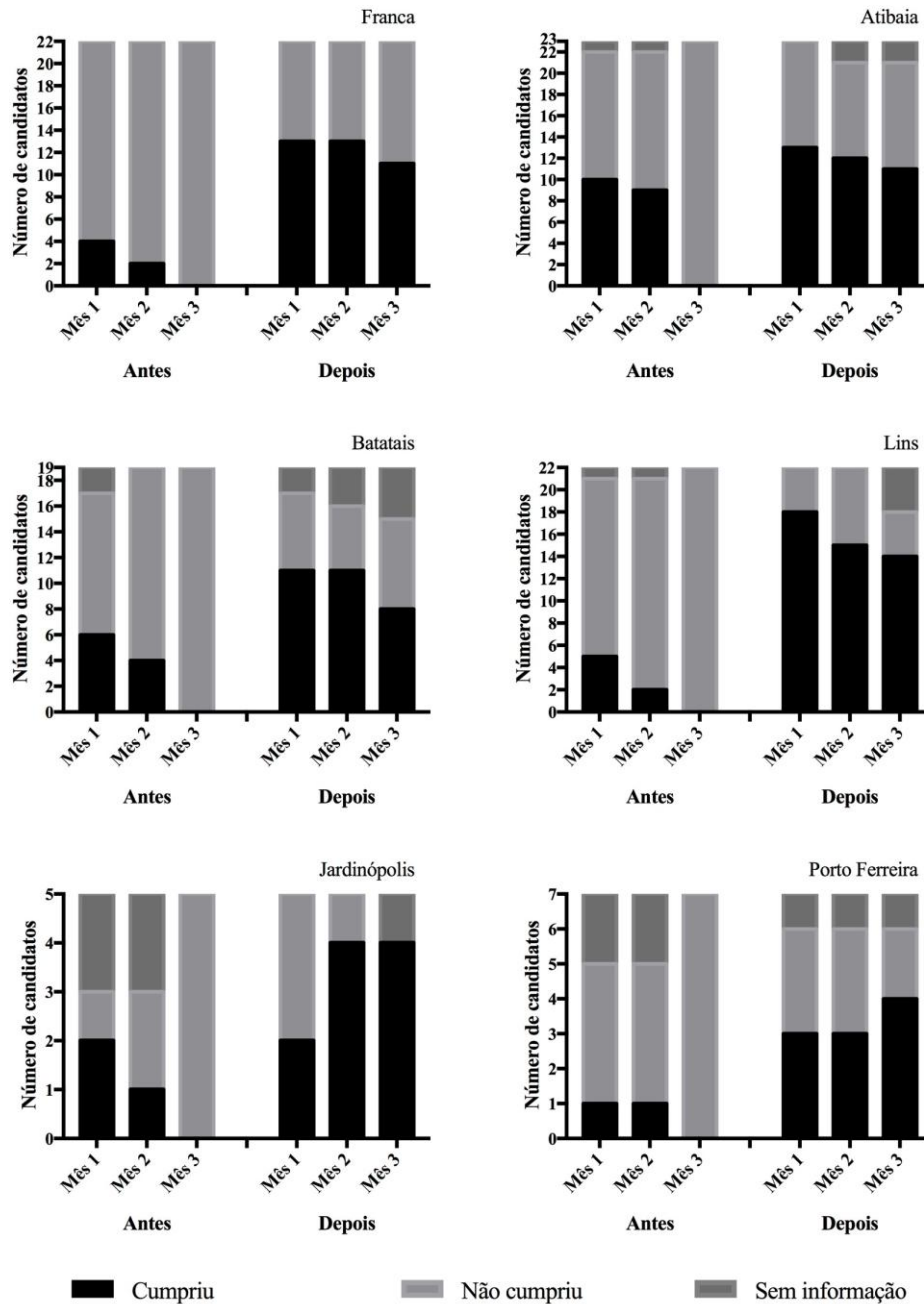


Figura 25. Número de adolescentes que cumpriram a condicionalidade relacionada à educação nos três meses anteriores e posteriores à intervenção.

É possível observar um padrão que se repetiu nos municípios das duas primeiras fases (Franca, Atibaia, Batatais e Lins). Há um aumento no número de jovens em cumprimento da condicionalidade logo após os contatos iniciais com as equipes de Assistência Social, mas que decresce nos meses seguintes. Nos municípios da Fase 3, o padrão se inverte e o aumento do número de jovens em cumprimento não acontece

imediatamente, mas no mês seguinte. Sabe-se que um jovem em Jardinópolis e dois jovens em Porto Ferreira tiveram que aguardar a possibilidade de matrícula no semestre seguinte para terem a oportunidade de voltar a cumprir a condicionalidade, o que pode explicar o menor número de jovens em cumprimento imediatamente após a intervenção. Há que se considerar a parcela de jovens sobre os quais não se tem informação de frequência escolar que podem ter cumprido ou não.

Em todos os municípios, os dados sugerem um efeito imediato da adesão ao Projeto entre a maior parte dos jovens que passaram a cumprir a condicionalidade. Assim, é provável que a possibilidade de contratação como aprendiz tenha imediatamente controlado o comportamento de ir à escola dos jovens candidatos. No entanto, nos quatro primeiros municípios esse efeito parece ser temporário para alguns jovens que descumpriram a condicionalidade nos outros meses.

Por fim, o Projeto PORVIR também pretendia impactar positivamente os percentuais gerais de cumprimento da condicionalidade relacionada ao BVJ nos municípios. É relevante ressaltar que o Projeto Porvir inaugurou em todos os municípios o entrelaçamento das contingências comportamentais de atores para promover o aumento da frequência escolar de jovens de famílias beneficiárias do PBF. De modo geral, as equipes apontavam a aprendizagem como uma ferramenta concreta para trabalharem com os adolescentes as possibilidades de retorno à escola. Nesse sentido, é possível que o projeto tenha contribuído para instalar uma prática mais constante de acompanhamento dos adolescentes em descumprimento da condicionalidade do PBF pelas equipes de Assistência Social em alguns municípios.

A Figura 26 evidencia o percentual de jovens em cumprimento da condicionalidade do total de jovens acompanhados nos municípios da intervenção a cada mês durante os anos de 2016 e 2017. Para aprimorar a inspeção visual das curvas, foi utilizado o método

Conservative dual-criterion (CDC), proposto originalmente por Fisher, Kelley, and Lomas (2003). O método foi desenvolvido para subsidiar os pesquisadores com o intuito de aumentar a confiabilidade das inspeções visuais em dados de pesquisas com delineamento de sujeito único. O CDC é um refinamento do método *Dual Criterion* (DC).

Para utilizar o DC, é necessário projetar duas linhas na fase de intervenção: a regressão linear da linha de base e a linha resultante da média dos valores da linha de base. A análise do número de pontos na curva da condição de intervenção que se situam acima ou abaixo das duas linhas projetadas indica se houve mudança sistemática. Após procederem análises estatísticas, os autores chegaram à conclusão de que o DC não controlava apropriadamente o erro tipo I, aquele em que se conclui que uma variável independente produziu uma mudança real no comportamento quando, na verdade, a mudança ocorreu em razão de outras variáveis ou ao acaso.

Nesse contexto, foi desenvolvido o CDC, no qual altera-se a altura da linha de tendência e da linha média com um adicional de .25 do valor do desvio padrão da linha de base, na direção da mudança pretendida. O método provou controlar mais adequadamente os erros tipo I para séries curtas de dados com e sem correlação. Swoboda, Kratochwill e Levin (2010) sugeriram a extensão da utilização do método para outros delineamentos experimentais como a linha de base múltipla. Nesta pesquisa, aplicamos o método para a análise de intervenções em larga escala. As referências do CDC para proceder a análise da intervenção na linha de base múltipla estão projetadas na figura abaixo.

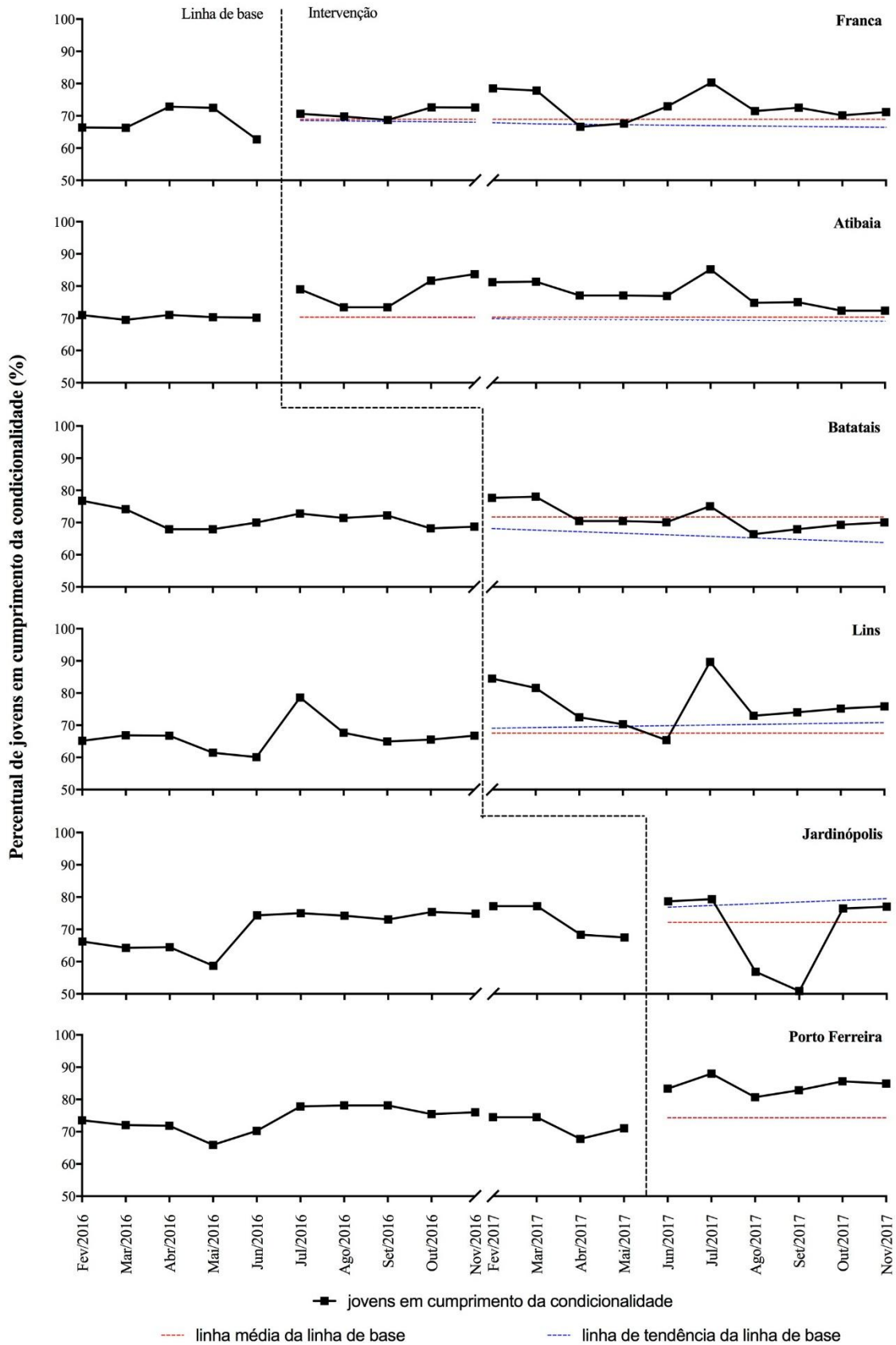


Figura 26. Percentuais de cumprimento da condicionalidade nos municípios da intervenção durante o ano de 2016 e 2017.

* As linhas média e de tendência no município de Porto Ferreira estão praticamente sobrepostas.

Com referência à análise proposta, procedeu-se a contagem dos pontos acima das curvas, conforme prevê o método. O resultado está descrito na tabela a seguir.

Tabela 21. Análise dos resultados da intervenção pelo método CDC.

Município	Número de pontos após a intervenção	Número de pontos acima de ambas as linhas necessários para concluir que há mudança sistemática	Número de pontos acima da linha de tendência (azul)	Número de pontos acima da linha média (vermelha)	Mudança sistemática
Franca	15	12	13	12	Sim
Atibaia	15	12	15	15	Sim
Batatais	10	8	8	3	Não
Lins	10	8	9	9	Sim
Jardinópolis	6	6	2	4	Não
Porto Ferreira	6	6	6	6	Sim

Por meio da inspeção da figura, utilizando-se o método CDC é possível inferir que, após a intervenção, ocorreram mudanças sistemáticas no percentual de adolescentes em cumprimento da condicionalidade relacionada ao BVJ nos municípios em Franca, Atibaia, Lins e Porto Ferreira. No caso de Batatais e Jardinópolis, não é possível fazer tal afirmação. Embora seja possível observar um efeito nos dois primeiros meses após a intervenção, o efeito não se mantém nos meses seguintes.

Algumas informações sobre o período posterior à implementação do Projeto em cada município podem enriquecer a interpretação. Por um lado, é possível que a experiência tenha sido um ponto de partida para o desenvolvimento de outras ações e parcerias nos municípios para garantir os direitos de adolescentes em situação de vulnerabilidade. Sabe-se, por exemplo, que o entrelaçamento ganhou novas proporções no município de Franca, por meio do Fórum Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que passou a utilizar a prerrogativa do disposto no Decreto nº 8.740 de 2016, que estabelece a prioridade de contratação de jovens em situação ou risco social por estabelecimentos cujas peculiaridades da atividade ou dos locais de trabalho constituam embaraço à realização das aulas práticas que poderão ser ministradas exclusivamente nas entidades qualificadas para formação técnico profissional. Atualmente, ações ampliadas com as empresas do município envolvem um conjunto maior de atores com o objetivo de

inserir jovens em situação de vulnerabilidade na aprendizagem. Em 11 de agosto de 2017, por exemplo, foi realizado o Dia da Aprendizagem em Franca, que promoveu o encontro direto entre candidatos e empresas no PAT do município. Cerca de 400 adolescentes passaram por entrevistas com 34 empresas que precisavam contratar aprendizes³⁶.

Em Atibaia, como já foi dito, a ação foi divulgada de forma ampliada e não focalizada pode ter tido um alcance maior entre os jovens munícipes, além de ter estreitado a relação entre Assistência Social e SENAC para outras parcerias. Sabe-se, por exemplo, do comprometimento direto da Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social com ações realizadas pelo SENAC no município. Além disso, nos dois municípios da Fase 1, uma segunda fiscalização gerou mais ofertas de vagas de aprendizagem. Essa ação pode ter contribuído para um prolongamento do efeito temporário no aumento da frequência escolar, como o que foi observado na análise anterior.

Em Lins, a frequência de jovens nos meses de julho dos dois anos é relativamente mais alta do que nos outros meses. É possível que essa diferença seja influenciada pelo calendário de provas no mês mais curto no final do semestre escolar, por exemplo, e não diretamente pelo Projeto. No entanto, verifica-se uma diferença na taxa de cumprimento da condicionalidade de modo geral entre um ano e outro. Embora o SENAC não tenha conseguido implementar o curso de aprendizagem no município, sabe-se que a ação contribuiu para a promoção de parcerias entre empresas e entidades formadoras no município, o que pode ter atingido um público ainda maior de jovens em situação de vulnerabilidade social ligados diretamente a essas entidades.

Em Porto Ferreira, a equipe de Assistência Social do município solicitou desde o início, que aquela fosse uma ação contínua entre os parceiros. Os adolescentes aguardam

³⁶ A notícia divulgada pela mídia encontra-se no endereço: <http://gcn.net.br/noticias/358140/franca/2017/08/dia-da-aprendizagem-deve-reunir-400-jovens-no-pat>

a oferta de nova turma do SENAC, como descrito anteriormente. É possível que a expectativa de novas contratações controle o comportamento de ir à escola de adolescentes. Durante a mobilização dos jovens, sabe-se também que a equipe de Assistência Social envidou esforços junto à Educação para garantir a matrícula escolar dos jovens que estavam evadidos para que pudessem ser contratados ampliando a rede de parceiros junto ao Projeto.

Por outro lado, é possível que a experiência não tenha promovido outros entrelaçamentos entre os atores que pudessem dar continuidade a ação com os jovens do Programa Bolsa Família. Assim, no caso de Batatais e Jardinópolis vê-se um efeito imediato no número de jovens em cumprimento da condicionalidade nos dois primeiros meses após a intervenção, mas que é temporário. Em Batatais, o tempo levado para encontrar um espaço adequado para ofertar o curso de aprendizagem marcou a experiência e gerou um desgaste nas relações tanto entre os atores envolvidos no Projeto, quanto com potenciais parceiros no município. Foram inúmeros desencontros de informações na tentativa de encontrar um local adequado para a oferta do curso. As equipes ficaram demasiadamente sobrecarregadas para tentar achar uma solução, em especial, a equipe de Assistência Social que se encontrava no município. Vale dizer que os atores não consideraram que essa seria uma dificuldade quando o Projeto foi implantado. Após a experiência, os atores não indicaram a possibilidade de continuidade do Projeto no município. Em Jardinópolis, o fato do SENAC não estar instalado ou mesmo ofertar o curso no próprio município pode contribuir para a dificuldade em estabelecer entrelaçamentos mais duradouros entre os atores e em dar visibilidade da ação no município.

Discussão geral

O contexto geral da proposição deste estudo envolveu a tentativa de alteração de padrões comportamentais em larga escala. Para isso, tentou-se percorrer um caminho didático. Primeiramente, foi descrito como é possível identificar efeitos sociais acumulados que podem ser prejudiciais à sobrevivência de uma cultura e os padrões similares de comportamento que os produzem. Como exemplo, foi escolhida a baixa escolaridade da população como efeito acumulado de inúmeras contingências individuais. Para localizar o foco da questão, foram analisados os indicadores educacionais que apontam para o ensino médio como fase mais crítica de alteração do comportamento de ir à escola especialmente de pessoas de baixa renda. Além disso, foi apontada como uma das causas possíveis da evasão escolar, o surgimento de oportunidades de trabalho imediatas que elevam a renda familiar.

Depois disso, descreveu-se como localizar os atores competentes e as estratégias utilizadas para solucionar questões sociais. Brevemente, identificou-se o papel do governo e as políticas públicas como ferramentas de alteração de padrões comportamentais de muitos indivíduos. Seguiu-se a aplicação no exemplo anterior. Identificou-se o Programa Bolsa Família como uma estratégia do governo para alterar o comportamento de ir à escola de jovens com idade para cursar o ensino médio e de outros comportamentos de membros da família, por meio da apresentação de uma consequência financeira.

Por fim, fez-se uma revisão da contribuição da Análise do Comportamento em Políticas Públicas, a partir da leitura de trabalhos que contribuem nas diferentes fases do seu ciclo: definição de agenda, formulação e tomada de decisão, implementação e avaliação. Ao final, tentou-se contribuir com a estratégia do governo no exemplo dado, por meio da busca de relações condicionais complementares que pudessem ser implementadas por governos locais para melhorar os resultados obtidos pela estratégia do Programa Bolsa

Família. Como alternativa, sugeriu-se a promoção de contratos de aprendizagem para jovens nos municípios.

Dois aspectos foram essenciais para a sugestão. O primeiro foi que a relação comportamento-consequência prevista na aprendizagem poderia concorrer com outros comportamentos emitidos pelos adolescentes que deixam de ir à escola, em razão da magnitude da consequência financeira prevista para o aprendiz. O aprendiz recebe o equivalente a um salário mínimo/hora ao exercer a parte prática e a parte teórica da aprendizagem. O segundo aspecto foi que as normativas que regulamentam a aprendizagem também impõem como condição para a efetivação e manutenção do contrato, a emissão do comportamento de ir à escola pelo aprendiz. Nesse cenário, a promoção da aprendizagem poderia tanto ajudar a aumentar a renda familiar, como apoiar o retorno e a permanência na escola dos adolescentes do Programa Bolsa Família. A pergunta central da pesquisa foi se a introdução de um esquema conjuntivo que oferecia uma maior magnitude de reforço para os comportamentos de trabalhar e ir à escola poderia competir com o esquema concorrente em vigor para adolescentes evadidos ou com baixa frequência escolar e alterar seu comportamento.

A proposta de experimento surgiu no âmbito da sugestão dada no exemplo relacionado à baixa escolaridade da população. A ideia central foi testar a construção de um arranjo em âmbito local com o entrelaçamento das contingências comportamentais dos atores competentes para promover aprendizagem e testar o efeito da aprendizagem na frequência escolar de jovens do Programa Bolsa Família que apresentavam dificuldade de frequentar a escola. Para isso, utilizou-se um delineamento experimental de linha de base múltipla, indicado para intervenções em larga escala em comunidades (Biglan et.al, 2000, Hawkins et.al,2007), com implementação em três fases em dois municípios cada uma.

O método utilizado previa a coordenação temporal das contingências comportamentais dos atores de cada instituição e o entrelaçamento das contingências comportamentais entre os atores das instituições, para instalação de cadeias comportamentais em jovens candidatos e em responsáveis pela seleção de aprendizes em empresas. O monitoramento dos comportamentos emitidos por eles foi realizado em cada fase. Após a implementação da Fase 1, algumas alterações foram realizadas, o que a caracterizou como um estudo piloto, como descrito por Sidman (1976).

Foi verificada uma baixa adesão tanto dos adolescentes, quanto dos responsáveis por empresas ao Projeto: poucos adolescentes que quiseram participar do Projeto, deram continuidade às atividades para serem incluídos no banco de currículos e poucas empresas solicitaram o banco de currículos e convidaram os adolescentes para os processos seletivos. Todos esses comportamentos estavam previstos nos elos iniciais das cadeias comportamentais. Constatou-se que o método implementado demandou um alto investimento de recursos dos atores envolvidos com baixos resultados.

Para as Fases 2 e 3, realizou-se uma revisão das variáveis ambientais manipuladas pelos atores. Instrumentos e procedimentos foram alterados. As principais mudanças realizadas envolveram a alteração na abordagem com empresas e com adolescentes.

Para o contato com os adolescentes, foram desenvolvidos: a) materiais padronizados que descreviam a relação condicional prevista na aprendizagem e os comportamentos que deveriam ser emitidos após a adesão ao projeto e b) cursos preparatórios para os processos seletivos em um sítio eletrônico. Para o contato com os responsáveis pela seleção em empresas, foram alteradas: a) as descrições das contingências envolvidas na aprendizagem para um foco nas contingências reforçadoras para a contratação de aprendizes e não nas contingências aversivas para a não contratação e b) as ferramentas acesso e seleção de currículos para dar maior autonomia para as empresas. O

sítio eletrônico passou a ser o local de encontro direto entre empresas que precisavam contratar e jovens que queriam ser contratados nas Fases 2 e 3. De modo geral, o novo procedimento revelou-se mais eficiente na adesão de empresas e de adolescentes ao Projeto PORVIR: os adolescentes que quiseram participar realizaram as atividades e foram incluídos no banco de currículos e mais empresas solicitaram o banco de currículos e convidaram os jovens para os processos seletivos.

Os resultados das três fases foram comparados entre si em relação aos quatro objetivos propostos. Em suma, o entrelaçamento de contingências de atores locais se mostrou bastante eficaz sobre o aumento da oferta e da demanda de vagas de aprendizagem³⁷. Ações com empresas e com adolescentes já eram promovidas pelos órgãos isoladamente. Auditores fiscais fiscalizavam as empresas que tinham cota para cumprir. O SENAC implantava os cursos diante da demanda de empresas. As equipes de Assistência Social buscavam a efetivação dos direitos, incluindo o direito à profissionalização e proteção no trabalho, de adolescentes de famílias em situação de vulnerabilidade em geral.

Em alguns municípios, antes da implementação do Projeto PORVIR, os auditores afirmavam a dificuldade de fiscalizar as empresas sem oferta de cursos no município em que pudessem cumprir a lei. Por outro lado, o SENAC afirmava não poder ofertar cursos sem a demanda de empresas que formasse uma turma de pelo menos vinte jovens. Em outros casos, a Assistência Social afirmava que a falta de oportunidades no município impedia que trabalhassem com os adolescentes alternativas para a garantia dos direitos e o retorno à escola. A ação intersetorial demonstrou melhorar os resultados das atividades de todos os atores em comparação com ações intrasetoriais realizadas antes da intervenção.

³⁷ Apesar do entrelaçamento não ter envolvido o SENAC em Lins, como já foi dito, a condição básica para a emissão do comportamento de contratação das empresas nesse município estava garantida pela oferta de cursos de aprendizagem por entidades formadoras.

Empresas ofertaram mais vagas, mais adolescentes demandaram as vagas de aprendizagem e mais cursos foram oferecidos. É interessante ressaltar que em alguns municípios menores e mais distantes da capital, a aprendizagem foi inaugurada pelo Projeto PORVIR, que representou uma possibilidade efetiva para a interiorizar a aprendizagem que ainda prevalece nos grandes centros.

Algumas observações podem ser relevantes para subsidiar possíveis alterações nos procedimentos adotados pelos atores na implementação das respectivas Políticas. Em relação aos adolescentes, é importante observar que, para parte deles, a aprendizagem se mostrou como uma alternativa desejada para o ingresso no mercado de trabalho. Para que essa seja uma alternativa possível para qualquer jovem que se interesse, é imprescindível que não haja restrições quanto à matrícula dos jovens na rede de ensino. Como mencionado no Decreto nº 7.332 de 2010, uma das obrigações das diferentes esferas de governo é garantir o pleno acesso aos serviços de educação e viabilizar o cumprimento das condicionalidades previstas para as famílias. Nesse sentido, sugere-se o estreitamento do diálogo entre Assistência Social e Educação para garantir as matrículas de forma irrestrita em qualquer tempo, promovendo o direito à educação dos adolescentes e a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho por meio da aprendizagem.

Em relação às empresas, três pontos podem ser ressaltados. Um primeiro ponto é que a fiscalização mais frequente, como foi o caso do procedimento adotado em Franca e em Atibaia, pode resultar mais eficazmente no cumprimento da lei. Isso possivelmente ocorre porque com o aumento da frequência da fiscalização seguida da aplicação de multa, passa a não ser mais vantajoso em termos financeiros para a empresa descumprir a lei. Chama atenção o fato de algumas empresas terem contratado um número maior do que a cota mínima quando fiscalizadas pela segunda vez, o que pode ser um ponto positivo na geração de oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, mas que deve ser

considerado com cautela uma vez que o aumento na oferta de vagas deve vir acompanhado da manutenção da qualidade da aprendizagem oferecida. Por outro lado, a apresentação da aprendizagem como uma experiência positiva para a empresa também pode ter efeitos ampliados como foi o caso dos municípios das Fases 2 e 3 e gerar economia nas ações das equipes de auditores fiscais.

Um segundo ponto é que para que se possa viabilizar a oferta do curso de aprendizagem e a possibilidade de cumprimento da lei pelas empresas, é importante que as fiscalizações sejam feitas coletivamente com um grande número de empresas, especialmente nos municípios em que não há outra entidade formadora que possa oferecer o curso. Um terceiro ponto é que parece importante que a fiscalização venha acompanhada da instrução do que se deve fazer para cumprir a lei. Em todos os eventos, muitas empresas demonstraram desconhecimento da legislação e fizeram perguntas básicas sobre contrato, carga horária, salário, atividades, entre outras. A presença do SENAC nesse momento ajudou a orientar as empresas quanto aos primeiros passos que deviam ser dados. Nesse sentido, é possível que fiscalização acompanhada da orientação tenha contribuído para um aumento da oferta de vagas.

Em relação ao preenchimento de vagas de aprendizagem por jovens contemplados com o Benefício Variável Jovem do Programa Bolsa Família em descumprimento da condicionalidade, o entrelaçamento obteve um resultado de apenas 13,27% de jovens que participaram do Projeto contratados como aprendizes. Um ponto importante a ser considerado é o efeito da alteração do método da Fase 1 para as Fases 2 e 3. Foi observado um aumento na frequência de comportamentos relacionados à adesão ao Projeto, previstos na cadeia comportamental de adolescentes e de responsáveis por empresas, no entanto não foi observado aumento da frequência absoluta de contratações. O número de contratados foi praticamente o mesmo em todas as fases do Projeto (5, 4 e 4, respectivamente).

A contratação de adolescentes do Projeto era o comportamento final previsto na cadeia comportamental dos responsáveis pela seleção de aprendizes nas empresas. No âmbito do Projeto, não foi possível alterar significativamente a consequência do elo final da cadeia comportamental. A previsão de multa para as empresas que descumprissem era a mesma, com exceção de Franca, em que a auditoria fiscal adiou em 15 dias o prazo para apresentação de documentos para empresas que contratassem jovens do Projeto PORVIR. Na Fase 1, foi adicionada a validação social dos atores do projeto e da comunidade em geral como consequência para contratação de jovens do Projeto. Nas Fases 2 e 3, foram descritas as vantagens de se contratar um adolescente minimamente preparado como consequência.

Nenhuma das consequências manipuladas mostrou-se eficaz para promover um alto número de contratações. A apresentação de outras consequências foi avaliada durante a implementação do Projeto PORVIR, no entanto nenhuma foi considerada executável no âmbito da pesquisa. Uma das possibilidades discutidas foi a instituição formal de um prêmio pela prefeitura para empresas que contratassem jovens do Projeto, uma vez que estariam apoiando a própria prefeitura a criar caminhos para o ingresso no mercado de trabalho para jovens usuários de seus programas. No entanto, a sugestão demandaria pactuação em outros níveis de governo e não havia tempo hábil no período previsto para a pesquisa. Apesar de não ter sido possível realizar essa alteração no método, pode ser uma sugestão viável para futuras replicações da pesquisa.

Por outro lado, é possível também elaborar estratégias com os próprios jovens para tentar melhorar o seu desempenho nos processos seletivos e aumentar as suas chances de contratação. A experiência inicial de formação com cursos *online*, em uma tentativa de reunir características básicas do Sistema Personalizado de Ensino (PSI) e a Educação à Distância (EAD), como proposto por Todorov, Moreira e Martone (2009), revelou-se

potencial para democratizar o acesso à informação sobre aprendizagem e preparação dos jovens para participarem de processos seletivos.

O terceiro objetivo da pesquisa pretendeu analisar a frequência escolar dos jovens que foram contratados. Duas intervenções foram consideradas para esse grupo. A primeira, foi a descrição da relação condicional prevista na aprendizagem para os adolescentes. Para ser contratado como aprendiz, o adolescente precisava estar matriculado e frequentar a escola. Os resultados demonstraram que a regra possivelmente controlou a emissão do comportamento de ir à escola da maioria dos jovens imediatamente após o início da intervenção.

Dois aspectos merecem destaque na análise. O primeiro envolve a seleção dos adolescentes para participarem do Projeto. Inicialmente, tentou-se selecionar apenas os adolescentes que tivessem pelo menos três meses de descumprimento da condicionalidade. Durante a busca dos adolescentes, percebeu-se uma menor adesão ao Projeto daqueles que já estavam evadidos da rede de ensino. Em sua maioria, já estavam envolvidos em outro tipo de trabalho e/ou não estavam na série adequada para a sua idade. Esses motivos são consistentes com os encontrados por Soares, Fernandes, Nóbrega e Nicollela (2015) em situações de abandono da escola. Para ampliar as possibilidades de adesão, o critério para participar do projeto foi alterado para o descumprimento da condicionalidade no mês anterior. Por esse motivo, nem todos os adolescentes apresentavam uma linha de base estável em relação à frequência escolar, mas todos tinham baixa frequência pelo menos no mês anterior ao da intervenção com relatos de desinteresse pela escola.

O segundo aspecto que merece destaque é a determinação do início da intervenção. Considerou-se que a intervenção para cada jovem foi iniciada no mês seguinte a constatação da baixa frequência escolar, de acordo com as instruções dadas pela pesquisadora e os relatos realizados pelas equipes de Assistência Social. As equipes

utilizaram diferentes estratégias como contatos telefônicos, cartas e reuniões de grupo e, portanto, não é possível saber exatamente em que dia foi realizado o primeiro contato do jovem com o Projeto.

A segunda intervenção considerada para este grupo foi a implementação da relação condicional após a contratação dos jovens. Para a maioria dos jovens, foi possível observar que a efetivação do contrato de aprendizagem controlou a manutenção do comportamento de ir à escola em níveis compatíveis com o cumprimento da condicionalidade. No entanto, há que se considerar que ainda não há um número de observações suficientes para concluir que há estabilidade no comportamento dos jovens contratados na última fase do Projeto.

Dois outros aspectos merecem atenção. Como já foi dito, as normativas que regulamentam a aprendizagem não estabelecem frequência escolar mínima para a manutenção do contrato de aprendizagem, embora o critério de 75% de frequência escolar esteja previsto na Lei nº 9.394 de 1996. Por esse motivo, não é prática recorrente do SENAC ou das entidades formadoras a exigência de um percentual mínimo de frequência escolar. É comum apenas a comprovação de matrícula escolar a cada semestre. Ainda assim, os jovens aumentaram a frequência escolar nos níveis exigidos pelo Programa Bolsa Família.

Um segundo aspecto que merece destaque é que não há um protocolo único para o que fazer no caso da falta de matrícula ou da baixa frequência escolar de um jovem contratado como aprendiz. Isso significa que cada entidade tem autonomia para estabelecer os procedimentos para tentar reverter a situação de falta de matrícula ou de baixa frequência. No único caso em que a adolescente não apresentou matrícula, sabe-se que a entidade formadora fez muitas tentativas durante cinco meses que envolveram a escola e a família até desligá-la definitivamente da aprendizagem. A regulamentação do procedimento para que as entidades sigam ao menos diretrizes gerais, pode ser interessante

para orientar não só os técnicos que acompanham os jovens, mas os próprios jovens aprendizes sobre as consequências de não ir à escola.

Ainda que com resultados iniciais, o retrato da frequência escolar dos jovens contratados aponta para a aprendizagem profissional como uma alternativa possível para promover o acesso à educação, além de promover o ingresso no mercado de trabalho de forma adequada. Deve-se considerar ainda que para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza beneficiárias do Programa Bolsa Família, o salário de um aprendiz contratado por 30 horas pode representar um acréscimo significativo na renda familiar e na sua qualidade de vida. Nesse sentido, os benefícios da aprendizagem podem ser estendidos para outros membros da família.

O último objetivo da pesquisa foi verificar os efeitos em larga escala do lançamento do Projeto PORVIR no comportamento de ir à escola de jovens contemplados com o Benefício Variável Jovem do Programa Bolsa Família em descumprimento da condicionalidade. Duas análises foram realizadas. A primeira verificou a frequência escolar dos jovens que participaram do Projeto nos três meses anteriores e nos três meses posteriores a intervenção com cada um deles. Os resultados demonstraram que a regra provavelmente controlou imediatamente a emissão do comportamento de ir à escola da maioria dos adolescentes que quiseram participar do Projeto. No entanto, esse controle foi temporário e o número de jovens que permaneceu cumprindo a condicionalidade, ou seja, com uma frequência mensal maior do que 75%, caiu com o passar dos meses.

A segunda análise envolveu o percentual de jovens em cumprimento da condicionalidade em cada município após a intervenção. Considerou-se que a intervenção em larga escala em cada município foi iniciada após os primeiros contatos da pesquisadora com o município. De modo geral, quando a pesquisadora chegava aos municípios, as equipes já tinham o registro dos adolescentes com baixa frequência escolar no mês anterior

e faziam relatos da situação de muitos deles. Uma das possibilidades é que isso seja efeito da descrição do Projeto nos primeiros contatos. A dificuldade de determinar o início da intervenção em experimentos que utilizam delineamentos de séries temporais interrompidas, como é o caso da linha de base múltipla, é apontada por Biglan, Ary e Wagenaar (2000) e pode representar uma ameaça a validade interna de um experimento. Por essa razão, os dados devem ser interpretados com cautela.

Os resultados evidenciaram mudanças sistemáticas no percentual de jovens em cumprimento da condicionalidade em quatro municípios: Franca, Atibaia, Lins e Porto Ferreira. Seria razoável supor que depois de um tempo do lançamento do Projeto, o percentual de jovens em cumprimento da condicionalidade no município voltasse a cair, de acordo com o efeito temporário observado na análise anterior, como, de fato, aconteceu em Batatais e em Jardinópolis. Uma explicação possível é que o Projeto PORVIR tenha sido apenas um ponto de partida para outras ações realizadas no âmbito no município que promovem o retorno à escola e o aumento da frequência escolar. Inúmeros resultados da intervenção podem ter contribuído para isso, como já relatado: o surgimento de novos entrelaçamentos entre os atores para promover os direitos de jovens em situação de vulnerabilidade, como é o caso de Franca; um acompanhamento mais constante pelas equipes de Assistência Social das famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF, com apoio na resolução das questões que envolvem o baixo acesso aos serviços públicos; o surgimento de novas vagas de aprendizagem que têm a frequência escolar como condição; o aumento de vagas disponíveis nas instituições de Ensino para efetuar a matrícula dos jovens, entre outros.

Por fim, este trabalho explorou a possibilidade de intervenção em larga escala por meio de política pública local, baseada em princípios comportamentais. De forma inédita, promoveu entrelaçamentos de contingências comportamentais de órgãos públicos na

tentativa de aumentar a frequência escolar de jovens de famílias beneficiárias do Bolsa Família. O experimento realizado permite a sugestão de encaminhamentos para pesquisadores e para gestores de políticas públicas.

Para pesquisadores, é recomendável que futuras pesquisas explorem não só o efeito da aprendizagem sobre a frequência escolar, mas sobre outros indicadores educacionais, como aqueles relacionados ao desempenho escolar, ou indicadores sociais como de renda e pobreza das famílias. É possível ainda monitorar os indicadores relacionados ao mercado de trabalho como empregabilidade, salários, rotatividade e experiência para os jovens contratados, como realizado no estudo do IPEA (2006).

Para gestores públicos, sugere-se que sejam exploradas as potencialidades de ações intersetoriais em detrimento de ações exclusivamente intrasetoriais para a promoção da aprendizagem. A atuação conjunta em torno de um objetivo comum mostrou-se potencial para o cumprimento da lei e para a geração de oportunidades de ingresso no mercado de trabalho para jovens. Além disso, sugere-se a implementação de estratégias para explorar o potencial de controle do comportamento pela sua consequência para instalar o comportamento de ir à escola em jovens evadidos ou com baixa frequência escolar, em vez de manter a lógica exclusiva de seleção de jovens candidatos que já estão na escola. É importante que o poder público local possa criar caminhos sólidos e mais seguros para garantir a efetivação do contrato de aprendizagem para jovens, por meio de parcerias com empresas ou de suas próprias contratações de aprendizes. Vale observar que recentemente, órgãos públicos foram incluídos como entidades concedentes da experiência prática do aprendiz, pelo Decreto nº 8.740 de 2016.

Notas sobre pesquisa experimental com Políticas Públicas

A realização de um experimento no âmbito de diferentes políticas públicas, no caso desta pesquisa, a de transferência de renda condicionada, a de educação e a de trabalho e emprego, promoveu alguns aprendizados que podem ser relevantes para a sua replicação ou para a realização de outras pesquisas na área. Nesta seção, pretende-se sistematizar alguns pontos da experiência do contato com os gestores para viabilizar a intervenção. Durante a apresentação da proposta para as coordenações estaduais e para nove municípios, os seis municípios em que a proposta foi implementada e os três municípios em que a proposta não foi implementada, surgiram questões que dificultaram e outras que facilitaram a aceitação e a implementação do Projeto.

Uma característica importante da intervenção é que a pesquisadora não tinha competência para manipular diretamente as variáveis para promover o encontro entre responsáveis por empresas que precisavam contratar e adolescentes que queriam ser contratados. De fato, isso também não era desejável já que é aconselhável que os experimentos com comunidades ajudem a gerar redes autossustentáveis que possam dar continuidade na implementação dos procedimentos necessários para alterar as contingências comportamentais, como sugere Mattaini (1996). Por esse motivo, a pesquisadora teve que recorrer aos agentes competentes nos municípios para construir em conjunto um procedimento que pudesse ser aplicado por todos.

Nesse processo, foi imprescindível aprofundar o conhecimento dos meandros da implementação local das políticas envolvidas. Foi preciso compreender como ocorriam os entrelaçamentos locais entre os atores locais e a população e outras variáveis controladoras do comportamento do agente público para tentar controlar algumas variáveis importantes para a pesquisa. A seguir, estão sistematizadas algumas questões consideradas relevantes:

- 1) Decisão *versus* implementação

Em alguns municípios, o contato da pesquisadora ocorreu apenas com o gestor responsável que tomava a decisão para implementação do Projeto. Nesses casos, o próprio gestor preferiu ficar responsável por repassar as instruções para os membros da equipe que entrariam em contato com os adolescentes. Em outros municípios, a pactuação foi realizada com o gestor responsável, que preferiu que a própria pesquisadora instrísse a equipe que implementaria a intervenção. O segundo modelo se mostrou muito mais eficaz no controle adequado da focalização do público alvo da pesquisa e do registro das variáveis dependentes. No entanto, a depender da dinâmica hierárquica do órgão, nem sempre ele é possível.

2) Autonomia *versus* Dependência

Há que se compreender os limites de uma proposta de intervenção intersetorial. Ainda que a pesquisadora tentasse estabelecer alguns protocolos rígidos, em alguns casos foi necessário respeitar a autonomia dos atores. Um exemplo disso foi a segunda fiscalização realizada em Franca e em Atibaia não prevista pelo Projeto.

3) Investimento financeiro

Um dos primeiros questionamentos feitos pelos atores envolvidos na intervenção era sobre os custos envolvidos para participação, com sinais evidentes da impossibilidade de investimento. A não ser que a pesquisa seja contratada diretamente pelo Poder Público, como foi o caso da intervenção relatada por Stokes e Fawcett (1977), a apresentação de uma proposta que tenha custos financeiros para os atores envolvidos pode ser um entrave para a realização da pesquisa. Nesse sentido, é importante prever os gastos para não inviabilizar a pesquisa depois de iniciada.

4) Investimento de tempo

Era importante demonstrar para os atores que a proposta enquadrava aquilo que já era competência das equipes. O trabalho em conjunto inevitavelmente demandaria um investimento de tempo maior, mas os produtos gerados nos entrelaçamentos poderiam ser benéficos para o atingimento da meta de todos os parceiros.

5) Extrapolação do público alvo

O pedido para incluir outros adolescentes que não tinham o perfil da pesquisa ocorreu em todos os municípios da intervenção. Os pedidos vinham acompanhados de três argumentos principais: “os adolescentes que tem o perfil não querem voltar para a escola”, “os outros adolescentes são esforçados, participam de outros programas e merecem uma oportunidade” e “eles também são público da Assistência Social”. A fim de evitar a desistência de participação do órgão, que durante o contato com os adolescentes tinha dificuldade em selecionar, foi necessário criar uma alternativa de trabalho com jovens que incluísse prioritariamente aqueles que tinham o perfil da pesquisa, com previsão para acolher a demanda daqueles que não tinham o perfil para uma intervenção posterior.

6) Restrição do público alvo

O receio de incluir muitos jovens no Projeto também apareceu em algumas equipes. A principal justificativa era evitar criar expectativa de contratação que poderia não se concretizar. Algumas equipes de Assistência Social afirmaram ter feito tentativas anteriores com empresas que, no entanto, nunca tinham se disponibilizado a contratar jovens aprendizes.

O suporte necessário foi oferecido para os municípios participantes que queiram incorporar o projeto como prática local.

Referências

- Agatte, J. P. & Antunes, M. M. (2014). Condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família: concepção e organização do acompanhamento. Em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*. – N. 18. Resultados, avanços e desafios das condicionalidades de educação do programa bolsa família (pp. 36-49). Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudos%2018_final.pdf
- Andery, M. A. P. A. (1993). Skinner: a cultura como um compromisso da ciência. *Acta Comportamental*, 1 (2), 144-154.
- Andery, M. A. P. A., Micheletto, N. & Sérgio, T. M. A. P. (2005). A Análise de fenômenos sociais: Esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 1, 149-165.
- Barros, R. P. & Mendonça, R. (2008). Abandono e evasão no ensino médio no Brasil: magnitudes e tendências. Em *Coletânea de artigos produzidos para o seminário A Crise de Audiência do Ensino Médio*, realizado em 4 e 5 de dezembro de 2008, São Paulo. Disponível em: <http://ww2.itau.com.br/institutounibanco/pdf/Seminarios-do-InstitutoUnibanco/18.pdf>
- Biglan, A., Ary, D. & Wagenaar, A. C. (2000). The value of interrupted time-series experiments for community intervention research. *Prevention Science*, 1 (1), 31-49.
- Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. (1983). *Dicionário de Política*. Brasília, DF: Editora UnB.
- Brasil (2015). *Promoção do acesso de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade à aprendizagem profissional*. Cartilha. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_aprendizagem_profissional2.pdf
- Brum, L. B. & Nascimento, F. R. (2016). Estudo da água em Geografia: por uma conexão de paisagens e territórios. *Acta Geográfica*, 10 (22), 126-140.

- Cabral, M. D. C. & Todorov, J. C. (2015). Contingências e metacontingências no processo legislativo da Lei sobre remição da pena pelo estudo. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 11(2), 195-202.
- Campello, T. (2013). Uma década derrubando mitos e superando expectativas. Em T. Campello & M. C. Neri (Orgs.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania* (15-24). Brasília, DF: IPEA.
- Carvalho, I. C.V & Todorov, J. C. (2016). Metacontingências e produtos agregados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Primeiro o objetivo, depois como chegar lá. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 12(2), 75-85.
- Castro, M. H. G., Torres, H. G. & França, D. (2013). Os jovens e o gargalo do ensino médio brasileiro. *1ª Análise Seade*, 5, 4-30.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Censo Demográfico 1991*. Características gerais da população e instrução. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/77/cd_1991_n1_populacao_instrucao_br.pdf
- Censo Demográfico 2000*. Educação. Resultados da amostra. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=786>
- Censo Demográfico 2010*. Educação e deslocamento. Resultados da amostra. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/545/cd_2010_educacao_e_deslocamento.pdf
- Cireno, F. & Guimarães, H. (2009). Raça, educação e alcance escolar no Brasil 1995 – 2007. *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires*. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-062/620>

Cireno, F., Silva, J. & Proença, R. P. (2013). Condicionais, desempenho e percurso escolar de beneficiários do Programa Bolsa Família. Em T. Campello & M. C. Neri (Orgs.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania* (297-304). Brasília, DF: IPEA.

Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848 (1940, 7 de dezembro). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm

Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei nº 5.452 (1943, 1 de maio). Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. (1934, 16 de julho). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm

Constituição da República Federativa do Brasil (1967, 24 de janeiro). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 5 de outubro). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

Constituição dos Estados Unidos do Brasil. (1937, 10 de novembro). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm

Constituição dos Estados Unidos do Brasil. (1946, 18 de setembro). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm

Constituição Política do Império do Brasil. (1824, 25 de março). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

Craveiro, C. B. A. & Ximenes, D. A. (2013). Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. Em T. Campello & M. C. Neri (Orgs.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania* (109-124). Brasília, DF: IPEA.

Decreto nº 5.209 (2004, 17 de setembro). Regulamenta a Lei no 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm

Decreto n° 5.598 (2005, 1 de dezembro). Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm

Decreto n° 6.135 (2007, 26 de junho). Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm

Decreto n° 7.332 (2010, 19 de outubro). Dá nova redação e acresce artigos ao Decreto no. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei no. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7332.htm

Decreto n° 7.492 (2011, de 2 de junho). Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm

Decreto n° 8.740 (2016, 4 de maio). Altera o Decreto n° 5.598, de 1° de dezembro de 2005, para dispor sobre a experiência prática do aprendiz. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8740.htm

Decreto n° 8.794 (2016, 19 de junho). Altera o Decreto n° 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei n° 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto n° 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm

Decreto n° 9.255 (2017, 29 de dezembro). Regulamenta a Lei n° 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9255.htm

Decreto-Lei n° 4.048 (1942, 22 de janeiro). Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm

Decreto-Lei n° 8.621 (1946, 10 de janeiro). Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm

Dittrich, A., Todorov, J. C., Martone, R. C. & Lé-Sénéchal-Machado, V. L. (2013). *Agências de Controle*. Em Moreira, M. B. (Org.), *Comportamento e Práticas Culturais* (137-167). Brasília, DF: Instituto Walden 4.

Emenda Constitucional n° 1 (1969, 17 de outubro). Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm

Emenda Constitucional n° 14 (1996, 12 de setembro). Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm

Emenda Constitucional n° 53 (2006, 19 de dezembro). Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm

Emenda Constitucional n° 59 (2009, 11 de novembro). Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm#art1

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n° 8.069 (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

Fawcett, S. B., Bernstein, G. S., Czyzewski, M. J., Greene, B. F., Hannah, G. T., Iwata, B. A., Jason, L. A., Mathews, R. M., Morris, E. K., Otis-Wilborn, A., Seekings, T. & Winett, R. A. (1988). Behavior Analysis and Public Policy. *The Behavior Analyst*, 11, 11-25.

Fisher, W. W., Kelley, M. E., & Lomas, J. E. (2003). Visual aids and structured criteria for improving visual inspection and interpretation of single-case designs. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 36, 387–406.

Fonseca, S. C., Monteiro, D. D. A., Pereira, C. M. S. C., Scoralick, A. C. D., Jorge, M. G. & Rozario, S. (2014). Desigualdades no pré-natal em cidade do Sudeste do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19 (7), 1991-1998.

Glenn, S. S., Malott, M. E., Benvenuti, M., Houmanfar, R., Sandaker, I., Todorov, J. C., Tourinho, E. Z. & Vasconelos, L. (2016). Toward Consistent Terminology in a Behaviorist Approach to Cultural Analysis. *Behavior and Social Issues*, 25, 11-27.

Gonçalves, G. Q., Menicucci, T. M. G. & Amaral, E. F. L. (2017). Diferencial Educacional entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família. *Cadernos de Pesquisa*, 47 (165), 770-795.

Hawkins, N. G., Sandon-Fisher, R. W., Shakeshaft, A., D'Este, C. & Green, L. W. (2007). *American Journal of Preventive Medicine*, 33(2), 162-168.

Holtyn, A. F., Jarvis, B. P. & Silverman, K. (2017). Behavior analysts in the war on poverty: a review of the use of financial incentives to promote education and employment. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 107, 9-20.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). *Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016). *A aprendizagem e a inserção de jovens no mercado de trabalho: uma análise com base na RAIS*. Relatório de pesquisa. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28898

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2011). Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: uma análise de diferenças em diferenças a partir da Pnad. *Na medida – boletim de estudos educacionais do INEP*, 6, 5-10.

Instrução Normativa MTE/SIT n° 97 (2012, 30 de julho). Dispõe sobre a fiscalização das condições de trabalho no âmbito dos programas de aprendizagem. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucao-operacional/instrucao-operacional-conjunta-no-19-de-7-de-fevereiro-de-2013><http://www.normaslegais.com.br/legislacao/instrucao-normativa-97-2012.htm>

Instrução Operacional conjunta n° 19 (2013, 7 de fevereiro). Divulga aos estados e municípios orientações para a inclusão das famílias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades, especialmente, as que estejam em fase de suspensão do benefício, nos serviços socioassistenciais de acompanhamento familiar, com registro no Sicon e solicitação de interrupção temporária. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucao-operacional/instrucao-operacional-conjunta-no-19-de-7-de-fevereiro-de-2013>

Jann, W. & Wegrich, K. (2007). Theories of the policy cycle. Em F. Fischer, G.J. Miller, & M. S. Sidney (Eds.) *Handbook of public policy analysis: theory, politics and methods* (43-62). Boca Raton, Florida: CRC Press.

Januzzi, P. de M. (2004). *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações*. 3. ed. Campinas: Alínea; Campinas: PUC, 2004.

Januzzi, P. de M. (2017). Indicadores no ciclo de políticas e programas sociais no Brasil. Em IBGE (organizado por A. Simões e D. C. Alkmim), *Indicadores Sociais. Passado, Presente e Futuro*. (28-37). Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101153.pdf>

- Januzzi, P. M. (2011). Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. *Planejamento e Políticas Públicas – PPP*, 251-275. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/issue/view/30>
- Jonhston, J. M. & Pennypacker, H. S. (2008). *Strategies and Tactic of Behavioral Research* (3ª ed.) New York: Routledge.
- Kabisch, M, Ruckes, C. Seibert-Grafe, M. & Blettner, M. (2011). Randomized controlled trials: part of a series on evaluation of scientific publications. *Deutsches Arzteblatt international*, 108(39), 663-668.
- Kazdin, A. E. (1972). *Single-Case Research Designs. Methods for Clinical and Applied Settings*. 2. ed. New York, NY: Oxford University Press.
- Kattan, R. B. & Székely, M. (2015). Analysing the Dynamics of School Dropout in Upper Secondary Education in Latin America: a cohort approach. Policy research working paper, 1-43.
- Kerstenetzky, C. L. (2009). Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 52 (1), 53-83.
- Khawaji, A.D., Kutubkanah, I. K. & Wie, J.M. (2008). Advances in seawater desalination technologies. *Desalination*, 221, 47-69.
- Kuenzer, A. Z. (2010). O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida. *Educação e Sociedade*, 31 (112), 851-873.
- Kurtz, P. F. K. & Lind, M. A. (2013). Behavioral approaches to treatment of intellectual and developmental disabilities. Em G. J. Madden (Ed.), *APA Handbook of Behavior Analysis: Vol2. Translating Principles Into Practice*. (279-299). Washington, DC: American Psychological Association.
- Lé-Sénéchal-Machado, V. & Todorov, J. C. (2008). A travessia na faixa de pedestre em Brasília (DF/Brasil): exemplo de uma intervenção cultural. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 4 (2), 191-204.
- Lei da Aprendizagem. Lei 10.097* (2000, 19 de dezembro). Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10

de maio de 1943. Disponível de:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm

Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

Lei nº 4.024 (1961, 20 de dezembro). Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L4024.htm

Lei nº 5.692 (1971, 11 de agosto). Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm

Lei nº 10.836. (2004, 09 de janeiro). Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm

Lei nº 11.114 (2005, 16 de maio). Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111114.htm

Lei nº 11.180 (2005, 23 de setembro). Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111180.htm

Lei nº 11.274 (2006, 6 de fevereiro). Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm

Lei nº 11.692 (2008, 10 de junho). Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm

Lei nº 11.700 (2008, 13 de junho). Acrescenta inciso X ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111700.htm

Lei nº 12.061 (2009, 27 de outubro). Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112061.htm

Lei nº 12.796 (2013, 4 de abril). Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1

Lei nº 13.005 (2014, 25 de junho). Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

Lopes de Leon, F. L. L. & Menezes-Filho, N. A. (2002). Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 32 (2), 417 - 452.

Lowi, T. (1964). American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory. *World Politics*, 16, 677-715.

Lowi, T. (1972). Four Systems of Policy, Politics, and Choice. *Public Administration Review*, 32, 298-310.

Magalhães, A. S., Carvalho, T., Souza, K. & Domingues, E. P. (2016). Quanto vale a água que usamos? Projeções dos impactos econômicos de restrições ao uso e elevação de preços da água na região metropolitana de Belo Horizonte. *Revista de Economia*, 43 (2), 01-22. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/economia/article/view/47614>

Mattaini, M. A. (1996). Public Issues, Human Behavior, and Cultural Design. Em Mattaini, M. A. & Thyer, B. A. (Eds.), *Finding solutions to social problems: behavioral strategies for change (13-40)*. Washington, DC: American Psychological Association.

Medida Provisória nº 132 (2003, 20 de outubro). Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/132.htm

Meehan, J. H. (2007). Principios Generales de Técnica Legislativa. Em E. Saravia & E. Ferrarezi (Orgs.), *Políticas Públicas. Coletânea - Volume 2* (21-58). Brasília, DF: ENAP.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2007). *Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família – 1ª Rodada (AIBF I)*. Sumário Executivo. Brasília, DF: MDS. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/avaliacao_impacto_programa_bolsa_familia.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012). *Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família – 2ª Rodada (AIBF II)*. (Sumário Executivo). Brasília, DF: MDS. Disponível em: <http://acervodigital.mds.gov.br/xmlui/handle/123456789/77sagi/PainelPEI/Publicacoes/AvaliacaodeImpactoProgramaBolsaFamiliaII.pdf>.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014). *O Brasil sem Miséria*. Brasília, DF: MDS.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015). *Manual de Gestão do Programa Bolsa Família*. Brasília, DF: MDS.

Ministério do Trabalho e Emprego (2009). *Manual da Aprendizagem*. Brasília, DF: MTE.

- Miranda, A. E., Trindade, C. R., Nunes, R.H., Marba, E. F., Fernandes, M. C., Quarto, G. H. & França, L. C. (2010). Factors associated with prenatal care and seeking assistance in public hospitals in Vitória, Espírito Santo, Brazil. *Women Health*, 50 (3), 229-240.
- Monnerat, G. L. Senna, M. C. M., Schottz, V., Magalhães, R. & Burlandy, L. (2007). Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6), 1453-1462.
- Nascimento, T. S. & Campos, D. C. (2012). Programa Bolsa Família como política pública destinada à erradicação da pobreza brasileira. *Anais eletrônicos da I CIEGESI/ Encontro Científico do PNAP/UEB*. Goiânia, GO, 313-329.
- Neri, M. C. (2009). O Paradoxo da Evasão e as Motivações dos sem Escola. Em Veloso, F.; Pessôa, S.; Henriques, R. e Giambiagi, F. (Orgs.), *Educação Básica no Brasil: Construindo o País do Futuro*. Elsevier, Rio de Janeiro, 171-188.
- Neri, M. C., Vaz, F. M. & Souza, P. H. G. F. (2013). Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. Em T. Campello & M. C. Neri (Orgs.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania* (193-206). Brasília, DF: IPEA.
- Ney, N. G., Souza, P. M. S. & Ponciano, N. J. (2010). Desigualdade de acesso à educação e evasão escolar entre ricos e pobres no Brasil rural e urbano. *Revista Científica Internacional Indexada*, 3 (13), 33-55.
- Novaes, F. S. (2010). O Bolsa Família no contexto das políticas públicas. Em ENAPG Encontro de Administração Pública e Governança, Vitória - ES. *Resumo dos Trabalhos EnAPG*. Rio de Janeiro-RJ: ANPAD. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg165.pdf>
- Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (2017). *Education at a Glance 2017: OECD Indicators*. OECD Publishing, Paris, 1-456.
- Oliveira, L. F. B. & Soares, S. S. D. (2013). Bolsa Família e repetência: resultados a partir do CadÚnico, projeto frequência e censo escolar. Em T. Campello & M. C. Neri (Orgs.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania* (285-296). Brasília, DF: IPEA.

Oliveira-Silva, J. J., Alves, S. R., Meyer, A., Perez, F., Sarcinelli, P. N. , Mattos, R. C. O. C & Moreira, J. C. (2001). Influência de fatores socioeconômicos na contaminação por agrotóxicos, Brasil . *Revista de Saúde Pública*, 35 (2), 130-135.

Portaria GM/MDS n° 10 (2012, 30 de janeiro). Disciplina critérios e procedimentos para a disponibilização e a utilização de informações contidas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, instituído pelo Decreto n° 6.135, de 26 de junho de 2007. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/portaria/portaria-no-10-de-30-de-janeiro-de-2012>

Portaria GM/MDS n° 251 (2012, 12 de dezembro). Regulamenta a gestão de condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS no 321, de 29 de setembro de 2008, e dá outras providências. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/_doc/portarias/2012/Portaria%20no%20251%2012%20de%20dezembro%20de%202012.pdf

Portaria GM/MTE n° 615 (2007, 13 de dezembro). Cria o Cadastro Nacional de Aprendizagem, destinado à inscrição das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, relacionadas no art. 8o do Decreto no 5.598, de 1o de maio de 2005, buscando promover a qualidade técnico-profissional, dos programas e cursos de aprendizagem, em particular a sua qualidade pedagógica e efetividade social. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=1-94-29-2007-12-13-615>

Ribeiro, E. R., Guimarães, A. M., Bettiol, H., Lima, D. D., Almeida, M. L., de Souza, L., Silva, A. A. & Gurgel, R. Q. (2009). Risk factors for inadequate prenatal care use in the metropolitan area of Aracaju, Northeast Brazil. *BMC Pregnancy Childbirth*, 9:31. Disponível em: <https://bmcpregnancychildbirth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2393-9-31>

Rossi, P. & Freeman, H. (1989). *Evaluación: un enfoque sistemático*. New York: Sage.

Rua, M. G. & Romanini, R. (2013). *Para Aprender Políticas Públicas. Volume 1: Conceitos e Teorias*. Disponível em: http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf

Saasa, O. (2007). A formulação da política pública nos países em desenvolvimento: a utilidade dos modelos contemporâneos de tomada de decisão. Em E. Saravia & E.

- Ferrarezi (Orgs.), *Políticas Públicas. Coletânea - Volume 2* (219-238). Brasília, DF: ENAP.
- Santana, J. A. (2007, novembro). A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. Trabalho apresentado no Seminário População, Pobreza e Desigualdade, realizado em Belo Horizonte – Brasil, 1-19. Disponível em: https://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2016/07/SemPopPob07_1019.pdf
- Saravia, E. (2007). Introdução à teoria da política pública. Em E. Saravia & E. Ferrarezi (Orgs.), *Políticas Públicas. Coletânea - Volume 1* (21-42). Brasília, DF: ENAP.
- Seekins, T., Fawcett, S. B., Cohen, S. H., Elder, J. P., Jason, L. A., Schnelle, J. F. & Winett, R. A. (1988). Experimental evaluation of public policy: the case of state legislation for child passenger safety. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 21 (3), 233-243.
- Sidman, M. (1976) *Táticas da pesquisa científica. Avaliação dos dados experimentais na Psicologia*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense.
- Silva, M. R. (2015). Direito à educação, universalização e qualidade: cenários da Educação Básica e da particularidade do Ensino Médio. *Jornal de Políticas Educacionais*, 9 (17-18), 61-74.
- Silveira, F. G., Campolina, B., Horn, R. (2013). Impactos do Programa Bolsa Família na alocação do tempo entre escola e trabalho de crianças e adolescentes de 10 a 18 anos. Em T. Campello & M. C. Neri (Orgs.), *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania* (305-326). Brasília, DF: IPEA.
- Skinner, B. F. (1948). *Walden II: uma sociedade do futuro*. São Paulo, SP: EPU.
- Skinner, B. F. (1950). Are theories of learning necessary? *Psychological Review*, 57, 193-216.
- Skinner, B. F. (1966). Contingencies of reinforcement in the design of a culture. *Behavioral Science*, 11(3), 159-166.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York, NY: Appleton Century-Crofts.

- Skinner, B. F. (1971). *O Mito da Liberdade*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Bloch.
- Skinner, B. F. (1976). *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo, SP: Editora Cultrix LTDA. (Trabalho original publicado em 1974)
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on Behaviorism and Society*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-hall.
- Skinner, B. F. (1987). *Upon further reflection*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano*. (J. C. Todorov, & R. Azzi, Trans.) São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953)
- Soares, T. M., Fernandes, N. S., Nóbrega, M. C. & Nicolella, A. C. (2015). Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. *Educação e Pesquisa*, 41 (3), 757-772.
- Soares, W. L., Freitas, E. A. V. & Coutinho, J. A. G. (2005). Trabalho rural e saúde: intoxicações por agrotóxicos no município de Teresópolis – RJ. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 43 (4), 685-701.
- Souza, L. M. (2010). Comentando as classificações de políticas públicas. *Cronos*, 11 (1), 161-197.
- Stokes, T. F. & Fawcett, S. B. (1977) Evaluating municipal policy: an analysis of a refuse-packing program. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10 (3),391-398.
- Subirats, J. (2007). Definición del Problema. Relevancia pública Y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. Em E. Saravia & E. Ferrarezi (Orgs.), *Políticas Públicas. Coletânea - Volume 1* (199-218). Brasília, DF: ENAP.
- Swoboda, C. M., Kratochwill, T. R., & Levin, J. R. (2010). Conservative dual-criterion method for single-case research: A guide for visual analysis of AB, ABAB, and multiple- baseline designs (WCER Working Paper No. 2010-13). Disponível em: <http://www.wcer.wisc.edu/publications/workingPapers/papers.php>
- Todorov, J. C. (1991). O conceito de contingência na psicologia experimental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 7, 59-70.

- Todorov, J. C. (2005). Laws and the complex control of behavior. *Behavior and Social Issues, 14*, 86-91.
- Todorov, J. C. (2007). A Psicologia como o Estudo de Interações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 23*, 57-61.
- Todorov, J. C. (2012). *A Psicologia como o Estudo de Interações*. Brasília, DF: Instituto Walden4.
- Todorov, J. C., Moreira, M. & Martone, R. C. (2009). Sistema Personalizado de Ensino, Educação à Distância e Aprendizagem Centrada no Aluno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 25* (3), 289-296.
- Todorov, J. C., Moreira, M., Prudêncio, M. R. A. & Pereira, G. C. C. P. (2005). Um estudo de Contingências e Metacontingências no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em J. C. Todorov, R. C. Martone & M.B. Moreira (Orgs.), *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade* (45-54). Santo André, SP: ESETec.
- Tomarari, G. Y. (2000). Reforçamento condicionado. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 2* (1), 61-77.
- Ueda, M. H., Porto, R. B. & Vasconcelos, L. A. (2014). Publicidade de alimentos e escolhas alimentares de crianças. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 30*, 53-61.
- Villanueva, L. F. A. (2007). Estudio introductorio. Em E. Saravia & E. Ferrarezi (Orgs.), *Políticas Públicas. Coletânea - Volume 1* (43-65). Brasília, DF: ENAP.

Apêndice A

Evolução da Garantia da Educação Básica nos marcos normativos brasileiros

Marco normativo	Principais alterações
Constituição Política do Império do Brasil (1824)	Ensino primário gratuito a todos os cidadãos (Art. 179, XXXII)
Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)	A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos (Art. 149) Ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos (Art. 150)
Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)	O ensino primário é obrigatório e gratuito para os que alegarem escassez (Art. 130)
Código Penal (1940)	Configura-se como abandono intelectual, deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar. A pena prevista é de detenção, de quinze dias a um mês, ou multa (Art. 246)
Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)	A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola (Art. 166) O ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos (Art.168)
Lei nº 4024/1961	A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola (Art. 2) O ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais (Art. 26)
Constituição da República Federativa do Brasil (1967)	A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola (Art 168) O ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais (Art 168, § 3º, II)
Emenda Constitucional nº1 (1969)	A educação é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola (Art. 176) O ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais (Art. 176, § 3º, II)
Lei nº 5692/1971	O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos (Art. 20)
Constituição da República Federativa do Brasil (1988)	A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (Art. 205) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. (Art. 208)
Lei nº 8069/1990	Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. (Art. 55)
Emenda Constitucional, nº 14 (1996)	O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito (Art. 208)

Lei nº 9394/1996	<p>O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade (Art. 4º)</p> <p>O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo (Art. 5º)</p> <p>É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental (Art. 6º)</p> <p>O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública (...; Art. 32º)</p>
Lei nº 11114/2005 (altera a Lei 9.394/1996)	<p>É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental (Art. 6º)</p> <p>O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos (...; Art. 32)</p>
Lei nº 11274/2006 (altera a Lei 9.394/1996)	O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade (...) (Art. 32º)
Emenda Constitucional nº 53 (2006)	<p>Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas (Art. 7º, XXV);</p> <p>Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (Art. 208, IV)</p>
Lei nº 11700/2008 (altera a Lei 9.394/1996)	Vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade (Art. 4º, X)
Lei nº 12061/2009 (altera a Lei 9.394/1996)	<p>Universalização do ensino médio gratuito (Art. 4º, II)</p> <p>Assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei (Art. 10, VI)</p>
Emenda Constitucional nº 59 (2009)	Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (Art. 208, I)
Lei nº 12796/2013 (altera a Lei 9.394/1996)	<p>Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio (Art. 4º, I)</p> <p>Educação infantil gratuita às crianças de até 5(cinco) anos de idade (Art. 4º, II)</p> <p>Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 4º, III)</p> <p>Acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria (Art. 4º, IV)</p> <p>O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo (Art. 5º)</p> <p>É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade (Art. 6º)</p>

Apêndice B

Adequação dos municípios participantes aos critérios 1 e 2 de seleção

Em razão do calendário de acompanhamento das condicionalidades do PBF (MDS, 2105), a seleção dos municípios das fases que ocorreram no primeiro semestre foi realizada com dados de agosto até novembro do ano anterior e a seleção dos municípios da fase que ocorreu no primeiro semestre foi realizada com dados de fevereiro até maio do mesmo ano. Os municípios selecionados foram Franca e Atibaia na Fase 1, Batatais e Lins na Fase 2 e Jardinópolis e Porto Ferreira na Fase 3. A Tabela B1 e a Figura B1 mostram a adequação dos municípios participantes aos dois primeiros critérios.

Tabela B1. Percentuais médios relativos aos critérios 1 e 2 dos municípios participantes.

Município	Percentual de acompanhamento da condicionalidade (critério 1)	Percentual de cumprimento da condicionalidade (critério 2)
Franca	99.43	70.50
Atibaia	99.72	69.52
Batatais	94.88	70.15
Lins	98.96	66.40
Jardinópolis	95.32	72.58
Porto Ferreira	99.59	71.96

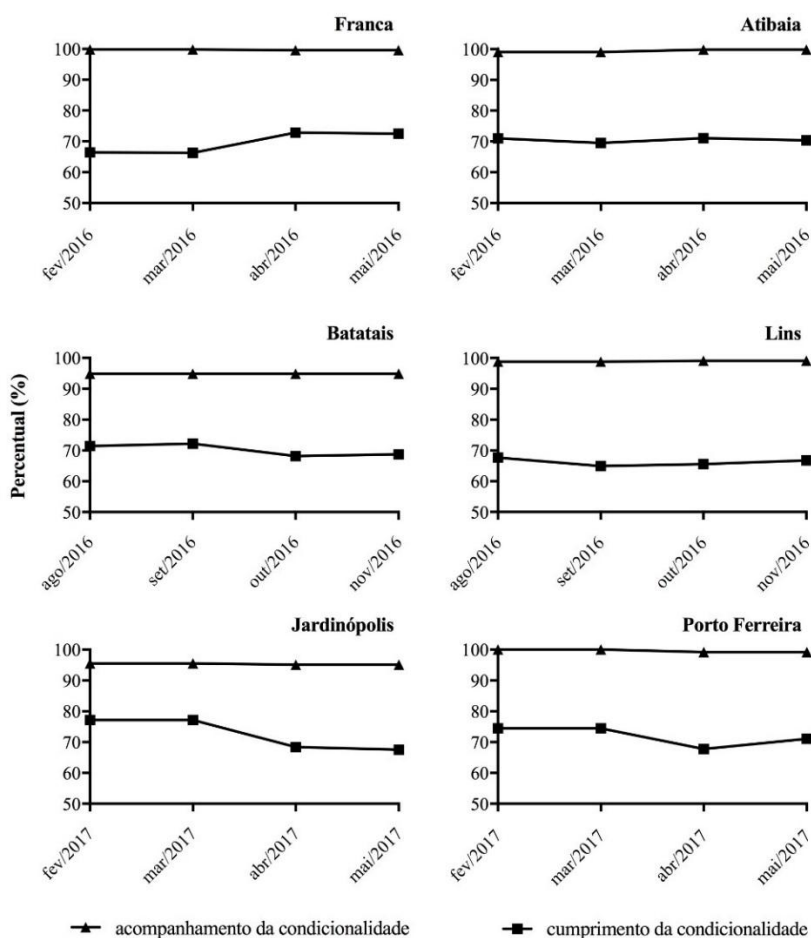


Figura B1. Percentuais de acompanhamento e cumprimento da condicionalidade nos municípios selecionados.

Apêndice C

Termo de Pactuação do Projeto PORVIR



TERMO DE PACTUAÇÃO

Articulação municipal para inserção dos jovens de famílias beneficiárias do Bolsa Família como aprendizes em (Município)/SP

Objetivos:

- 1) Favorecer o retorno à escola/o aumento da frequência escolar dos adolescentes de famílias beneficiárias do Bolsa Família em descumprimento da condicionalidade relacionada ao Benefício Variável Jovem.
- 2) Ofertar oportunidade de trabalho adequada ao estágio de desenvolvimento dos jovens no formato da aprendizagem.

Diagnóstico

Regra geral:

- Adolescentes de 16 a 17 anos: matricular e ter frequência escolar mensal mínima de 75%.
- Valor do Benefício Variável Jovem (BVJ): 46 reais.
- Descumprimento tem impacto sobre o recebimento do valor do BVJ, mas não tem impacto sobre o restante do valor do benefício recebido pela família, no entanto, seu cumprimento tem como consequência o valor do benefício variável agregado ao valor recebido pela família.

Cumprimento das condicionalidades:

- Menor taxa de frequência escolar e maiores taxas de abandono e evasão escolar nessa faixa etária.

Hipótese: substituição dos estudos pela inserção no mercado de trabalho, por vezes em condições não adequadas.

Intervenção

Oferta de vagas de aprendizagem para os jovens de famílias beneficiárias do Bolsa Família, com prioridade para aqueles com dificuldade no cumprimento da condicionalidade. Observação: matrícula e frequência escolar são condições para a validade do contrato de aprendizagem.

Operacionalização

Atores e competências

1) Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo/Auditoria Fiscal

- a) Estudar a viabilidade de adequação das ações do Projeto ao planejamento anual de ações fiscais da Atividade Inserção de Aprendizizes;
- b) Apresentar as linhas gerais do Projeto para adesão da Fiscalização da Gerência Regional;
- c) Identificar empresas que, por disposição legal na Consolidação das Leis do Trabalho, são obrigadas a contratar aprendizes e matricular em cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou em cursos de instituições formadoras validados pelo Ministério do Trabalho (MT);
- d) Planejar em conjunto com a Gerência Regional a emissão de notificação de Fiscalização para empresas que estejam em descumprimento das cotas de aprendizes para, inicialmente, comparecerem a evento em que serão fornecidas orientações e apresentado o Projeto;
- e) Estabelecer em conjunto com a chefia de fiscalização da Gerência Regional, o cronograma de desenvolvimento das fiscalizações, de modo a concatenar as contratações com os cursos de aprendizagem que serão disponibilizados para o Projeto; e,
- f) Fornecer informações consolidadas, sem a identificação dos estabelecimentos, sobre os resultados da ação.

2) Secretaria de Assistência Social ou equivalente

- a) Identificar os adolescentes de 16 e 17 anos beneficiários do BVJ em descumprimento da condicionalidade “matricular e ter frequência escolar mensal mínima de 75%”;
- b) Promover atividade em parceria com o SENAC para sensibilizar os adolescentes quanto à oportunidade da aprendizagem;
- c) Oferecer aos adolescentes a possibilidade de aderirem ao Projeto PORVIR e preparar banco de currículos;
- d) Buscar oferta de curso de pré-aprendizagem para os adolescentes; e,
- e) Acompanhar a frequência escolar mensal dos adolescentes e disponibilizar as informações.

3) SENAC

- a) Participar de atividade com os adolescentes para sensibilizá-los quanto à oportunidade da aprendizagem;
- b) Oferecer cursos de aprendizagem para os adolescentes contratados compatíveis com a atividade a ser desempenhada;
- c) Acompanhar a frequência escolar mensal dos adolescentes contratados; e,
- d) Disponibilizar informações os cursos oferecidos.

(Município), XX de XXXX de XXXX

Apêndice D

Peças de comunicação do Projeto PORVIR - Fase 1 (modelos utilizados em Franca)

Figura D1. Apresentação de *powerpoint* para evento com empresas

Figura D2. Imagem anexada a e-mail lembrete

PROJETO PORVIR

Articulação interinstitucional para oferta de aprendizagem a jovens beneficiários do Bolsa Família

Um dos grandes desafios para os adolescentes é encontrar uma oportunidade de trabalho que respeite sua condição peculiar de desenvolvimento. A aprendizagem é uma forma que garante a profissionalização e a proteção no trabalho a esses jovens. Na condição de aprendiz, os jovens têm acompanhamento escolar e realizam cursos que os preparam de forma adequada para atuarem no mercado de trabalho.

Um público que encontra ainda maior dificuldade para conseguir uma oportunidade são os jovens de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. O Programa caracteriza-se por uma transferência direta de renda com condicionalidades, focalizado em famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. As condicionalidades são compromissos das famílias com o acesso a determinados serviços. Uma parceria dos governos municipais e dos governos estaduais garante

o acompanhamento de condicionalidades relacionadas à saúde e à educação. No caso das condicionalidades relacionadas à educação, o programa tem impacto altamente positivo no aumento do índice de aprovação e na redução da taxa de evasão escolar.

O projeto PORVIR nasce do empenho de diversos atores para promover maior desenvolvimento social no município. Trata-se da organização da oferta de vagas de aprendizagem direcionadas para o público beneficiário do Programa Bolsa Família.

Por disposição legal na Consolidação das Leis do Trabalho, empresas são obrigadas a contratar aprendizes e matricular em cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, se esses não oferecerem cursos ou vagas, em instituições formadoras com cursos validados pelo Ministério do Trabalho. O atendimento à cota obrigatória de aprendizes estipulada pela Lei 10.097/2000, Lei do Aprendiz, é realizado pela contratação de 5% a 15% de aprendizes, com base no número de trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Caso essa cota não seja preenchida, a empresa fica sujeita à

multa, aplicada pela Auditoria Fiscal do Trabalho.

A adesão a este projeto propicia às empresas a oportunidade de transformarem essa obrigação em vantagem e responsabilidade social. Com a participação de empresas, jovens beneficiários do Bolsa Família podem ter seus direitos trabalhistas e previdenciários garantidos, continuar seus estudos e ingressar no mercado de trabalho de forma qualificada. Para eles, a aprendizagem se apresenta como uma primeira oportunidade de qualificação para que no futuro conquistem novas profissões e bons salários e contribuam para a inclusão produtiva de suas famílias. Para as empresas, é uma oportunidade de contar, futuramente, com mão-de-obra qualificada e treinada em seu ambiente, para atender às demandas de busca de profissionais no mercado.

Conheça algumas VANTAGENS da contratação de aprendizes beneficiários do Bolsa Família.

PARA EMPRESA

1. Crescimento da imagem da empresa e agregação de valor aos seus produtos
2. Contribuição ativa na superação da pobreza e extrema pobreza do seu município

3. Baixo custo para recrutamento e seleção
4. Promoção da qualificação profissional para uma futura efetivação de colaborador que já conhecerá bem a cultura, a filosofia, os valores, o funcionamento da empresa e as atividades a serem executadas
5. Futura economia em processo de treinamento com novas contratações

PARA O ADOLESCENTE

1. Curso de aprendizagem gratuito
2. Registro na Carteira de Trabalho
3. Preparação para o mercado de trabalho
4. Experiência profissional
5. Desenvolvimento e prática da cidadania através do trabalho e aprendizagem

PARA A FAMÍLIA E PARA A COMUNIDADE

1. Aumento da renda familiar
2. Benefícios aos jovens e às famílias
3. Contribuição para a superação do ciclo intergeracional da pobreza
4. Melhoria das condições de vida das comunidades

Faça a adesão ao projeto e contrate um beneficiário do Bolsa Família para ser aprendiz na sua empresa.

Conheça os parceiros do projeto:

Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento da Universidade de Brasília
 Universidade de Brasília

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo e Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Franca - Ministério do Trabalho

Ministério do Trabalho



Prefeitura de Franca - Secretaria de Ação Social

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Franca



Para maiores informações, entrar em contato com: xxxxxxx xxxxxxxx/ telefone: xxxx-xxxx



Figura D3. Folder distribuído para as empresas

Apêndice E

Registro fotográfico da implementação do Projeto PORVIR em Franca e Atibaia



Figura E1. Eventos com empresas e curso para adolescentes em Franca.



Figura E2. Evento com empresas e mobilização com adolescentes em Atibaia.

Apêndice F

Reportagens e notícias publicadas na mídia – Fase 1

Franca

- 1) GCN - sítio eletrônico em 02/09/2016. Endereço: <http://gcn.net.br/noticias/331695/franca/2016/09/ministerio-do-trabalho-cobra-aprendizes-de-empresas>
- 2) Comércio de Franca - jornal impresso em 02/09/2016. Observação: mesmo texto com o título “MT cobra aprendizes de empresas. Reunião informou a existência de 240 vagas abertas para a contratação de jovens e adolescentes, entre 14 e 24 anos, em Franca. Ministério do Trabalho convocou 83 estabelecimentos da cidade para dar explicações.

02/09/2016 - Reportagem de Marco Felipe

MT cobra vagas de aprendizes em Franca

Foto de: Marco Felipe/Comércio da Franca



Audidores do MT, Fernando Miguel e Alice Marzano, em apresentação para empresários dos setores de comércio e serviços

O Ministério do Trabalho e Emprego de Franca reuniu, na tarde de ontem, 1º de setembro, representantes e empresários de 83 estabelecimentos da cidade, dos setores de comércio e serviços, para cobrar deles a geração de vagas para jovens e adolescentes, entre 14 a 24 anos, conforme determina a Lei da Aprendizagem. O objetivo do encontro que aconteceu no auditório do Senac, entidade parceira do Programa Jovem Aprendiz, foi detalhar o funcionamento do mesmo e incentivar a adesão. A estimativa é que 240 vagas estão abertas para a contratação de aprendizes.

Na apresentação, a auditora fiscal do Trabalho Alice Grant Marzano, responsável pela coordenação estadual do programa de inclusão de aprendizes no mercado de trabalho, explicou que todas as empresas com sete empregados ou mais é obrigada a ter de 5% a 15% de jovens aprendizes. Caso, não haja um cumprimento voluntário por parte dessas empresas, estas podem ser punidas. “Cada CNPJ tem uma cota a ser cumprida e exige fiscalização para isso”, alertou.

Segundo o também auditor fiscal Fernando Miguel da Silva, as empresas foram convocadas a partir de um apontamento do sistema do Ministério do Trabalho com base nos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do mês de julho.

“As empresas foram mapeadas para verificação do cumprimento da cota, pois há vagas abertas onde os jovens podem ser incluídos. A partir dessa listagem, emitimos as notificações para essa audiência coletiva, onde tiramos dúvidas e verificamos a documentação para ver quem tem aprendiz contratado e quem não tem por algum motivo”, explicou Silva.

Durante a reunião, também foram informados aos presentes sobre o regimento da legislação e os benefícios oferecidos através dela tanto para o aprendiz como para a empresa. “Cumprindo o que é determinado pela lei, as empresas obtêm mão-de-obra regulamentada, além de oferecerem aos adolescentes a oportunidade de possuírem renda e profissionalização”, completou o auditor.

Outra opção levantada para os empresários foi a possibilidade de contratação de jovens egressos do Programa Bolsa Família, identificados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, em parceria com a Secretaria de Assistência Social de Franca. “São jovens em situação de grave vulnerabilidade social e a contratação ajudaria a resgatar suas expectativas de futuro digno e justo”.

Pelo Programa Jovem Aprendiz, o contratado tem direito a salário mínimo hora, vale transporte, férias, FGTS e 13º salário proporcionais. Para ser considerado aprendiz, o jovem deve ter concluído ou estar cursando o ensino regular, além de ter vínculo com uma organização de programa de aprendizagem que ficará responsável pela formação teórica.

Figura F1. Reportagem do GCN em Franca sobre o lançamento do Projeto PORVIR.

Atibaia

- 1) Portal da Prefeitura da Estância de Atibaia - sítio eletrônico em 06/10/2016. Endereço: <http://prefeituradeatibaia.com.br/acao-incentiva-ingresso-de-jovens-no-mercado-de-trabalho/>
- 2) Jornal G8 - post no Facebook em 07/10/2016. Endereço: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1745931732337358&id=1536071899990010 Observação: mesmo texto com o título “Prefeitura promove ação de incentivo ao ingresso de jovens no mercado de trabalho. Participaram do encontro mais de 60 adolescentes entre 14 e 18 anos”.
- 3) Portal da cidade de Atibaia - sítio eletrônico em 10/10/2016. Endereço: <http://atibaia.portaldacidade.com/noticias/659-prefeitura-promove-acao-de-incentivo-ao-ingresso-de-jovens-no-mercado-de-trabalho>. Observação: mesmo texto com o título “Prefeitura promove ação de incentivo ao ingresso de jovens no mercado de trabalho. Participaram do encontro mais de 60 adolescentes entre 14 e 18 anos”.

6.10.2016 às 15h

Ação incentiva ingresso de jovens no mercado de trabalho



A Prefeitura promoveu na última quarta-feira (5), nas dependências do Centro Integrado de Educação Municipal – CIEM, um evento voltado a jovens de 14 a 18 anos com o objetivo de estimular e impulsionar o ingresso desse público no mercado de trabalho.

A ação também fez parte de uma iniciativa inédita desenvolvida em Atibaia, o Projeto “Porvir”, que promove a articulação interinstitucional para oferta de aprendizagem a jovens beneficiários do Programa Bolsa Família, do governo Federal. O Projeto “Porvir” é uma parceria do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento da Universidade de Brasília com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, a Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Jundiá e Região, o Ministério do Trabalho, a Prefeitura de Atibaia – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SADS), e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac Jundiá.

A parceria busca organizar a oferta de vagas de aprendizagem direcionadas para o público beneficiário do Programa Bolsa Família e garantir o cumprimento das condicionalidades para o acesso ao benefício. Dessa forma, participaram das atividades alguns jovens referenciados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município e cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família.

Durante o encontro, as equipes da SADS e a facilitadora do Programa “Time do Emprego”, desenvolvido pela Coordenadoria Especial de Emprego e Renda da Prefeitura e o Senac, explicaram aos jovens participantes como funciona o Projeto “Porvir”.

Os adolescentes também puderam conhecer o “Time do Emprego”, cujo objetivo é preparar os jovens para a inserção no mercado de trabalho, com o aperfeiçoamento de habilidades, dicas de comportamento em entrevistas de emprego, entre outros temas abordados. Na ocasião, mais de 60 adolescentes também tiveram a oportunidade de elaborar seus próprios currículos.

Reunião com empresas do município

Na sexta-feira (7) também foi realizada uma grande ação intersetorial com representantes de mais de 100 empresas instaladas no município para apresentação do Projeto “Porvir” e sensibilização dos empregadores quanto à importância de contratar jovens por meio do “Programa Aprendizagem”.

O programa oferece benefícios tanto para os jovens (além de suas famílias e comunidades), quanto para as empresas que os contratam, uma vez que a empresa que adere, além de cumprir com o seu papel de contratante do aprendiz, por meio da Legislação da Aprendizagem 10.097/00, tem também a possibilidade de encontrar diversos profissionais de talento. Já o adolescente participante do programa tem a chance de se preparar profissionalmente, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho. Durante o evento, foram entregues mais de 60 currículos às empresas para que, futuramente, exista a possibilidade de contratação desses jovens.

Figura F1. Notícia no Portal da Prefeitura da Estância de Atibaia sobre o lançamento do Projeto PORVIR.

Apêndice G

Pesquisa com empresas

Objetivo

Verificar o efeito do tipo de contingência descrita e tipo de comunicação feita com as empresas sobre a contratação de aprendizes na sua reatividade ao Projeto PORVIR.

Método

Participantes

Foram enviados 18253 e-mails identificados como de empresas de 275 municípios paulistas da base de dados ORBIS editada pelo Bureau van Dijk (BvD).

Procedimento

Duas variáveis foram manipuladas no experimento. A primeira foi o tipo de consequência para a contratação de aprendizes (esquiva de consequência aversiva, consequência positiva imediata e consequência positiva atrasada) e a segunda foi o tipo de comunicação (pessoal e impessoal). Os e-mails foram randomizados em três grupos em cada município para distribuição na variável “tipo de consequência”. Cada um desses grupos foi dividido na variável “tipo de comunicação” a depender da possibilidade de identificação do nome na primeira parte do endereço de e-mail. A primeira variável foi manipulada no assunto do e-mail. A segunda variável foi manipulada na primeira linha do corpo do e-mail. O restante do corpo do e-mail era o mesmo para todos os grupos.

Instrumento

Para enviar os e-mails foi utilizada a plataforma E-Goi que é uma plataforma *online* de marketing relacional. Por meio do E-goi, é possível enviar campanhas por *e-mail* e receber relatórios com métricas relacionadas ao recebimento e abertura de e-mails e cliques das campanhas, por exemplo. O seguinte e-mail foi utilizado para envio:

Assunto

- 1) Contrate um aprendiz e evite receber multa
- 2) Contrate um aprendiz, ganhe um colaborador e tenha benefícios imediatos
- 3) Contrate um aprendiz, agregue valor ao seu produto e desenvolva a imagem de sua empresa

Corpo do e-mail

Prezada(o) ou Prezada(o) + (nome)

Entramos em contato para apresentar um projeto que pode beneficiar sua empresa. Somos pesquisadores da Universidade de Brasília e estudamos os benefícios da inserção de jovens na aprendizagem. Nossa atuação não tem nenhum custo para a empresa e não recebemos qualquer auxílio financeiro para realizá-la.

Seguem abaixo alguns detalhes sobre o embasamento legal do projeto e sobre nossa forma de atuar.

Por disposição legal na Consolidação das Leis do Trabalho, empresas são obrigadas a contratar aprendizes e matricular em cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, se esses não oferecerem cursos ou vagas, em instituições formadoras com cursos validados pelo Ministério do Trabalho. O atendimento à cota obrigatória de aprendizes estipulada pela Lei 10.097/2000, Lei do Aprendiz, é realizado pela contratação de 5% a 15% de aprendizes, com base no número de trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Dessa forma, uma empresa fica obrigada a contratar desde que tenha pelo menos 7

trabalhadores nessa condição. Caso essa cota não seja preenchida, a empresa fica sujeita à multa, aplicada pela Auditoria Fiscal do Trabalho.

Na condição de aprendiz, os jovens têm acompanhamento escolar e realizam cursos que os preparam para atuarem no mercado de trabalho.

Para as empresas, imediatamente, ganha-se um colaborador e aumenta-se o desempenho daqueles que participam diretamente no desenvolvimento do jovem. No futuro, é uma oportunidade de contar com mão-de-obra qualificada e treinada em seu ambiente, para atender às demandas de busca de profissionais, desenvolver a imagem da empresa que cumpre a lei e age com responsabilidade social e agregar valor ao seu produto ou serviço.

O projeto PORVIR nasce do empenho de diversos parceiros para aumentar o número de contratações de jovens aprendizes e para ajudar a oferecer uma oportunidade adequada de ingresso no mercado de trabalho. Sabemos que muitas empresas deixam de contratar os jovens por encontrarem dificuldade em realizar um processo de recrutamento e seleção de candidatos e em encontrar um curso de aprendizagem adequado. Se sua empresa se encaixa no rol de empresas que precisam contratar aprendizes, nos propomos a auxiliá-la nesse processo.

Vocês têm interesse nesse tipo de colaboração?

Entre em contato conosco ou envie suas informações, que retornaremos para melhor atender a sua empresa.

Para saber mais, clique no link abaixo e visite o *site* do Projeto.

<http://www.projetoporvir.com.br>

Cordialmente,

ROBERTA FREITAS LEMOS

Universidade de Brasília

Telefone: (61) 9 8479-2863

E-mail: roberta.lemos@projetoporvir.com.br

Esta mensagem foi enviada para (endereço de e-mail do contato)

por roberta.lemos@projetoporvir.com.br

Enviado por Projeto Porvir São Paulo Brasil

[Remover](#)



Figura G1. Corpo do e-mail da campanha

Resultados

Seguem abaixo algumas métricas da campanha com base nas informações fornecidas pelo E-Goi:

Tabela H1. Métricas da campanha enviada por e-mail

Título do e-mail	Comunicação	E-mails			Aberturas			Cliques				
		Enviados	Entregues	Não entregues	Únicas	Totais	Taxa de retorno (totais-únicas/totais)	Únicos	Totais	Um clique no sítio do projeto	Dois cliques no sítio do projeto	Clique para remover e-mail da lista
Contrate um aprendiz e evite receber multa	Impessoal	4557	2965 (65,06%)	1592 (34,94%)	135 (4,55%)	223	39,46%	8 (5,9%)	8	5 (62,5%)	0	3 (37,5%)
	Pessoal	1511	1137 (75,25%)	374 (24,75%)	73 (6,42%)	157	53,5%	2 (2,7%)	2	1 (50%)	0	1 (50%)
Contrate um aprendiz, ganhe um colaborador e tenha benefícios imediatos	Impessoal	4590	3000 (65,36%)	1590 (34,64%)	129 (4,30%)	216	40,27%	12 (9,3%)	16	9 (56,25%)	4 (25%)	3 (18,75%)
	Pessoal	1456	1050 (72,12%)	406 (27,88%)	56 (5,33%)	146	61,64%	7 (12,5%)	7	6 (85,71%)	0	1 (14,29%)
Contrate um aprendiz, agregue valor ao seu produto e desenvolva a imagem de sua empresa	Impessoal	4679	2988 (63,86%)	1691 (36,14%)	163 (5,46%)	249	34,53%	10 (6,1%)	10	6 (55,56%)	0	4 (44,44%)
	Pessoal	1460	1050 (71,92%)	410 (28,08%)	75 (7,14%)	131	42,74%	3 (4,0%)	4	2 (50%)	1 (25%)	1 (25%)

Considerações

- 1) Maiores percentuais de reaberturas de e-mails quando a comunicação é personalizada
- 2) Maior percentual de reaberturas de e-mails quando especificada a consequência positiva imediata
- 3) Maiores percentuais relativos de cliques (um clique + dois cliques) na URL que levava ao sítio do projeto quando especificadas as consequências positivas (imediata ou atrasada).
- 4) Duplos cliques apenas quando especificadas as consequências positivas.
- 5) Maiores percentuais relativos de pedidos de remoção da lista de e-mails quando especificadas a consequência positiva atrasada e a contingência aversiva

Limitações

- 1) É possível que alguns servidores de e-mail tenham classificado o e-mail como SPAM em razão da palavra “Contrate” no título, o que explicaria o alto número de mensagens não entregues.
- 2) É possível que a palavra “Contrate” esteja relacionada ao baixo número de abertura dos e-mails.

Apêndice H

Sítio eletrônico: visão para o público geral

Porvir INÍCIO MUNICÍPIOS PARCEIROS EMPRESAS APRENDIZES O PROJETO CRIAR PERFIL ENTRAR

EM BUSCA DE UM BOM CANDIDATO?

ENCONTRE FACILMENTE ENTRE OS ADOLESCENTES CANDIDATOS AQUELE QUE MELHOR SE ADEQUA A VAGA QUE VOCÊ ESTÁ OFERTANDO.

[Buscar currículos >](#)

JÁ FAZ PARTE DO PROJETO?

Use uma das opções ao lado para ter acesso a conteúdos exclusivos.



FUTURO APRENDIZ

Acesso à área exclusiva para candidatos.

[ACESSAR >](#)



EMPRESA

Acesso à área exclusiva para empresas parceiras.

[ACESSAR >](#)


NÃO TEM UM PERFIL?

Os **perfis de candidatos** são criados por convite. Se você tem entre 16 e 18 anos e mora em um dos municípios participantes, então saiba como participar!

Os **perfis de empresas** podem ser criados livremente. Se você tem uma empresa em um município que participa do Projeto Porvir, saiba como participar!

O QUE OFERECEMOS

Veja o que o Projeto Porvir oferece



ANÚNCIO DE VAGAS

Empresas cadastradas podem divulgar vagas de aprendizagem e receber currículos dos candidatos que se inscreverem




BUSCA DE CURRÍCULOS

Empresas cadastradas podem ter acesso a uma base de currículos dos adolescentes do projeto




PERFIL DA EMPRESA

Empresas cadastradas podem preencher seu perfil público para que os futuros aprendizes possam conhecê-las



PERFIL DE APRENDIZ

Futuros aprendizes podem preencher seu perfil público e seu currículo para participar de processos seletivos



DICAS PROFISSIONAIS

Futuros aprendizes podem acessar informações sobre como construir seu currículo e sobre cursos gratuitos que os ajudem a qualificar o seu perfil



BUSCA DE VAGAS

Adolescentes cadastrados podem identificar as vagas anunciadas pelas empresas e se inscrever no processo seletivo.

O PROJETO

O projeto PORVIR nasce do empenho de diversos atores para promover maior desenvolvimento social nos municípios onde o projeto ocorre. Trata-se da organização da oferta de vagas de aprendizagem direcionadas aos jovens participantes de programas municipais.

[SAIBA MAIS](#)


BENEFÍCIOS

Aprendizes

- I. Curso de aprendizagem gratuito
- II. Registro na carteira de trabalho
- III. Preparação para o mercado de trabalho
- IV. Experiência profissional
- V. Desenvolvimento e prática da cidadania por meio do trabalho e da aprendizagem

Empresas

Continuação da página




ALICE MARZANO
Auditora Fiscal do Trabalho

A parceria realizada pelo projeto Porvir promove o desenvolvimento local, porque temos a certeza de alcançar o jovem que está no município em que a empresa atua. Além disso, ao apoiar os processos seletivos das empresas com a oferta de um banco de currículos de jovens interessados na experiência da aprendizagem, o projeto auxilia na agilidade na obtenção dos resultados da ação fiscal.

EM DESTAQUE

Dicas e tutoriais para você ingressar no mercado de trabalho




2 DE JANEIRO DE 2017 • 0 COMENTÁRIO

Cursos Grátis – Escola Virtual

"A Escola Virtual é um portal de e-Learning dedicado a oferecer cursos a distância - via Internet e semipresenciais. A..

[Leia mais >](#)




2 DE JANEIRO DE 2017 • 0 COMENTÁRIO

Cursos Livres Do SENAC

"Não perca a oportunidade de estudar de graça. Por meio do Programa Senac de Gratuidade (PSG) você tem acesso a..

[Leia mais >](#)



2 DE JANEIRO DE 2017 • 0 COMENTÁRIO




Cursos Ead SENAI/SESI

Com o objetivo de "viabilizar a oferta dos cursos de Iniciação Profissional para alunos de diferentes perfis socioeconômicos, oferecendo acesso..


[Leia mais >](#)

PARCEIRAS

Conheça algumas empresas que nos ajudam a fazer o projeto ser um sucesso

ASSINE NOSSA NEWSLETTER



Fique por dentro de tudo o que acontece por aqui

APRENDIZ

Área de aprendiz

Escola Porvir

Vagas de emprego

Capacitação profissional

EMPRESA

Área da empresa

Busca de currículos


PORVIR

Sobre o projeto


Contato

Política de privacidade

Municípios parceiros



Projeto Porvir 54 likes



 Sobre o projeto - Contato - Política de privacidade - Municípios parceiros
 © 2016 Projeto porvir Todos os direitos reservados. Mantido por Studio programaR

[Voltar para o início >](#)

Figura H1. Página de início do sítio eletrônico

Figura H2. Página dos municípios parceiros

Figura H3. Modelo de página de município participante. Jardinópolis no detalhe.

 INÍCIO MUNICÍPIOS PARCEIROS EMPRESAS APRENDIZES O PROJETO CRIAR PERFIL ENTRAR

EMPRESAS PARCEIRAS

Conheça as empresas parceiras do projeto Porvir. Se sua empresa ainda não faz parte do projeto, fale conosco!

Buscar empresas destaque

TODOS A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

Selecione um município

Qualquer município

CATEGORIAS

- Academia de Esportes / Artes Marciais (0)
- Açúcar e Alcool (0)
- Administração e Participação (6)
- Agências de Turismo / Viagem (0)
- Agricultura / Pecuária / Silvicultura (1)
- Alimentos (1)
- Arquitetura / Paisagismo / Urbanismo (0)
- Mostrar mais

A

ALPÍNIA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA. 0 Vaga(s)

Administração E Participação, Automotivo, Concessionárias / Auto Peças, Mecânica/ Manutenção

Batatais, SP

ASSER PORTO FERREIRA 0 Vaga(s)

Educação/ Idiomas

Porto Ferreira, SP

AUTO POSTO PASETTO LTDA 0 Vaga(s)

Comércio Varejista

Lins, SP

C

CENTAGRO CENTRO TECNOLÓGICO AGROPECUÁRIO LTD

2 Vaga(s)

Farmacêutica/ Veterinária

Batatais, SP

L

LEMMA SUPPLY SOLUTIONS 1 Vaga(s)

Comércio Atacadista, Farmacêutica/ Veterinária

Jardinópolis, SP

LIZOTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

0 Vaga(s)

Comércio Varejista

Batatais, SP

S

SILC INDÚSTRIA DE AUTOPEÇAS LTDA 0 Vaga(s)

Metalúrgica / Siderúrgica

Batatais, SP


T

TEDE TRANSPORTES LTDA 0 Vaga(s)

Administração E Participação

Atibaia, SP

Figura H4. Página das empresas cadastradas com alguns exemplos.



[INÍCIO](#)
[MUNICÍPIOS PARCEIROS](#)
[EMPRESAS](#)
[APRENDIZES](#)

Candidatos
Contratados

[O PROJETO](#)
[CRIAR PERFIL](#)
[ENTRAR](#)

APRENDIZES CANDIDATOS

Estes são os adolescentes que fazem parte do Projeto Porvir. Para acessar o currículo completo, crie um perfil da sua empresa e faça login no site.

AVISO!

A pontuação e os selos abaixo do perfil resumido de cada candidato são conquistados quando o candidato presta informações mais detalhadas em seu perfil e realiza cursos na [Escola-Porvir](#). Aproveite essas dicas para ajudar na sua seleção!

Por nome

Selecione um município

Qualquer município ▼

MINIMIZAR FILTROS —

IDADE

16 Anos (21)

17 Anos (30)


18 Anos (18)

CURSOS ESPECÍFICOS

Informática (21)

Auxiliar Administrativo (3)

Introdução ao mundo do trabalho (3)





V**** M**** | Batatais

A FÉ NÃO VALE DE NADA PRA MENTE PREGUIÇOSA

630

PONTOS







O**** R**** | Batatais

280

PONTOS







M**** R**** | Portoferreira

Tenho o objetivo de crescer profissionalmente e de maneira produtiva contribuindo para o desenvolvimento da organização como um todo.

275

PONTOS







C**** C**** | Lins

180

PONTOS





[INÍCIO](#)
[MUNICÍPIOS PARCEIROS](#)
[EMPRESAS](#)
[APRENDIZES](#)

Candidatos
Contratados

[O PROJETO](#)
[CRIAR PERFIL](#)
[ENTRAR](#)

APRENDIZES CONTRATADOS

Conheça os adolescentes contratados que fazem parte do Projeto Porvir

AVISO!

A pontuação e os selos abaixo do perfil resumido de cada candidato são conquistados quando o candidato presta informações mais detalhadas em seu perfil e realiza cursos na [Escola-Porvir](#). Aproveite essas dicas para ajudar na sua seleção!

Por nome

Selecione um município

Qualquer município ▼

MINIMIZAR FILTROS —

IDADE

16 Anos (2)

17 Anos (5)


18 Anos (0)

CURSOS ESPECÍFICOS

Informática (1)

Auxiliar Administrativo (0)

Introdução ao mundo do trabalho (1)





B**** F**** P**** | Portoferreira

Da árvore do silêncio pendem seu fruto, a paz.

821

PONTOS







F**** V**** | Lins

791

PONTOS







F**** M**** | Batatais

Toda conquista começa com a decisão de tentar.

748

PONTOS





R**** O**** | Batatais

3 passos para conquistar os seus sonhos: Querer, tentar e nunca desistir.

56

PONTOS




Figura H5. Modelo de páginas de candidatos e contratados. As imagens e as iniciais são fictícias.



[INÍCIO](#)
[MUNICÍPIOS PARCEIROS](#)
[EMPRESAS](#)
[APRENDIZES](#)
[O PROJETO](#)
[CRIAR PERFIL](#)
[ENTRAR](#)



PROJETO PORVIR

Conheça um pouco mais sobre o projeto e seus realizadores

Sobre nós

Mídia

Legislação

Fale conosco

O **projeto PORVIR** nasce do empenho de diversos atores para promover maior desenvolvimento social nos municípios. É uma iniciativa para apoiar empresas na contratação de aprendizes.

É LEI...

Por disposição legal na Consolidação das Leis do Trabalho, empresas são obrigadas a contratar aprendizes e matricular em cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, se esses não oferecerem cursos ou vagas, em instituições formadoras com cursos validados pelo Ministério do Trabalho. O atendimento à cota obrigatória de aprendizes estipulada pela Lei 10.097/2000, Lei do Aprendiz, é realizado pela contratação de 5% a 15% de aprendizes, com base no número de trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Caso essa cota não seja preenchida, a empresa fica sujeita à multa, aplicada pela Auditoria Fiscal do Trabalho.

“ Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. ”

-- Consolidação das Leis do Trabalho - CLT

UM BREVE HISTÓRICO

Como surgiu o projeto Porvir

Trata-se de um projeto piloto que envolve a articulação de atores que trabalham em municípios paulistas para a garantia do direito à profissionalização e proteção no trabalho de adolescentes de 16 a 18 anos. O objetivo principal é promover o encontro entre empresas que buscam a contratação de aprendizes e adolescentes que buscam oportunidades de ingresso no mercado de trabalho. O suporte necessário será oferecido para os municípios que queiram incorporar o projeto como prática local. A proposta é parte do projeto de doutorado da pesquisadora Roberta Lemos, orientada pelo Prof. Dr. João Cláudio Todorov, no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento da Universidade de Brasília. O projeto conta também com a colaboração da mestrandia Bruna França. Por meio do Projeto Porvir, é possível demonstrar como uma ciência que estuda a relação entre o comportamento e o ambiente pode ser referência para a construção de política sociais e subsidiar a ação de agentes públicos em intervenções em larga escala.



ROBERTA FREITAS LEMOS

Facebook, LinkedIn, Instagram



JOÃO CLAUDIO TODOROV

Facebook, LinkedIn, Instagram



BRUNA FRANÇA

Facebook, LinkedIn, Instagram



” Promover o desenvolvimento social local, por meio da oferta de aprendizagem a jovens do município.

O APRENDIZ

- Curso de aprendizagem gratuito
- Registro na carteira de trabalho
- Preparação para o mercado de trabalho
- Experiência profissional
- Desenvolvimento e prática da cidadania através do trabalho e aprendizagem

A EMPRESA

- Crescimento da imagem da empresa e agregação de valor aos seus produtos
- Baixo custo para recrutamento e seleção
- Promoção da qualificação profissional para uma futura efetivação de colaborador que já conhecerá bem a cultura, a filosofia, os valores, o funcionamento da empresa e as atividades a serem executadas
- Futura economia em processo de treinamento com novas contratações

A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

- Aumento da renda familiar
- Benefícios aos jovens e às famílias
- Melhoria das condições de vida das comunidades

MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS

O projeto Porvir é realizado em âmbito municipal. Diversos atores atuam para que cada vez mais jovens tenham a oportunidade de ingressar de forma qualificada no mercado de trabalho.

LISTAR MUNICÍPIOS


APOIADORES







Figura H6. Página sobre a origem do projeto e seus desenvolvedores.


INÍCIO MUNICÍPIOS PARCEIROS EMPRESAS APRENDIZES O PROJETO CRIAR PERFIL ENTRAR

MÍDIA

Notícias e informações veiculadas na mídia sobre o projeto

[Blog](#) > [Mídia](#)

Sobre nós

Mídia

Legislação

Fale conosco

14 DE SETEMBRO DE 2017 • 0 COMENTÁRIO

Reportagens E Noticias Em Porto Ferreira

Veja aqui tudo o que a mídia falou sobre o projeto em Porto Ferreira. 1) Prefeitura Municipal de Porto Ferreira - blog da comunicação em..

[Leia mais](#)

6 DE SETEMBRO DE 2017 • 0 COMENTÁRIO

Reportagens E Noticias Em Jardinópolis

Veja aqui tudo o que a mídia falou sobre o projeto em Jardinópolis. 1) Portal da Prefeitura de Jardinópolis - sitio eletrônico em 05/09/2016. Disponível..

[Leia mais](#)

17 DE JUNHO DE 2017 • 0 COMENTÁRIO

Reportagens E Noticias Em Lins

Veja aqui tudo o que a mídia falou sobre o projeto em Lins. 1) Portal da Prefeitura Municipal de Lins - sitio eletrônico em 24/04/2017. Disponível..

[Leia mais](#)

6 DE MAIO DE 2017 • 0 COMENTÁRIO

Reportagens E Noticias Em Batatais

Veja aqui tudo o que a mídia falou sobre o projeto em Batatais. 1) Portal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Batatais - sitio..

[Leia mais](#)

12 DE DEZEMBRO DE 2016 • 0 COMENTÁRIO

Reportagens E Noticias Em Atibaia

Veja aqui tudo o que a mídia falou sobre o projeto em Atibaia. 1) Portal da Prefeitura da Estância de Atibaia - sitio eletrônico em..


[Leia mais](#)

12 DE DEZEMBRO DE 2016 • 0 COMENTÁRIO

Reportagens E Noticias Em Franca

Veja aqui tudo o que a mídia falou sobre o projeto em Franca. 1) GCN - sitio eletrônico em 02/09/2016 Disponível no endereço: 2) Comércio..

[Leia mais](#)


INÍCIO MUNICÍPIOS PARCEIROS EMPRESAS APRENDIZES O PROJETO CRIAR PERFIL ENTRAR

LEGISLAÇÃO

Leis e outras normas que regem a contratação de aprendizes

[Blog](#) > [Legislação](#)

Sobre nós

Mídia

Legislação

Fale conosco

15 DE JANEIRO DE 2017 • 0 COMENTÁRIO

Manual Da Aprendizagem – Ministério Do Trabalho

Para conhecer tudo o que é preciso para contratar um aprendiz, o Ministério do Trabalho publicou um manual direcionado para as empresas com as perguntas..

[Leia mais](#)

13 DE DEZEMBRO DE 2016 • 0 COMENTÁRIO

Decreto 5.598/2005

Precisa contratar?? Conheça a decreto 5.598, de 1 de dezembro de 2005, que regulamenta a contratação de aprendizes. Disponível do endereço:


[Leia mais](#)

11 DE DEZEMBRO DE 2016 • 0 COMENTÁRIO

Lei Da Aprendizagem

Conheça a Lei da Aprendizagem, lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que alterou dispositivos da CLT. Disponível no endereço:

[Leia mais](#)



INÍCIO MUNICÍPIOS PARCEIROS EMPRESAS APRENDIZES O PROJETO CRIAR PERFIL ENTRAR

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Dicas para você alcançar o sucesso profissional

Receba gratuitamente as melhores dicas de capacitação profissional e turbine seu currículo

[QUERO RECEBER!](#)




2 DE JANEIRO DE 2017 • 0 COMENTÁRIO

Cursos Grátis – Escola Virtual

"A Escola Virtual é um portal de e-Learning dedicado a oferecer cursos a distância - via Internet e semipresenciais. A Escola Virtual está à disposição..

[Leia mais](#)




2 DE JANEIRO DE 2017 • 0 COMENTÁRIO

Cursos Livres Do SENAC

"Não perca a oportunidade de estudar de graça. Por meio do Programa Senac de Gratuidade (PSC) você tem acesso a diversos cursos a distância para..

[Leia mais](#)



2 DE JANEIRO DE 2017 • 0 COMENTÁRIO

Cursos Ead SENAI/SESI

Com o objetivo de "viabilizar a oferta dos cursos de Iniciação Profissional para alunos de diferentes perfis socioeconômicos, oferecendo acesso à cidadania e à educação"..

[Leia mais](#)

Figura H7. Modelo de páginas de notícias, legislação e dicas de capacitação.

Apêndice I

Briefing para imprensa

Identificação: Projeto PORVIR

Site: www.projetoporvir.com.br

Objetivo: a) Colaborar com as empresas no processo seletivo para contratação de aprendizes,
b) Criar uma ponte entre as empresas e os futuros aprendizes.

Estratégia:

- Articulação municipal para apoiar as empresas que precisam contratar aprendizes.
- Formação de turmas de jovens que participam de programas municipais e que querem ser inseridos no mercado de trabalho como aprendizes.
- Jovens realizam atividades de formação/capacitação com conteúdos específicos relacionados ao ingresso no mundo do trabalho e se preparam para iniciar o desafio da aprendizagem.
- Empresas que aderirem ao projeto acessam o banco de currículos e podem realizar seus processos seletivos livremente ou, se desejarem, com apoio da Prefeitura.
- Jovens contratados iniciam a aprendizagem realizando formação teórica ofertada pelo SENAC e formação prática nas empresas.

Vantagens:

O aprendiz

- Curso de aprendizagem gratuito
- Registro na carteira de trabalho
- Preparação para o mercado de trabalho
- Experiência profissional
- Desenvolvimento e prática da cidadania através da aprendizagem, com experiência real de trabalho e apoio teórico

A empresa

- Crescimento da imagem da empresa e agregação de valor aos seus produtos
- Baixo custo para recrutamento e seleção
- Promoção da qualificação profissional para uma futura efetivação de colaborador que já conhecerá bem a cultura, a filosofia, os valores, o funcionamento da empresa e as atividades a serem executadas
- Futura economia em processo de treinamento com novas contratações

A família e a comunidade

- Aumento da renda familiar
- Benefícios aos jovens e às famílias
- Melhoria das condições de vida das comunidades

Parceiros: Universidade de Brasília, Secretaria Municipal de Assistência Social de (município), ou equivalente, SENAC de (município) e o Ministério do Trabalho, por meio de seu órgão regional.

Apêndice J

Apresentação de *powerpoint* para adolescentes

 <p>PORVIR</p> <p>Seja bem-vindo/a!</p>	<p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> Ofertar oportunidade de trabalho adequada ao estágio de desenvolvimento dos jovens no formato da aprendizagem <p>Vocês foram especialmente selecionados para o projeto!</p> <ul style="list-style-type: none"> Quem está trabalhando? Quem gostaria de uma oportunidade? 	<p>Profissionalização e proteção no trabalho na Lei de Aprendizagem</p> <p>Lei 10.097/2000</p> <ul style="list-style-type: none"> Aprendiz: jovem que estuda, trabalha e recebe formação na profissão que está se capacitando. <ul style="list-style-type: none"> Atenção! Vocês estão matriculados e frequentando a escola? Isso é condição para ser aprendiz. Empresas: obrigação de contratar, se tiverem determinado perfil.
<p>Lei de Aprendizagem</p> <p>Direitos</p> <ul style="list-style-type: none"> Participar de programa teórico-prático de aprendizagem Salário equivalente ao salário-mínimo hora (Exemplo: se o seu contrato for de 4 horas diárias, você receberá metade do salário mínimo ao final do mês) Registro em carteira, entre outros. <p>Deveres</p> <ul style="list-style-type: none"> Frequentar o curso teórico oferecido pelo SENAC Frequentar a empresa para realizar a parte prática Frequentar a escola 	<p>Quer aderir ao Projeto?</p> <p>Você está sendo convidado a participar do Projeto.</p> <p>Não temos garantia de que será contratado, mas sabemos que haverá contratação de algumas empresas no município, que vão consultar o nosso banco de currículos.</p> <p>Queremos que o seu currículo faça parte desse banco.</p>	<p>Quer aderir ao Projeto?</p> <p>Se você optar por isso, o que tem que fazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar atividades preparatórias, elaborar seu currículo e mantê-lo atualizado. Realizar os cursos gratuitos na página da Escola PORVIR na sala de informática que vamos indicar. Se preferir, você pode fazer pelo seu próprio computador ou celular. Ficar atento ao site e ver se as empresas postam vagas. Aguardar e participar dos processos seletivos das empresas, quando for convidado.
<p>Elaborar currículo e mantê-lo atualizado</p> <p>Clique em meu perfil</p> <p>Clique em meu currículo</p> 	<p>Realizar os cursos gratuitos na página da Escola PORVIR</p> <p>Escolha o curso, clique em saiba mais, faça a matrícula e inicie</p> <p>Vejas as metas e objetivos que te ajudam a ganhar selos e pontos</p> <p>Quanto mais selos e pontos, mais à frente no ranking dos currículos e mais visibilidade para as empresas</p> 	<p>Ver vagas postadas pelas empresas</p> <p>Clique em vagas de aprendizagem e em buscar. Selecione o seu município e procure vagas</p> <p>Abra a vaga e se candidate. É só clicar no botão verde</p> 
<p>Participar dos processos seletivos das empresas</p> <p>Lembre-se sempre de manter telefone e email atualizados!</p>	<p>www.projetoporvir.com.br</p> 	<p>www.projetoporvir.com.br</p> 

Apêndice K

Sítio eletrônico: Área do aprendiz

PORVIR INÍCIO VAGAS DE APRENDIZAGEM ÁREA DO APRENDIZ ESCOLA PORVIR O PROJETO

ÁREA DO APRENDIZ

- Meu currículo
- Meu perfil**
- Meus cursos
- Metas e objetivos
- Enviar depoimento


Meu perfil

BEM-VINDO(A) CANDIDATA

MEU PERFIL


Os campos marcados com * são de preenchimento obrigatório

Imagem do perfil

 [Selecionar](#)

Tam. máximo é 1MB, Dimensões mínimas: 270x210 e são aceitas imagens .jpg e .png

Imagem de capa

 [Selecionar](#)

Tam. máximo é 1MB, Dimensões mínimas: 1600x400 e são aceitas imagens .jpg e .png

Nome Completo*

Candidata

Frase De Subtítulo (Subnick)

Meu objetivo é ser uma aprendiz, ganhar experiência

Data De Nascimento*

01/02/2000

[CONTINUAR CURSO](#)

HABILIDADES: 75%

Preencha o campo Imagem de capa e aumente a pontuação do seu perfil em 5%

Figura K1. Página de início da área do aprendiz

PORVIR INÍCIO VAGAS DE APRENDIZAGEM ÁREA DO APRENDIZ ESCOLA PORVIR O PROJETO

MEUS CURSOS









- ÁREA DO APRENDIZ
 - Meu perfil
 - Meu Currículo
- ESCOLA PORVIR
 - Meus cursos**
 - Metas e objetivos
- VAGAS DE APRENDIZAGEM
- CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

MINHAS CONQUISTAS

MEUS PONTOS: **772**

MEUS CURSOS

[Mostrar detalhes](#) | [Ocultar detalhes](#)

Cursos	Certificado	Estado
▶ UM PAPO SOBRE PORTUGUÊS		
▶ REDES SOCIAIS E APRENDIZAGEM		
▶ SEJA UM APRENDIZ E CONQUISTE O MERCADO DE TRABALHO: PARTE II		
▶ SEJA UM APRENDIZ E CONQUISTE O MERCADO DE TRABALHO: PARTE I		

MINHAS CONQUISTAS

MEUS PONTOS: **772**




Figura K2. Exemplo de página dos cursos realizados por um participante fictício.

PORVIR INÍCIO VAGAS DE APRENDIZAGEM ▾ ÁREA DO APRENDIZ ▾ ESCOLA PORVIR O PROJETO ▾

Candidata
Meu objetivo é ser uma aprendiz, ganhar experiência e colaborar com a empresa. [SEGUIR](#)

Perfil Seguidores Seguindo

Sobre

Formação acadêmica e outros cursos

Experiência profissional

Habilidades profissionais

Premiações

SOBRE CANDIDATA

[Baixar Currículo](#)

Idade: 17 anos

Facebook: candidata

CONTATOS

Endereço: Rua Mil Maravilhas, 43, - Franca
Telefone: (61) 984792863
Email: candidata@yahoo.com.br

CONQUISTAS

- SEMPRE AQUI**
Para conquistar o selo "Sempre aqui", é preciso ser visitante assíduo do site.
- PRIMEIRA APROVAÇÃO**
Para conseguir o selo "Primeira aprovação", é necessário ser aprovado em uma avaliação de qualquer curso.
- SABE TUDO**
Para conquistar o selo "Sabe tudo", é necessário acertar todas as questões de uma avaliação de conhecimentos.
- PRIMEIRO CURSO**
Para conquistar o selo, é preciso completar o curso "Seja um aprendiz e conquiste o mercado de trabalho: parte I".
- SEGUNDO CURSO**
Para conquistar o selo, é preciso completar o curso "Seja um aprendiz e conquiste o mercado de trabalho: parte II".
- CINCO ESTRELAS**
Para conquistar o selo "Cinco Estrelas", você precisa ter conquistado todos os selos das etapas anteriores.

FORMAÇÃO ACADÊMICA E OUTROS CURSOS

- ENSINO MÉDIO 2017 - 2017**
EE JOAP
Cursando o terceiro ano do Ensino Médio
- ORÇAMENTO DOMÉSTICO 2016 - 2016**
ONG Maria dos Anjos
Curso sobre orçamento doméstico com carga horária de 10 horas
- SEJA UM APRENDIZ E CONQUISTE O MERCADO DE TRABALHO: PARTE I 2017 - 2017**
Escola Porvir
Curso de introdução ao mercado de trabalho para adolescentes do Projeto Porvir.
- SEJA UM APRENDIZ E CONQUISTE O MERCADO DE TRABALHO: PARTE II 2017 - 2017**
Escola Porvir
Curso de introdução ao mercado de trabalho para adolescentes do Projeto Porvir.
- INTRODUÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO**
Curso profissionalizante

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- BABÁ 02/11/2016 - Atualmente**
Cuidados de crianças pequenas na ausência dos pais.

HABILIDADES PROFISSIONAIS

- RESPONSABILIDADE** 100%
- TRABALHO EM EQUIPE** 100%
- INICIATIVA** 90%
- HABILIDADES MATEMÁTICAS** 80%

PREMIAÇÕES

- REPRESENTANTE DE CLASSE 2017**
Eleita representante de classe para o ano escolar de 2017

Figura K3. Exemplo de currículo de adolescente fictício após preenchimento dos dados.

Figura K4. Página de busca de vagas de aprendizagem.

Figura K5. Exemplo de vaga postada por empresa com atalho para inscrição.

Apêndice L

Termos de Uso do sítio eletrônico

SUA PRIVACIDADE É IMPORTANTE

No Projeto PORVIR, nossa filosofia essencial é “O usuário em primeiro lugar”. Essa filosofia guia todas as decisões que tomamos, inclusive a forma como coletamos e respeitamos as informações das empresas e dos jovens. A política a seguir foi elaborada da forma mais direta possível. Nosso objetivo é que você - nosso usuário - se sinta sempre informado e seguro em relação a sua privacidade.

APRESENTAÇÃO

O Projeto PORVIR é uma plataforma online para empresas e jovens que buscam oportunidades de aprendizagem.

A missão do projeto PORVIR é conectar jovens que buscam uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho com empresas que buscam a contratação de aprendizes. Os perfis cadastrados de candidatos compartilham suas características, relacionam-se com outros cadastrados, realizam cursos, visualizam dicas profissionais e encontram oportunidades de aprendizagem. Os perfis cadastrados de empresas compartilham suas características, anunciam vagas de aprendizagem e buscam currículos de candidatos. O conteúdo de alguns de nossos serviços também pode ser visualizado por visitantes não cadastrados sem detalhes. Acreditamos que nosso serviço permite aos candidatos concorrer no seu pleno potencial e às empresas selecionar de forma eficiente seus aprendizes.

O Projeto PORVIR implementa medidas de segurança criadas para proteger suas informações em conformidade com os padrões do setor.

Manter sua confiança é nossa principal preocupação, e, por isso, protegemos suas informações e somente as forneceremos a terceiros: (1) com sua anuência; (2) conforme necessário para cumprir suas instruções; (3) conforme razoavelmente necessário para manter os recursos e a funcionalidade do sítio eletrônico do Projeto PORVIR; (4) conforme exigido por lei, por mandado ou outro ato processual; ou (5) conforme necessário para proteger os direitos, patrimônio ou segurança do Projeto PORVIR, de seus Candidatos, Empresas e do público.

Sempre avisaremos quando forem feitas alterações significativas nesta Política de Privacidade.

Poderemos modificar esta Política de Privacidade a qualquer momento. Em caso de mudanças relevantes, enviaremos notificações para que você possa avaliar as alterações antes de continuar utilizando nossos serviços. No caso de objeções a alguma alteração, você poderá encerrar seu cadastro. A continuidade do uso do sítio eletrônico do Projeto PORVIR após a comunicação de alterações à presente Política de Privacidade implicará seu consentimento com as mudanças.

1. QUAIS INFORMAÇÕES COLETAMOS?

1.1 CONTROLE DE DADOS

Nossa Política de Privacidade se aplica a todos os Candidatos, Empresas e Visitantes.

Coletamos informações quando você usa nossos serviços para oferecer uma experiência personalizada e relevante, para ampliar a nossa rede e a rede de oportunidades. Caso tenha alguma ressalva quanto ao fornecimento de informações ou à utilização de suas informações de qualquer outra forma permitida por esta Política de Privacidade, você não deve se cadastrar ou visitar *sites*, aplicativos ou outra forma pertencente aos nossos serviços.

1.2. CADASTRO

Ao criar uma conta, nós coletamos suas informações.

Para criar uma conta no Projeto PORVIR, você deve nos fornecer, no mínimo, seu nome de usuário, endereço de e-mail e número de celular, no caso de candidatos, e nome de usuário, endereço de e-mail, nome da empresa, área de atuação e CNPJ, no caso de empresas, e concordar com esta Política de Privacidade, que rege o modo como tratamos suas informações. Você pode fornecer informações adicionais durante o fluxo de cadastro para criar um perfil mais detalhado e para receber serviços mais personalizados. Ao criar uma conta, nós e outros cadastrados poderemos identificar você por meio do seu perfil. O cadastro no *site* é gratuito e jamais será solicitada qualquer contribuição financeira.

1.3. INFORMAÇÕES DO PERFIL

Coletamos informações quando você preenche o perfil. Um perfil completo no sítio eletrônico do Projeto PORVIR ajuda você a ser encontrado por outras pessoas que tenham oportunidades.

Candidatos poderão relacionar formação acadêmica, experiência, habilidades, informações de contato e sociais, títulos, prêmios, participações em grupos, e outros conteúdos. O fornecimento de informações adicionais permitirá expressar sua identidade e a encontrar oportunidades e informações, aproveitar mais benefícios de nossos serviços, e facilitar a descoberta do seu perfil por recrutadores.

Empresas poderão relacionar área de atuação e informações de contato e sociais. O fornecimento de informações adicionais permitirá expressar sua identidade e a encontrar oportunidades e informações, aproveitar mais benefícios de nossos serviços, e facilitar a descoberta do seu perfil por candidatos.

1.4. UTILIZAÇÃO DO *SITE* DO PROJETO PORVIR

Coletamos informações quando você utiliza nosso *site*, tecnologia de plataforma e nossos serviços.

Coletamos informações quando você visualiza ou clica em perfis, realiza pesquisas, visualiza um post, compartilha artigos, ou se candidata a oportunidades em nossos serviços, entre outros.

1.5. COOKIES

Utilizamos cookies e tecnologias similares para reconhecer você, saber quais são seus interesses, aperfeiçoar sua experiência, aumentar a segurança e medir o uso e a eficácia de nossos serviços.

Você poderá controlar os cookies por meio das configurações de seu navegador e outras ferramentas. Ao visitar nossos serviços, você consente com a inserção de cookies e beacons em seu navegador e em seus e-mails baseados em HTML.

1.6. ARQUIVOS DE LOG, ENDEREÇOS IP E INFORMAÇÕES SOBRE O SEU COMPUTADOR E DISPOSITIVO MÓVEL

Coletamos informações dos dispositivos e redes que você utiliza para acessar nossos serviços.

Quando você visita ou sai de nossos serviços (seja Usuário ou Visitante) ao clicar em um hiperlink ou quando você visualiza um plugin ou cookies (ou tecnologia semelhante) em um *site* de terceiros, nós recebemos automaticamente a URL do *site* do qual você veio ou o *site* para o qual você foi direcionado. Recebemos também o endereço do protocolo de Internet (“IP”) do seu computador ou do servidor proxy utilizado para acessar a web, o sistema operacional do seu computador, o tipo de navegador que você está utilizando, seu dispositivo móvel (inclusive o identificador do dispositivo fornecido pelo sistema operacional de seu aparelho), o sistema operacional de seu dispositivo (caso você esteja acessando o *site* por celular) e o nome de seu provedor de Internet ou operadora de celular. Podemos receber

também dados de localização transmitidos por serviços de terceiros ou por dispositivos com GPS instalados por você, que poderão ser utilizados para exibir informações locais (como vagas de aprendizagem ou currículos na sua região). A maioria dos dispositivos móveis permite impedir o envio de dados de localização em tempo real, caso deseje.

1.7. OUTROS

Estamos em constante inovação para aperfeiçoar nossos serviços, o que significa que poderemos criar novas formas de coletar informações.

Nossos serviços são prestados em um ambiente dinâmico e inovador, o que significa que sempre trabalhamos para aperfeiçoar a sua experiência. Além disso, novas parcerias ou aquisições poderão resultar em novos recursos, e poderemos coletar novos tipos de informações. Se começarmos a coletar substancialmente novos tipos de informações pessoais e alterar consideravelmente como tratamos seus dados, nós modificaremos esta Política de Privacidade e você será notificado.

2. COMO UTILIZAMOS SUAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

2.1. CONSENTIMENTO AO PROJETO PORVIR PARA PROCESSAR SUAS INFORMAÇÕES

Você concorda que as informações fornecidas por você em seu perfil poderão ser visualizadas por outras pessoas e utilizadas por nós para divulgação do projeto e conforme descrito na presente Política de Privacidade.

As informações pessoais que você nos fornecer poderão revelar ou permitir a outras pessoas identificar aspectos de sua vida não expressamente divulgados em seu perfil (por exemplo, sua foto ou seu nome poderão revelar seu gênero). Ao fornecer-nos informações pessoais na criação ou atualização de sua conta e perfil, você aceita, expressa e voluntariamente, que nós processemos suas informações pessoais para fins de divulgação do projeto e conforme previsto nesta Política de Privacidade. O fornecimento de quaisquer informações consideradas “sensíveis” pela lei aplicável é um ato totalmente voluntário. Você pode revogar ou modificar a qualquer momento seu consentimento com a coleta e processamento das informações fornecidas com o encerramento do seu perfil.

2.2. COMUNICAÇÕES DO PROJETO PORVIR

Nos comunicaremos com você por meio de sistemas de mensagem do Projeto PORVIR, e-mail, avisos divulgados no *website* e outras formas disponibilizados pelos serviços. Você poderá alterar suas configurações de e-mail a qualquer momento.

Essas comunicações incluem: (1) comunicados de boas-vindas e acesso inicial, com informações sobre como aproveitar ao máximo nossos serviços, novos recursos, atualizações sobre candidatos/empresas aos quais você estiver conectado, (2) comunicados de serviço, segurança e outras questões de funcionamento e (3) comunicados promocionais com informações promocionais diretas, como oportunidades de aprendizagem e informações de empresas que estejam contratando. Essas mensagens serão enviadas com base nas informações de seu perfil.

2.3. DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇO; CONTEÚDO PERSONALIZADO

Utilizamos as informações e conteúdos fornecidos em seu perfil para conduzir pesquisas, personalizar sua experiência e tentar torná-la relevante e útil para você.

Nós utilizamos as informações e conteúdos disponibilizados por você e por outros para conduzir pesquisas e desenvolvimento voltados ao aperfeiçoamento de nossos serviços, a fim de fornecer uma experiência melhor e mais intuitiva, impulsionar o crescimento do número de perfis e a participação em nossos serviços e ajudar a conectar perfis a oportunidades.

2.4. COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES COM TERCEIROS

As informações de seu perfil cadastrado podem ser compartilhadas.

Em relação aos candidatos, todas as informações que forem inseridas em seu perfil poderão ser visualizadas por empresas, mas não por outros candidatos. No caso de empresas, todas as informações inseridas poderão ser visualizadas por qualquer candidato. Oferecemos um recurso de “perfil público” que publica partes de seu perfil para a internet pública. Esse perfil público será indexado e exibido por ferramentas públicas de busca. Outras pessoas poderão encontrar as informações públicas de seu perfil por meio de ferramentas de pesquisa. Não forneceremos nenhuma de suas informações não públicas a terceiros sem seu consentimento, salvo se exigido por lei.

2.5. PESQUISAS DE OPINIÃO E AVALIAÇÕES

Conduzimos nossas próprias avaliações e pesquisas de opinião. Sua participação nas avaliações ou pesquisas de opinião fica a seu critério.

As Pesquisas de Opinião e Avaliações poderão ser realizadas por nós. O seu consentimento com a utilização de suas informações pessoais para os fins estabelecidos na pesquisa de opinião ou avaliação será explicitamente solicitado.

2.6. PESQUISA

Nossos serviços ajudam você a pesquisar profissionais, empresas, conteúdo profissional e vagas de aprendiz.

Você poderá pesquisar candidatos, oportunidades de aprendizagem e informações sobre empresas em nossos serviços. Uma empresa poderá procurar candidatos com um tipo específico de conhecimento ou experiência. Um candidato poderá encontrar oportunidades de aprendizagem e informações sobre empresas. Utilizamos informações pessoais de perfis para informar e refinar nosso serviço de pesquisa.

2.7. CONFORMIDADE COM O PROCESSO LEGAL E OUTRAS DIVULGAÇÕES

Poderemos divulgar suas informações pessoais, se obrigados por lei ou outro procedimento legal.

Poderemos ser obrigados a divulgar informações pessoais, informações de perfil ou informações sobre suas atividades, se exigido por intimação judicial ou se acreditarmos de boa-fé que tal divulgação seja necessária para (1) investigar, prevenir ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais suspeitas ou reais, ou para cooperar com órgãos governamentais; (2) exercer ou proteger os direitos, patrimônio de nossos candidatos, empresas ou de outras pessoas. Conforme julgarmos cabível, notificaremos os cadastrados das demandas legais referentes às suas informações pessoais, salvo se proibido por lei, mandado judicial ou se a requisição for emergencial. Poderemos contestar tais demandas, se julgarmos que tais requisições são excessivas, vagas ou feitas por autoridades incompetentes. No entanto, não nos comprometemos a impugnar todas as demandas.

2.8. PROCESSAMENTO DE DADOS FORA DO SEU PAÍS

Podemos processar suas informações fora do país onde você vive.

Podemos transferir suas informações e processá-las fora de seu país de residência, no local onde o Projeto PORVIR atuar.

3. SUAS OPÇÕES E OBRIGAÇÕES

3.1. DIREITOS DE ACESSAR, CORRIGIR OU EXCLUIR SUAS INFORMAÇÕES E ENCERRAR SEU PERFIL

Você poderá alterar suas informações no Projeto PORVIR a qualquer momento ao editar seu perfil, excluir conteúdo publicado ou encerrar seu cadastro. Você poderá também solicitar informações adicionais que possamos ter sobre seu perfil.

Você poderá: (1) acessar, modificar, corrigir ou excluir informações pessoais do seu perfil; (2) alterar ou excluir seus conteúdos; e (3) encerrar seu cadastro. Você pode solicitar informações pessoais que não possam ser visualizadas em seu perfil ou que não estejam imediatamente acessíveis para você por meio do Fale Conosco. Se você encerrar seu perfil, suas informações serão removidas do Serviço dentro de 24 horas. Não será possível acessar, corrigir ou retirar informações a seu respeito que outros cadastrados tenham copiado ou exportado de nossos serviços, pois tais informações poderão não estar sob nosso controle.

3.2. RETENÇÃO DE DADOS

O Projeto PORVIR retém as suas informações enquanto a sua conta estiver ativa ou conforme necessário.

Retemos as informações pessoais que você fornecer enquanto a sua conta estiver ativa ou conforme seja necessário para o fornecimento de nossos serviços. Podemos também reter suas informações pessoais mesmo após o encerramento de sua conta, caso seja cabível tal retenção para cumprir nossas obrigações legais, satisfazer exigências regulatórias, sanar divergências, evitar fraudes e uso indevido ou garantir o cumprimento desta Política de Privacidade. Além disso, poderemos reter informações pessoais por prazo limitado caso solicitado pelas autoridades.

4. INFORMAÇÕES IMPORTANTES

4.1. IDADE MÍNIMA

Você deve cumprir os requisitos de idade mínima do Projeto PORVIR para criar um perfil.

Especialmente no caso de jovens candidatos, é necessário ter uma idade mínima de 16 anos para se cadastrar no *site* do Projeto PORVIR. De acordo com o código civil, que discorre sobre a capacidade civil, ou seja, a capacidade de um indivíduo de executar e atuar plenamente em sua vida civil, indivíduos que ainda não atingiram a maioridade (18 anos), mas já são maiores de 16 anos são relativamente incapazes. Isso significa que são limitados em relação à sua responsabilidade e capacidade de agir de maneira independente (artigo 4º do Código Civil). Nesse caso, para praticarem atos civis de forma válida, os adolescentes precisam estar assistidos pelos pais, tutores ou curadores.

Os adolescentes são pessoas dotadas de capacidade natural, que se consolida ao longo do seu desenvolvimento físico e intelectual. É por isso que a lei, para a sua proteção, estabelece limites objetivos para que possa exercer a sua capacidade de agir, determinando a assistência pelos responsáveis, para aqueles que possuem idade entre 16 e 18 anos. Cabe ressaltar que os contratos de aprendizagem também são assinados pelos pais ou responsáveis e é ato praticado diretamente com a empresa que contrata.

O Projeto PORVIR possui propósitos coadunados com os princípios da proteção integral e com os direitos assegurados aos seus participantes, nos termos do que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069 de 13 de julho de 1990. Dessa forma, o *site* parte do pressuposto de que o direito à imagem de adolescentes deve respeitar sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento e atentar ao princípio do melhor interesse do adolescente.

O *site* do Projeto PORVIR tem apenas o intuito de organizar e divulgar as informações de currículo de adolescentes para empresas que se cadastrem no *site* e se identifiquem corretamente. As informações públicas de currículo, visíveis aos visitantes do *site* em geral,

são mínimas, apenas para garantir a divulgação do projeto, como foto, iniciais, município de moradia e uma frase livre. As informações detalhadas só aparecerão para as empresas que buscam candidatos para suas vagas. Há ainda a livre opção de postar um depoimento sobre a contratação, caso seja de interesse do adolescente contratado, em que novamente aparecerão informações mínimas, como foto, nome, município de moradia, empresa que o contratou e uma frase livre. Como mais uma medida de segurança, ressalta-se que o cadastro dos jovens só pode ser feito mediante convite realizado por um cadastrador local da prefeitura que sempre acompanhará a trajetória do adolescente no projeto. É importante ainda registrar que a exposição e a divulgação das informações acima descritas têm o intuito de promover contratos de aprendizagem e promover o desenvolvimento dos adolescentes por meio da garantia da profissionalização e da proteção no trabalho.

4.2. PESQUISAS ACADÊMICAS

Todas as informações coletadas pelo *site* poderão ser utilizadas para fins de pesquisa acadêmica, desde que preservada a identidade dos cadastrados.

As informações citadas nos itens anteriores poderão ser utilizadas em pesquisas acadêmicas e sua publicação nos meios adequados, desde que preservadas as identidades dos cadastrados.

4.3. ALTERAÇÕES A ESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Notificaremos você quando alterarmos esta Política de Privacidade.

Poderemos alterar esta Política de Privacidade a qualquer momento. Caso implementemos mudanças consideráveis na forma como tratamos as suas informações pessoais ou na Política de Privacidade, enviaremos uma notificação por e-mail. Pedimos que analise atentamente as alterações. Se concordar com as mudanças, continue utilizando nossos serviços. Se tiver objeção a alguma mudança efetuada e não quiser mais utilizar nossos serviços, sugerimos que encerre seu perfil. A menos que previsto de outro modo, a nossa Política de Privacidade atual se aplica a todas as informações que temos sobre você. A utilização de nossos serviços depois que um aviso sobre alterações for enviado a você ou publicado no *site* constituirá consentimento com os termos ou práticas alteradas.

4.4. SEGURANÇA

Levamos a privacidade e a segurança a sério, mas esteja ciente de que a Internet não é um ambiente seguro. Portanto, tome cuidado e selecione senhas fortes.

Adotamos medidas de segurança criadas para proteger as informações pessoais fornecidas pelos usuários, em conformidade com padrões do setor. O acesso aos seus dados é protegido por senha quando trocados entre seu navegador e os serviços. No entanto, como a Internet não é um ambiente 100% seguro, não podemos garantir a segurança de qualquer informação que você transmita. Não há nenhuma garantia de que as informações não poderão ser acessadas, divulgadas, alteradas ou destruídas por violação de qualquer uma de nossas proteções. É sua responsabilidade proteger a segurança de suas informações de acesso. Observe que e-mails, mensagens instantâneas e outros meios de comunicação com outros cadastrados não são criptografados. Recomendamos veementemente que não comunique nenhuma informação confidencial por esses meios. Ajude a manter sua conta segura com uma senha forte.

Apêndice M

Sítio eletrônico: Escola PORVIR

PORVIR INÍCIO MUNICÍPIOS PARCEIROS EMPRESAS APRENDIZES O PROJETO CRIAR PERFIL ENTRAR

ESCOLA PORVIR

CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

PALAVRA CHAVE **BUSCAR**

> ÁREA DO APRENDIZ

- Meu perfil
- Meu Currículo

> ESCOLA PORVIR

- Meus cursos
- Metas e objetivos

> VAGAS DE APRENDIZAGEM

> CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

MINHAS CONQUISTAS

MEUS PONTOS: **277**

APROVADO **QUALIFICADO**

100% REALIZADO **PORTUGUÊS**

STAFF DE APOIO

MEUS CERTIFICADOS

Certificado de Conclusão
Certificado de Conclusão

NOSSOS CURSOS

Grátis

UM PAPO SOBRE PORTUGUÊS

Curso sobre aspectos da língua portuguesa para adolescentes do Projeto Porvir

Saiba mais...

Grátis

REDES SOCIAIS E APRENDIZAGEM

Curso sobre redes sociais para adolescentes do Projeto Porvir

Saiba mais...

Grátis

SEJA UM APRENDIZ E CONQUISTE O MERCADO DE TRABALHO: PARTE II

Curso de introdução ao mercado de trabalho para adolescentes do Projeto Porvir.

Saiba mais...

Grátis

SEJA UM APRENDIZ E CONQUISTE O MERCADO DE TRABALHO: PARTE I

Curso de introdução ao mercado de trabalho para adolescentes do Projeto Porvir.

Saiba mais...

PARCEIROS DA ESCOLA

IBAC INSTITUTO BRASILENSE DE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Jovem & Job por Mônica Elmstedt

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PAULISTA CAMPUS FLORIANO

BEM VINDO A ESCOLA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO PROJETO PORVIR.

EM QUALQUER TELA

Não fique preso a uma tela de computador. Os cursos poderão ser feitos através do seu Smartphone ou tablet.

COLECIONE CONQUISTAS

Cumpra metas e conclua cursos para ganhar selos e conquistar pontos. **Quanto mais pontos, mais visível será seu perfil**

CURSOS GRATUITOS

Os cursos são oferecidos gratuitamente para os adolescentes e empresas participantes do projeto

CONTEÚDO EXCLUSIVO

Os cursos possuem conteúdo exclusivo para que voce possa aprimorar seus conhecimentos e tornar-se um profissional de sucesso

Figura M1. Página de início da Escola PORVIR

PORVIR INÍCIO VAGAS DE APRENDIZAGEM ÁREA DO APRENDIZ ESCOLA PORVIR O PROJETO

Meu currículo
Meu perfil
Meus cursos
Metas e objetivos
Enviar depoimento

ÁREA DO APRENDIZ
 • Meu perfil
 • Meu Currículo
 ESCOLA PORVIR
 • Meus cursos
 • **Metas e objetivos**
 VAGAS DE APRENDIZAGEM
 CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

MINHAS CONQUISTAS
 MEUS PONTOS: **277**

100 SÓBRIOS
100 PORTUGUÊS
SEMPRE AQUI

MEUS CERTIFICADOS
 Certificado de Conclusão
 Certificado de Conclusão

METAS E OBJETIVOS
 CUMpra AS METAS PARA GANHAR MAIS PONTOS

FILTRAR
 TODAS AS CONQUISTAS

BUSCAR
 Ir

Primeira Aprovação
5 PONTOS
 Para conseguir o selo "Primeira aprovação", é necessário ser aprovado em uma avaliação de qualquer curso.
 Mostrar objetivos

Sempre aqui
15 PONTOS
 Para conquistar o selo "Sempre aqui", é preciso ser visitante assíduo do site.
 Mostrar objetivos

Sabe tudo
40 PONTOS
 Para conquistar o selo "Sabe tudo", é necessário acertar todas as questões de uma avaliação de conhecimentos.
 Mostrar objetivos

Primeiro curso
75 PONTOS
 Para conquistar o selo, é preciso completar o curso "Seja um aprendiz e conquiste o mercado de trabalho: parte I"
 Mostrar objetivos

Segundo curso
100 PONTOS
 Para conquistar o selo, é preciso completar o curso "Seja um aprendiz e conquiste o mercado de trabalho: parte II"
 Mostrar objetivos

Conectado
50 PONTOS
 Para conquistar o selo, é preciso completar o curso "Redes Sociais e Aprendizagem"
 Mostrar objetivos

Português
70 PONTOS
 Para conquistar o selo, é preciso completar o curso "Um papo sobre Português"
 Mostrar objetivos

Cinco estrelas
300 PONTOS
 Para conquistar o selo "Cinco Estrelas", você precisa ter conquistado todos os selos das etapas anteriores.
 Mostrar objetivos

Figura M2. Modelo de página de metas e objetivos na Escola PORVIR de candidato fictício.

Apêndice N

Cursos oferecidos na Escola PORVIR

Curso: “Seja um aprendiz e conquiste o mercado de trabalho” – parte I

Objetivo: apresentar a aprendizagem para os adolescentes do projeto PORVIR

Carga horária: 20 horas

Programa

Unidade 1 - Introdução (texto)

Comportamento esperado: conhecer o Projeto PORVIR

Instrumento: sítio eletrônico

Tópico 1.1 - Projeto PORVIR (texto, vídeo introdutório e vídeo tutorial para o *site*)

Tópico 1.2 - Apresentação do curso (texto)

Unidade 2 - O que é ser um aprendiz? (texto)

Comportamentos esperados: 1) descrever o que é aprendizagem e 2) descrever seus direitos como aprendiz.

Instrumento: lista de direitos e deveres do aprendiz

Tópico 2. 1 - Você quer ser um aprendiz? (texto e vídeo)

Tópico 2. 2 - Você sabe o que é ser um aprendiz? (texto e pré-teste)

Tópico 2.3 - Você cumpre os requisitos? (texto)

Tópico 2. 4 - Direitos e deveres do aprendiz (texto)

Tópico 2. 5 - Pronto! Agora você sabe o que é ser um aprendiz (texto e pós-teste)

Unidade 3 - Conhecendo-se! (texto)

Comportamentos esperados: 1) descrever suas experiências, competências e habilidades (relações condicionais passadas) e 2) descrever metas e estratégias para alcançá-las (relações condicionais futuras)

Instrumento: jogo das contingências

Tópico 3.1 - Quem é você? De onde é? Do que gosta? (texto, vídeo e exercício com perguntas abertas)

Tópico 3.2 - Traçando sua linha do tempo (textos e figuras)

Tópico 3.3 - O que você fez até aqui? (texto e exercício de jogo das contingências)

a. Sua experiência: identificando as condições antecedentes e o comportamento emitido

b. Suas competências e habilidades adquiridas: identificando as consequências passadas

Tópico 3.4 - O que você quer fazer daqui em diante? (texto e jogo das contingências)

a. Estabelecimento de metas: identificando as consequências desejadas

b. Traçando caminhos para alcançá-las: identificando as condições antecedentes e o comportamento que deve ser emitido

Tópico 3.5 - Seu projeto de vida (texto)

Unidade 4 - Conhecendo o mercado de trabalho (texto e vídeo)

Comportamento esperado: 1) relacionar habilidades e interesses às/aos vagas/troncos de aprendizagem e 2) mapear oportunidades no município.

Instrumento: árvore da aprendizagem (tabela com lista de habilidades necessárias e oportunidades) e passo a passo para encontrar uma oportunidade

Tópico 4.1 - Árvore da aprendizagem (texto e pré-teste árvore da aprendizagem)

Tópico 4.2 - Em que ramo você pode exercer a aprendizagem? (texto)

Tópico 4.3 - O que uma empresa busca em um aprendiz? (texto)

Tópico 4.4 - Onde encontro oportunidades? (texto e figura)

Tópico 4.5 - Árvore de aprendizagem 2 (texto e pós-teste árvore da aprendizagem)

Tópico 4.6 - Siga em frente! (texto e 2 vídeos)

Curso: “Seja um aprendiz e conquiste o mercado de trabalho” - parte II

Objetivo: preparar os adolescentes do Projeto PORVIR para participarem de processos seletivos

Carga horária: 20 horas

Programa

Unidade 5 - O que é um processo seletivo? (texto e vídeo)

Comportamento esperado: atualizar seu perfil no *site*

Instrumento: Perfil no *site*

Tópico 5.1 - Atualizando seu perfil no *site* (texto e atalho para perfil)

Unidade 6 – Carta de apresentação (texto)

Comportamento esperado: apresentar-se resumidamente por escrito

Instrumento: Carta de apresentação no *site*

Tópico 6.1 - Como está sua carta de apresentação? (texto e atalho para carta de apresentação)

Tópico 6.2 - Como se apresentar para um potencial empregador (texto)

Tópico 6.3 - Como organizar sua carta de apresentação (texto)

Tópico 6.4 - Conheça alguns modelos de carta de apresentação (texto)

Tópico 6.5 - Sua carta de apresentação (texto, exercício para construção de carta e atalho para carta de apresentação)

Unidade 7 – Currículo (texto)

Comportamento esperado: elaborar/aprimorar seu currículo

Instrumento: currículo no *site*

Tópico 7.1 - O que contém um currículo? (texto)

Tópico 7.2 - Como elaborar um currículo? (texto)

Tópico 7.3 - Seu currículo (texto e atalho para currículo)

a. Dados pessoais

b. Trajetória acadêmica

c. Experiência profissional

- d. Habilidades
- e. Prêmios e títulos
- f. Interesses/passatempos

Unidade 8 - Testes e dinâmicas (texto)

Comportamento esperado: verificar seu desempenho nos testes individuais aplicados

Instrumento: realização dos testes

Tópico 8.1 - Encontro com o empregador (texto)

Tópico 8.2 - Testes individuais (texto)

Tópico 8.3 - Como está seu desempenho? (texto e pré-testes em Conhecimentos Gerais, Português, Matemática e Raciocínio Lógico)

Tópico 8.4 - Conhecimentos gerais (texto, vídeo e pós-teste)

Tópico 8.5 - Português (texto, vídeo e pós-teste)

Tópico 8.6 - Matemática (texto, vídeo e pós-teste)

Tópico 8.7 - Raciocínio lógico (texto, vídeo e pós-teste)

Tópico 8.8 - Redação (texto e exercício)

Tópico 8.9 - Testes em grupo/dinâmicas (texto)

Unidade 09 - Entrevista (texto)

Comportamento esperado: 1) descrever como fazer uma apresentação adequada em uma entrevista e 2) sistematizar respostas a possíveis perguntas

Instrumento: Respostas a perguntas de uma entrevista simulada.

Tópico 9.1 - Vamos testar? (texto e exercício)

Tópico 9.2 - Preparando-se para a entrevista (texto)

Tópico 9.3 - Como comunicar-se em uma entrevista (texto)

Tópico 9.4 - Tipos de entrevista (texto e vídeo)

a. Individual

b. Em grupo

c. Por telefone

Tópico 9.5 - Dicas gerais (texto)

Tópico 9.6 - Está preparado? (texto e exercício)

Unidade 10 - Siga em frente e conquiste o empregador! (texto)

Comportamento esperado: registrar o resultado dos processos seletivos no *site* quando contratado

Instrumento: assinalar contratação e deixar depoimento

Tópico 10.1 - O que você aprendeu até aqui? (texto e cartilha com resumo do curso)

Tópico 10.2 - Foi contratado? (texto e atalho para perfil)

Tópico 10.3 - Envie notícias! (texto e atalho para depoimento)

Tópico 10.4 - Boa seleção! (texto e vídeo)

Curso: “Um papo sobre Português”

Objetivo: oferecer dicas da língua portuguesa úteis nos processos seletivos

Carga horária: 3 horas

Programa

Unidade 1 – O que é um texto? (texto e vídeo)

Comportamento esperado: aprender sobre tipos de textos e encadeamento de ideias

Instrumento: variações linguísticas (histórica e regional)

Unidade 2 – Concordância (texto e vídeo)

Comportamento esperado: verificar seu desempenho nos testes individuais aplicados

Instrumento: realização dos testes

Tópico 2.1 - Testes seus conhecimentos! (pré-testes de concordância verbal e nominal)

Tópico 2.2 - Concordância verbal (texto e pós-teste de concordância verbal)

Tópico 2.3 - Concordância nominal (texto e pós-teste de concordância nominal)

Unidade 3 - Dicas de ortografia (texto e vídeo)

Comportamento esperado: conhecer algumas regras ortográficas

Instrumento: regras de emprego de algumas letras e dígrafos

Curso: “Redes Sociais e Aprendizagem”

Objetivo: oferecer dicas sobre o uso das redes sociais

Carga horária: 2 horas

Programa

Unidade 1 – As redes sociais (texto)

Comportamento esperado: conhecer as potencialidades dos perfis nas redes sociais

Instrumento: diferentes redes sociais e seus recursos

Tópico 1.1 - O que são redes sociais? (texto)

Tópico 1.2 - Porque preciso saber utilizar minhas redes sociais? (texto)

Tópico 1.3 - E se fosse você? (texto)

Unidade 2 - O empregador

Comportamento esperado: colocar-se no lugar do entrevistador

Instrumento: relato de situações reais e hipotéticas do ponto de vista do entrevistador

Tópico 2.1 - Será que é verdade? (texto)

Tópico 2.2 - Conhecendo o empregador/recrutador (texto e vídeo)

Tópico 2.3 - Siga as dicas (texto)

Estrutura de *feedback* para pós-testes que envolviam perguntas fechadas

Os pré-testes e pós-testes dos cursos eram compostos pelas mesmas questões que apareciam em ordem aleatória a cada tentativa. Os pré-testes não possuíam qualquer correção

ou feedback. Os pós-testes possuíam correção imediata das questões, com as palavras “correto e incorreto” e as cores verde a vermelha, como exemplificado na figura abaixo:

The figure consists of two side-by-side screenshots of a test interface titled "CONHECIMENTOS GERAIS II".

Left Screenshot (Correct Answer):

- Header: "CONHECIMENTOS GERAIS II".
- Introductory text: "Depois de tudo que estudamos até agora, você relembrou conteúdos e viu exemplos de questões cobradas em testes individuais de conhecimentos gerais. Que tal testar o que aprendemos até aqui?"
- Progress bar: 1, 2, 3, 4, 5. Question 5 is highlighted in green.
- Legend: "Respondido" (green square), "Revisão" (yellow square).
- Buttons: "Responder depois", "Resumo da Avaliação".
- Status: "Pergunta 5 de 5", "5. PERGUNTA", "1 ponto".
- Instruction: "Assinale a alternativa que corresponde ao significado CORRETO:"
- Options:
 - RC-Regime Geral
 - ONU-Organização Nacional da União
 - FGTS-Fundo de Garantia por Trabalho e Serviço
 - IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
- Feedback: "Correto" (green text).
- Button: "Resumo da Avaliação" (blue).

Right Screenshot (Incorrect Answer):

- Header: "CONHECIMENTOS GERAIS II".
- Introductory text: "Depois de tudo que estudamos até agora, você relembrou conteúdos e viu exemplos de questões cobradas em testes individuais de conhecimentos gerais. Que tal testar o que aprendemos até aqui?"
- Progress bar: 1, 2, 3, 4, 5. Question 1 is highlighted in red.
- Legend: "Respondido" (green square), "Revisão" (yellow square).
- Buttons: "Responder depois", "Resumo da Avaliação".
- Status: "Pergunta 1 de 5", "1. PERGUNTA", "1 ponto".
- Text: "No dia 6 de novembro de 2016 todos os celulares do Paraná (41, 42, 43, 44, 45 e 46), Santa Catarina (47, 48 e 49) e Rio Grande do Sul (51, 53, 54 e 55) ganharam um nono dígito, com exceção aos números de rádio Nextel. O número ____ foi acrescentado à frente dos números atuais (à esquerda). (Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna)"
- Options:
 - 8
 - 9
 - 7
 - 6
 - 5
- Feedback: "Incorreto" (red text).
- Button: "Próximo" (blue).

Figura M3. Exemplo de correção de questões corretas e incorretas nos pós testes para candidato fictício.

Ao final de cada teste, o participante recebia feedback imediato que comparava o seu desempenho com o desempenho de outros participantes e com o participante que obteve o maior número de acertos e uma mensagem diferente a depender do percentual de acerto no teste (0 a 50%, 50 a 80%, 80 a 99% e 100%), como demonstrado na figura a seguir:

RACIOCÍNIO LÓGICO II

Vamos nos familiarizar com o teste de raciocínio lógico? Aqui, do mesmo modo que no teste de matemática você pode utilizar papel e caneta, caso necessite.

RESULTADOS
1 de 5 perguntas respondidas corretamente
Seu tempo: 00:00:50

Você conseguiu 1 de 5 pontos possíveis (20%)

Ainda faltam muitas questões para você acertar da avaliação. Que tal repeti-la?
Dica: busque informações na internet que te ajudem a resolvê-las. Volte e tente novamente com bastante atenção.

Posição	Nome	Realizado	Ponto(s)	Resultado
1	JOSE SILVA	15/04/2017 20:12	1	100 %

[Clique para continuar](#)
[Reiniciar Avaliação](#) [Ver Respostas](#)

MATEMÁTICA II

Agora que você já viu os conteúdos e algumas possíveis questões dos testes individuais de matemática, vamos praticar algumas questões?

RESULTADOS
3 de 5 perguntas respondidas corretamente
Seu tempo: 00:00:32

Você conseguiu 3 de 5 pontos possíveis (60%)

Você acertou metade ou um pouco mais da metade da avaliação. Que tal fazer novamente para tentar melhorar seu desempenho?

Posição	Nome	Realizado	Ponto(s)	Resultado
1	JOSE SILVA	23/04/2017 16:24	5	100 %

[Clique para continuar](#)
[Reiniciar Avaliação](#) [Ver Respostas](#)

PORTUGUÊS II

E chegou a vez do teste de Português. Vamos revisar os conteúdos aprendidos?

RESULTADOS
4 de 5 perguntas respondidas corretamente
Seu tempo: 00:01:54

Você conseguiu 4 de 5 pontos possíveis (80%)

Parabéns!
Você já acertou muitas questões da avaliação!
Isso significa que você tem bons conhecimentos da língua Portuguesa. Repita, se quiser tentar acertar todas, ou siga em frente!

Posição	Nome	Realizado	Ponto(s)	Resultado
1	JOSE SILVA	05/05/2017 05:30	5	100 %

[Clique para continuar](#)
[Reiniciar Avaliação](#) [Ver Respostas](#)

CONHECIMENTOS GERAIS II

Depois de tudo que estudamos até agora, você relembrou conteúdos e viu exemplos de questões cobradas em testes individuais de conhecimentos gerais. Que tal testar o que aprendemos até aqui?

RESULTADOS
5 de 5 perguntas respondidas corretamente
Seu tempo: 00:00:57

Você conseguiu 5 de 5 pontos possíveis (100%)

Parabéns!
Você acertou todas as questões. Isso significa que sabe muito sobre conhecimentos gerais. Você vai receber um selo especial e seu currículo vai subir posições no ranking. Mantenha o foco e siga em frente!

Posição	Nome	Realizado	Ponto(s)	Resultado
1	JOSE SILVA	15/04/2017 18:29	5	100 %

[Clique para continuar](#)
[Reiniciar Avaliação](#) [Ver Respostas](#)

Figura M4. Exemplo de resultados finais dos pós-testes para candidato fictício

O certificado do curso, demonstrado na figura a seguir, ficava disponível para *download* na página de gerenciamento de cursos do candidato.



Figura M5. Exemplo de certificado de curso para candidato fictício.

Apêndice O

Manual para cadastramento de candidatos(as) a aprendiz no Projeto PORVIR



Revisado em 14/04/2017

Pré - requisitos

- 1) O(A) adolescente deve ter entre 16 anos completos e no máximo 18 anos ao final de 2017.
- 2) O(A) adolescente deve estar cadastrado para receber o BVJ.
- 3) O(A) adolescente deve ter descumprido a condicionalidade relacionada ao BVJ nos últimos dois meses.

Passo a passo

Criando um perfil

- 1) Entrar no *site* www.projetoporvir.com.br
- 2) Clicar em “criar perfil” no canto superior direito para abrir a caixa de diálogo para cadastro.



- 3) Certificar-se de que a opção “candidato” está clicada e inserir as informações solicitadas: nome de usuário, senha, confirmação de senha, e-mail e telefone.
 - a. Obs: Só um e-mail pode ser utilizado por perfil. Se o(a) adolescente não tiver um e-mail, é preciso criar um, pois é por meio dele que receberá notícias do projeto e poderá também ser contatado(a) pelas empresas (além do telefone).
 - b. Inserir o código de ativação do(a) adolescente. Cada adolescente tem um código pré-determinado que é enviado ao(a) gestor(a) local por e-mail. Se o adolescente tiver o perfil do projeto e não tiver código de ativação, clique em “clique aqui” logo abaixo da pergunta “Não tem um código de ativação?” e solicite a participação do adolescente. Em breve, um código de ativação será enviado para o e-mail informado.
- 4) É preciso que o(a) adolescente concorde com os termos de uso do *site*. Em especial, é preciso ter atenção para a idade dos(as) adolescentes que devem ter entre 16 e 18 anos. Ao ler os termos de uso do *site*, verá que nos

asseguramos juridicamente da possibilidade de cadastro no *site* pelo(a) adolescente acompanhado(a) de técnico(a) da Prefeitura.

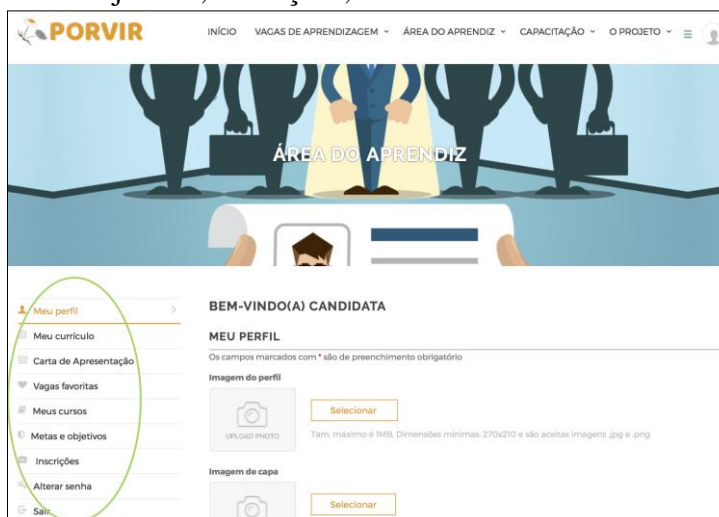
- 5) Clicar em “criar perfil”. Embaixo da frase “CRIAR PERFIL” no topo, aparecerá uma mensagem de que o perfil foi criado com sucesso. Em seguida, feche a janela.
- 6) Depois disso, deve-se voltar ao *site* e clicar em “Entrar” no canto superior direito.



- 7) Inserir as informações solicitadas: nome de usuário e senha (enviado no e-mail), e clicar em “Entrar”.

Construindo o cadastro do candidato

- 1) Na página do(a) candidato(a), é possível ver algumas opções no menu ao lado esquerdo: meu perfil, meu currículo, carta de apresentação, vagas favoritas, meus cursos, metas e objetivos, inscrições, alterar senha e sair.



- 2) Meu perfil: quanto mais completo o perfil do(a) adolescente, mais pontos ele(a) recebe, seu perfil é posicionado mais no topo do *ranking* e mais atraente é para a empresa. Nesta página, há a possibilidade de inserir uma imagem de perfil, uma imagem de capa (fica como um banner atrás da imagem de perfil) e outras informações. As informações com asterisco vermelho são obrigatórias e devem ser inseridas com precisão.
 - a. Obs: Atenção para a informação extra. Ela se refere às contratações. Se o(a) adolescente for candidato(a), é importante que esteja marcado “não” na pergunta “Contratado”? Se o(a) adolescente for contratado(a), é importante pedir que informe no *site*, para que seu perfil vá para a página de contratados e não fique disponível como candidato(a) para as empresas.

INFORMAÇÕES EXTRA	
Contratado	Foi contratado por intermédio do projeto?
Sim	
Nome Da Empresa	
Abaco Valve Automation	
<input type="button" value="Atualizar"/>	

- 3) Meu currículo: o(a) adolescente poderá preencher atividades relacionadas à formação acadêmica e outros cursos, experiências, habilidades e premiações/títulos.
- a. Atenção para o campo “cursos específicos”. Os cursos devem todos serem inseridos no campo cursos. No campo cursos específicos, devem ser selecionados os cursos que já estão no campo acima (“formação acadêmica e outros cursos”) de informática, auxiliar administrativo ou introdução ao mundo do trabalho, se for o caso. Isso serve para que o perfil do(a) adolescente seja filtrado por esses campos, se a empresa desejar. Assim, se o(a) adolescente fez um curso de informática, sua descrição deve estar acima, mas também deve ser selecionado nesse campo.

MEU CURRÍCULO		
Dica: Registre suas atividades em ordem cronológica do mais recente para o mais antigo		
FORMAÇÃO ACADÊMICA E OUTROS CURSOS		
CURSO	PERÍODO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Informática	2016 - 2016	Casa da Informática
+ Adicionar novo		
Cursos específicos		
Selecione quais dos cursos você já fez, para que apareça nas pesquisas das empresas		
Selecione os cursos		
Informática		
Auxiliar Administrativo		
Introdução ao mundo do trabalho		

- 4) Carta de apresentação: nessa seção o(a) adolescente poderá postar uma carta de apresentação e fazer o upload do currículo. Clique sempre em “atualizar” no final da página, para salvar as alterações feitas antes de sair.
- 5) Vagas favoritas: os(as) adolescentes poderão selecionar as vagas que mais interessarem, clicando no símbolo de coração ao lado da vaga.
- 6) Meus cursos: nessa seção, o(a) adolescente conseguirá visualizar os cursos que já fez, os certificados que possui e os cursos disponíveis. É importante mostrar para o(a) adolescente como entrar nessa página e orientá-lo(a) a se inscrever nos cursos.
- 7) Metas e objetivos: o(a) candidato(a) pode ver a descrição de cada uma das metas, qual o requisito para alcançá-la e qual selo e pontuação ganha quando isso acontece. Quanto mais metas forem alcançadas, mais no topo os adolescentes ficam no *ranking* dos candidatos.
- 8) Inscrições: o(a) adolescente poderá ver as vagas para as quais se inscreveu.
- 9) Alterar senha: a senha do(a) adolescente deve ser pessoal e intransferível. É importante mostrar a ele(a) o caminho para alterá-la, se for necessário.

Acessando outras funcionalidades

- 1) No final da página de início do *site*, há a possibilidade de inserir o e-mail para receber a “newsletter”. Por meio dela, o(a) adolescente poderá ter informações mais gerais sobre o que está acontecendo no projeto.
- 2) No menu acima do banner “área do aprendiz”, é possível ainda buscar vagas de aprendizagem, enviar depoimento para o projeto (o que ajuda na divulgação) e acessar a página capacitação.

- a. Na página “capacitação - artigos”, serão postados constantemente cursos externos, vídeos e tutoriais que ajudarão o adolescente a se preparar. Na página “capacitação – Escola PORVIR”, serão postados os cursos gratuitos do Projeto. Estimulá-lo a visitar essa página é essencial para que possa aproveitar as oportunidades e se destacar.



- b. É importante que o adolescente seja incentivado a utilizar o *site* como referência para buscar vagas e se capacitar. Sugerimos que deixem o adolescente navegar livremente por alguns minutos.

Apêndice P

Peças de comunicação do Projeto PORVIR - Fases 2 e 3 (modelos utilizados em Lins)



Figura O1. Apresentação de *powerpoint* para evento com empresas.



Figura O2. Imagem anexada a e-mail lembrete e cartão de visita com código de ativação entregue para as empresas.

Apêndice Q

Sítio eletrônico: Área da empresa



Figura Q1. Página de início da área da empresa

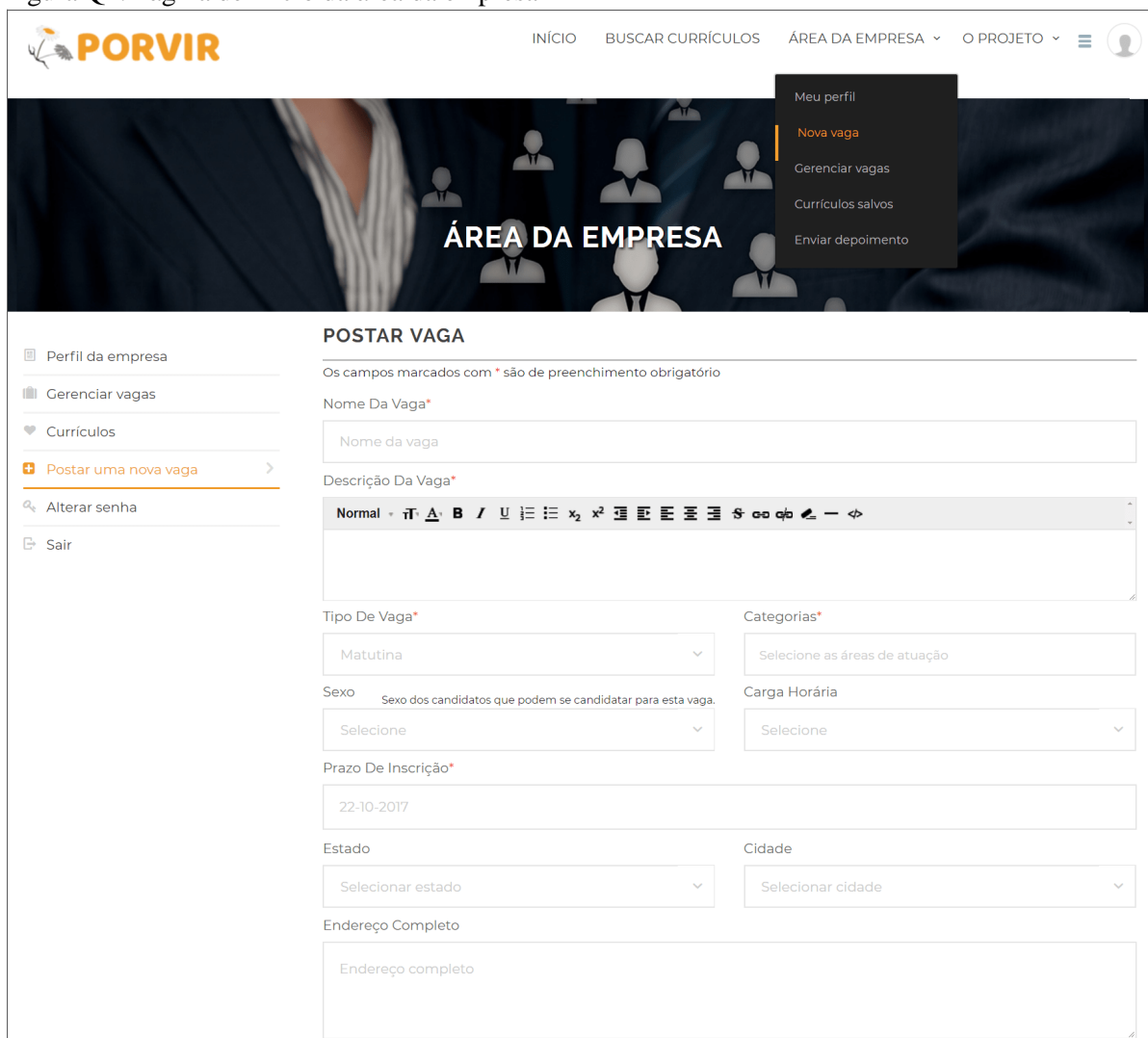


Figura Q2. Página para postar vagas.

PORVIR INÍCIO BUSCAR CURRÍCULOS ÁREA DA EMPRESA O PROJETO

Alpínia **Alpínia Veículos e Peças Ltda.** SEGUIR

Perfil Seguidores Seguindo

Sobre

Vagas disponíveis

SOBRE ALPÍNIA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

Áreas de atuação: Administração e Participação, Automotivo, Concessionárias / Auto Peças, Mecânica / Manutenção

Cidade Batatais Facebook Alpínia Fiat

PORVIR INÍCIO BUSCAR CURRÍCULOS ÁREA DA EMPRESA O PROJETO

UNIBR LTDA **PHOTOALBUM Universal** SEGUIR

Perfil Seguidores Seguindo

Sobre

Vagas disponíveis

SOBRE UNIBR LTDA

Áreas de atuação: Comércio Atacadista, Comércio Varejista, Indústrias

Nossa empresa está há 55 anos no mercado oferecendo serviços especializados e soluções em imagens que atendam às necessidades de nossos parceiros.

Inovação e qualidade estão presentes em nosso dia a dia. Estamos equipados com a mais alta tecnologia em equipamentos para recepção, tratamento, impressão e encadernação de imagens e por meio de um rigoroso controle de processos, garantimos aos nossos clientes produtos exclusivos e de excelência.

É referência no mercado fotográfico porque a proximidade com o cliente é uma de nossas metas. E isso só é possível porque fazemos da arte de produzir álbuns, uma paixão.

Cidade Batatais

VAGAS DISPONÍVEIS

Figura Q3. Exemplos de perfis de empresas.

Apêndice R

Registro fotográfico da implementação do Projeto PORVIR em Batatais, Lins, Jardinópolis e Porto Ferreira



Figura R1. Evento com empresas em Batatais



Figura R2. Evento com empresas e mobilização com adolescentes em Lins



Figura R3. Reunião inicial, evento com empresas e atendimento de adolescente em Jardimópolis



Figura R4. Evento com empresas em Porto Ferreira

Apêndice S

Reportagens e notícias publicadas na mídia - Fases 2 e 3

Batatais

- 1) Portal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Batatais - sítio eletrônico em 14/02/2017. Endereço: <http://www.batatais.sp.gov.br/?p=10738>
- 2) Rádio Difusora - sítio eletrônico em 15/02/2017. Endereço: <http://www.difusoraam.com.br/?p=2604> Observação: mesmo texto.

Inicial » Notícias » Implantação do Projeto PORVIR visa capacitação de jovens

Implantação do Projeto PORVIR visa capacitação de jovens

14/02/2017



Aconteceu na última semana, na Secretaria de Assistência Social do município, uma reunião para discutir sobre a implantação do Projeto PORVIR. O Projeto PORVIR pretende criar uma ponte entre as empresas e o futuro aprendiz. De acordo com a Secretária de Assistência Social, Renata Darini "Trata-se de uma articulação municipal para apoiar as empresas que precisam contratar aprendizes".

Segundo o Prefeito Municipal, José Luis Romagnoli "A ideia principal é colaborar com as empresas no processo seletivo. Para isso, formamos turmas de jovens que participam de programas municipais e que querem ser inseridos no mercado de trabalho como aprendizes".

Com a implantação do projeto, os jovens realizam atividades de formação/capacitação com conteúdos específicos relacionados ao ingresso no mundo do trabalho e se preparam para iniciar o desafio da aprendizagem. As empresas que aderirem ao projeto acessam o banco de currículos e podem realizar seus processos seletivos livremente ou, se desejarem, com apoio da Prefeitura.

"Os jovens contratados iniciam a aprendizagem realizando formação teórica ofertada pelo SENAC e formação prática nas empresas", enfatizou o prefeito.

Todos são beneficiados pela adesão ao projeto:

O APRENDIZ

Curso de aprendizagem gratuito;

Registro na carteira de trabalho;

Preparação para o mercado de trabalho;

Experiência profissional;

Desenvolvimento e prática da cidadania através da aprendizagem, com experiência real de trabalho e apoio teórico.

A EMPRESA

Crescimento da imagem da empresa e agregação de valor aos seus produtos;

Baixo custo para recrutamento e seleção;

Promoção da qualificação profissional para uma futura efetivação de colaborador que já conhecerá bem a cultura, a filosofia, os valores, o funcionamento da empresa e as atividades a serem executadas;

Futura economia em processo de treinamento com novas contratações.

A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

Aumento da renda familiar;

Benefícios aos jovens e às famílias;

Melhoria das condições de vida das comunidades.

Neste projeto atuam em parceria a Universidade de Brasília, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Batatais, o SENAC de Ribeirão Preto e o Ministério do Trabalho, por meio de seu órgão regional.

Mais informações sobre o projeto pelo *site*: www.projetoporvir.com.br

Figura S1. Notícia no Portal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Batatais sobre reunião inicial no município.

- 3) Portal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Batatais - sítio eletrônico em 26/04/2017. Endereço: <http://www.batatais.sp.gov.br/?p=11481>
- 4) Rádio Difusora - sítio eletrônico em 15/02/2017. Endereço: <http://www.difusoraam.com.br/?p=2604>. Observação: mesmo texto.

Inicial » Notícias » Projeto Porvir terá apresentação detalhada no próximo dia 4 de maio

Projeto Porvir terá apresentação detalhada no próximo dia 4 de maio

26/04/2017

No próximo dia 4 de maio será realizado no auditório da Apae de Batatais, a partir das 10 horas, um evento que reunirá empresários, representantes da Universidade de Brasília, do Ministério do Trabalho no Estado de São Paulo, da Secretaria Municipal de Assistência Social e das demais secretarias do município para apresentação da proposta de implantação do Projeto Porvir em Batatais.

Segundo informou a Secretária de Assistência Social, Renata Darini, o projeto busca atender jovens do Programa Bolsa Família, entre 16 e 17 anos, dando-lhes a oportunidade de integração ao mercado de trabalho na condição de aprendiz. A proposta é que ao mesmo tempo em que os jovens têm oportunidade de estar vinculados a uma empresa, com registro em Carteira de Trabalho, tendo seus direitos garantidos,

eles também tenham acesso a cursos de formação tanto presenciais quanto online, além do compromisso de se manter na escola, com frequência de pelo menos 75%. O foco do projeto são os jovens que tenham descumprido as condicionalidades do Programa Bolsa Família nos últimos meses, no intuito de lhes dar novo sentido e motivação para estudar e superar as situações de vulnerabilidade social por eles vivenciadas. O evento é aberto a todos os interessados em obter informações a respeito do Projeto Porvir, que é mais uma novidade apresentada para a comunidade batataense.

Figura S2. Notícia no Portal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Batatais sobre futuro lançamento do Projeto PORVIR.

- 5) Portal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Batatais - sítio eletrônico em 26/04/2017. Endereço: <http://www.batatais.sp.gov.br/?p=11582>

Inicial » Notícias » Realizada a cerimônia de implantação do Projeto Porvir em Batatais

Realizada a cerimônia de implantação do Projeto Porvir em Batatais

10/05/2017

No dia 4 de maio aconteceu em Batatais a apresentação do Projeto Porvir, uma parceria entre o Setor de Pós-graduação da Universidade de Brasília, o Ministério do Trabalho do Estado de São Paulo, o SENAC de Ribeirão Preto – SP e a Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Batatais.

A proposta é a inserção de jovens entre 16 e 18 anos no mercado de trabalho na condição de aprendiz, sendo que terão jornada de 18 horas na empresa mais 8 horas de cursos que serão oferecidos e desenvolvidos pelo SENAC em local cedido por esta Prefeitura. O local será divulgado em breve. A Secretaria de Assistência Social agradece a APAE que gentilmente cedeu o espaço para realização do evento, bem como a todos os empresários que lá compareceram.



Figura S3. Notícia no Portal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Batatais sobre lançamento do Projeto PORVIR.

- 6) Rádio Difusora - entrevista para o Programa Café com Notícias exibida em 05/05/2017 às 7h00.

Lins

- 1) Portal da Prefeitura Municipal de Lins - sítio eletrônico em 24/04/2017. Endereço: <http://gcn.net.br/noticias/331695/franca/2016/09/miniterio-do-trabalho-cobra-aprendizes-de-empresas>

24/04/2017

› Secretaria de Assistência Social realiza primeira reunião do Projeto PORVIR

Na tarde da última segunda-feira (17), foi realizada no anfiteatro da Prefeitura Municipal a primeira reunião do projeto PORVIR, que é resultado de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e dos pesquisadores e analistas do comportamento, Roberta Lemos e João Cláudio Todorov, que atuam no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento da Universidade de Brasília.

De acordo com informações da Secretaria de Assistência Social, trata-se de um projeto piloto que envolve a articulação de atores que atuam nos municípios para a garantia do direito à profissionalização e proteção no trabalho de adolescentes de 16 a 18 anos.

Fonte: CODEC - Coordenadoria de Comunicação.



Figura S4. Notícia no Portal da Prefeitura de Lins sobre mobilização com adolescentes.

- 2) Portal da Prefeitura Municipal de Lins - sítio eletrônico em 14/06/2017. Endereço: <http://www.lins.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/5210/Prefeitura-Municipal-lan%C3%A7a-Projeto-Porvir-em-Lins>

- 3) Portal TV OCULTURAL - sítio eletrônico em 16/06/2017. Endereço: <http://ocultural.com/blog/prefeitura-municipal-lanca-projeto-porvir-em-lins/>
Observação: mesmo texto.

14/06/2017 às 07:30:00

› Prefeitura Municipal lança Projeto Porvir em Lins

Na última sexta-feira (09) foi lançado em Lins o Projeto Porvir no auditório da Unilins com a participação de empresas do município e também da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O Projeto trata-se de uma articulação que envolve a Prefeitura, o SENAC, o Ministério do Trabalho e a Universidade de Brasília para auxiliar empresas de Lins a inserir jovens na aprendizagem.

Por meio do *site* www.projetoportorvir.com.br, as empresas podem se cadastrar, divulgar a sua atuação, anunciar vagas e visualizar um banco de currículos de jovens interessados na aprendizagem que foram recrutados pela Prefeitura e submetidos a formação específica. Com isso, pretende-se apoiar as empresas na realização de seus processos seletivos.

Por disposição legal na Consolidação das Leis do Trabalho, empresas são obrigadas a contratar aprendizes e matricular em cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, se esses não oferecerem cursos ou vagas, que sejam inseridos em instituições formadoras com cursos validados pelo Ministério do Trabalho.

O atendimento à cota obrigatória de aprendizes estipulada pela Lei 10.097/2000 - Lei do Aprendiz, é realizado pela contratação de 5% a 15% de aprendizes, com base no número de trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Caso essa cota não seja preenchida, a empresa fica sujeita à multa, aplicada pela Auditoria Fiscal do Trabalho.

O jovem contratado como aprendiz pelas empresas passará por formação teórica, por meio de curso que será oferecido pelo SENAC, e por formação prática a ser desenvolvida na empresa.

Para maiores informações, consulte o *site* www.projetoportorvir.com.br

Fonte: CODEC – Coordenadoria de Comunicação



Figura S5. Notícia no Portal da Prefeitura de Lins sobre lançamento do Projeto PORVIR.

Jardinópolis

- 1) Portal da Prefeitura de Jardinópolis - sítio eletrônico em 05/09/2016. Endereço: <http://www.jardinopolis.sp.gov.br/prefeitura/noticias/parceria-entre-prefeitura-de-jardinopolis-e-senac-capacitara-jovens-para-o-mercado-de-trabalho>
- 2) Prefeitura de Jardinópolis - post no Facebook em 05/09/2016. Endereço: <https://www.facebook.com/prefeiturajardinopolis/posts/2015042408728813>
Observação: mesma reportagem.

Terça, 05 Setembro 2017 14:01

Parceria entre Prefeitura de Jardinópolis e SENAC capacitará jovens para o mercado de trabalho

Escrito por Assessoria de Imprensa



Foi lançado em Jardinópolis (SP), o Projeto PORVIR, no auditório do Centro Estudantil Ginhin Marchió. O "PORVIR" faz parte de uma articulação que envolve a Prefeitura Municipal de Jardinópolis (SP), o SENAC, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Universidade Federal de Brasília (DF) e tem como objetivo principal, inserir a juventude na aprendizagem.

Por meio do *site* www.projetoportorvir.com.br as empresas podem se cadastrar, divulgar a atuação da empresa, anunciar as vagas disponíveis e consultar o banco de currículos de jovens interessados na aprendizagem que foram recrutados pela Prefeitura Municipal e submetidos a formação específica. Com isso, pretende-se apoiar as empresas na realização de processos seletivos.

De acordo com a assessoria de Imprensa do PORVIR, por disposição legal amparados pela Constituição das Leis do Trabalho, C.L.T. as empresas são obrigadas a contratar aprendizes e a matricular em cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, se esses não oferecerem cursos ou vagas, que sejam inseridos em instituições

formadoras com cursos variados, pelo Ministério do Trabalho.

O atendimento à cota obrigatória de aprendizes estipulada pela Lei 10.097/2000 — Lei do Aprendiz, é realizado pela contratação de 5% a 15% de aprendizes, com base no número de trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Ainda segundo a nota, caso essa cota não seja preenchida, a empresa ficará sujeita à multa que será aplicada pela Auditoria Fiscal do Trabalho.
 Importante destacar que o jovem contratado na condição de menor-aprendiz pelas empresas passarão por formação teórica, através de cursos que serão oferecidos pelo SENAC, enquanto a formação prática será desenvolvida pela empresa contratante.
 A boa notícia é que já estão previstos alguns cursos no SECAC — Unidade Ribeirão Preto — cujo objetivo é atender a demanda de empresas do município de Jardinópolis (SP).
 Maiores informações, acesse o *site*: www.projetoporvir.com.br

Figura S6. Notícia no Portal da Prefeitura de Jardinópolis sobre lançamento do Projeto PORVIR.

Porto Ferreira

- 1) Prefeitura Municipal de Porto Ferreira - blog da comunicação em 13/09/2017. Endereço: <https://comunicacaoportoferreira.wordpress.com/2017/09/13/projeto-porvir-e-lancado-em-porto-ferreira-com-objetivo-de-inserir-jovens-na-aprendizagem/>
- 2) Porto Ferreira Hoje - sítio eletrônico em 13/09/2017. Endereço: <http://www.portoferreirahoje.com.br/noticia/2017/09/13/projeto-porvir-e-lancado-em-porto-ferreira-com-objetivo-de-inserir-jovens-na-aprendizagem/>

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Projeto Porvir é lançado em Porto Ferreira com objetivo de inserir jovens na aprendizagem



Data: 13/09/2017 Autor: comunicacaopmpf0

Com a participação de empresas do município, foi lançado o Projeto Porvir, no último dia 1º de setembro, na Casa dos Conselhos Municipais. Trata-se de uma articulação que envolve a Prefeitura – por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Cadastro Único e Cras –, o Senac, o Ministério do Trabalho e a Universidade de Brasília (UnB) para auxiliar empresas do município a inserir jovens na aprendizagem.

Por meio do *site* <http://www.projetoporvir.com.br>, as empresas podem se cadastrar, divulgar a sua atuação, anunciar vagas e visualizar um banco de currículos de jovens interessados na aprendizagem que foram recrutados pela Prefeitura e submetidos a formação específica. Com isso, pretende-se apoiar as empresas na realização de seus processos seletivos.

Por disposição legal na Consolidação das Leis do Trabalho, empresas são obrigadas a contratar aprendizes e matricular em cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, se esses não oferecerem cursos ou vagas, em instituições formadoras com cursos validados pelo Ministério do Trabalho.

O atendimento à cota obrigatória de aprendizes estipulada pela Lei 10.097/2000, Lei do Aprendiz, é realizado pela contratação de 5% a 15% de aprendizes, com base no número de trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Caso essa cota não seja preenchida, a empresa fica sujeita à multa, aplicada pela Auditoria Fiscal do Trabalho.

O jovem contratado como aprendiz pelas empresas passará por formação teórica, por meio de curso que será oferecido pelo Senac, e por formação prática, a ser desenvolvida na empresa.

“É mais uma ferramenta que o governo municipal, em parceria com outras entidades, está oferecendo aos jovens para inserção no mercado de trabalho. Agradeço a todos os parceiros que participam do projeto”, destacou o prefeito Rômulo Rippa durante o lançamento.

Para maiores informações, consulte o *site* <http://www.projetoporvir.com.br>.

Cléber Fabbri – MTb 30.118

Assessoria de Comunicação, Cerimonial e Eventos

Figura S7. Notícia no Portal da Prefeitura de Porto Ferreira sobre lançamento do Projeto PORVIR.